

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.5, n.8, jan/jun 2017

nleP  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

Editores

Flávio Ferreira de Miranda, UFRRJ | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

Paulo Henrique Furtado de Araujo, UFF | Brasil

Renake das Neves, NIEP-Marx | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London |
Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Guimarães Augusto, UFF | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense
de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFES | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires |
Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa |
Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense
de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX |
Brasil

Revisão de texto

Renake Bertholdo David das Neves

João Leonardo Medeiros

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.5, n.8, jan/jun 2017

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.5, n.8, jan/jun. 2017. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

188 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

9 Editorial

Artigos

14 A última viagem do Mouro
Marcello Musto

45 Capitalismo em tempos de uberização: do emprego
ao trabalho
Virgínia Fontes

68 Crises econômicas, regressão histórica e conflitos
sociais: um ensaio
Raquel Varela
Valerio Arcary

94 Controle social e planejamento urbano: Uma reflexão
sobre os processos neoliberais e neodesenvolvimentista
de cidadania participativa na conjuntura pós-Estatuto
das Cidades
Richard Lins
Carolina Laurindo Basso

118 ***Traduttore Traditore?*** Gramsci *in English* – As
antinomias de Perry Anderson
Roberto della Santa

136 Cereais e Estado
João Bernardo

Notas críticas

152 Resenha de *Money and Totality* (de Fred Moseley)
Eleuterio F. S. Prado

- 158 Resenha de *Independência e unidade latino-americana: escritos políticos* (de Simon Bolívar)
Glauber Lopes Xavier

Luta e memória

- 164 *Os perigos profissionais do poder* Christian Rakovski,
com introdução de Marcio Lauria Monteiro
- 175 *Os perigos profissionais do poder*
Christian Rakovski

Editorial

O oitavo número da revista *Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx* é lançado poucos dias após a segunda greve geral contra as contrarreformas trabalhista e da previdência no Brasil. A dramática situação do país desnorteia o mais distraído analista, mas não impede a proliferação de análises apologéticas, apressadas, absurdas, em particular no terreno ideológico diretamente comprometido com o evidente avanço do capital sobre o mínimo que lhe escapou no já tão combalido, como voraz, capitalismo brasileiro. No campo crítico, particularmente no campo marxista, encontram-se análises de bom quilate, cuja tônica política oscila entre a tentativa de estimular uma frente ampla contra a barbárie pró-capital, impedida pela cleptocracia estabelecida nos mais altos poderes do país, e a estupefação pela incapacidade prática de constituir em prazo exequível esta indispensável frente.

Trata-se, sem sombra de dúvidas, de uma contradição. Aliás, apenas de uma contradição, pois o Brasil atual é tão contraditório que, se fosse realmente possível haver conversões teórico-ideológicas em massa, não restaria um único pensador positivista no país; todos já teriam reconhecido o mérito da dialética. O país está numa crise profunda, com potencial para escrever seu nome na extensa lista de tragédias econômicas que acometeu a história brasileira. Num cenário catastrófico como esse, seria de se esperar que se movesse ao menos o pensamento reformista. Não parece ser o caso.

Por outro lado, partidos de esquerda mobilizadores e sindicatos fortes e atuantes, com centrais agregadoras, nunca foram tão necessários. Como obstáculo do passo da necessidade à efetividade, encontra-se uma crise duradoura de partidos e sindicatos (não apenas no país, e não apenas na esquerda), além de desconfianças acumuladas por décadas de acusações, mais ou menos justas, mas reais de sectarismo, rendição ao inimigo, vanguardismo, entre outras ainda menos nobres. É verdade que a paciente convivência entre grupos diversos na greve geral do último dia 30 e a volta efetiva das bandeiras da esquerda nos últimos movimentos de rua trouxeram uma vela ao fim do túnel, mas a distância para uma efetiva atuação conjunta ainda parece intransponível.

Seria possível desfiar essa fileira de contradições por páginas a fio, mas o que importa aqui ressaltar é que uma quadra histórica assim constituída é com-

plexa demais para ser desvendada por uma análise superficial ou unilateral. Talvez alguns dos processos mais relevantes do atual momento histórico ainda não tenham alcançado sua maturidade, de maneira que a cautela analítica é conveniente. O que não significa, entretanto, que nada possa ser dito da atual conjuntura brasileira. Primeiro, talvez estejamos vivenciando a época da mais voraz atuação do capital sobre o trabalho. A dimensão da crise econômica parece provocar nas personificações do capital no país reações realmente históricas. Propõe-se abertamente, sem qualquer pudor, a absoluta supressão de direitos duramente conquistados, a pura e simples eliminação dos já precários aparatos de proteção social, a privatização de absolutamente tudo, sobretudo espaços e fundos públicos.

Segundo, não é preciso ter bola de cristal para saber que isso tende a provocar, rapidamente, uma calamidade social, um efetivo genocídio. Em cerca de três anos de crise declarada, irrefutável (após outros tantos de crise mascarada estatisticamente), já são evidentes nas ruas e nas casas o avanço da miséria, do temor individual e familiar, da ausência de perspectivas.

Também não é preciso ser um genial analista para antever que um cenário como esse é parteiro de barbáries de toda ordem. E que barbáries de toda ordem são respondidas, na sociedade burguesa, com mais barbárie, em geral sob as fardas policial e militar, geralmente com amparo das togas. Trata-se de uma barbárie de classe, evidentemente, contra a classe trabalhadora, em particular suas frações mais subalternas. Na semana em que essa edição da revista é lançada, um homem foi queimado vivo em Madureira, no Rio de Janeiro, por ter roubado uma bolsa. Enquanto isso, o STF discute sobre a pertinência da prisão de declarados ladrões de bilhões de reais, euros ou qualquer unidade monetária mais representativa. Ladrões que saquearam os cofres públicos como contrapartida de aprovar, no Congresso, legislações radicalmente favoráveis ao grande capital e de provê-lo de prebendas de toda ordem.

É possível, portanto, dizer algo sobre o que se passa e dizê-lo com embasamento na realidade concreta. No campo marxista, a tradição é que esse embasamento seja também teórico, evitando, portanto, a falsa antinomia insuperável entre abstração e concretização. Muitos dos artigos da atual edição, ainda que não tratem especificamente do caso brasileiro atual, trazem ensinamentos que contribuem para a reflexão. Acreditamos que isso fique claro já na descrição do conteúdo desta edição.

O primeiro artigo publicado nesta edição é “A última viagem do Mouro”, artigo de Marcello Musto que discorre sobre os últimos anos de vida de Karl Marx, após a morte de sua companheira Jenny von Westphalen. O autor retrata sua luta contra a debilitante doença pulmonar em meio a seus esforços para continuar o trabalho de *O Capital*; o relacionamento com as filhas, os genros e, claro, Engels; seus interesses intelectuais e suas inquietações políticas. Destaque para a des-

criação da estada de Marx na Argélia, único momento da vida em que o Mouro afastou-se da Europa, rarissimamente abordado.

Em seguida, apresentamos o artigo “Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho”, de autoria de Virgínia Fontes, que analisa as múltiplas configurações assumidas pelo trabalho na atual fase de expansão do capitalismo, focando-se na expropriação secundária dos contratos de trabalho, tomando como exemplo a empresa Uber.

Também se debruçando sobre o capitalismo contemporâneo, Raquel Varella e Valerio Arcary contribuem com o ensaio “Crises econômicas, regressão histórica e conflitos sociais”, que versa sobre as causas e consequências da grande crise de 2008, destacando sua relação com o fim do pacto social vigente até então nos Estados europeus ocidentais.

Ainda na trilha dos desdobramentos do capitalismo contemporâneo, encontra-se o artigo “Controle social e planejamento urbano: Uma reflexão sobre os processos neoliberais e neodesenvolvimentista de cidadania participativa na conjuntura pós-Estatuto das Cidades”, de Richard Lins Nogueira e Carolina Laurindo Basso. Os autores buscam mostrar como as políticas públicas que visariam estimular a participação mais ampla do cidadão no planejamento das cidades (como o “orçamento participativo”) no Brasil estão sendo pautadas sob o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo e terminam mascarando os conflitos de classe na produção social do espaço urbano.

O penúltimo texto, “Traduttore traditore? Gramsci ‘in’ English – As antinomias de Perry Anderson”, de Roberto della Santa Barros, trata da difusão do pensamento gramsciano no marxismo britânico, com especial ênfase na segunda geração da *New Left Review* e, em especial, na tradutibilidade de Gramsci na Inglaterra nos estudos “Origins of the present crisis” e “As antinomias de Antonio Gramsci”, ambos da lavra de Perry Anderson, partindo do reconhecimento do papel-chave desempenhado por este.

Encerrando a seção de artigos, João Bernardo, com “Cereais e Estado”, brinda-nos com uma análise marxista sobre o mundo pré-capitalista: a partir da constatação, de vários estudos, de que a emergência do Crescente Fértil, com as cidades-estados e os primeiros impérios, constituiu apenas um dos resultados da domesticação de plantas, o autor elabora a hipótese de que o cultivo de cereais acabou se tornando preponderante quando a classe que progressivamente se afirmava como dominante orientou a seleção das plantas a domesticar, favorecendo as que pudessem ser conservadas por mais tempo, criando as bases para a sua reprodução e para a reprodução alargada da diferenciação social.

Na seção *Notas críticas*, são apresentadas duas resenhas de livros. Eleutério Prado tece uma crítica ao livro de Fred Moseley, *Money and Totality: A macro-monetary interpretation of Marx's logic in Capital and the end of the “transformation problem”*, que analisa o problema da transformação de valores em preços

de produção que supostamente existiria na teoria de Marx. Glauber Lopes Xavier, por seu turno, apresenta *Independência e unidade latino-americana*, pequena coletânea de escritos políticos de Simon Bolívar, relacionando-os com a questão que, até hoje, ronda a América Latina – o imperialismo.

No ano em que se celebra os 100 anos da Revolução Russa, a seção *Luta e memória* reproduz o documento “Os perigos profissionais do poder”, carta de Christian Rakovski, escrita em agosto de 1928, em que realiza uma análise crítica do processo de burocratização do partido e do regime soviético, apontando para o que encara ser uma mudança qualitativa de ambos. Inédito em português, foi traduzido por Marcio Lauria Monteiro a partir da primeira versão que veio a público, em francês, conforme republicada, em 1984, pelos *Cahiers Leon Trotski*. Precede o documento – imprescindível para pensar a experiência soviética e novos rumos para a emancipação humana da tirania do capital em tempos tão conservadores – uma contextualização preparada pelo próprio tradutor da versão em português.

Boa leitura!



ARTIGOS

A última viagem do Mouro*

The Moor's last journey

Marcello Musto**

Resumo

Apoiando-se nas correspondências de Marx, Engels, seus familiares e amigos, o artigo descreve as circunstâncias e acontecimentos dos dois últimos anos de vida de Marx. Destaca-se, particularmente, a viagem de Marx à Argélia, motivada por tratamento médico, cuja importância muitas vezes é negligenciada mesmo em renomadas biografias. O estudo revela preocupações de Marx com a reconstituição da história universal, com a condição dos árabes, com as possibilidades revolucionárias da Rússia e com a sequência de seu trabalho teórico (*O Capital*).

Palavras-chave: Marx; história; biografia.

Abstract

Based on the correspondence of Marx, Engels, their relatives and friends, the paper describes the circumstances and events of the last two years of Marx's life. It focuses particularly on Marx's last trip, to Algeria. Motivated by a medical treatment, the importance of this last trip is usually neglected even in famous biographies. The study discloses Marx's concerns with the reconstitution of the World history, with the condition of the Arab people, with the revolutionary possibilities of Russia and with the sequence of his theoretical work (Capital).

Keywords: Marx; history; biography.

* Traduzido do italiano por Renake B. D. das Neves.

** Professor de teoria sociológica na York University, Toronto, Canadá.

1. A morte da esposa e o retorno ao estudo da história

Em 2 de dezembro de 1881, perto de completar 68 anos, Jenny von Westphalen, a mulher que por toda sua existência esteve junto a Marx, dividindo penúria e paixão política, veio a falecer de câncer no fígado.

Para Marx, foi uma perda irreparável. Pela primeira vez desde 1836, quando, com apenas dezoito anos, apaixonou-se por ela, deu-se conta de que havia ficado sozinho, sem “o rosto [...] que] desperta(va) as maiores e mais doces recordações da [sua] vida”¹ e privado de “seu maior tesouro”².

Para não comprometer, posteriormente, sua já frágil condição, Marx foi proibido até mesmo de ir ao funeral: “a proibição do médico de participar do enterro foi inflexível” – contou, tristemente, à filha Jenny. Ele “resignou-se a [obedecer] essa ordem” pensando nas palavras que sua mulher havia dito à enfermeira antes de morrer, a propósito de lidar com as últimas formalidades: “não somos pessoas que dão valor às coisas exteriores”³. Ao funeral de Jenny von Westphalen compareceu, no entanto, Engels – definido por Eleanor como “de uma gentileza e devoção indescritíveis” (Kapp, 1977, p. 201) –, que, em seu discurso fúnebre, prestou-se a recordar: “se houve uma mulher cuja máxima alegria era fazer os outros felizes, essa foi ela” (Engels, 1989, p. 420).

Após a perda da mulher, ao sofrimento da alma se agrega a dor do corpo. Os tratamentos aos quais teve que se submeter era dolorosíssimos, ainda que os enfrentasse com espírito estoico. Sobre esses, refere-se desta forma para Jenny⁴:

Ainda devo espalhar o iodo sobre o peito e as costas, e isso, quando é repetido regularmente, produz uma inflamação na pele bastante enfiada e dolorosa. Tal operação, que vem sendo executada apenas para prevenir uma recaída durante a convalescência (já finalizada, com a exceção de uma leve tosse), rende-me um grande serviço neste momento. Contra as dores da alma há apenas um antídoto eficaz: a dor física. Compare e contraste, de um lado, o fim do mundo, e do outro, um homem com uma forte dor de dente⁵.

Sua saúde é tão precária que, como escreve ao amigo, e economista russo, Nikolaj Danielson, em um dos momentos mais críticos esteve “muito próximo” a

¹ Karl Marx a Jenny von Westphalen, 21 de junho de 1856 *In*: Marx & Engels (1973a, p. 561).

² Karl Marx a Jenny von Westphalen, 15 de dezembro de 1863 *In*: Marx & Engels (1973b, p. 698). Sobre a vida de Jenny von Westphalen e sua relação com Marx, ver o recente volume de M. Gabriel (2011), Karl Marx a Jenny von Westphalen, 15 de dezembro 1863 *In*: Marx & Engels (1973b, p. 698). Ver também L. Dornemann (1971) e H. F. Peters (1986).

³ Karl Marx a Jenny Longuet, 7 de dezembro 1881 *In*: Marx & Engels (2008, p. 124).

⁴ N. Ed. O autor se refere à filha de Marx, Jenny Marx Longuet.

⁵ Karl Marx a Jenny Longuet, 7 de dezembro de 1881 *In*: Marx & Engels (2008, p. 124).

“voltar as costas contra esse mundo horrível”, agregando que os médicos queriam “mandá-lo para o sul da França ou a Argélia”⁶.

Marx, cuja convalescência foi longa e complexa, foi obrigado a ficar “pregado na cama” por várias semanas, “restrito ao confinamento domiciliar”, como escreveu ao companheiro Sorge, e bem consciente do que estava atravessando: “perde-se, definitivamente, certa quantidade de tempo para as ‘manobras’ de recuperação”⁷.

Apesar das ocorrências destes dramas familiares e das enfermidades, entre o outono de 1881 e o inverno de 1882, ele destinou grande parte de suas energias intelectuais aos estudos históricos. Marx preparou, de fato, uma cronologia comentada, na qual elencou, ano após ano, os principais eventos políticos, sociais e econômicos da história mundial transcorridos desde o século I d.C., recapitulando as causas e as características proeminentes. Ele adotou o mesmo método que já havia utilizado para a confecção das *Notas sobre a história indiana (664-1858)*⁸, apontamentos compilados, entre o outono de 1879 e o verão de 1880, a partir do livro *A história analítica da Índia* [1870], de Robert Sewell (1845-1925). Assim procedendo, ele desejava, mais uma vez, comparar a validade de suas reflexões com os acontecimentos reais que haviam selado os destinos da humanidade. Marx não se focou apenas nas transformações produtiva, mas, renunciando a qualquer determinismo econômico, concentrou-se por longos trechos, e com grande atenção, sobre a decisiva questão do desenvolvimento do Estado moderno⁹.

Para realizar sua cronologia, junto a algumas fontes menores que não foram relacionadas em suas anotações, Marx utilizou, sobretudo, dois textos. O primeiro foi *História dos povos da Itália* (1825), de Carlo Botta (1766-1837), publicado em três volumes em francês, já que este, em 1814, teve que abandonar Turim devido à perseguição do governo de Savóia, restituído no Piemonte após a derrota de Napoleão Bonaparte. O segundo foi *História mundial para o povo alemão* (1844-1857), de Friedrich Schlosser (1776-1861), o qual, publicado em Frankfurt, em 18 volumes, conhece grande sucesso e uma divulgação notável. Tendo como base

⁶ Karl Marx a Nikolaj Danielson, 13 de dezembro de 1881 (*ibidem*, p. 128).

⁷ Karl Marx a Friedrich Sorge, 15 de dezembro 1881 (*ibidem*, p. 129).

⁸ A edição mais recente desses manuscritos é K. Marx, *Notes on Indian history* (2001).

⁹ Cf. M. Krätke (2014-15), o qual afirma que Marx entendia esse processo como o “desenvolvimento, coadunado, do comércio, da agricultura, da indústria da mineração, do sistema fiscal e das infraestruturas” (p. 176). Segundo Krätke, Marx redigiu esses excertos com base em uma convicção amadurecida ao longo do tempo: “dar ao movimento socialista sólidas bases sociocientíficas, mais do que [criar] uma filosofia política”.

essas duas obras, Marx preencheu quatro cadernos. Os resumos, alguns intercalados de brevíssimos comentários críticos, foram compostos em alemão, inglês e francês¹⁰.

No primeiro desses cadernos, ele classificou, em ordem cronológica e por um total de 143 páginas, alguns dos maiores eventos transcorridos de 91 a.C. a 1370. Marx iniciou pela história da Roma antiga, para em seguida abordar a queda do Império romano, a importância histórica de Carlos Magno (742-814), o papel de Bizâncio, as Repúblicas marítimas italianas, o desenvolvimento do feudalismo, as Cruzadas e uma descrição dos califados de Bagdá e Mossul. No segundo caderno, de 145 páginas e com anotações que vão de 1308 a 1469, os principais temas tratados foram os progressos econômicos ocorridos na Itália¹¹ e a situação política e econômica alemã entre os séculos XIV e XV; enquanto no terceiro, nas 141 páginas relativas à época 1470-1580, Marx ocupou-se do choque entre França e Espanha, da República florentina no tempo de Girolamo Savonarola (1452-1498) e da Reforma protestante de Martinho Lutero (1483-1546). Por fim, no quarto caderno, de 117 páginas, ele resumiu a grande quantidade de conflitos religiosos ocorridos na Europa de 1577 a 1648¹².

Junto aos quatro cadernos contendo excertos das obras de Botta e de Schlosser, Marx redigiu ainda outro com as mesmas características; acredita-se que seja contemporâneo aos primeiros e inerente à mesma pesquisa. Nesse caderno, tendo como base o texto *História da República de Florença* (1875), de Gino Capponi (1792-1876), ele ampliou as informações sobre o período 1135-1433, e extraiu novas notas relativas à época 1449-1485, tendo como baliza *História do povo inglês* (1877), de John Green (1837-1883). O estado inconstante de sua saúde não

¹⁰ Na correspondência de Marx não existe qualquer referência a esses estudos e, portanto, é muito difícil estabelecer sua datação exata. Os editores do tomo *Marx Engels Werke*, XIX (1962) enquadraram esses excertos entre “cerca de fins de 1881 e fins de 1882” (pp. 621-622). Maximilien Rubel (2001) afirmou que esses datam, “sem dúvida”, de fins de 1881 (p. 539). Se a primeira hipótese é muito genérica, a segunda também não parece muito precisa, posto que é muito provável que Marx tenha continuado a levar adiante esse projeto, depois de ter realizado a parte mais notável, também em alguns períodos de 1882. Isso é presumível a partir dos diferentes tipos de ênfase que os manuscritos apresentam e da carta enviada à filha Eleanor em 23 de dezembro de 1882. É concebível, portanto, datar esses cadernos somente às duas fases de atividade intelectual dos últimos 18 meses da sua vida, transcorridas entre Londres e a Ilha de Wight: o período do outono de 1881 a 9 de fevereiro de 1882 e aquele decorrido entre o início de outubro de 1882 e 12 de janeiro de 1883. É muito improvável que Marx tenha trabalhado na sua cronologia histórica durante os oito meses de 1882 passados entre França, Argélia e Suíça.

¹¹ Em seu ensaio “Marx und die Weltgeschichte”, Krätke (2014-15), além de oferecer uma ótima reconstrução do conteúdo desses quatro cadernos de notas, sustenta que Marx identificava “no desenvolvimento econômico das cidades-estados italianas, [iniciado] em fins do século XIII [...], o início do capitalismo moderno” (p. 162).

¹² As capas de cada um dos quatro cadernos marxianos apresentam os títulos afixados por Engels durante a reorganização do legado do amigo: “Excertos cronológicos. I: 96 a 1320 *circa*; II: 1300 *circa* a 1470 *circa*; III: 1470 *circa* a 1580; IV: 1580 *circa* – 1648 *circa*”. Seu conteúdo difere ligeiramente em relação às datas indicadas por Engels. A única parte publicada desses manuscritos corresponde a uma ampla seção do quarto caderno. Cf. Marx & Engels (1953, pp. 285-516).

lhe permitiu ir mais longe; suas anotações pararam nas crônicas da paz de Vestfália, em 1648, mais precisamente na assinatura dos tratados que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos.

Quando suas condições de saúde melhoraram, tornou-se necessário fazer tudo o que fosse possível para “evitar o risco de recaídas”¹³. Acompanhado da filha Eleanor, em 29 de dezembro de 1881, Marx transfere-se para Ventnor, uma tranquila localidade da ilha de Wight, próxima à qual já havia ido outras vezes no passado. Foi-lhe aconselhado retornar para o “clima quente e o ar seco”, com a esperança que ambos contribuíssem para seu “completo restabelecimento”¹⁴. Antes de partir, escreveu à filha Jenny: “minha querida menina, o melhor favor que me pode fazer é cuidar de si mesma. Espero viver ainda belos dias junto a você e cumprir dignamente com minhas funções de avô”¹⁵.

Em Ventnor, Marx passa as duas primeiras semanas de 1882. Para poder passear, sem muitas preocupações. E ser “menos dependente dos caprichos do clima”, foi obrigado a usar, “em caso de necessidade”, um respirador, cujo uso ele comparou ao de “uma focinheira”¹⁶. Mesmo em circunstâncias tão difíceis, Marx nunca renunciou à sua ironia e, com a filha Laura, comentou que o grande destaque com que, na Alemanha, os jornais burgueses anunciaram sua “morte, ou, em todo caso, sua inevitável aproximação” o havia “divertido muito”¹⁷.

Nos dias que passaram juntos, a convivência entre pai e filha foi bastante complicada. Eleanor, oprimida pelo peso das suas questões existenciais pendentes, ainda era profundamente inquieta, não conseguia dormir e era atormentada pelo temor de que suas crises nervosas pudessem, de novo, piorar dramaticamente. Não obstante o enorme amor que mantinham um pelo outro, naqueles dias a comunicação entre ambos foi muito difícil – o primeiro, “zangado e ansioso”, e a segunda, “antipática e desgostosa”¹⁸.

As péssimas condições físicas de Marx e os problemas de relacionamento com a filha não lhe impediram de continuar a acompanhar os principais acontecimentos da atualidade política. Em consequência de um discurso realizado pelo chanceler alemão diante do parlamento, em que não pudera ignorar a grande desconfiança com que os trabalhadores haviam acolhido as propostas do

¹³ Friedrich Engels a Karl Marx, 8 de janeiro de 1882 *In: Marx & Engels* (2008, p. 141).

¹⁴ Friedrich Engels a Ferdinand Nieuwenhuis, 29 de dezembro de 1881 (*ibidem*, p. 132).

¹⁵ Karl Marx a Jenny Longuet, 17 de dezembro de 1881 (*ibidem*, p. 131).

¹⁶ Karl Marx a Friedrich Engels, 5 de janeiro de 1882 (*ibidem*, p. 138).

¹⁷ Karl Marx a Laura Lafargue, 4 de janeiro de 1882 (*ibidem*, p. 137).

¹⁸ Carta de Eleanor Marx a Jenny Longuet, 8 de janeiro de 1882 *In: Kapp*, (1977, p. 208). Sobre todo o evento, cf. *ibidem*, pp. 208-211. Ver também a carta de Karl Marx a Laura Lafargue, 4 de janeiro de 1882: “a minha companheira não come quase nada, sofre muito de tiques nervosos, lê e escreve o dia inteiro [...]; aparentemente suporta estar comigo apenas pelo senso de dever, como um mártir devotado ao sacrifício” *In: Marx & Engels* (2008, p. 137).

governo¹⁹, ele escreve a Friedrich Engels: “considero uma grande vitória, não apenas diretamente para a Alemanha, mas em geral também para o exterior, que Bismarck haja admitido diante do *Reichstag* que os operários alemães praticamente não dão a mínima para o seu socialismo de Estado”²⁰.

Após o retorno a Londres, a bronquite, agora crônica, obrigou-o, com o seus familiares, a consultar o doutor Donkin, por um longo tempo, sobre a escolha de qual poderia ser o clima mais favorável para a recuperação das suas condições. Para conseguir uma cura completa, impunha-se a estadia em um local quente. A ilha de Wight não havia funcionado. Gibraltar devia ser descartada posto que, para entrar lá, Marx deveria apresentar um passaporte e, apátrida que era, não possuía nenhum. O império de Bismarck estava coberto de neve e, para ele, sempre proibido; já a Itália não se podia tomar em consideração, pois, como afirmou Engels, “a primeira prescrição para os convalescentes é a de evitar as perseguições da polícia”²¹.

Com o apoio do doutor Donkin e de Paul Lafargue, genro de Marx, Engels convenceu este último a dirigir-se para Argel, a qual gozava, à época, de boa reputação entre aqueles que, na Inglaterra, para fugir do rigor dos meses mais frios do ano, podiam se permitir um refúgio (Cf. Badia, 1997, p. 17). Como depois recordou a filha Eleanor, o empurrão para Marx empreender esta insólita peregrinação foi sua antiga obsessão: completar *O Capital*. Ela escreve, de fato:

Seu estado geral piorava continuamente. Se tivesse sido mais egoísta, teria simplesmente deixado que as coisas andassem como queriam. Todavia, para ele havia uma coisa que estava acima de tudo: a devoção à causa. Ele procurou levar a cabo a sua grande obra e por isso concordou, ainda mais uma vez, em fazer uma viagem para ficar são²².

Marx partiu em 9 de fevereiro e, no caminho para o Mediterrâneo, parou em Argenteuil, onde morava a filha Jenny. A partir do momento em que seu estado de saúde não melhorava em nada, apenas uma semana depois decide partir sozinho para Marselha, tendo convencido Eleanor que não seria necessário que ela o acompanhasse. De fato, comentou com Engels que: “por nada no mundo

¹⁹ Cf. *Stenographische Berichte über die Verhandlungen des Reichstags*, 1, Berlin 1882, p. 486. A intervenção de Bismarck decorreu de sua derrota eleitoral nos grandes centros industriais da Alemanha.

²⁰ Karl Marx a Friedrich Engels, 15 de janeiro de 1882 *In: Marx & Engels* (2008, p. 147).

²¹ Friedrich Engels a Eduard Bernstein, 25 de janeiro de 1882 (*ibidem*, p. 150). Em sua opinião, “a Itália oferece(ria) menores garantias que qualquer outro lugar, com exceção, naturalmente, do império de Bismarck”. Cf. também Karl Marx a Pëtr Lavrov, 25 de janeiro de 1882 (*ibidem*, p. 148).

²² Eleanor Marx *In: Enzensberger* (1977, p. 452).

queria que a menina pensasse estar sendo imolada no altar da família como ‘enfermeira’”²³.

Após ter atravessado toda a França de trem, chegou à capital da Provence em 17 de fevereiro. Marx comprou imediatamente a passagem no primeiro navio partindo para a África²⁴ e no dia seguinte, em uma ventosa tarde de inverno, pôe-se em fila com outros viajantes que esperavam embarcar no cais de Marselha. Consigo havia um par de malas, nas quais carregava roupas quentes, medicamentos e alguns livros. O navio a vapor *Said* zarpou às cinco da tarde para Argel²⁵, onde Marx ficou por 72 dias, o único período de sua vida que passou longe da Europa.

2. Argel e as reflexões sobre o mundo árabe

Marx chega à África em 20 de fevereiro, após uma tempestuosa travessia de 34 horas. No dia seguinte, escreve a Engels que seu “*corpus delicti* desembarcou em Argel congelado até a medula”.

Ele hospedou-se no Hôtel-Pension Victoria, na zona do Mustapha superior. Seu quarto, situado em uma posição ideal, com vista para o porto de um lado e com as montanhas da Cabília como horizonte do outro, gozava de um “panorama fabuloso”, oferecendo-lhe a oportunidade de apreciar o “maravilhoso *mélange* entre Europa e África”²⁶.

A única pessoa que conhecia a identidade daquele senhor poliglota, recém-chegado à cidade, era Albert Fermé (?), um juiz de paz, seguidor de Charles Fourier (1772-1837), que chegou a Argel em 1870, após um período de encarceramento devido à sua oposição ao Segundo Império francês. Foi a única verdadeira companhia de Marx, servindo-lhe de guia em suas excursões e respondendo às suas curiosidades sobre aquele mundo novo.

Infelizmente, com o passar dos dias, a saúde de Marx não melhorou absolutamente. Ele continuou a ser perseguido pela bronquite e por uma tosse incessante,

²³ Karl Marx a Friedrich Engels, 12 de janeiro de 1882 *In*: Marx & Engels (2008, p. 142). Sobre Eleanor Marx e sua especial relação com o pai, além do excelente texto de Y. Kapp (1977 e 1980), ver também: C. Tsuzuki (1967), E. Weissweiler (2002); e o mais completo e recente R. Holmes (2014).

²⁴ Cf. Karl Marx a Friedrich Engels, 17 de fevereiro de 1882, “sobre passaporte e coisas similares não se fala nada. Na passagem há apenas o nome e o sobrenome do passageiro escritos” *In*: Marx & Engels (2008, p. 160).

²⁵ Esta jornada na capital argelina nunca despertou atenção particular entre os biógrafos de Marx. O próprio Jacques Attali, de origem argelina, em seu *Karl Marx* (2006), dedicou apenas meia página ao evento, relatando, entre várias imprecisões, que Marx havia ignorado a insurreição de Orano, que durou do verão de 1881 à primavera de 1883 (cf. p. 265). Na obra de M. Vesper (1995), contudo, foram reconstruídos, com grande precisão, todos os eventos que viram Marx como protagonista ao longo de sua estada em Argel. Assinala-se, também, R. Gallissot (1976), e o recente pequeno volume do sociólogo alemão H. J. Krysmanski (2014), inicialmente concebido como roteiro para um filme sobre a presença de Marx em Argel, e nunca realizado por falta de financiamentos.

²⁶ Karl Marx a Friedrich Engels, 1º de março de 1882 *In*: Marx & Engels (2008, p. 171).

que lhe provocava insônia. Conjuntamente, o clima excepcionalmente frio, chuvoso e úmido no qual estava envolvida Argel favoreceu um ataque de pleurite. Sobre a cidade abateu-se o pior inverno dos últimos dez anos e Marx escreveu a Engels: “a única diferença entre a vestimenta que uso em Argel e a da ilha de Wight é que substituí meu casaco de rinoceronte por um casaco mais leve”. Ele chegou mesmo a considerar a hipótese de se deslocar 400 km mais para o sul, em Biskra, um vilarejo localizado às portas do Saara, mas as péssimas condições físicas dissuadiram-no de enfrentar uma viagem tão desconfortável. Começara, portanto, um longo período de complicados tratamentos.

Marx foi levado para tratamento ao melhor médico de Argel, o doutor Charles Stéphan (1840-1906), que lhe prescreveu arseniato de sódio durante o dia e uma mistura de xarope e opiáceos à base de codeína para poder repousar à noite. Estes também o forçaram a reduzir os esforços físicos ao mínimo e de não desenvolver “qualquer tipo de trabalho intelectual, exceto uma ou outra leitura de distração”. Apesar disso, em 6 de março a tosse tornou-se ainda mais violenta, provocando-lhe sucessivas hemorragias. Marx foi, portanto, proibido de sair do hotel e mesmo de conversar: “agora paz, solidão e silêncio são para mim um dever cívico”. Pelo menos, escreveu a Engels, entre os remédios “o doutor Stéphan, como o meu querido doutor Donkin [de Londres], não se esqueceu do conhaque”.

A terapia mais dolorosa consistiu num ciclo de dez injeções. Marx conseguiu realizá-la graças à ajuda de outro paciente que, afortunadamente, era um jovem farmacêutico. Por meio de numerosas aplicações de colódio sobre o peito e as costas e com a sucessiva incisão das bexigas que se criaram, o senhor Casthelaz conseguiu drenar, um pouco de cada vez, o líquido em excesso nos pulmões.

Reduzido a condições penosas, Marx começou a se lamentar pela eleição de tal viagem. Ao genro Lafargue, queixou-se da falta de sorte, posto que “desde a [sua] partida de Marselha”, na Costa Azul, o outro destino que havia considerado para passar o inverno, “o tempo estava magnífico”²⁷. Na segunda metade de março, confidenciou à filha Jenny: “com esta expedição, insana e mal pensada, voltei exatamente ao mesmo estado de saúde no qual me encontrava quando parti [de Londres]”. Marx lhe confessou também de ter alimentado dúvidas sobre aquela jornada em um lugar tão distante, mas que Engels e Donkin estavam inflamados de furor africano, mesmo sem possuírem, nem um, nem outro,

²⁷ Karl Marx a Lafargue, 20 de março de 1882 (*ibidem*, p. 177). Ele adiciona: “mas o sol africano e o ar milagroso foram uma ideia pela qual não me sinto responsável”.

as informações adequadas²⁸. Na sua opinião, “a coisa certa teria sido informar-se antes de se aventurar em tal ‘caçada ao ganso selvagem’”²⁹.

Em 20 de março, Marx escreve a Lafargue que o tratamento havia sido temporariamente suspenso, pois, tanto sobre o tórax quanto sobre as costas, não lhe havia restado sequer um ponto seco. A visão de seu corpo lhe havia recordado aquela de “uma plantação de melões em miniatura”. O sono, contudo, estava “retornando, pouco a pouco”, provocando-lhe um grande alívio: “quem nunca sofreu de insônia não pode entender o bem estar que se experimenta quando o terror das noites sem repouso começa, finalmente, a diminuir”³⁰.

Sua angústia cresce, infelizmente, em consequência da explosão noturna das bolhas, da obrigação de ficar enfaixado e da proibição absoluta de se coçar. Tendo conhecimento, por meio dos boletins meteorológicos que, subseqüentemente à sua partida, o tempo na França “havia estado magnífico” e lembrando a previsão inicial de uma rápida recuperação, Marx comunicou a Engels que “um homem não deveria nunca se iludir com visões demasiado otimistas”³¹. Infelizmente, de fato, “para uma mente sã em um corpo sã, havia ainda por fazer”³².

As dores de Marx não concerniam somente ao corpo. Ele se sentia só e à sua filha Jenny escreveu que “nada seria mais encantador do que Argel, sobretudo do que a zona rural nos arredores da cidade [...] – considerando estar com boa saúde –, se tivesse ao meu redor todos os que me são caros, especialmente os netos. [...] Seria como em *As mil e uma noites*”³³. Em uma carta seguinte, ele lhe confidenciou que gostaria de ter assistido ao encantamento de Johnny, o mais velho deles, “diante dos mouros, dos árabes, dos negros, em resumo, desta Babel, e dos costumes (em sua maior parte poéticos) deste mundo oriental, mesclado com o ‘civilizado’ francês e com o entediante britânico”³⁴.

A Engels, companheiro com o qual dividia tudo, revelou ter “profundos ataques de melancolia, similares aos do grande Dom Quixote”. Seu pensamento voltava-se sempre para a perda de sua companheira: “você sabe que poucas pessoas são mais avessas do que eu à ostentação de sentimentos; todavia, seria uma

²⁸ Karl Marx a Jenny Longuet, 16 de março 1882 (*ibidem*, p. 174).

²⁹ Karl Marx a Jenny Longuet, 27 de março de 1882 (*ibidem*, p. 179). À filha, acrescenta: “aqui entre nós: também na ilha de Wight o tempo estava adverso, mas minha saúde havia realmente melhorado [...]. Em Londres, porém, a agitação de Engels (e também de Lafargue, que delirava e sustentava que os ‘passeios’, o ar fresco etc. eram tudo de que eu estava precisando) me perturbou. Sentia que não podia aguentar por mais tempo; daí minha impaciência de ir embora de Londres a todo custo! Pode-se também matar por afeto verdadeiramente sincero; [...] em casos similares, nada é tão perigoso para um convalescente!” (*idem ibidem*).

³⁰ Karl Marx a Paul Lafargue, 20 de março de 1882 (*ibidem*, pp. 176-177).

³¹ Karl Marx a Friedrich Engels, 1º de março de 1882 (*ibidem*, p. 171).

³² Karl Marx a Friedrich Engels, 28-31 de março de 1882 (*ibidem*, p. 181).

³³ Karl Marx a Jenny Longuet, 16 de março de 1882 (*ibidem*, p. 174).

³⁴ Karl Marx a Jenny Longuet, 27 de março de 1882 (*ibidem*, p. 179).

mentira não admitir que o meu pensamento está preponderantemente absorvido na recordação da minha mulher, uma parte tão grande da melhor parte da minha vida!”³⁵. Para distraí-lo da dor do luto havia, contudo, o espetáculo da natureza ao seu redor. Ele afirmou nunca ficar “cansado de olhar o mar em frente à [sua] varanda” e de estar encantado pelo “maravilhoso clarão da lua sobre a baía”³⁶.

Marx estava muito aflito também devido ao forçado distanciamento de qualquer atividade intelectual diligente. Desde o início de sua peregrinação, sempre foi consciente de que aquela jornada envolveria “uma enorme perda de tempo”, mas terminara por aceitar as circunstâncias após haver compreendido que a “maldita doença [... estava] danifica[ndo] também a mente do enfermo”³⁷.

Escreve a Jenny que, em Argel, a realização de “qualquer trabalho estava fora de questão, até mesmo a correção de *O Capital*” para a terceira edição alemã. Sobre a situação política da época, limitou-se a ler apenas notícias telegráficas de um modesto jornal local, *Le Petit Colon*, e do único jornal operário que lhe chegava do velho continente, *L'Égalité*, sobre o qual sublinhou, com o costumeiro sarcasmo, que aquilo “não podia ser considerado um jornal”.

As suas cartas da primavera de 1882 mostram o quanto ele era “ansioso de voltar a ser ativo e de abandonar esta estúpida profissão de inválido”³⁸, para poder dar fim àquele tipo de “existência inútil, vazia e, ainda por cima, dispendiosa!”³⁹. A Lafargue disse, mais tarde, estar empenhadíssimo em não fazer nada para sentir-se imbecil⁴⁰. Deste testemunho parece transparecer também o temor de não se imaginar mais apto a retornar à sua existência habitual.

A progressiva pressão de todos esses acontecimentos desfavoráveis impediu Marx de compreender, a fundo, a realidade argelina; muito menos, como Engels esperava, foi-lhe possível estudar as características da “propriedade comunal entre os árabes”⁴¹. Ele já se interessava, ao longo dos estudos de história da propriedade fundiária e das sociedades pré-capitalistas, realizados a partir de 1879, sobre a questão da terra na Argélia durante a dominação francesa. Marx

³⁵ Karl Marx a Friedrich Engels, 1º de março de 1882 (*ibid.*, pp. 170-171).

³⁶ Karl Marx a Friedrich Engels, 4 de abril de 1882 (*ibidem*, p. 183).

³⁷ Karl Marx a Pëtr Lavrov, 25 de janeiro de 1882 (*ibidem*, p. 148).

³⁸ Karl Marx a Jenny Longuet, 6 de abril de 1882 (*ibidem*, p. 183).

³⁹ Karl Marx a Friedrich Engels, 20 de maio de 1882 (*ibidem*, p. 210).

⁴⁰ Cf. Paul Lafargue a Friedrich Engels, 19 de junho de 1882 *In*: F. Engels, P. Lafargue & L. Lafargue (1959, p. 87).

⁴¹ Cf. Friedrich Engels a Eduard Bernstein, 22 de fevereiro de 1882 *In*: Marx & Engels (2008, p. 168). Lafargue então certamente exagerou quando afirmou que “Marx retornou com a cabeça cheia de África e árabes. Aproveitou sua estada em Argel para devorar sua biblioteca, porque parece que leu um grande número de obras sobre a condição dos árabes”, Paul Lafargue a Friedrich Engels, 16 de junho de 1882 *In*: Engels, P. e L. Lafargue (1959, p. 83). É muito mais verossímil, como observado por Badia, que Marx não poderia “aprender muita coisa sobre a situação social e política da colônia francesa. Pelo contrário, [as suas] cartas de Argel testemunham sua curiosidade multiforme” (Badia, 1997, p. 13).

copiara, em um de seus cadernos de resumos, algumas partes sobre a importância da propriedade comunal antes da chegada dos colonizadores franceses, assim como as transformações introduzidas por estes, do texto do historiador russo Maksim Kovalevskij, *A propriedade comunal da terra: causas, desenvolvimento de consequências de sua decomposição*:

a constituição da propriedade privada da terra (aos olhos dos burgueses franceses) é uma condição necessária para qualquer progresso nas esferas política e social. A posterior manutenção da propriedade comunal “como forma que suporta as tendências comunistas nas mentes” [Debatidos na Assembleia Nacional, 1873] é perigosa seja para a colônia, seja para a pátria. A distribuição da propriedade entre os clãs é encorajada, até mesmo prescrita; antes de tudo, como meio para enfraquecer as tribos subjugadas que, todavia, estão permanentemente sob o impulso da revolta e, em segundo lugar, como único modo para uma posterior transferência da propriedade fundiária das mãos dos nativos para as dos colonizadores. Esta mesma política foi posta em prática pelos franceses sob todos os regimes [...]. O objetivo é sempre o mesmo: a destruição da propriedade coletiva dos indígenas e a sua transformação em um objeto de livre compra e venda, o que significa tornar mais simples a passagem final nas mãos dos colonizadores franceses⁴² (Marx, 1975, p. 405).

O projeto de lei sobre a situação argelina, apresentado no parlamento pelo deputado da esquerda republicana Jules Warnier (1826-1899) e aprovado em 1873, tinha como objetivo “a expropriação da terra das população nativas por parte dos colonizadores europeus e dos especuladores”. A desfaçatez dos franceses chegou ao “furto explícito”, isto é, à transformação em “propriedade do governo” de todas as terras não cultivadas que haviam permanecido sob o uso comum dos indígenas. Tal processo estava determinado a produzir outro importante resultado: anular o risco de resistência das populações locais. Sempre por meio das palavras de Kovalevsky, Marx sublinhou em suas anotações que:

O estabelecimento da propriedade privada e a grilagem dos colonizadores europeus [...] tornar-se-á o mais potente meio para acelerar o processo de dissolução da união dos clãs. [...] A expropriação dos árabes demandada pela lei [servia]: I) à obtenção de maior quantidade de

⁴² As palavras entre parênteses são um acréscimo de Marx, enquanto a citação dos “Annales de l’assemblée nationale du 1873”, xvii, Paris 1873, está incluída no livro de Kovalevsky. Estes excertos foram redigidos em setembro de 1879. Cf. K. Anderson (2010, pp. 219-220).

terra possível para os franceses; e II) à destruição dos vínculos naturais dos árabes com a terra, desmantelando, assim, a última força de união dos clãs e, portanto, dissolvida esta, qualquer perigo de rebelião (*ibidem*, pp. 408, 411-412).

Este tipo de “individualização da propriedade da terra” teria trazido, portanto, não apenas um enorme benefício econômico para os invasores, mas também favorecido um “objetivo político [...]: desorganizar as bases daquela sociedade” (*ibidem*, p. 412).

Precisamente em 22 de fevereiro de 1882, no jornal argelino *L'Akhbar*, foi publicada uma matéria que documentava as injustiças do sistema que tinha sido criado. Naquela época, qualquer cidadão francês poderia adquirir, em teoria, sem deixar seu país, uma concessão de mais de 100 hectares de terra argelina, a qual podia, posteriormente, revender, por 40 mil francos para um nativo. Em média, os colonos revendiam qualquer punhado de terra, adquirido por 20 a 30 francos, a 300 francos⁴³.

Devido à sua terrível saúde, entretanto, Marx não estava em condições de retornar a tais questões, nem lhe foi indicado esse texto. De qualquer forma, sua permanente sede de conhecimento não arrefeceu mesmo na presença das circunstâncias mais adversas. Depois de haver explorado a zona limítrofe ao seu hotel, onde estava em curso uma vasta obra de reconstrução de casas, ele notou que “embora os operários encarregados desta obra sejam homens sadios e naturais do local, após os primeiros três dias de trabalho já se encontram abatidos pela febre. Parte de seu salário é, portanto, destinada à dose diária de quinino, fornecida a eles pelos empreendedores”⁴⁴.

Entre as observações mais interessantes que conseguiu resumir nas 16 cartas redigidas às margens meridionais do Mediterrâneo⁴⁵, algumas também formuladas à luz de uma visão ainda em parte colonial, destacam-se aquelas sobre as relações sociais entre os muçulmanos.

Após ter ficado profundamente impressionado com o porte dos árabes – a propósito da qual escreve: “mesmo o mais pobre dos mouros supera o maior comerciante europeu ‘*art de se draper*’ *dans son cap* [na arte de cobrir-se com seu

⁴³ A propósito, cf. Vesper (1995, pp. 33-34), que traz trechos do artigo *Les Concessions*, apresentado sobre o cotidiano local.

⁴⁴ Karl Marx a Paul Lafargue, 20 de março de 1882 In: Marx & Engels (2008, p. 176). Marx acrescenta que “se pode observar o mesmo costume em diversas regiões da América do Sul”.

⁴⁵ Esse número refere-se apenas às missivas conservadas. Na verdade, Marx escreveu outras, De fato, uma parte daquelas endereçadas à filha Eleanor foram, infelizmente, perdidas: “de Argel, escrevi-me longas cartas. Muitas dessas já não possuo mais, pois, segundo seu desejo, enviei-as também a Jenny e essa, depois, devolveu-me apenas umas poucas” (Eleanor Marx In: Enzensberger, 1977, pp. 452-453).

manto] e de manter uma compostura natural, elegante e digna”⁴⁶ – e com a mistura existente entre suas classes sociais, na metade de abril, Marx contou à filha Laura que havia visto alguns árabes jogando cartas, “vestidos de forma pretensiosa, quase opulenta”, com outros que trajavam “camisas surradas e rasgadas”. Para um “verdadeiro muçulmano”, ele comentou:

a riqueza e a pobreza não tornam os filhos de Maomé uns diferentes dos outros. A absoluta igualdade em suas relações sociais não é influenciada por aquelas. Pelo contrário, só são notadas pelos desonestos. No que se refere ao ódio pelos cristãos e a esperança em uma vitória definitiva sobre os infiéis, seus políticos consideram, com razão, esse sentimento e essa prática de absoluta igualdade (não de riqueza e renda, mas da pessoa) como uma garantia para manter vivo um e não abandonar a outra. Ambos, no entanto, sem um movimento revolucionário, caminham para a ruína⁴⁷.

Marx também ficou maravilhado com a escassíssima presença do Estado:

em nenhuma outra cidade sede do governo central, existe um tal *laissez-faire, laisser-passer*. A polícia está reduzida ao mínimo necessário; uma insolência pública nunca vista. Na origem de tudo isso está o elemento mourisco. De fato, os muçulmanos não conhecem a subordinação. Não são “súditos”, nem “dirigidos”; nenhuma autoridade, salvo em questões políticas, mas parece que os europeus não entenderam isso⁴⁸.

Destes últimos, Marx atacou, com desdém, os violentos abusos de poder, os repetidos atos de provocação e, não menos importante, “a despudorada arrogância, a presunção e a obsessão de se vingarem como Moloch” diante de qualquer ato de rebelião da população local, sublinhando, além do mais, que relativamente aos danos produzidos pelas grandes potências na história das ocupações coloniais, “os britânicos e holandeses supera[va]m em muito os franceses”. No que concerne a Argel, ele relatou a Engels que, durante sua carreira de juiz, o amigo Fermé havia, regularmente, “visto aplicarem uma espécie de tortura [...], por parte da ‘polícia’ [...], para forçar os árabes a confessarem”, exatamente “como fazem os ingleses na Índia”, adiciona. Estes lhe haviam contado que

⁴⁶ Karl Marx a Jenny Longuet, 6 de abril de 1882 *In*: Marx & Engels (2008, p. 184).

⁴⁷ Karl Marx a Laura Lafargue, 13-14 de abril de 1882 (*ibidem*, p. 192).

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 189-190.

Se, por exemplo, um bando de árabes perpetra qualquer atrocidade, normalmente com o objetivo de roubar, e no passar do tempo os verdadeiros autores são devidamente presos, condenados e executados, para a família de colonizadores atingida isso não basta como punição. Essa espera que ao menos uma meia dúzia de árabes inocentes venha a ser um pouco “maltratada”. [...] Quando um colonizador estabelece-se para viver, ou mesmo apenas transita por motivos de negócios, entre as “raças inferiores”, em geral considera-se ainda mais intocável do que Guilherme I, o belo⁴⁹.

Marx voltou ao assunto em outra circunstância, quando quis relatar a Engels sobre uma brutalidade perpetrada pelas autoridades francesas nos debates sobre um “pobre árabe, matador de aluguel”. Antes de ser executado, descobriu-se que ele não teria sido “fuzilado, mas guilhotinado! E isso contra os acordos! Contra qualquer promessa [...], apesar de ter sido acordada outra coisa”. Ademais:

seus pais esperavam a entrega do corpo e da cabeça, como os franceses sempre haviam permitido até agora, de forma a poder remendar a segunda ao primeiro e sepultar, portanto, “o todo”. Mas este não! Choro, gritos e maldições; pela primeira vez, as autoridades haviam recusado, negado! Se o corpo chega ao paraíso agora, Maomé questionará: “onde deixou a cabeça?”; ou então: “o que aconteceu para a cabeça estar separada do corpo?” [Dirá] “não é digno do paraíso. Vá-se com aqueles cães dos cristãos!”. , assim, os pais choram e se desesperam⁵⁰.

Ao lado dessas observações sociais e políticas, suas cartas incluíam também relatos de costumes. À sua filha Laura, narra uma breve história que o havia divertido muito, dado a pessoa prática que era:

Sobre as águas turbulentas de um rio, encontra-se um comandante que espera, com seu pequeno barco. Chega um filósofo, que deseja chegar à outra margem, e sobe a bordo. Eis o diálogo que se segue:

Filósofo: Barqueiro, você sabe História?

Barqueiro: Não!

Filósofo: Então perdeu a metade da sua vida.

E ainda o filósofo: E estudou matemática?

Barqueiro: Não!

⁴⁹ Karl Marx a Friedrich Engels, 8 de abril de 1882 (*ibidem*, pp. 186-187).

⁵⁰ Karl Marx a Friedrich Engels, 18 de abril de 1882 (*ibidem*, pp. 196-197).

Filósofo: Então perdeu mais da metade da sua vida.

Essas palavras apenas haviam acabado de sair da boca do filósofo e o vento virou o barco e ambos, barqueiro e filósofo, viram-se lançados à água.

Então o barqueiro disse: Você sabe nadar?

Filósofo: Não!

E o barqueiro: Então perdeu a vida inteira⁵¹.

Marx comentou jocosamente: “isto lhe dará uma ideia básica sobre as coisas árabes”⁵².

Após outros dois meses de sofrimentos, as condições de Marx melhoram e o retorno para França torna-se finalmente possível. Antes de partir, compartilha com Engels uma última surpresa: “devido ao sol, tirei a barba de profeta e a peruca que tinha na cabeça, mas – posto que, segundo minhas filhas, estou melhor assim – tirei uma fotografia antes de sacrificar os cabelos a um barbeiro argelino”⁵³. Foi nesta circunstância, portanto, que foi tirada sua última instantânea. A imagem é completamente diferente do perfil rígido de tantas estátuas erigidas nas praças das capitais do “socialismo real”, isto é, da qual o poder escolheu, portanto, para representa-lo. Seus bigodes, à maneira de suas ideias, não haviam perdido a cor da juventude, e seu rosto, apesar das grandes amarguras da vida, apresentava-se ainda benevolente, modesto e sorridente⁵⁴.

3. Um republicano no principado

Mais uma vez, Marx encontrou-se atormentado pelo tempo ruim. Durante os “últimos dias africanos”⁵⁵, sua saúde foi posta à prova com a chegada do vento siroco, e também a viagem a Marselha, onde desembarcou em 5 de maio, dia de seu sexagésimo quarto aniversário, foi particularmente turbulenta. Como revelou à filha Eleanor, a travessia ocorreu em péssimas condições meteorológicas: “uma violenta tempestade transformou minha cabine [...] em um autêntico túnel de vento”. Chegado ao destino, o navio a vapor não atracou no píer, e os passageiros foram transportados em barcas à doca, “para depois passar, com

⁵¹ Karl Marx a Laura Lafargue, 13-14 de abril de 1882 (*ibidem*, p. 193).

⁵² *Idem ibidem*.

⁵³ Karl Marx a Friedrich Engels, 28 de abril de 1882 (*ibidem*, p. 199).

⁵⁴ Marx disse que, embora não tivesse tido “um dia apenas de paz completa”, nas oito semanas prévias ao encontro com o fotógrafo havia “conseguido, uma vez mais, tirar o melhor partido de uma situação ruim” (*ibidem*). Engels ficou muito contente com a aparência do amigo e escreveu: “em Argel [Marx] tirou uma fotografia e seu aspecto voltou, de fato, àquele de outros tempos” (Friedrich Engels a August Bebel, 16 de maio de 1882 *In*: Marx & Engels, 2008 p. 207). Cf. também Vesper (1995, pp. 130-135).

⁵⁵ Karl Marx a Friedrich Engels, 8 de maio de 1882 *In*: Marx -& Engels (2008, p. 201).

satisfação adicional deles, várias horas em uma fria e ventosa aduana-purgatório, antes de retomar a viagem para Nice”. Estas atribuições extras foram deletérias para Marx, visto que, como escreve com seu habitual sarcasmo, “estragaram novamente minha máquina” e o obrigaram, apenas desembarcado em Monte Carlo, a voltar “às mãos de um Asclépio”⁵⁶.

A pessoa a quem confiou seu tratamento foi o doutor Kunemann (1828-?), um ótimo médico originário da Alsácia, especialista em enfermidades pulmonares⁵⁷. Infelizmente, descobriu que a bronquite tornara-se crônica e, para terror de Marx, “a pleurite havia voltado”⁵⁸. Os deslocamentos haviam se revelado, mais uma vez, deletérios, e Marx comentou com Engels, utilizando, como soía fazer, referências literárias: “o ‘destino’ revelou-se com horrível coerência, quase como nas tragédias [... de Amandus] Müllner” (1774-1829), o dramaturgo alemão em cujas obras esse elemento exerce um papel determinante na existência humana. Fez-se indispensável, então, uma nova série de quatro tratamentos vesicantes, realizados entre 9 e 30 de maio.

Devendo, necessariamente, recuperar-se para poder novamente partir, Marx passa três semanas no principado de Mônaco. Suas descrições do ambiente que o circundava mesclam grande espírito de observação e crítica social. Ele comparou Monte Carlo a Gérolstein, o minúsculo Estado imaginário onde o compositor Jacques Offenbach (1819-1880) ambientara a ópera *La Gran-Duchessa di Gérolstein*.

Durante sua estada, Marx foi muitas vezes à sala de leitura do famoso Cassino, que oferecia uma boa seleção jornais internacionais, e relatou a Engels que seus “companheiros de refeição no Hôtel de Russie” e, mais em geral, o público que se encontrava na cidade, “estavam amis interessados no que acontece nas salas de jogo do cassino”. As cartas desse período alternam a observação anedótica sobre os diálogos de algumas pessoas que conheceu – como “um filho, muito intratável, da Grã Bretanha” que estava “acerbo e nervoso” porque havia “perdido um discreto número de dobrões de ouro e absolutamente decidido a ‘afanar’ qualquer um” – com comentários sardônicos: “não compreende[u] que a deusa da Fortuna não se deixa intimidar nem mesmo pela vilania britânica”⁵⁹.

O retrato mais incisivo daquela realidade, que ele tanto estranhava, ofereceu à filha Eleanor, em uma carta escrita pouco antes de partir:

⁵⁶ Karl Marx a Eleanor Marx, 28 de maio de 1882 (*ibidem*, p. 212).

⁵⁷ Cf. Karl Marx a Friedrich Engels, 5 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 217).

⁵⁸ Karl Marx a Friedrich Engels, 20 de maio de 1882 (*ibidem*, p. 209). Marx não contou às filhas porque teriam se “preocupado em vão”, informando apenas a Engels “sobre os últimos acontecimentos” (*ibidem*, p. 208).

⁵⁹ Karl Marx a Friedrich Engels, 8 de maio de 1882 (*ibidem*, p. 202.)

À mesa de refeições e nos cafés, fala-se e sussurra-se quase exclusivamente a respeito das mesas da roleta e do *Trente et quarante*. Ocasionalmente alguém vence alguma coisa, como os 100 francos ganhos por uma jovem senhora, mulher de um diplomata russo [...], que, pelo contrário, perdeu seis mil; às vezes um ou outro não tem mais dinheiro para a viagem de volta. Outros ainda perdem no jogo imensas fortunas de família. São pouquíssimos os jogadores que conseguem arrebatar uma parte do butim [...] e estes são quase exclusivamente os ricos. Aqui não podem entrar nem a razão, nem o cálculo; ninguém pode depositar confiança em favor da sorte com o mínimo de confiabilidade, a não ser que possua uma considerável soma para arriscar⁶⁰.

O frenesi que exalava no ar não se confinava aos salões de jogo e ao horário noturno, mas impregnava toda a cidade e o dia inteiro de seus visitantes. Em uma zona adjacente ao cassino, por exemplo, encontrava-se

um quiosque onde, todos os dias, destacava-se um manifesto, não impresso, mas escrito a mão, assinado com as iniciais do autor. Por 600 francos ofertavam-se, preto no branco, os segredos da ciência para vencer um milhão de francos apostando mil [...]. No rastro dessa armadilha para tolos registram-se histórias de todo inverossímeis. A maior parte dos jogadores e das jogadoras acredita que nesses jogos de puro azar há algo de científico. Os senhores e as senhoras amontoam-se diante do Café de Paris, ou nos bancos de seu interior, com a cabeça pendida sobre pequenas tabelas impressas, rabiscando e calculando, enquanto um explica ao outro o seu “sistema” preferido, o motivo pelo qual é oportuno jogar em “série” etc. Parece que observo internos de um manicômio⁶¹.

Enfim, para Marx era evidente que “a base econômica de Mônaco-Gerolstein é o cassino; se fechasse amanhã, seria o fim para Mônaco-Gerolstein!”. Ele afirma que sem a existência desse último, “nem Nice, exclusiva como o mundo de aventureiros que passa[va]m ali os meses do inverno, [teria] continu[ado] a ser uma lugar de moda [...]. e com tudo isso, esta casa de jogo para tão infantil em comparação com a Bolsa!”.

⁶⁰ Karl Marx a Eleanor Marx, 28 de maio de 1882 (*ibidem*, p. 213).

⁶¹ *Ibidem*, p. 214. O engenheiro inglês Joseph Jagers descobriu, entretanto, o sistema para quebrar a banca, sem recorrer a qualquer sistema científico, mas estudando, simplesmente, uma disfunção mecânica. Em 1873, ele dá-se conta da existência de uma roleta mais desbalanceada que as outras, na qual nove números saíam mais frequentemente. Ele consegue ganhar um milhão e meio de francos antes que o cassino percebesse o defeito e providenciasse seu reparo com uma simples manutenção.

Após o último tratamento vesiculante, o doutor Kunemann deu alta a Marx e lhe concedeu a permissão de voltar a viajar, aconselhando-o, contudo, a “ficar uns dois dias em Cannes, porque assim o requeria a drenagem das feridas produzidas”. Na exclusiva localidade francesa, ele traçou um balanço do período transcorrido na Costa Azul:

repousei o mês inteiro nesse covil de aventureiros refinados e ociosos. A natureza é esplêndida, mas no que tange ao resto, é um cafundó enfadonho. Não há nenhuma “massa” plebeia, com exceção dos garçons do hotel e dos cafés e dos serviçais, que pertencem ao subproletariado⁶².

As condições climáticas mais adversas continuaram a exacerbar-se e voltar-se contra ele. Durante os três dias transcorridos em Cannes, a pequena cidade foi, excepcionalmente, atingida por “um forte vento (ainda que quente) e redemoinhos de poeira”, dos quais se ocupou “toda a imprensa local da Riviera”. Marx reagiu com autoironia, brincando com Engels: “até a natureza possui certo humor filisteu (como – já humoristicamente antecipado no Antigo Testamento – o da serpente que se nutre de lama, ou mesmo como o da dieta de terra dos vermes de Darwin)”.

Por fim, na mesma carta, Marx deteve-se na descrição das últimas recomendações recebidas do médico: “comer bem e muito, ‘acostumar-se’ mesmo contra a própria natureza; ‘beber algo bom’; distrair-se com viagens [...]; pensar o menos possível”. Ele teve de comentar que “seguindo estas ‘instruções’, estou bem no caminho para a estupidez, e não me livre nem mesmo do catarro brônquico”. A modo de consolação, recordou ao amigo que o esperava em Londres que “foi a bronquite que mandou o velho Garibaldi para ‘o eterno repouso’”. De qualquer forma, ele afirmou estar convicto de que, “em uma certa idade, é completamente indiferente para o que é ‘enviado para a eternidade’”⁶³.

Cerca de quatro meses desde sua partida, em 7 de junho, Marx estava habilitado para pegar o trem que, no dia seguinte, levá-lo-ia à casa da filha em Argenteuil. Antes de empreender a viagem, solicitou a esta última não se preocupar com sua chegada – “até hoje, sempre reconheci que para mim não há coisa pior do que alguém estar a me esperar na estação” – e de não anunciar seu retorno a nenhum de seus companheiros, nem mesmo a Lafargue. Ele ainda tinha “necessidade de tranquilidade absoluta”⁶⁴ e, como comunicou também a Engels, sentia

⁶² Karl Marx a Friedrich Engels, 5 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 216).

⁶³ *Ibidem*, pp. 217-218.

⁶⁴ Karl Marx a Jenny Longuet, 4 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 216).

que era “ainda necessário reduzir ao máximo o trato com as pessoas”⁶⁵. O gigante estava cansado, sentia estar próximo do fim de seu caminho e escreveu a Jenny palavras similares àsquelas de todos os comuns mortais: “por ‘tranquilidade’ entendendo ‘a vida doméstica’, a ‘balbúrdia das crianças’, aquele ‘mundo microscópico’ mais interessante do que o ‘macroscópico’”⁶⁶.

Logo após a chegada à Argenteuil, Marx comparou sua existência à de um “detent[o] em liberdade condicional”, visto que, como era habitual a esse tipo de prisioneiro, também devia sempre “apresentar-se ao médico mais perto da [sua] próxima temporada turística”⁶⁷. O médico da casa Longuet, Gustave Dourlen, conhecia bem Marx e aconselhou-o a “experimentar, em alguma semana, as águas sulfurosas de Enghien[-les-Bains]”⁶⁸, uma localidade nos arredores onde poderia consultar o doutor Feugier (?).

O clima, ainda muito instável, não permite o início imediato da cura e concorre, além disso, para torná-lo bastante doloroso devido a “um reumatismo muscular na altura do quadril”⁶⁹.

Somente nos primeiros dias de julho, Marx pôde finalmente, com certa regularidade, tomar os banhos sulfurosos, tratamento que lhe trouxe um grande benefício. Com o frequente tom sarcástico, assim descreveu, para Engels, as operações a que se submetia repetidamente:

Na sala de inalação, o ar é denso de vapores sulfurosos; aqui se permanece por 30-40 minutos; a cada cinco minutos, sentados em uma mesa, aspira-se um vapor carregado de um enxofre especial pulverizado [...]. Todos somos envoltos da cabeça aos pés, como múmias, em uma borracha elástica; depois disso, marcha-se, um atrás do outro, em volta da mesa: cena inocente do inferno dantesco⁷⁰.

⁶⁵ Karl Marx a Friedrich Engels, 5 de junho 1882 (*ibidem*, p. 218). Frequentemente, as cartas de Marx são ricas em referências literárias. Neste caso, ele faz alusão à obra de Adolph von Knigge (1752-1796), intitulada, justamente, *Sobre como tratar com as pessoas* (*Über den Umgang mit Menschen*).

⁶⁶ Karl Marx a Jenny Longuet, 4 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 216).

⁶⁷ Karl Marx a Friedrich Engels, 9 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 218).

⁶⁸ *Idem ibidem*. Como relatou Engels, “em relação às suas próximas peregrinações, os médicos é que decidirão”, Friedrich Engels a Friedrich Sorge, 20 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 222).

⁶⁹ Karl Marx a Friedrich Engels, 24 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 225). Sobre as péssimas condições meteorológicas que o perseguiram mesmo depois de haver retornado da casa filha, ver o que Lafargue observou: “os parisienses estão desesperados, nunca haviam tido um junho como este. Portanto, é terrível pensar que está na Inglaterra. Marx carrega o tempo ruim. Disse-me que onde foi até agora, houve um lamento geral acerca do tempo, apenas chega e se senta a uma mesa: ontem estava ótimo, hoje, miserável. ‘É culpa minha’ – dizia Marx – ‘levo o tempo ruim comigo’. Se fosse visto na Idade Média, teria sido levado à fogueira como feiticeiro”, Paul Lafargue a Friedrich Engels, 16 de junho de 1882 *In*: Engels, P. e L. Lafargue (1959, p. 85).

⁷⁰ Karl Marx a Friedrich Engels, 4 de julho de 1882 *In*: Marx & Engels (2008, p. 230).

A rotina dos tratamentos termais foi acompanhada do tempo transcorrido com a família da filha, sobretudo com os netos. Na volta de Enghien-les-Bains, após haver repousado, à tarde, ia regularmente fazer “uma caminhada e umas voltas com as crianças, com conseqüências sobre a audição e a visão (para não falar do intelecto) ainda muito mais nocivas do que aquelas experimentadas com o Hegel da *Fenomenologia [do espírito]*”.

Todavia, não obstante os esforços e seu máximo empenho, o catarro bronquial não havia ainda “dado seu último suspiro” e os médicos sugeriram a Marx prosseguir o tratamento até a metade de agosto. No geral, porém, suas condições estavam melhores e no início do mês até teve um encontro com alguns dirigentes do movimento de trabalhadores parisiense. À reunião, tomaram parte José Mesa (1840-1904), Lafargue, Gabriel Deville (1854-1940) e Jules Guesde (1845-1922), e ele relatou para Engels que, após vários meses, “era a primeira vez que [havia] consentido em uma reunião desse tipo. É sempre o discurso animado, a conversa afiada, que me cansam... *post festum*”⁷¹.

Marx realizou “a última peregrinação na sala de inalação” em 20 de julho do mesmo mês. Na visita de despedida do doutor Feugier, este lhe disse que “o ruído do atrito pleural continua[va] no *status quo*, circunstância já prevista”. De acordo com o colega Dourlen, ele aconselhou ir ao Lago de Genebra, “de onde chegam notícias meteorológicas favoráveis”, na esperança que “os últimos traços do [...] catarro brônquico pudesses desaparecer sozinhos”⁷².

Desta vez, Marx, não podendo se expor “sozinho aos riscos de uma viagem”, foi escoltado pela filha Laura, à qual advertiu, comparando-se ironicamente ao ismaelita Rashid ad-Din Sinan (1132/1135–1192), o líder da seita dos Assassinos que assumiu uma função importante à época da Terceira Cruzada, que era seu dever “acompanhar o velho da montanha”⁷³.

Antes de partir, Marx recebeu uma carta de um correspondente parisiense de vários “jornais teutônicos”. Este, que se declarara seu “humilde e devoto servo”, havia lhe pedido uma entrevista, argumentando como motivação “que todos os círculos da ‘sociedade’ alemã estavam ansiosos por receber notícias oficiais sobre [seu] estado de saúde”. Marx relatou a Engels que, “naturalmente, não [havia] respondido àquele escriba lambe-botas”⁷⁴.

⁷¹ Karl Marx a Friedrich Engels, 3 de agosto de 1882 (*ibidem*, pp. 234-235).

⁷² Karl Marx a Friedrich Engels, 21 de agosto de 1882 (*ibidem*, p. 243). Engels, nesse ínterim, escreve a Jenny: “temos todos os motivos para estarmos animados com as melhoras que vieram, não importa como, tendo em conta o clima adverso que o perseguiu obstinadamente e de três pleurites, duas delas muito graves. [...] Um outro tanto de Enghien ou de Cauterets para debelar os resíduos da bronquite e depois um tratamento climático nos Alpes ou nos Pirineus irão pô-lo completamente em forma e lhe permitirão retomar o trabalho”, Friedrich Engels a Jenny Longuet, 27 de agosto de 1882 (*ibidem*, pp. 248-249).

⁷³ Karl Marx a Laura Lafargue, 17 de junho de 1882 (*ibidem*, p. 220).

⁷⁴ Karl Marx a Friedrich Engels, 24 de agosto de 1882 (*ibidem*, p. 245).

A primeira etapa da viagem, empreendida apenas durante as horas diurnas a fim de “evitar qualquer motivo para recaída”⁷⁵, foi Lausanne. Marx chega com um resfriado, contraído após seu encontro, ocorrido antes da partida, com Joseph Roy (1830-1916), o tradutor de *O Capital* na língua francesa. A despeito das previsões favoráveis dos boletins do tempo, foi acolhido por um clima “úmido e relativamente frio”. Assim relata a Engels: “minha primeira pergunta ao garçom foi: desde quando chove aqui? Resposta: tem estado chuvoso apenas nos dois últimos dias (portanto, desde o momento da minha partida de Paris). Que estranho!”⁷⁶.

O destino final da viagem foi a cidadezinha de Vevey, situada na margem nordeste do Lago de Genebra. Marx escreveu a Engels que “continu[ava] a tossir”, mas que, ao mesmo tempo, tudo procedia bem: “vivemos como no país da Cocanha”⁷⁷. Sua companhia lhe fazia muita falta e tento convencer o amigo para que pudesse juntar-se a ele desde Londres. Engels, porém, estava, antes de tudo, preocupado com a gestão de todos os problemas práticos, a fim de continuar a garantir a Marx, no momento, os recorrentes tratamentos: “ficaria extremamente contente em partir para encontrá-lo, mas se me acontece qualquer coisa, ainda que temporariamente, seria um verdadeiro pandemônio para todas as nossas questões financeiras”⁷⁸. Marx compreende e expressa, mais uma vez, sua gratidão: “o altruísmo que mostra nas minhas lutas é incrível e, frequentemente, envergonho-me em silêncio”⁷⁹.

Após o retorno à casa de Laura, em Paris, ocorrido no fim do mês, Marx dirigiu-se novamente ao médico para obter “a permissão de atravessar o Canal da Mancha”⁸⁰. Este último o considerou “muito melhor [e ...] e perto de me livrar deste obstinado catarro”. Para tanto, impôs-lhe não permanecer “em Londres por mais de 15 dias ou, somente se o tempo estiver ótimo, três semanas. [...] A temporada de inverno [...] deveria] começar, em tempo, na ilha de Wight”. De qualquer forma, ironizou, dizendo ao amigo que o esperava na Inglaterra, “se o governo francês fosse informado de minha presença aqui, provavelmente me mandaria embora mesmo sem a permissão do doutor Dourlen”⁸¹.

4. “Tudo o que sei é que não sou marxista”

Em Londres, os dias passaram depressa. Em 9 de outubro, Marx escreve à

⁷⁵ Karl Marx a Friedrich Engels, 21 de agosto de 1882 (*ibidem*, p. 243).

⁷⁶ Karl Marx a Friedrich Engels, 24 de agosto de 1882 (*ibidem*, p. 245).

⁷⁷ Karl Marx a Friedrich Engels, 4 de setembro de 1882 (*ibidem*, p. 250).

⁷⁸ Friedrich Engels a Karl Marx, 12 de setembro de 1882 (*ibidem*, p. 251).

⁷⁹ Karl Marx a Friedrich Engels, 16 de setembro de 1882 (*ibidem*, p. 257).

⁸⁰ Karl Marx a Friedrich Engels, 28 de setembro de 1882 (*ibidem*, p. 265).

⁸¹ Karl Marx a Friedrich Engels, 30 de setembro de 1882 (*ibidem*, pp. 265-266).

filha Laura que sua “tosse [era] ainda cansativa”⁸² e que devia tentar “livra-se de tudo, antes de voltar a estar perfeitamente eficiente”. A chegada do outono trouxe umidade e névoa. O doutor Donkin, onde havia voltado para tratamento, recomendou-lhe transferir-se novamente para a ilha de Wight. Antes de partir, passou um dia inteiro com Engels – que escreve a Lafargue: “esteve aqui para almoçar comigo, à noite jantamos todos na casa dele e depois ficamos bebendo rum até uma da manhã”⁸³ – e, em 30 de outubro, retornou para Ventnor.

Pouco após sua chegada, entretanto, Marx piorou novamente, desta vez por causa de um reumatismo “perto da velha área da minha recorrente pleurite”⁸⁴. Foi obrigado, assim, a ver um novo médico, o doutor James Williamson, que lhe prescreveu uma medicação a base de “quinino [...], morfina e clorofórmio”⁸⁵. Ademais, a fim de que seus “passeios ao ar livre” não sofressem o influxo “da oscilação da temperatura, [fui] obrigado, de novo, a carregar nas costas o respirador, para utilizar em caso de necessidade”.

Em tais condições e após um “longo período de ofuscamento intelectual”⁸⁶, Marx acredita ser impossível voltar a se dedicar à preparação da terceira edição alemã de *O Capital* e, de fato, em 10 de novembro, escreve à filha Eleanor, que foi ao seu encontro, depois de poucos dias, com o neto Johnny: “dadas as circunstâncias, ainda não comecei a trabalhar seriamente, mas tenho me ocupado com uma coisa ou outra como uma forma de preparação”⁸⁷. Nesse período, retomou os estudos de antropologia e transcreveu algumas das páginas mais interessantes do livro *As origens da civilização e a condição primitiva do homem* [1870], de John Lubbock (1834-1913).

Engels o atualizava constantemente sobre a situação em Londres: “em sua casa está tudo bem, mas a cerveja é ruim em todos os lugares; é boa apenas aquela alemã no West End”⁸⁸, mas Marx não pôde dar-lhe em troca notícias positivas. A tosse aumentara e manifestara-se também uma fastidiosa rouquidão. Por

⁸² Karl Marx a Laura Lafargue, 9 de outubro de 1882 (*ibidem*, p. 267).

⁸³ Friedrich Engels a Paul Lafargue, 30 de outubro de 1882 (*ibidem*, p. 276). Dois dias antes, Engels escrevera a August Bebel, na Alemanha: “M[arx] partirá depois de amanhã [...]. Está em plena recuperação e, se não houver recaída da pleurite, no outono seguinte estará mais forte do que jamais esteve nestes últimos anos”, Friedrich Engels a August Bebel, 28 de outubro de 1882 (*ibidem*, p. 275). Logo depois, porém, Engels forneceu uma imagem menos otimista e mais verdadeira da situação: “[Marx] estava tão cansado de passear sem fazer nada que um novo exílio no sul da Europa teria, provavelmente, machucado seu moral tanto quanto lhe teria sido útil fisicamente. Com o advento da névoa em Londres, partiu para a ilha de Wight”. Ver Friedrich Engels a Friedrich Sorge, 15 de março de 1883 (*ibidem*, p. 360).

⁸⁴ Karl Marx a Eleanor Marx, 10 de novembro de 1882 (*ibidem*, p. 291).

⁸⁵ Karl Marx a Friedrich Engels, 11 de novembro de 1882 (*ibidem*, p. 294).

⁸⁶ Karl Marx a Friedrich Engels, 8 de novembro de 1882 (*ibidem*, pp. 286-287).

⁸⁷ Karl Marx a Eleanor Marx, 10 de novembro de 1882 (*ibidem*, p. 291).

⁸⁸ Friedrich Engels a Karl Marx, 23 de novembro de 1882 (*ibidem*, p. 301).

isso, foi novamente “condenado a permanecer recluso”, impossibilitado de deixar seu quarto, como lamentou com o amigo, “até que passe a inflamação”⁸⁹.

Em 14 de dezembro, escreve à filha Laura que “há cerca de duas semanas, devido a um catarro traqueal, estava obrigado à prisão domiciliar”. Também acrescenta que vivia “como um eremita: não vejo ninguém, salvo as visitas do doutor Williamson”⁹⁰, o qual, por causa do tempo “muito úmido e chuvoso”, não havia permitido sair “até que faça um belo dia”⁹¹.

Apesar de todas as adversidades, Marx não desistiu, o quanto lhe foi possível, de comentar os acontecimentos mais atuais e as posições dos dirigentes do movimento de trabalhadores. Disse que estava “exausto” de alguns deles pelo uso de “uma certa [...] fraseologia ultrarrevolucionária que sempre considerei ‘vazia’; uma especialidade que os nossos fariam bem em abandonar em favor dos chamados anarquistas, que, na verdade, são os pilares da ordem existente, não os criadores da desordem”⁹².

Da mesma forma, não poupou aqueles que não se mostravam capazes de conservar uma posição de classe autônoma e advertiu sobre a imperiosa necessidade, por parte dos trabalhadores, de oporem-se às instituições e à retórica do Estado. Quando, de fato, o presidente do Congresso das cooperativas e deputado Joseph Cowen – que Marx considerava “o melhor entre os parlamentares ingleses” – justificou a invasão do Egito pela Inglaterra⁹³, ele revelou à filha Eleanor sua mais completa desaprovação.

Em primeiro lugar, lançou-se contra o governo: “que beleza! Não poderia haver um exemplo mais descarado de hipocrisia cristã do que essa ‘conquista’ do Egito, uma ocupação em pleno tempo de paz!”. Ademais, mirou Cowen, que, em um discurso público, realizado em 8 de janeiro de 1883 em Newcastle, expressara sua admiração por “esta ‘ação heroica’, [pelo] ‘esplendor da [...] parada militar’” e “tinha um sorri[so], complacente, diante da encantadora cena de todos aqueles postos militares ofensivos, fortificados entre o Atlântico e o Oceano Índico e, além disso, de um império ‘afro-britânico’, que se estendia do delta do Nilo à região do Cabo”. Era o “estilo inglês”, caracterizado pelo respeito pelos “interesses da ‘pátria’”.

Para Marx, em questões de política externa, Cowen não passava do típico exemplo daqueles “pobres burgueses britânicos que, arruinando-se, assumem

⁸⁹ Karl Marx a Friedrich Engels, 4 de dezembro de 1882 (*ibidem*, p. 307).

⁹⁰ Karl Marx a Laura, 14 de dezembro de 1882 (*ibidem*, p. 311).

⁹¹ Karl Marx a Friedrich Engels, 18 de dezembro de 1882 (*ibidem*, p. 319).

⁹² Karl Marx a Laura, 14 de dezembro de 1882 (*ibidem*, p. 311).

⁹³ Marx referia-se à guerra anglo-egípcia, que, em 1882, assistiu ao confronto das forças egípcias, lideradas por Ahmad Urabi (1841-1911), com as tropas do Reino Unido. Essa foi encerrada com a batalha de Tell al-Kebir (13-14 de setembro de 1882), a qual pôs fim à chamada revolta de Urabi, iniciada em 1879. Seu resultado permitiu a criação de um protetorado inglês no Egito.

sempre maiores ‘responsabilidades’ para realizar sua missão histórica, ainda que reivindicando, em vão, contra ela”⁹⁴. Ele interessou-se fortemente também pelo aspecto econômico do acontecimento, como demonstram as oito páginas de excertos que transcreveu da matéria *Egyptian Finance*, de Michael George Mulhall (1836-1900), publicado na edição de outubro da revista londrina *The Contemporary Review*⁹⁵.

Até o fim da vida, portanto, Marx criticou, com zelo inflexível, as nações que sempre considerara as principais responsáveis pelo reacionarismo na Europa: Reino Unido e Rússia. A esta última dedicou grande atenção e, mesmo no outono de 1882, como demonstram dois dos últimos cadernos de notas redigidos por ele, interessou-se por todas as transformações ali ocorridas⁹⁶. Em particular, Marx estudou algumas obras recém-publicadas, nas quais eram analisadas as novas relações socioeconômicas surgidas após a reforma agrária de 1861, por meio da qual a servidão foi abolida. Entre os livros que sumariou, estavam *Os camponeses à época da imperatriz Catarina II* [1881], de Vasilii Semevskii (1848-1916), *O artel na Rússia* [1881], de Andrej Isaev (1851-1924), *A propriedade comunal rural na província de Arcanjo* [1882], de Gerard Minejko (1832-1888) e *O futuro do capitalismo na Rússia* [1882], de Vasilij Voronkov (1847-1918); além de trabalhos mais datados, como *A questão camponesa à época de Alessandro II* [1862], de Aleksandr Skrebickij (1827-1915), e *Na periferia e na capital* [1870], de Fedor Elenev (1827-1902), que assinara sua obra sob o pseudônimo de Skaldin⁹⁷.

Naquele período, alguns artigos, surgidos em São Petersburgo, relatavam “a grande disseminação das [su]as teorias naquele país”. Ele ficou vivamente contente, uma vez que, como disse à filha: “em nenhum outro lugar meu sucesso me dá tanto prazer. Dá-me a satisfação de golpear uma potência que, junto com a Inglaterra, é o verdadeiro baluarte da velha sociedade”⁹⁸.

Alhures, sua crítica não poupava ninguém. Na França, por exemplo, depois do nascimento do Partido Operário, ocorrida em setembro de 1882, Marx lançou-se contra os maridos de suas filhas mais velhas, os quais designou para Engels, em um surto de ira: Longuet é o último proudhoniano e Lafargue é o último bakuninista; que vão ao inferno!”⁹⁹. Da mesma maneira, desancou várias

⁹⁴ Karl Marx a Eleanor Marx, 9 de janeiro de 1883 *In*: Marx & Engels (2008, pp. 332-333).

⁹⁵ Cf. IISG (The International Institute of Social History), Karl Marx - Friedrich Engels Papers, B 168, pp. 11-18.

⁹⁶ Cfr. IISG, Karl Marx - Friedrich Engels Papers, A 113 e B 167. Este último caderno contém a lista “Russo nas minhas prateleiras”, i. e., uma relação de publicações disponíveis naquele idioma na biblioteca pessoal de Marx. Essa permite deduzir sua intenção de voltar ao assunto, se tivesse tido força e tempo.

⁹⁷ Para mais informações sobre o uso desses textos por parte de Marx, recomenda-se o livro Marx & Engels (1999, pp. 597, 343, 463, 667, 603-604 e 245-246).

⁹⁸ Karl Marx a Laura Lafargue, 14 de dezembro de 1882 *In*: Marx & Engels (2008, p. 311).

⁹⁹ Karl Marx a Friedrich Engels, 11 de novembro de 1882 (*ibidem*, p. 294).

vezes aqueles que se declaravam seguidores de suas ideias sem conhecê-las e em relação a esses proferiu com ironia e presença de espírito: “tudo o que sei é que não sou marxista”¹⁰⁰.

Marx não pôde seguir de perto o desenvolvimento do movimento proletário europeu, nem continuar com sua obra científica. Se bem houvesse tentado, de todas as maneiras e com todas as forças, se restabelecer para retomar o trabalho e tivesse pedido à filha Eleanor, que foi encontrá-lo no *réveillon*, para levar consigo alguns livros: “traga-me a *Fisiologia*, aquela de [Johannes] Ranke [... e] também aquele horrível livreto de [Edward] Freeman (1823-1892) (*A história da Europa*) [1876], uma vez que substituí, para mim, a tabela cronológica”¹⁰¹, a instabilidade de sua saúde e a apreensão pelo estado físico da filha Jenny – novamente agravado após o nascimento da última filha – contribuíram para deixá-lo em condições desesperadas.

Em 6 de janeiro, reportou ao doutor Williamson, que, apenas se levantou, “foi pego, de surpresa, por uma tosse espasmódica que me fez debater-me e lutar contra o sufocamento”. Marx não tinha dúvidas acerca da verdadeira natureza de seu súbito adoecimento. Na tarde anterior, recebera uma carta com notícias terríveis sobre a saúde de sua filha primogênita: “eu estava a par da gravidade de sua doença, mas não estava preparado para o comunicado de que entrara em uma fase crítica”¹⁰². Também a Engels confessou que correria “risco de sufocar-me” e que, “no momento, a excitação nervosa” o atingia “até o pescoço”¹⁰³. À filha Eleanor conta:

creio que seja consequência de uma crise nervosa, de medo pela pequena Jenny! [...] Eu teria me precipitado imediatamente para Argenteuil, mas, assim, teria apenas imputado à pequena o peso de um hóspede doente! Ninguém, na verdade, pode me garantir que a viagem

¹⁰⁰ Esta afirmação encontra-se na carta de 2-3 de novembro de 1882 de Friedrich Engels a Eduard Bernstein, com o qual, referindo-se às escaramuças trocadas entre Marx e Lafargue, lamentou-se com estas palavras: “a isso que na França dá-se o nome de ‘marxismo’ é, na realidade, um produto muito particular” (p. 279). Essas foram repetidas em uma carta de 7 de setembro de 1890, publicada seis dias depois, endereçada à redação do *Sozialdemokrat*, cf. F. Engels (1963, p. 69) e em outras duas cartas privadas: a Conrad Schmidt, de 5 de agosto de 1890, e a Paul Lafargue, de 27 de agosto de 1890, cf. Marx & Engels (1991, pp. 465 e 478). A frase é trazida à tona de modo errado por Karl Kautsky, que sustenta que Marx a tivesse utilizado nos confrontos com este último, cf. B. Kautsky (1955, p. 90). Foi empregada, por fim, pelo tradutor de *O Capital* para o russo, German Lopatin, em uma carta para Marija Nikolaevna Ošanina, de 20 de setembro de 1883: “recorda-se quando eu dizia que o próprio Marx nunca foi marxista? Engels contou que, durante a luta de Brousse, Malone e companhia contra os outros, Marx disse uma vez, rindo: “Posso dizer apenas uma coisa: que não sou marxista!” (Enzensberger, 1977, p. 456). A propósito, cf. M. Rubel (1981, pp. 60-61).

¹⁰¹ Karl Marx a Eleanor Marx, 23 de dezembro de 1882 *In*: Marx & Engels (2008, p. 326). Marx referia-se à tabela cronológica da história mundial que havia começado a preparar no outono de 1881.

¹⁰² Karl Marx a James Williamson, 6 de janeiro de 1883 (*ibidem*, p. 329).

¹⁰³ Karl Marx a Friedrich Engels, 10 de janeiro de 1883 (*ibidem*, p. 333).

não me puniria com uma recaída, o que até o momento consegui, afortunadamente, evitar. Contudo, é excruciante não poder ir vê-la¹⁰⁴.

Deste modo, mais uma vez, para Marx teve início um período de “longo confinamento em casa”¹⁰⁵, durante o qual, à “tosse quase perene, [...] já bastante cansativa”, foram adicionadas “crises de vômito cotidianas”, que tornaram a situação quase insustentável. Todavia, a perspectiva de uma recuperação não parecia completamente extinta. Lamentou-se com Eleanor que seu estado insuportável o impedia “quase sempre de trabalhar”, mas lhe revelou também que “o médico acredita – ainda acredita e isso é significativo! – conseguir me libertar deste tormento [...]. Quem viver, verá”¹⁰⁶.

Infelizmente, um novo acontecimento dramático pôs fim às últimas esperanças de recuperação. Em 11 de janeiro, antes de completar trinta e nove anos, Jenny faleceu de câncer na vesícula. Após a partida da mulher, Marx tinha, assim, de enfrentar também a perda de uma de suas amadíssimas filhas. A notícia caiu, como uma bomba, sobre um homem já gravemente doente e marcado por uma vida de dificuldades. A narração destes momentos, realizada sucessivamente por Eleanor, testemunha, de modo dramático, as penosas circunstâncias:

Recebemos uma carta do Mouro [...], na qual ele dizia que a saúde de Jenny finalmente melhorava e que nós – Helene [Demuth] e eu – não devíamos nos preocupar. Recebemos o telegrama que anunciava a morte de Jenny apenas uma hora depois dessa carta. Parti imediatamente para Ventnor. Vi muitos momentos tristes, mas nenhum como aquele. Sentia levar para meu pai sua sentença de morte. Durante as longas horas daquela viagem angustiante, continuei a torturar o meu cérebro, pensando em como lhe comunicar a notícia. Não precisei, porém, dizer nada; minha fisionomia me traiu. O Mouro disse subitamente: “nossa pequena Jenny morreu!” – e ele queria que eu partisse imediatamente para Paris, para ajudar a cuidar das crianças. Queria ficar com ele, mas não aceitou objeções. Não estava em Ventnor nem há meia hora e já retomava, com o coração triste e confrangido, o caminho para Londres, para partir, então, imediatamente para Paris. Pelo bem das crianças, fiz o que desejava o Mouro¹⁰⁷.

Em 13 de janeiro, então, Marx também pôs-se rapidamente a caminho para retornar para casa. Antes de deixar a ilha de Wight, comunicou o motivo de sua

¹⁰⁴ Karl Marx a Eleanor Marx, 8 de janeiro de 1883 (*ibidem*, p. 330).

¹⁰⁵ Karl Marx a Friedrich Engels, 10 de janeiro de 1883 (*ibidem*, p. 334).

¹⁰⁶ Karl Marx a Eleanor Marx, 9 de janeiro de 1883 (*ibidem*, p. 332).

¹⁰⁷ A declaração de Eleanor Marx está incluída no livro de Enzensberger (1977, p. 453).

partida repentina para o doutor Williamson – “a fatal notícia da morte da minha filha mais velha” –, adicionando à despedida: “encontro um pouco de alívio em uma horrível dor de cabeça. A dor física é o único ‘torpor’ da dor mental”¹⁰⁸. Essas foram suas últimas palavras deixadas em papel.

5. Saída de cena

A reconstrução das últimas semanas de vida de Marx foi possível graças aos testemunhos feitos por membros de sua família e, sobretudo, à correspondência de Engels.

Em uma carta deste endereçada a Eduard Bernstein, apreende-se que, após o retorno de Ventnor, Marx esteve “confinado em casa devido a uma bronquite, até o momento afortunadamente leve”¹⁰⁹. Em fevereiro, Engels contou, sempre a Bernstein – convertido, naquele período, no dirigente do Partido Socialdemocrata alemão com quem ele mais assiduamente trocava notícias – que “há três semanas está tão rouco, que consegue falar pouco”¹¹⁰.

Em 16 de janeiro, Engels escreve a Laura Lafargue: “ultimamente, [Marx] passou noites insones muito duras, que lhe privaram do apetite intelectual, tanto que começou a ler catálogos de editoras em vez de romances”¹¹¹. Nesse ínterim, no dia seguinte, relata à mesma “um bom sinal [...] pôs de lado o catálogo e voltou a Frédéric Soulié” (1800-1847), um dos mais populares escritores na França, que havia previsto a revolução de 1848. Todavia, a apreensão continuava altíssima, “posto que, enquanto precisa curar os problemas mais urgentes, ou seja, os órgãos da respiração, e a cada tanto deve tomar um sonífero, termina por descuidar do resto, como, por exemplo, seu estômago”¹¹². Ainda que Marx procurasse se alimentar o máximo possível, frequentemente preferia apenas meio litro de leite, bebida que, no passado, não teria apreciado nunca, à qual adicionava rum ou *brandy*. Para mantê-lo aquecido, eram-lhe preparados escalda-pés de mostarda.

Ao fim do mês, Engels atualizou Bernstein mais uma vez: “Marx ainda não está apto para trabalhar, permanece em casa [...] e lê romances franceses. Seu caso parece muito complicado”¹¹³. Na semana seguinte, Engels escreve a Bebel, explicando-lhe que “a saúde de M[arx] não mostra a melhora que deveria”¹¹⁴. Em

¹⁰⁸ Karl Marx a James Williamson, 13 de janeiro de 1883 *In*: Marx & Engels (2008, p. 335).

¹⁰⁹ Friedrich Engels a Eduard Bernstein, 18 de janeiro de 1883 (*ibidem*, p. 336).

¹¹⁰ Friedrich Engels a Eduard Bernstein, 8 de fevereiro 1883 (*ibidem*, p. 339).

¹¹¹ Friedrich Engels a Laura Lafargue, 16 de fevereiro de 1883 (*ibidem*, pp. 343-344).

¹¹² Friedrich Engels a Laura Lafargue, 17 de fevereiro de 1883 (*ibidem*, p. 344).

¹¹³ Friedrich Engels a Eduard Bernstein, 27 de fevereiro de 1883 (*ibidem*, p. 351).

¹¹⁴ Friedrich Engels a August Bebel, 7 de março de 1883 (*ibidem*, p. 355).

10 de março, por fim, Engels comunicou a Laura logo após uma avaliação clínica do doutor Donkin: “visitou o Mouro e ficou feliz em dizer que seu veredito estava muito mais favorável do que aquele de duas semanas atrás. Disse que o Mouro não piorou em nada, antes, talvez, melhorado”. Adicionou, porém, que estava “muito fraco, porque (tinha) dificuldade de engolir”, e tinham que “obrigá-lo a comer e beber”¹¹⁵.

Os eventos rapidamente desandaram para o pior. O definhamento do corpo de Marx foi velocíssimo e a isso se somou, por fim, um abscesso pulmonar. Engels começou a se preocupar houvesse verdadeiramente chegado o momento final para o amigo de toda uma existência: “todas as manhãs, nas últimas seis semanas, quando virava a esquina, experimentava um medo mortal de que as persianas estivessem abaixadas”. Este temor tornou-se realidade às 14h45 de 14 de março de 1883.

O relato de Engels mais completo e pleno das palavras mais comoventes sobre o que aconteceu no último dia de vida de Marx foi dirigido a Sorge, o companheiro que foi secretário da Associação Internacional dos Trabalhadores, após a transferência do Conselho Geral nos Estados Unidos da América, em 1872. A este relatou:

Cheguei às 14h30, a hora que ele preferia para a visita cotidiana. A casa estava em prantos, diziam que parecia estar perto do fim. [...] Constatou-se uma pequena hemorragia, seguida de sum súbito colapso. Nossa brava e velha Lenchen, que tratou dele como nem mesmo uma mãe cuidaria do próprio filho, dirigiu-se para ao andar de cima e em seguida voltou para baixo. Disse que havia dormido e que eu podia subir. Quando entramos, ele jazia adormecido na cama, mas para nunca mais levantar-se. Não havia mais pulso, nem respiração. Em dois minutos expirara, serenamente e sem dor.

Engels compreendeu imediatamente, mesmo no imenso desconforto da perda de seu mais querido amigo, que, diante de suas irreversíveis condições de saúde, a Marx foi reservada uma morte serena. Comentou com Sorge:

Todos os eventos que ocorrem por causas naturais carregam em si a própria consolação, ainda que possam ser terríveis. Foi assim também nesse caso. Talvez, a competência dos médicos lhe pudesse ter assegurado ainda um ano de existência vegetativa; a vida de um ser impotente, que, devido ao triunfo da medicina, não morre de um só golpe, mas sucumbe pouco a pouco. Todavia, nosso Marx não o teria

¹¹⁵ Friedrich Engels a Laura Lafargue, 10 de março de 1883 (*ibidem*, p. 356).

suportado nunca. Viver com todos aqueles trabalhos incompletos diante de si, ansiando, como Tântalo, por dar-lhes fim sem poder fazê-lo, teria sido mil vezes mais amargo do que a doce morte que o surpreendeu. “A morte não é uma desgraça para aquele que morre, mas para os que ficam”¹¹⁶, costuma dizer, citando Epicuro. E ver este homem genial vegetar como uma ruína pela glória maior da medicina e para o escárnio dos filisteus que ele, quando estava com todas as suas forças, tantas vezes criticara... não, mil vezes melhor assim as coisas como ocorreram. Mil vezes melhor que, depois de amanhã, o levaremos para a tumba onde repousa sua mulher. Depois de tudo o que aconteceu anteriormente, daquilo que nem mesmo os médicos sabiam mais do que, para mim não poderia ser uma escolha¹¹⁷.

Seja como for. A humanidade agora tem uma mente a menos, a mais importante de que poderia se gabar hoje em dia. O movimento proletário prossegue o seu próprio caminho, mas lhe veio a faltar seu ponto central, aquele para o qual, automaticamente, voltavam-se franceses, russos, americanos e alemães nos momentos decisivos, a fim de receber aquele conselho claro e irrefutável que somente o gênio e o completo conhecimento de causa poderiam lhes oferecer. Os reacionários locais, os pequenos luminares e, talvez, também os impostores acharão que têm as mãos livres. A vitória final está assegurada, mas os caminhos tortuosos, as derrotas temporárias e locais – já antes inevitáveis – aumentarão mais do que nunca¹¹⁸. Bem, teremos que dar início a ela. Caso contrário, que estamos fazendo? E, de qualquer forma, estamos muito longe de perder nossa coragem¹¹⁹.

Foi precisamente o que aconteceu. Tantos outros, após a morte de Marx, levantaram suas bandeiras. Da América Latina ao Extremo Oriente, nas sedes sindicais mais pobres da periferia ou nas aulas magnas das universidades mais prestigiadas, dezenas e dezenas de milhões de trabalhadoras e trabalhadores e de jovens estudantes leram seus escritos. Trazem a consciência de sua condição de oprimidos e formularam, com o tempo, inspirações para promover novas revoltas, organizando greves movimentos sociais e partidos políticos. Lutaram pelo

¹¹⁶ A referência é à designada *Carta sobre a felicidade*, que Epicuro escreve a Meneceu.

¹¹⁷ A propósito, ver as considerações de Engels: “para mim, a morte de sua mulher, primeiro, e, em uma fase muito crítica, a de Jenny, então, contribuíram para desatar a crise final”, Friedrich Engels a Wilhelm Liebknecht, 14 de março de 1883 *In: Marx & Engels* (2008, p. 358).

¹¹⁸ Cf. as palavras de Engels, em uma carta parecida, escrita um dia antes: “o movimento seguirá por sua estrada, mas deverá dispensar a intervenção calma, oportuna e ponderada que até o momento lhe poupou muitos e cansativos desvios”, Friedrich Engels a Eduard Bernstein, 14 de março de 1883 (*ibidem*, p. 358).

¹¹⁹ Friedrich Engels a Friedrich Sorge, 15 de março de 1883 (*ibidem*, pp. 360-361).

pão e pelas rosas, contra a injustiça e pela liberdade e, assim fazendo, deram plena execução às teorias de Marx.

No curso deste longo processo – durante o qual, Marx foi estudado a fundo, transformado em ícone, embalsamado em manuais de regime, mal interpretado, censurado, declarado morto e, de tempos em tempos, redescoberto –, alguns distorceram suas ideias com doutrinas e práticas que, em vida, ele teria combatido irredutivelmente. Outros, por seu turno, enriqueceram-no, atualizaram-no e colocaram em evidência problemas e contradições, com espírito crítico similar ao que ele sempre empregou, e que ele teria apreciado.

Aqueles que hoje voltam a folhear as páginas de seus textos, ou os que se empenham em sua leitura pela primeira vez, não podem ficar menos do que fascinados por sua capacidade explicativa da análise econômica-social de Marx e cativados pela mensagem que transpira, incessantemente, de toda a sua obra: organizar a luta para pôr fim ao modo de produção burguês e pela completa emancipação das trabalhadoras e dos trabalhadores, de todo o mundo, do domínio do capital.

Referências bibliográficas

- ALEMANHA; PRÚSSIA. *Stenographische Berichte über die Verhandlungen des Reichstags*, I, Berlin 1882.
- ANDERSON, Kevin. *Marx at the Margins*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ATTALI, Jacques. *Karl Marx*. Roma: Fazi, 2006.
- BADIA, Gilbert. “Marx en Algérie” In: BADIA, G. (org.). *Karl Marx. Lettres d’Alger et de la Côte d’Azur*. Paris: Le Temps des Cerises, 1997.
- DORNEMANN, Luise. *Jenny Marx: Der Lebensweg einer Sozialistin*. Berlin: Dietz, 1971.
- ENGELS, Friedrich. “Antwort an die Redaktion der ‘Sachsischen Arbeit-Zeitung’” In: *Marx Engels Werke*, xxii. Berlin: Dietz, 1963.
- _____. “Draft speech over the Grave of Jenny Marx” In: MARX, Karl & ENGELS, Frederick. *Collected Works*, V. 24 (1874-1883). New York: International Publishers, 1989.
- ENGELS, F.; LAFARGUE, P. & LAFARGUE, L. *Correspondence*, I, 1868-1886. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1959.
- ENZENSBERGER, Hans (org.). *Colloqui con Marx ed Engels*. Torino: Einaudi, 1977.
- GABRIEL, Mary. *Love and Capital*. New York, Boston, London: Little, Brown and Company, 2011.
- GALLISSOT, René. (org.), *Marxisme et Algérie*. Paris: Union générale d’éditions, 1976.
- HOLMES, Rachel. *Eleanor Marx: A Life*. London: Bloomsbury, 2014.

- IISG (The International Institute of Social History), Karl Marx - Friedrich Engels Papers, B 168
- IISG, Karl Marx - Friedrich Engels Papers, A 113 e B 167
- KAPP, Yvonne. *Eleanor Marx*, I, Vita familiare (1855-1883). Torino: Einaudi, 1977.
- _____. *Eleanor Marx*, II, Gli anni dell'impegno (1884-1898). Torino: Einaudi, 1980.
- KAUTSKY, B. (org.). *Friedrich Engels' Briefwechsel mit Karl Kautsky*. Wien: Danubia, 1955.
- KRÄTKE, Michael A. "Marx und die Weltgeschichte", *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Neue Folge*. 2014-15.
- KRYSMANSKI, Hans J. *Die letzte Reise des Karl Marx*. Frankfurt a. M.: Westend, 2014.
- MARX, Karl. *Notes on Indian History*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2001.
- _____. "Excerpts from M. M. Kovalevskij (Kovalevsky), Obschinnoe Zemlevladienie. Prichiny, hod i posledstviya ego razlozheniya" In: KRADER, L. *The Asiatic Mode of Production. Sources, Development and Critique in the Writings of Karl Marx*. Assen: Van Gorcum, 1975.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Über Deutschland und die deutsche Arbeiterbewegung*. Berlin: Dietz, 1953.
- _____. *Marx Engels Werke*, XIX. Berlin: Dietz, 1962
- _____. *Marx Engels Opere*, XL. Roma: Editori Riuniti, 1973a.
- _____. *Marx Engels Opere*, XLI. Roma: Editori Riuniti, 1973b.
- _____. *Marx Engels Opere*, XLVIII. Roma: Editori Riuniti, 1991.
- _____. *Lettere 1880-1883 (marzo)* Milano: Lotta Comunista, 2008.
- _____. *Die Bibliotheken von Karl Marx und Friedrich Engels*. MEGA, 1999.
- PETERS, Heinz Frederick. *Red Jenny: A Life with Karl Marx*. New York: St. Martin's, 1986.
- RUBEL, Maximilien. "Cronologia della vita e dell'opera di Karl Marx, 1818-1883" In: *Karl Marx. Saggio de biografia intellettuale*. Prolegomini per una sociologia etica. Milano: Colibrì, 2001.
- _____. *Marx critico del marxismo*. Bologna: Cappelli, 1981.
- TSUZUKI, Chushichi. *The Life of Eleanor Marx, 1855-1898: A Socialist Tragedy*. Oxford: Clarendon Press, 1967.
- VESPER, Marlene. *Marx in Algier*. Bonn: Pahl-Rugenstein Nachfolger, 1995.
- WEISSWEILER, Eva. *Tussy Marx: Das Drama der Vatertochter*. Köln: Kiepenheuer & Witsch, 2002.

Recebido em 30 de novembro de 2016

Aprovado em 13 de junho de 2017

Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho*

Capitalism in times of uberization: from employment to labor

Virgínia Fontes**

Resumo

Análise de alguns sentidos históricos das relações de trabalho contemporâneas, criticando duas falsas evidências contemporâneas: a de que trabalho se reduziria a emprego; e de que seria supérfluo no capitalismo atual. O artigo assinala um novo papel do Estado capitalista, deslocado de papel complementar à reprodução da força de trabalho para o de contenção de massa crescente de trabalhadores com direitos expropriados, anteriormente associados ao contrato de trabalho. A extrema concentração da propriedade capitalista – a dos recursos sociais de produção – contraposta a trabalhadores desprovidos de direitos é exemplificada pela empresa Uber. Além de ausência de direitos (desemprego) e de jornadas ilimitadas, ocorre uma centralização direta e internacional do comando capitalista sobre os trabalhadores, acoplada à extrema descentralização do processo de trabalho. Finalmente, aborda o papel das entidades empresariais sem fins lucrativos na expropriação de direitos de massas crescentes de trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho; trabalhadores; emprego; tecnologia; capital; Estado; Uber.

Abstract

The paper consists in an analysis of some historical sense of the contemporary work-relations, criticizing two false contemporary evidences: that labor reduces itself to employment; and that it would be superfluous in the present capitalism. The paper indicates a new role performed by the capitalist State, dislocated from the complementary role it plays to the reproduction of the workforce to that of contention of the increasing mass of workers expropriated from rights previously associated by the work contract. The extreme concentration of capitalist property – that of social resources of production – opposed to workers with no rights is exemplified by the company Uber. Besides the absence of rights (unemployment) and the unlimited workdays, there is a direct and international centralization of capitalist command over workers, together with an extreme decentralization of the work process. Finally, it deals with the role of nonprofit corporate entities in the expropriation of rights of increasing masses of workers

Keywords: labor; workers; employment; technology; capital; State; Uber.

* Este texto é um desdobramento de intervenção no Colóquio Marx e o Marxismo 2016: *Capital e poder*, quando compartilhei a mesa redonda “Trabalho e capital: as contradições políticas contemporâneas” com Marcela Soares. Foi originalmente publicado na revista KALLAIKIA – Revista de Estudos Galegos, nº 2, junho de 2017. Agradeço o estímulo de Maurício Castro.

** Historiadora. Docente na Pós-Graduação de História-UFF, Programa de Pós-Graduação da EPS-JV-Fiocruz, docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST e integrante do NIEP-Marx/UFF.

Somente na sociedade capitalista os seres sociais – em sua esmagadora maioria – são convertidos genericamente em trabalhadores, isto é, em seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho. Sob quaisquer condições e atravessando todas as situações: sexo, gênero, cor, religião, educação, região ou nacionalidade. Esta relação social constitui a base do capitalismo – seres sociais que não dispõem de meios para subsistir – e é sempre reproduzida ampliamente. Ela origina-se na expropriação massiva de terras camponesas a partir do século XV e nos “cercamentos parlamentares”, realizados no século XVIII na Inglaterra, que extinguiram a propriedade camponesa através de decretos (Wood, 2001, p. 91). Prossegue seu curso na atualidade expropriando camponeses, em todo o mundo, e reatualizando expropriações parlamentares. Gera, permanentemente, de um lado, a concentração da propriedade, pelo roubo de terras e de bens coletivos e, de outro, massas de trabalhadores que precisam vender força de trabalho¹.

A necessidade vital, de subsistência (que é sempre socialmente realizada, e não apenas singular), torna-se um imperativo maior, avassalador, apresentado como se fosse um “valor” máximo e urgente. Necessidade travestida – dramaticamente – em seu contrário, como se fosse liberdade. Marx realizou profunda crítica da Economia Política e permitiu compreender que, em todas as sociedades historicamente existentes, somente o trabalho produziu riqueza, embora ele tenha assumido formas as mais diversas (*cum grano salis*).

A atividade genérica do trabalho – o que permite ao ser social transformar a natureza com a qual compartilha a existência e, por esse mesmo processo, transformar-se profundamente – torna-se sob o capitalismo apenas “produção de riqueza” abstrata e forma de sujeição da grande maioria da população. O sociometabolismo – essa troca entre seres sociais na sua relação de transformação da natureza – é profundamente diverso segundo os períodos históricos. Ele depende das maneiras pelas quais, em cada período histórico, a sociedade organizava-se na produção de sua vida material e cultural. Sob o capitalismo, envolve uma verdadeira ruptura, um

“racha irreparável” dentro da sociedade capitalista no metabolismo entre a humanidade e a Terra – “um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida” – exigindo sua “restauração sistemática como uma lei reguladora da produção social”. Na industrialização da agricultura, sugeriu ele [Marx], a verdadeira natureza da “produção

¹ Harvey (2004, p. 45) analisa o processo atual como um “novo imperialismo”, gerando uma nova etapa capitalista de “acumulação por espoliação”. Por outro viés, considero que as expropriações são constitutivas de todas as fases do capitalismo, e aguçaram-se recentemente, além de incidirem sobre novos fenômenos (águas, germinação das sementes, biologia humana etc.). Cf. Fontes (2013).

capitalista” foi revelada como sendo a de que “só se desenvolve mi-
nando simultaneamente as fontes originais de toda a riqueza – o solo
e o trabalhador” (Foster, 2013, s. p.).

Quanto mais se expande o capitalismo, mais o trabalho assume múltiplas
configurações, recobertas por contraditórias *aparências*, disseminadas, enfa-
tizadas pela propaganda e pela atuação empresarial e estatal. Duas *aparências*
assumem a frente na atualidade: o trabalho reduzir-se-ia a emprego, e seria su-
perável, eliminável da vida social.

Sob o capital, o traço constitutivo mais forte do trabalho, a capacidade cria-
tiva, torna-se secundário para os que exercem a própria atividade (alienação²).
Para a grande maioria, o trabalho reduz-se à necessidade imperativa de homens
e mulheres de garantir sua subsistência no mercado. Da relação social entre tra-
balho e capital e da atividade criativa saltamos para a relação jurídica “emprego”,
forma ainda generalizada pelo capitalismo, mas em vias de transformação, na
qual homens e mulheres estão totalmente disponíveis, durante a maior parte do
tempo, aos seus empregadores, para realizar as tarefas (“trabalho”) que lhes fo-
rem designadas³. A base social dessa necessidade escapa ao ser singular, e o tra-
balho somente lhe aparece como uma vida ritmada pelo “contrato de trabalho”
que assegura condições sociais de existência, através do salário. O trabalho (a
atividade) é louvado e reafirmado na educação escolar, na educação profissional,
nas empresas e na propaganda, onde se procura extrair uma vocação, um im-
pulso interno a cada ser singular que o justifique e conforte na tarefa que deverá
cumprir. Também é louvado como emprego, enquanto trampolim para o sucesso
e valorizado positivamente como expressão da própria subjetividade. Tal valo-
ração positiva é socialmente confirmada *somente se* o trabalho converte-se em
“emprego”, em forma de venda da força de trabalho assegurada por um contrato.
No século XIX, Marx já assinalava a tendência a uma opacidade ainda maior das
relações entre capital e trabalho através do pagamento de salários por “peças”,
quando a remuneração do trabalhador depende não da jornada contratada, mas
de sua produção⁴.

² Cf. Marx (1996).

³ Ver o elucidativo artigo de E. P. Thompson (1995), “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”.

⁴ “Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho.” [...] “mesmo permanecendo constante o salário por peça, implica em si e para si uma baixa de preço do trabalho.” [...] “Mas a maior liberdade que o salário por peça oferece à individualidade tende a desenvolver, por um lado, a individualidade e, com ela o sentimento de liberdade, a independência e autocontrole dos trabalhadores, por outro lado, a concorrência entre eles e de uns contra os outros.” Marx (1985, pp. 141-142).

Desde o século XIX, enormes lutas sociais impuseram regras e limites legais ao patronato, de tal forma que contratos de trabalho limitaram (sem eliminá-las) as formas de pagamento “por peças”, e associaram-se a uma grande variedade de direitos (férias, salário anual adicional, aposentadorias, licença saúde etc.), para além de conquistas na educação e na saúde públicas, por exemplo. Evidentemente, o desemprego é a ameaça maior para a população privada das condições de existência. Ele continua sendo a expressão mais clara do despotismo do capital, maneira de disciplinar enormes massas de seres sociais, e deriva de dois processos principais: a permanência de expropriações, produzindo mais seres necessitados de vender força de trabalho em concorrência com os “empregados”, e a introdução de maquinaria e tecnologia, que dispensa força de trabalho.

A coexistência de grandes massas de trabalhadores em espaços comuns, subordinados à mesma empresa (ao mesmo “patrão”) traz enorme tensão para o capital. Essa massa reconhecia-se concretamente nos seus hábitos de vida, seus locais de moradia, na subordinação comum de um cotidiano compartilhado ao longo de anos de vida. Criava-se uma aparência de correspondência entre trabalho (a atividade criativa), emprego (a forma concreta da sujeição do trabalhador ao capital) e vida (sociabilidade). Isso era mais visível e intenso nos empregos fabris. Essa contradição intrínseca da vida capitalista (socialização dos processos produtivos oposta à concentração da propriedade dos resultados da atividade coletiva) tornava também evidente a sujeição coletiva e contribuiu para a criação de sindicatos e de partidos de extração operária. As estruturas de controle para bloquear reivindicações e rebeldias estavam ancoradas, em primeiro lugar, diretamente no próprio patronato (capatazes, controle dos poros de tempo nas funções exercidas etc.), que contava com o apoio policial (estatal) para as situações que extrapolassem os muros das empresas. E elas eram frequentes.

Começamos a ver onde se lastreia a aparência de superabilidade – ou a noção de que o trabalho não seria algo de intrinsecamente significativo para o ser social e, em especial, para o capital. Essa noção tem múltiplas matrizes, que tendem a aparecer superpostas e imbricadas. Não poderemos apresentar todos os aspectos, mas vale mencionar alguns deles. Uma tendência fortíssima é o deslocamento contínuo, imposto e estimulado pelo patronato, dos custos de contenção das contradições – e lutas – dos trabalhadores para o âmbito do Estado. Frente à ameaça (real ou suposta) de revoluções dos trabalhadores, o Estado assumiu, nos países centrais, crescente parcela do valor da reprodução dessa força de trabalho, através de políticas públicas de saúde, educação, moradia, saneamento etc. (Cf. Brunhoff, 1985). Em paralelo, prosseguiram as expropriações diretas (da terra) em escala internacional, aumentando a massa de trabalhadores no âmbito internacional, com efeitos mais claros a partir dos anos 1980. Na década seguinte, ainda acrescentar-se-ão as populações expropriadas de direitos dos países anteriormente integrantes do chamado bloco socialista. Intensifica-se

a concorrência entre os trabalhadores e ela será estimulada e aproveitada pelo empresariado, com expansão extrema das relações capitalistas no mundo. Evidentemente, o aumento da massa de trabalhadores envolveu tanto uma redução do valor da força de trabalho, quanto do seu poder de barganha, que se exerce quase que unicamente no âmbito nacional.

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho *empregada*, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação *direta* ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora). O crescimento da violência estatal é, portanto, um aspecto dos mais importantes, e merece estudos detalhados⁵. Um segundo aspecto é a redução dos recursos disponíveis para o Estado, de um lado pela redução de suas fontes de recursos, sejam aquelas ligadas ao assalariamento, seja pela evasão fiscal empresarial sob múltiplos formatos; de outro, pelo aumento do apetite inexorável do capital captando recursos públicos para sua expansão internacional e/ou em momentos de crise. O predomínio dos Estados Unidos na formatação dessas novas práticas não é desprezível. Mas não deve fazer esquecer o papel das classes dominantes dos demais países que aderiram vivamente a elas por também partilharem interesses internacionais, pelos efeitos “benéficos” que extraem desse disciplinamento dos trabalhadores ou ainda pelo uso dos recursos públicos para expandirem-se ou amortecer crises.

Vale a pena explorar alguns elementos da relação entre trabalho e emprego. Em primeiro lugar, a profunda contradição entre o que é apresentado socialmente como “liberdade” do ser social, a sua vocação⁶, em contraste com sua sujeição cotidiana aos empregadores. Essa contradição é vivida no cotidiano dos empregados, tensos pelo temor do desemprego, pelo bloqueio que o emprego impõe aos inúmeros outros afazeres e possibilidades da existência (o acompanhamento dos filhos, o esporte, a cultura, o lazer, as viagens etc.). A existência real estaria fora do emprego, mas este ocupa quase todo o tempo, introduzindo uma profunda e dolorosa fissura entre o tempo de trabalho e a *vida*, tema explorado por Thompson, o que anima expectativa reiterada de um mundo sem trabalho, ou sem empregos.

⁵ Muitas excelentes análises assinalam a exacerbação da violência do Estado, e são fundamentais. Grande parte delas não correlaciona o fenômeno às formas de contenção da força de trabalho, por considerar o trabalho superado para o capital. Ver Agamben (2004); Arantes (2007); Brito & Oliveira (2013).

⁶ Um dos sustentáculos centrais do “espírito” do capitalismo, segundo Max Weber (1983).

Em segundo lugar, o resultado do processo de trabalho não faz sentido para o empregado, que integra uma espécie de grande “sistema” coletivo, subordinado a um patronato que, em muitos casos na atualidade, sequer é visível ou incorporado em pessoas concretas (tal como os “acionistas”). O objetivo geral do processo de conjunto escapa ao trabalhador, aparecendo como astronômicas cifras de lucro, mero dinheiro, distante da vida concreta, como se não mantivesse mais relação com a extração de valor. O trabalhador pode até saber que sua fábrica produz aviões ou medicamentos, mas a sua parcela de atividade está totalmente subordinada a uma estrutura abstrata, diluída numa massa de atividades conexas, em muitos casos dividida em diversos continentes e em proprietários não visíveis. Ele não se reconhece no produto do seu trabalho, que se lhe afigura como o produto “da empresa”, e sua subordinação parece ser ao “sistema”. A desqualificação do trabalho/emprego e dos trabalhadores está ligada à sua forma social, mas os atinge singularmente.

Permanentemente são postos em prática procedimentos empresariais e/ou políticos para bloquear a emergência das tensões geradas por essas contradições. Citemos alguns, como a superposição de sucessivas formações profissionais, em diferentes níveis, procurando adequar os seres sociais às necessidades específicas – e exigências – do capital, preparando-os para uma disponibilidade a mais flexível possível, frente à inflexibilidade crescente das exigências do capital: a *empregabilidade*. Outra política – empresarial e pública – reside na falsificação da democracia, através do estímulo (monetário ou por temor ao desemprego) à *participação* e ao *engajamento* do trabalhador, que deve *vestir a camisa* da empresa. Também o estímulo ao *empreendedorismo*, como apagamento jurídico fictício da relação real de subordinação do trabalho ao capital, que se apresenta como igualdade entre... capitalistas, sendo um deles mero “proprietário” de sua própria força de trabalho.

Em terceiro lugar, mas extremamente relevante, figura a relação entre o trabalhador e a tecnologia. Todos sabem que a tecnologia é fruto de trabalho humano, coletivo, cristalizado em máquinas de inúmeros tipos (mecânicas, eletrônicas, digitais) e processos. Se resulta da atividade de trabalhadores, seu direcionamento provém do capital em prol de maior lucratividade. No entanto, a tecnologia costuma ser apresentada como algo “externo” à humanidade e indiferente à sua sorte. Como se, a partir da própria coisa tecnológica, engendrassem-se revoluções na vida social. Ela torna-se uma ameaça, brandida regularmente, como maneira específica de eliminar trabalho (isto é, emprego) na vida social, substituindo os seres concretos em funções que, doravante, serão eliminadas pelo uso de tal ou qual método ou tecnologia. A tecnologia é simultaneamente ameaça difusa de desemprego e promessa do fim do trabalho. A realização por máquinas de inúmeras tarefas é apresentada como garantia de um futuro no qual ninguém mais precisaria trabalhar (transformar a natureza), pois tudo seria produzido por tec-

nologias (muito ou pouco “inteligentes”), liberando os seres sociais do trabalho, a começar pelas tarefas rudes ou repetitivas. O desemprego que a introdução capitalista de máquinas promove para intensificar a extração de valor é metamorfoseado em liberação do trabalho. A necessidade de trabalhar, porém, subsiste entre os seres sociais da sociedade capitalista, pois sem vender força de trabalho, tais expropriados não subsistem no mercado. Entre ameaça e promessa, desaparecem as possibilidades concretas trazidas por processos de trabalho a cada dia mais socializados, como redução das jornadas sem redução salarial, por exemplo.

Finalmente, outro elemento, de poderosa influência, é a própria expressão da riqueza na sociedade capitalista. Sabemos que a riqueza acumulada pelo capital é “trabalho morto”. Essa riqueza deriva da extração de mais-valor pelos proprietários de capital sobre massas crescentes de trabalhadores que precisam vender sua força de trabalho. Mas ela não aparece dessa maneira: a verdade não está explícita nos supermercados ou nos bancos, menos ainda na publicidade. A riqueza aparece na forma do dinheiro, da própria *coisa dinheiro*, daquilo que permitiria o acesso ilimitado a todas as coisas. A riqueza – e o modelo de vida sugerido – é o ócio, mas lucrativo. Essa imagem clássica do capitalista reforçou-se nas últimas décadas, na medida em que “os investidores” seriam os que fariam “render” seu dinheiro de maneira quase mágica e, em contrapartida, viveriam uma vida isenta de trabalho.

Sem pretensão exaustiva, observamos como a categoria trabalho está permeada de sentidos contraditórios, positivos e negativos. Há uma tendência forte a identificar trabalho (atividade humana, sociometabólica, de transformação da natureza) com a forma “emprego”, uma das formas de subordinação do trabalho ao capital, que agora se desloca para uma subordinação ainda mais direta, como veremos. As contradições exacerbadas nas sociedades capitalistas induzem, de um lado, à imposição do trabalho, simultaneamente vivida enquanto atividade criativa, enquanto garantia de subsistência/direitos e enquanto sujeição e, de outro lado, promovem uma profunda rejeição do trabalho, na qual se confundem a recusa da sujeição com a dificuldade do acesso ao emprego com direitos.

Direito ao trabalho?

Nunca houve, em *nenhuma* sociedade capitalista, direito ao trabalho e, se havia alguma ilusão, ela foi derrotada em 1848. Há, sim, obrigação de vender força de trabalho e essa obrigação sequer precisa ser legal, pois se assenta na “natureza das coisas” para essa sociedade expropriatória. Manuais de economia chamam de “pleno-emprego”, em sociedades capitalistas, situações em que as taxas de desemprego estão abaixo de 5% da população! No assim chamado pleno emprego dos anos “dourados” (1945-1975) para os países centrais, os dados esta-

vam truncados, pois não entravam na conta nem os trabalhadores sem direitos (imigrantes), que viviam nesses países, nem os camponeses de outros países que estavam sendo expropriados pelo avanço imperialista dos capitais dessas metrópoles, nem as precárias condições de trabalho que as empresas imperialistas impunham no chamado “3º Mundo”.

Assistimos nas últimas décadas a uma transformação extensa (mas desgraçadamente no interior das condições caracteristicamente capitalistas) das relações de emprego. Intensificam-se *expropriações secundárias* de diversos tipos. Vamos nos ocupar apenas da expropriação secundária dos contratos de trabalho, que atinge trabalhadores urbanos, em muitos casos já secularmente expropriados dos meios de produção (terra e seus instrumentos de trabalho). Por diversas razões – internacionalização da circulação de capitais contraposta ao relativo encapsulamento dos trabalhadores em âmbitos nacionais; ampliação das expropriações primárias nas periferias, levando a uma disponibilidade crescente de trabalhadores em mercados de trabalho distantes, o que leva ao aprofundamento de tecnologias voltadas para a interconexão e o transporte –, formas secundárias de subordinação de trabalhadores já existentes passaram a se disseminar e a assumir papel de destaque: o trabalho por peças, trabalho a domicílio, os estágios (período complementar à formação educativa, em diversos níveis) e as empresas de alocação de mão de obra (terceirização genérica). Forneceram um molde para a subordinação dos trabalhadores ao capital para além do emprego.

A expansão do capitalismo em escala internacional é simultaneamente a produção de mais trabalhadores (expropriações), capazes de produzir mais-valor, e de desemprego. Em outras palavras, pode haver mais trabalho e menos emprego. As formas mais conhecidas são tecnologias que dispensam trabalhadores, processos nacionais ou internacionais de deslocalização de empresas, ou ainda ataques diretos contra direitos conquistados, quando e onde porventura tenham ocorrido melhorias das condições salariais e organização de trabalhadores para assegurar limites legais à jornada e às condições de trabalho.

Se a “natureza das coisas” promovida pela expansão do capital não é suficiente para “domar” os trabalhadores em níveis adequados para a extração de mais-valor, as velhas formas de curto-circuitar direitos ligados ao emprego, através do uso direto da força de trabalho sem mediação de direitos, são reativadas pelas próprias empresas e, em geral, posteriormente rejuvenescidas e “legalizadas” pelo Estado, apresentadas como as novas “necessidades” do crescimento.

Na atualidade, explorando intensamente as contradições experimentadas pelos trabalhadores nas suas relações de emprego, está em curso um processo de subordinação direta – sem a mediação de emprego ou contrato – dos trabalhadores às mais variadas formas de capital. Multiplicaram-se as modalidades jurídicas para enquadrar tais situações, seccionando desigualmente direitos das relações concretas (efetivas) de trabalho. Assim, ao lado da permanência de empregos

com contratos regulares (e direitos), multiplicam-se formas paralelas, com contratos parciais (tempo determinado, jornada parcial ou alongada), terceirizações em vários níveis (subcontratações), subordinação sem contrato (bolsistas, estagiários etc.), salário por peças, trabalho a domicílio, pessoa jurídica (quando o trabalhador cria uma empresa cujo objetivo é vender sua força de trabalho, uma das modalidades do empreendedorismo, na qual o próprio trabalhador torna-se “empresa”, para a qual não estão previstos direitos trabalhistas, ou ainda “trabalho voluntário”, quando trabalhadores aceitam realizar tarefas “sociais” com a expectativa de posteriormente conseguirem empregos)⁷.

O Estado e suas agências – e a lei, os regulamentos, as prescrições – são o ponto no qual se procura apagar as determinações de classe, impondo como “necessárias”, “naturais” ou “incontornáveis” as exigências do capital frente ao restante da população. Mas o Estado não existe fora e acima das contradições de classe concretamente existentes. Ele atua *ex ante* apoiando e ampliando as condições de expansão para o capital, aplainando os obstáculos legais. Atua também *ex post*, seja na legalização das práticas empresariais que ignoram as leis de maneira massiva, seja frente às reivindicações concretas dos trabalhadores, quando admite alguns freios às formas mais drásticas, introduzindo modalidades de amenização política das condições precárias de trabalho ou do desemprego.

Qual é o *ex ante* que nos interessa nesse momento? A dupla *configuração* do capital-imperialismo contemporâneo: a da *classe trabalhadora crescente e difusa nacional e internacionalmente* e a da centralização e concentração *dos recursos sociais de produção*. Essa dupla configuração não resulta de uma opção política, como se o Estado pairasse acima das condições sociais. Ela resulta das formas concretas de expansão/contração da dinâmica capital-imperialista ao longo das últimas décadas. Mencionamos acima algumas contradições cotidianas sobre trabalho e emprego. Não é, pois, de estranhar que parcela dos trabalhadores sem acesso a contratos com direitos passe a rejeitar o formato emprego, ora denunciando-o como privilégio (subscrevendo o coro empresarial), ora aderindo a outros formatos que aparecem como liberação do contato direto com empregadores. Pode ser inquietante, mas tampouco é de estranhar que assumam o ponto de vista do capital, pretendendo-se empreendedores de si próprios...

A escala da concentração/centralização de capitais atingiu níveis inimagináveis há poucas décadas⁸. A propriedade capitalista crucial contemporânea

⁷ Francisco de Oliveira cunhou uma curiosa expressão, o “trabalho sem-formas”: “[...] entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas transita 60% da força de trabalho brasileira [...] É o mesmo mecanismo do trabalho abstrato molecular-digital que extrai valor ao operar sobre formas desorganizadas do trabalho.” (Oliveira, 2007, pp.34-35).

⁸ Dentre inúmeras referências, ver Piketty (2013) e recente relatório elaborado pela OXFAM em 2017, denunciando que 8 homens possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre do planeta, disponível em <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf>.

não é apenas a dos meios diretos de produção, mas a dos *recursos sociais de produção*. A propriedade fundamental é da capacidade de colocar em funcionamento meios de produção e de agenciar força de trabalho – sob formas as mais díspares – para que seja possível a produção de valor (e, sobretudo, de mais-valor) em escalas e âmbitos variados (local, regional, nacional, internacional). Há um salto gigantesco e uma mudança de escala difíceis de serem apreendidas como uma totalidade, contendo aspectos e sentido comuns, tamanhas as diferenças locais, o ritmos e as formas sutis ou brutais que as implementaram. Mas também não resulta de um capitalismo sem política ou sem Estado. Essa concentração é diretamente apoiada por sujeitos concretos, implementando concertadamente práticas de sujeição dos trabalhadores e elaborando políticas explícitas de adequação legal e de formação dessa classe trabalhadora.

Concentração de recursos sociais e expropriações: a sujeição direta do trabalhador

Melhor, talvez, do que uma longa explicação teórica seja detalharmos um exemplo sobre algo muito corriqueiro: o Uber. Seu enorme impacto já gerou novos termos, como a “uberização das relações de trabalho” e um verbo, uberizar. Vamos nos ocupar, sobretudo, dessa empresa específica, mas ela não é nem original, nem a única. A forma como opera atravessa diversos setores (alojamento e transporte, financiamento, produção etc.), estimulada por processos explícitos de “incubação”, através de *startups*⁹, gerando várias modalidades da assim mal-chamada “economia colaborativa”¹⁰.

Há um senso comum que trata delas como expressão de “tecnologia”, produtoras de bens “imateriais”, mera maquininha plataforma “reunindo consumidores e ofertantes de serviços”, como se fossem “lojas” ou “esquinas” virtuais. Fortemente influenciado por *think tanks* empresariais e pela propaganda disseminada na mídia proprietária, o senso comum tende a esquecer o aspecto de produção de valor (e, sobretudo, de mais-valor) que representam.

Um dos pontos de partida pode ser localizado em atividades originadas em projetos antimerchantis, estimulando iniciativas socialmente compartilhadas *sem fins econômicos*. As incubadoras tornaram-se a maneira pela qual o grande capi-

⁹ “Muitas pessoas dizem que qualquer pequena empresa em seu período inicial pode ser considerada uma startup. Outros defendem que uma startup é uma empresa com custos de manutenção muito baixos, mas que consegue crescer rapidamente e gerar lucros cada vez maiores. Mas há uma definição mais atual, que parece satisfazer a diversos especialistas e investidores: *uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza.*” Definição de Yuri Gitahy, publicada em revista brasileira destinada a público empresarial (Revista Exame, 03/02/2016; itálicos meus).

¹⁰ Ver, por exemplo, <<http://compass.consumocolaborativo.com/conferencias/>>, onde se pode encontrar diversas apresentações sobre empresas de “novo tipo”, “colaborativas”.

tal fomenta *startups* para expropriar tais possibilidades criadas para evitar o mercado. Um exemplo é a plataforma Linux, não proprietária, que atualmente integra celulares Android (Samsung) e grandes empresas de informática; outro é a web, convertida em base de controle sobre a população em escala planetária. Suas imensas possibilidades jamais se converteram em *enfrentamento da dinâmica social concreta* do capitalismo, que gera e reproduz mercados através de expropriação, concentração de recursos sociais e extração de mais-valor. De certo, parte desses novos processos e técnicas nasce como inquietações frente às intensas contradições aguçadas pelo capitalismo e apontam para novas e poderosas possibilidades, mas precisam ser exploradas de maneira crítica. Não à maneira de muitos, fascinados, como se essas experiências fossem imediatamente o que dizem ser (“colaborativas”, “livres”, “bens comuns”). Ao contrário, é preciso identificar as relações reais que acolhem seu nascimento, suas formas específicas de adaptação às formas concentradas do capital, sua generalização e, por fim, as possibilidades e tensões novas que introduzem na relação entre capital e trabalho. Essas iniciativas não acabam com o trabalho, mas aceleram a transformação da relação empregatícia (com direitos) em trabalho isolado e diretamente subordinado ao capital, sem mediação contratual e desprovido de direitos. Antes como depois, o interesse central do capital prossegue sendo a extração e a captura do mais-valor.

Em boa parte, tais plataformas tecnológicas resultam de atividades de trabalho (não empregatícias) realizadas gratuitamente, ou quase, para o grande e altamente concentrado capital: pesquisa, prospecção e desenvolvimento de estratégias ou de “nichos de mercado”. O termo é enganoso: nicho de mercado quer dizer descobrir uma forma de extrair mais-valor, através da utilização do trabalho humano. A ponta tecnológica do chamado empreendedorismo (realizado por trabalhadores de diversas formações, mas sem emprego) dedica-se a pesquisar possibilidades de expropriação secundária, em diversas partes do mundo, que possam converter-se em maneiras de assegurar a subsistência de tais equipes através da implantação de formas de extração de valor em grande escala. Tais prospecções, uma vez mais ou menos testadas, são oferecidas a grandes empresas, a proprietários, a bancos ou sistemas financeiros não bancários, com expectativas de lucros formidáveis na expansão e consolidação de seus processos. Estabelecem associações diretas com capitais altamente concentrados (empresas, bancos, fundos de investimento etc.), pois dependem de enormes *recursos sociais de produção* para assegurarem a conexão entre a massa de capitais buscando valorização e a massa de trabalhadores disponíveis.

O termo “incubadoras de empresas” é explícito, tão evidente é seu papel de incubação de expropriações e de valorização do valor. A maior parte dessas iniciativas morre no nascedouro e a força de trabalho nelas empenhada parece desaparecer. As associações entre as empresas incubadas (*startups*) que vingarem e

o grande capital são apresentadas como financiamentos, mas o termo oculta os processos sociais subjacentes, de expropriação e de subordinação do trabalho, além dos cuidadosos acertos sobre os diversos tipos de propriedade envolvidos no processo.

No caso da Uber, por exemplo, desde 2010, a empresa capta financiamentos milionários, chegando, na atualidade, a acordos com a Arábia Saudita (que injetou 3,5 bilhões de dólares na empresa) e com a China, que resultou em fusão com a chinesa Didi, em negócio estimado em 35 bilhões de dólares (Insider.Pro, 28/08/2016).

Alguns acreditam – ingênua ou perversamente – que qualquer garoto numa garagem poderia fazer isso, desde que fosse inteligente e esperto o suficiente para idealizar um novo esquema. É certo, há milhares de garotos em garagens tentando chegar a algo assim, gratuitamente. Isso significa milhares de garotos trabalhando arduamente, sem remuneração, em extrema concorrência para “vender” seu projeto de assegurar sua própria subsistência e, se possível, enriquecer.

Seguem algumas características da empresa Uber, lembrando que ela aqui figura apenas como um exemplo. Uber não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção (o automóvel, o celular), mas controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um “emprego”. A empresa detém, juntamente com outras grandes empresas ou proprietários, a propriedade dos recursos sociais de produção.

Trata-se de uma coligação íntima (pornográfica) entre as formas mais concentradas da propriedade, que viabilizam o controle econômico do processo na parte que lhes interessa, o controle da extração, a captura do mais-valor e sua circulação de volta à propriedade. A defesa da propriedade intelectual da criação de um processo (a conexão) une-se estreitamente a investidores que, detentores de quantias de dinheiro monumentais, precisam transformá-las em capital, isto é, investi-las em processos de extração de valor. Tais investidores podem ser provenientes de setores variados: fundos de investimento de risco como Benchmark ou First Round Capital, grandes conglomerados financeiros, como Goldman Sachs ou empresas como Amazon ou Google, sem falar em acordos com operadoras de cartão de crédito, com montadoras ou empresas de alugéis de automóveis. Somente a escala atingida pela *propriedade dos recursos sociais* de produção permite acoplar uma plataforma de busca a uma tecnologia móvel de cartão de crédito e a um localizador, que asseguram a estreita dependência do trabalhador, pois do cartão depende sua própria remuneração e o localizador denuncia todos os seus percursos, uma vez acionado o celular (conexão principal). E é através do cartão que serão extraídos diretamente entre 20 e 25% de toda a remuneração do trabalhador. A taxa de extração de valor é férrea, assim como o regime de trabalho.

Os interesses comuns a tais grandes proprietários não se limitam aos lucros diretos do empreendimento, mas se estendem às maneiras de contornar a legislação e os impostos, implantando sofisticadas redes jurídicas internacionais e utilizando-se de paraísos fiscais (La Tribune, 23/10/2015). Ademais, é fundamental contar com a livre circulação internacional do lucro, além do estabelecimento de uma defesa política comum com o empresariado dos diferentes países quanto à subordinação de trabalhadores sem direitos e, se possível, com uma intensa difusão através de educação (escolar, pública e/ou privada e não escolar) e da mídia proprietária das vantagens do empreendedorismo, aliado ao fim inelutável do “trabalho”. Isso sem falar de intrincadas imposições legais estabelecidas através de tratados internacionais, que limitam o raio de ação das lutas dos trabalhadores em cada país. Quanto aos impostos do trabalho e da própria atividade, estes serão pagos diretamente pelo trabalhador (taxas de circulação, permissões etc.).

Longe de reduzir a importância da propriedade capitalista, *ao contrário*, estamos diante de sua potencialização. Trata-se de expandi-la ainda mais, no mesmo compasso em que à grande massa deve restar apenas a propriedade direta de *coisas* somente conversíveis em capital na forma de maquinaria gratuitamente oferecida ao capital, através da intermediação de um polo conector, que ativa a extração de valor. Os proprietários dessas coisas (no caso, automóveis) são facilmente expropriáveis. O próprio desgaste dos automóveis – sem falar da saúde dos motoristas – fica inteiramente a cargo dos trabalhadores. Imaginando livrar-se desse custo, os motoristas passaram a alugar automóveis. Devem, portanto, pagar o aluguel a outro proprietário da ferramenta automóvel, entregando parcela do mais-valor que produzem e continuando a encaminhar ao Uber a parcela pré-fixada como valorização do valor resultante de seu trabalho. A empresa distancia-se da vida concreta e faz questão de ignorar as condições de vida dos trabalhadores, assegurando-se um custo próximo de zero para maquinaria, matéria-prima (combustíveis, reparos, renovação da frota) e da própria força de trabalho.

Há uma centralização *absoluta e internacional* do comando sobre os trabalhadores e redução dos custos do processo de valorização do valor. *Aparentemente*, há apenas um aplicativo de computador a conectar motoristas e usuários. Isso é falso, pois, entre eles, há um credenciamento (para os motoristas e usuários), um cartão de crédito e um rastreador do movimento do motorista, todos totalmente arbitrários e autocráticos. Somente envolvem direitos para os proprietários do capital, escassas garantias para os usuários e nenhum direito para o trabalhador, salvo o de receber parcela do que produziu. Redução de custos não quer dizer sua inexistência: a centralização a esse nível exige intensa coordenação internacional da administração e gestão, além da partilha do lucro entre os demais proprietários dos recursos sociais de produção. No site da Uber, encontram-se, eventualmente, chamadas para o enxuto sistema interno de contro-

le internacional¹¹. A contraparte dessa centralização é uma enorme *descentralização do processo de trabalho*. Para além do credenciamento e do localizador, não há controle direto próximo aos trabalhadores: apenas a pura necessidade deve movê-los ao trabalho. Não há jornada de trabalho combinada ou obrigatória, nem limites para ela, tampouco dias de repouso remunerado. Estes se sabem trabalhadores, mas não se consideram como tal, mas como prestadores de um serviço casual, mesmo se movidos pela mais dramática necessidade. De fato, eles não têm um emprego, mas uma conexão direta de entrega do mais-valor aos proprietários capazes de lhes impor um processo de produção de valor pré-estabelecido. Não são os poros do tempo livre que tais proprietários procuram obter, como nos processos fabris, que realizam estrito controle do tempo de trabalho. Aqui, trata-se de lidar com novas escalas, ampliando o volume de valor, através de fornecedores massivos de mais-valor. Qualquer tempo disponibilizado pelo trabalhador singular é tempo de lucro.

Importante lembrar que há várias definições de serviços. A mais corriqueira em manuais de economia é meramente descritiva e separa produção (fabril), comércio (os pontos) e serviços. Se as consideramos através das relações sociais que as envolvem, clarificamos sua distinção. É produção, na sociedade capitalista, tudo aquilo que está direcionado para a valorização do valor. Assim, é indiferente para um grande proprietário a atividade concreta realizada por “seus” trabalhadores, lingerie, sapatos, músicas, programas de televisão ou de computador. Os serviços, nessa concepção, são os processos de trabalho em que os trabalhadores detêm integral e diretamente o controle do processo de produção e vendem o resultado final de sua atividade. No momento em que o trabalhador, dispondo ainda ou não de alguma propriedade direta, somente pode realizar sua atividade sob o comando do capital, saímos de uma relação social de prestação de serviços para o trabalho valorizador do valor, tipicamente capitalista. O contrato – ou a exploração direta – é seu formato *jurídico* e não traduz as relações reais.

As formas democráticas de gestão das cidades e de transporte coletivo são curto-circuitadas, de maneira quase imediata, pelo ingresso de massas de automóveis buscando passageiros sem formação adequada, sem seguros, apresentando-se como uma “carona compartilhada”.

Outro aspecto digno de nota é o *bloqueio jurídico e político ex ante* a qualquer ingerência dos trabalhadores sobre o processo, pela própria inexistência de contrato de trabalho. O processo apresenta-se como a reunião de voluntários que prestam um serviço, casualmente remunerado.

Há inúmeras lutas e importantes vitórias contra esse tipo de prática e, em especial, contra a empresa Uber. Juristas em vários países denunciam o vínculo

¹¹ Cf. <https://www.uber.com/a/join?use_psh=true&exp=a-int-psh>, acesso em 22/09/2016.

empregatício entre os motoristas e a Uber, pois é a empresa quem define o modo da produção do serviço, o preço, o padrão de atendimento, a forma de pagamento e a modalidade de seu recebimento. É ainda ela quem recebe o pagamento e paga o motorista, além de centralizar o acionamento do trabalhador para sua atividade. A Uber conta ainda com um sistema disciplinar que aplica penalidades aos trabalhadores que infringirem suas normas de serviço. Nada há de compartilhamento, “pois o motorista, ao ligar o aplicativo, não tem senão a opção de seguir estritamente as rígidas normas estabelecidas de forma heterônoma pelo algoritmo do aplicativo criado e gerenciado pela empresa”¹².

Em diferentes países e circunstâncias, há vitórias jurídicas contra a Uber – a começar pela Califórnia e por Massachusetts, que, em 2013, enfrentaram a empresa, obrigada a pagar 100 milhões de dólares aos seus motoristas nesses estados; além de contestações legais na Tailândia, em Milão e no Rio de Janeiro. Em 2016, a justiça britânica decidiu que não se trata de relação de autonomia entre a Uber e seus motoristas, definindo-os como funcionários da empresa (El País Brasil, 20/12/2016). Ainda cabe recurso. Em janeiro de 2017, a Federal Trade Commission (USA) aceitou encerrar processo por pagamento menor aos motoristas do que o anunciado pela empresa, através de acordo pelo qual a empresa desembolsou 20 milhões de dólares (FTC, 19/01/2017). Em fevereiro de 2017, a justiça do trabalho de Belo Horizonte (capital do estado de Minas Gerais, no Brasil) reconheceu haver vínculo empregatício entre a Uber e um de seus motoristas (Exame, 14/02/2017).

Não faltam protestos e manifestações. O volume de lutas contra a Uber é significativo, especialmente dos motoristas de táxi, que já realizaram diversas greves em inúmeras grandes cidades onde se implantou a empresa. Recentemente, crescem as greves dos próprios motoristas da Uber, por melhorias salariais e redução dos custos de operação, como a que ocorreu nos Estados Unidos (TecMundo, 29/11/2016), em novembro de 2016, e na França, em dezembro de 2016 (TF1, 15/12/2016).

Não obstante tais lutas, denúncias e algumas conquistas, e até mesmo declaração de apoio aos motoristas Uber do primeiro ministro francês Manuel Valls (Le Parisien, 16/12/2016), a estratégia de trabalho sem emprego e de extração direta de valor encarnada na Uber parece imbatível. A empresa continua a se expandir atingindo cifras espantosas de viagens e de negócios, tendo se associado à Didi chinesa, em acordo estimado em 35 bilhões. Para curto-circuitar as reivindicações dos motoristas – fonte fundamental do valor gerado pela empresa –, uma chantagem peculiar: o desenvolvimento de tecnologia para transporte de

¹² Vale ver o extenso e bem fundamentado argumento desenvolvido pelo professor e desembargador José Eduardo de Resende Chaves Júnior. In: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI237918,-41046-Motorista+do+Uber+podera+ser+considerado+empregado+no+Brasil>>, 20/04/2016.

passageiros sem motoristas. Novamente, as ameaças do fim do trabalho incidem sobre os trabalhadores sem emprego, mas em atividade¹³.

Matéria do blog francês Huffington Post – associado ao grupo Le Monde – inquieta-se sobre o que seria um “escravismo moderno”, mas assinala as vantagens para o Estado e para o mercado de trabalho da Uber.

Uber apresenta importantes vantagens, tanto para o Estado, quanto para o mercado de trabalho. [...] Uber traz soluções onde o Estado fracassou. É um criador de trabalho dinâmico que facilita o exercício de uma atividade e a inserção profissional. [...] A queda de braço [entre Uber e os motoristas] parece longe de terminar, mas várias soluções poderiam ser analisadas. O estatuto dos motoristas, de fato, deve ser redefinido, devendo beneficiar-se de um regime social de trabalhadores independentes mais protetor, se não for o caso de uma requalificação em contratos com duração indeterminada. Enfim, parece igualmente interessante imaginar a emancipação dos motoristas, pela criação de uma plataforma open-source controlada e explorada por eles próprios (Huffington Post, 10/01/2017).

Observe-se que as sugestões tendem a conservar a relação de trabalho direto, sem contrato, mesmo se admite a necessidade de melhorias. O blog ecoa estudo realizado pela Consultoria The Boston Consulting Group-BCG, cujo comunicado, disponível *on-line*, revela-se um libelo de defesa da Uber, que já traria, em quatro anos, “benefícios para o crescimento, o emprego e a mobilidade”. O ramo de atividade VTC (veículos de transporte com *chauffeur* profissional), no qual a Uber é central,

já representa 800 milhões de euros em 2016, ou 19% do setor de transporte particular de pessoas (táxis e VTC, avaliados em 4,2 bilhões). Ele contribui com 0,04% do PIB francês em 2016 e com 2% de seu crescimento. Na Ile de France [conurbação em torno de Paris], ele atinge 0,1% do PIB e 6% de seu crescimento. Esse ramo envolve um ecossistema de atores, em primeiro lugar os vendedores e locadores de veículos, as seguradoras, consultorias e contabilistas, e centros de formação e de exames autorizados. Estima-se que 25% do preço de uma corrida vai para os atores desse ecossistema direto, entre 150 e 250 milhões de

¹³ Cf. <<https://pt.insider.pro/technologies/2016-08-28/conheca-historia-da-uber/>>. A extração de valor por transporte sem motorista envolve deslocar o ponto de mira: Uber se associa com empresas automobilísticas gigantes que pretendem, assim, renovar suas frotas. O consórcio proprietários dos recursos sociais de produção passaria a compartilhar lucros derivados da exploração de operários na indústria automobilística.

euros em 2016. [...] [Tem] impacto positivo na criação de emprego, nas receitas fiscais e na mobilidade – 15% da criação líquida de emprego na França nos primeiros 6 meses do ano de 2016 vem do ramo VTC. Essa cifra atinge 25% na Ile de France... (BCG, s. d.).

O BCG também não se esquece de assinalar a necessidade de ajustes para melhorar a condições dos motoristas de VTC (Uber), inclusive os taxistas. Falamos acima do bloqueio jurídico e político *ex ante* que protege tais iniciativas. Lastreado em estudos numéricos sobre crescimento de postos de trabalho, de ingressos de impostos e da taxa de crescimento do PIB, o avanço de relações de trabalho desprovidas de direitos entra na conta de uma certa fatalidade tecnológica, para a qual não haveria alternativas, a não ser módicas políticas de redução de danos para os trabalhadores, sem alterar sua condição. *Ex ante*, o compromisso exigido aos Estados é o de apoio à iniciativa privada, de disciplinamento da força de trabalho (de preferência com aval eleitoral) e de rentabilizar seus recursos (outra maneira de mencionar a disciplina fiscal). *Ex post*, os ajustes visam, sobretudo, a reduzir os transtornos causados pelas mobilizações de trabalhadores, taxistas ou motoristas de Uber. Aliás, boa parte das regulamentações jurídicas da Uber é deixada às administrações municipais, o que favorece o silêncio obsequioso de legislações mais abrangentes, permitindo o alastramento dessas iniciativas e provando que o procedimento do trabalho desprovido de direitos (trabalho sem emprego) figura como um dos modelos desejáveis para a relação entre o capital e os trabalhadores em escala internacional.

Apenas mais um exemplo, dentre os inúmeros que podem ser encontrados na web, a respeito do Uber e que mostra como tal bloqueio *ex ante* pode assumir formas diversas: o novo prefeito da cidade de São Paulo, a mais importante do Brasil, decidiu substituir toda a frota de automóveis da prefeitura (em boa parte alugada) pela utilização do aplicativo (Exame, 16/02/2017).

Algumas considerações

A empresa Uber figura aqui apenas como exemplo, embora extremamente elucidativo. Em diferentes ramos de atividade, nas diversas modalidades de contrato, descontrato e subordinação do trabalho, por exemplo, observa-se uma mescla de formas similares. No campo brasileiro, a engorda de animais (frangos e porcos), a produção de ovos etc., é realizada por pequenos proprietários, que devem assegurar, por seus próprios meios (em geral, através de endividamento bancário) as instalações exigidas e certificadas por grandes empresas agroindustriais. Estas, detentoras dos recursos sociais de produção, definem o processo de trabalho e o tempo máximo de sua realização (como o tempo de engorda de cada tipo de animal). Os pequenos proprietários convertem-se em elos de uma enor-

me cadeia produtiva, na qual realizam processos similares aos que o operário parcelar executa em grandes indústrias, arcando com os custos físicos de implantação e de manutenção do processo e sem... salário. Como alguns dos motoristas Uber, permanecem proprietários dos meios diretos de produção, mas sua atividade é subordinada diretamente ao capital sem mediação de relação empregatícia. Diferentemente dos motoristas da plataforma Uber, ainda possuem pequenos quinhões de terra. São facilmente expropriáveis, a começar pelos bancos que financiam as instalações técnicas e, a qualquer atraso, podem retirar-lhes a propriedade.

Os variados tipos de terceirização da contratação de trabalhadores – bancos, indústria automobilística, mas também têxteis, calçados, música e inúmeros outros (Antunes, 2006) – objetivam, claramente, curto-circuitar a legislação em defesa de trabalhadores, assegurando um distanciamento crescente entre o empregador direto e o proprietário dos recursos sociais de produção (a grande empresa contratante das empresas fornecedoras de força de trabalho). Os cercamentos parlamentares estão em plena atividade.

Pode-se supor que o agigantamento do número de entidades sem fins lucrativos a partir da década de 1980 tenha uma relação direta com esses processos. Frente ao crescimento do desemprego e da imposição de uma concorrência aguçadíssima entre os trabalhadores, generalizaram-se, entre diversos setores, iniciativas voltadas para mobilizar sobretudo jovens com o objetivo de *minorar* os sofrimentos dos mais pobres, ou mais vulneráveis. Mais uma vez, não se tratava de alterar as relações capitalistas, mas de reduzir seus efeitos deletérios. Nessas novas entidades, implantavam-se relações de trabalho *voluntárias* e, portanto, desprovidas de direitos. Pouco a pouco, parcela dessas entidades passou a substituir atividades públicas (na assistência social) e consolidou uma atuação mercantil-filantrópica: de um lado, vendia projetos a financiadores (privados e públicos), que asseguravam a manutenção das entidades e sua própria subsistência, e de outro lado, convertia-se em forma de expropriação de direitos em diversos níveis. Essa prática resultava na redução de políticas universais, ao defenderem intervenções pontuais, quase cirúrgicas, em situações dramáticas (fome, abrigo, algumas doenças etc.). Em muitos países, enfrentaram forte oposição pela manutenção das políticas universais, e sua intervenção limitou-se, por algum tempo, ao âmbito da filantropia. Na medida em que as privatizações avançaram e os cercamentos parlamentares conseguiram extorquir direitos, passaram a se apresentar como as mais aptas para parcerias público-privadas, sobretudo na educação e na saúde públicas. Mudavam de escala: fortemente financiadas por grandes empresários, essas entidades hoje são profissionalizadas e procuram elaborar as políticas nacionais e abocanhar parte de seu funcionamento, sobretudo na área da gestão. Entidades privadas, embora sem fins lucrativos, acedem à gestão de hospitais e de sistemas escolares públicos (Bravo *et al.*, 2015). O conjunto do fe-

nômeno ainda é insuficientemente pesquisado, embora já existam variadas pesquisas a respeito de Organizações Não Governamentais.

Nunca ficou tão evidente que a própria forma de organização da sociedade capitalista impele à conversão generalizada da esmagadora maioria da população em massa trabalhadora fragmentária, desprovida ao máximo de direitos e de defesas frente ao grande capital e com jornadas de trabalho *necessário* crescentes, além do aumento do tempo de trabalho direto e indireto, pelo recuo das aposentadorias. Nunca ficou tão claro o papel do Estado como agenciador *ex ante*, apoiado em entidades empresariais, elas também “sem fins lucrativos”. Agora, trata-se de disciplinar a necessidade direta, reduzindo-se a intermediação tradicional do despotismo fabril. *O Estado deve converter-se em controlador ex post (pelo convencimento e pela violência)* dessas massas de trabalhadores, assegurando sua docilidade e disponibilidade para formas de sujeição ao capital desprovidas de direitos. Tanto a rapinagem empresarial, como a escala da concentração e centralização, assim como o papel cumprido pelo Estado, estão evidentes. A questão dramática é por que, nessa enorme explicitação das relações sociais, ocorre paralelamente um aparente recuo da consciência de classe e das lutas dos trabalhadores para a superação do capital?

Essas considerações, fragmentárias e insuficientes, podem contribuir para aprofundamentos ulteriores. Necessitamos de coletivos de pesquisadores, voltados para a compreensão das relações sociais concretas, ainda quando delas resulta uma infinidade de abstrações, sob as quais os processos de dominação e de extração de mais-valor procuram se ocultar. Alguns equívocos merecem ser evitados:

- A confusão entre emprego (contrato/direitos) e trabalho (venda da força de trabalho) alimenta a suposição de um fim do “trabalho”, como se o capitalismo não repousasse sobre a extração de mais-valor. A chantage imposta pelo capital encontra eco em variadas tendências teóricas;
- acresce a essa confusão a suposição de que o capital “financeiro” pode reproduzir-se sem a valorização do valor propiciado pelos processos de trabalho. Esquecem-se de que ele integra a concentração exacerbada da propriedade das condições sociais de produção, que essa concentração é a maior impulsionadora da extração de valor sob quaisquer condições. Longe de acabar com o trabalho, a atuação desse polo concentrado reduz o emprego com contratos e direitos a alguns setores dos trabalhadores, e impulsiona firmemente a extensão de formas de sujeição direta dos trabalhadores a processos apenas aparentemente abstratos. A tecnológica “plataforma de conexão” é, de fato, uma empresa e um enorme conglomerado de recursos sociais de produção;
- a superposição de modalidades díspares de subordinação do trabalho ao capital exagera a fragmentação efetiva da massa de trabalhadores,

seccionados entre os com-direitos, os com algum-direito, os com poucos-direitos, os quase-sem-direitos e os sem-direitos que, precisando defender seu lugar específico na hierarquia de direitos, dessolidariza o conjunto de maneira profunda. Outra tendência forte é a dessolidarização intergeracional: conservam-se os direitos dos mais velhos, enquanto são praticamente suprimidos os direitos dos novos ingressantes no mercado de trabalho;

- Ao crescer a distância entre os proprietários dos recursos sociais de produção (ocultos sob *holdings*, conselhos de acionistas, plataformas digitais, entidades sem fins lucrativas, etc.), cresce a dificuldade dos trabalhadores, já segmentados, a enxergarem seu processo de sujeição – e sua atividade criativa, o trabalho – como um processo coletivo;
- essa fragmentação estimula a reatualização das segmentações pré-existentes entre trabalhadores (nacionalidades, cor de pele e racismos, sexismos diversos etc.) que, novamente de maneira confusa, é apresentada por tendências teóricas diversas como “novas tensões” ou “novos” movimentos. Aqui, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, ocorre um processo intelectual – e prático – de apagamento das classes sociais, nutrido ainda por uma mercantil-filantropia que recebe recursos das entidades capitalistas internacionais e das pontas mais concentradas do capital. Chegamos ao ponto de aceitarmos uma periodização fictícia, na qual se propõe uma espécie de “marco zero” de “novas” reivindicações na década de 1970, apagando-se as intensas lutas feministas e antirracistas que atravessaram os séculos XIX e XX, sombreando as lutas anticoloniais e o papel desempenhado pelos partidos comunistas, trotskystas e, até mesmo, socialistas;
- há uma espécie de aceitação tácita do capitalismo como insuperável numa vasta gama de movimentos e partidos, inclusive dentre muitos que se autoproclamam de esquerda. Desse ponto de vista, ser de esquerda parece significar certa devoção para “minorar” as difíceis condições de vida de alguns setores sociais. Esse tipo de atitude adota a postura da filantropia mercantilizada e banaliza a suposição do fim do trabalho e das classes sociais, supostamente substituídas pela pobreza, excluídos, vulneráveis etc.;
- ocorre intensa rapinagem burguesa expropriando conquistas populares ancoradas no Estado, através de um hiperativismo empresarial legiferante, produzindo leis (e arbitragens privadas) destinadas a reduzir direitos da grande maioria da população, composta por trabalhadores, ao mesmo tempo em que promove sucessivas legalizações (ajustes) adequando práticas ilegais postas em ação em ampla escala pelo empresariado. A essa rapinagem acrescenta-se a privatização de empresas

- e serviços públicos, ao lado da intensificação da captura dos recursos organizativos populares pelo grande capital: estímulo aos fundos de pensão privados e de investimento, como compensação à fragilização imposta aos sistemas públicos de previdência;
- insegurança social crescente, pelo aumento da concorrência predatória no interior da classe trabalhadora, com estímulo legal. Ao se intensificarem políticas de Estado para conter as massas trabalhadoras, aumenta simultaneamente a violência – aberta e simbólica – contra os setores populares. Processos de militarização da vida social disseminam-se.

Finalmente, seria importante assinalar que essa expansão da relação direta de extração de valor resulta de e gera novas e poderosas contradições e podem abrir lutas dos trabalhadores também em nova escala. Como mencionamos acima, boa parte das novas tecnologias nasceu em ambientes contestadores do mercado ou de algum tipo de propriedade, porém nascem dentro de relações sociais capitalistas e as reproduzem. Utilizam permanentemente linguagem com expressões contestadoras, mas convivem com a naturalização do capital e com formas brutais de extração de valor. Por isso, prestam-se facilmente a interpretações idealizadas, que as tomam ao pé da letra, como se a colaboração que sugerem não estivesse emprenhada pela valorização do valor. A forma da relação social efetiva, concreta, entre os trabalhadores e os proprietários das condições sociais de produção prossegue sendo a do trabalho contra o capital e segue sendo essa a luta capaz de abrir novos horizontes históricos para a humanidade.

Nas condições atuais, o risco maior parece ser formas de extermínio crescentes – para além do encarceramento massivo – realizadas por Estados ou sob seu silêncio. Não por escassez de capitalismo industrial, como querem alguns. Nem por estar o capitalismo ultrapassado pela superação do trabalho, como supõem outros. Mas por seu excesso e necessidade insaciável de expansão.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BCG. <www.bcg.fr/documents/file217182.pdf>, s. d.
- BRAVO, Maria Inês *et al.* *A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2015.
- BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro R. de (orgs). *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- BRUNHOFF, S. de. *Estado e Capital: uma análise da política econômica*. São Paulo: Forense-Universitária, 1985.
- EL PAÍS BRASIL (Carlos Yárnoz). “Primeiro protesto de motoristas do Uber na França faz Governo mediar o conflito” *In*: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/19/economia/1482164970_634000.html>, 19/12/2016.
- EXAME. “O que é uma startup?” *In*: <<http://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>>, em 03/02/2016. Acesso em 20/02/2017.
- _____. “Doria manda trocar frota alugada por *app* de transporte” *In*: <http://exame.abril.com.br/brasil/doria-manda-trocar-frota-alugada-por-app-de-transporte>, 16/02/2017.
- EXAME (Camila Pati). “Justiça reconhece vínculo empregatício entre motorista e Uber” *In*: <<http://exame.abril.com.br/carreira/justica-reconhece-vinculo-empregaticio-entre-motorista-e-uber/>>, 14/02/2017.
- FEDERAL TRADE COMMISSION. “Uber Agrees to Pay \$20 Million to Settle FTC Charges That It Recruited Prospective Drivers with Exaggerated Earnings Claims” *In*: <<https://www.ftc.gov/news-events/press-releases/2017/01/uber-agrees-pay-20-million-settle-ftc-charges-it-recruited>>, 19/01/2017.
- FONTES, Virgínia. V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 3a ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2013. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/brasil_capital_imperialismo.pdf>.
- FOSTER, John Bellamy. “A ecologia da economia política de Marx.” *In*: <<http://racismoambiental.net.br/2013/05/a-ecologia-da-economia-politica-de-marx-por-john-bellamy-foster-leitura-essencial/#more-103760>>.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- HUFFINGTON POST (Arnaud Touati & Harry Allouche). “Uber: le parfait esclavagiste modern?” *In*: <http://www.huffingtonpost.fr/arnaud-touati/greve-uber-economie_a_21650772/>, 10/01/2017.
- INSIDER.PRO. “Conheça a história da Uber”. *In*: <<https://pt.insider.pro/technologies/2016-08-28/conheca-historia-da-uber/>>, 28 de Agosto de 2016.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, tomo 2, capítulo XIX (“O salário por peça”). São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *Les manuscrits de 1844*. Paris: GF Flammarion, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reenchantamento.” *In*: OLIVEIRA, F. & RIZEK, Cibele S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- PARISIEN, LE. “Valls affiche son soutien à la grève des VTC et appelle Uber à les écouter” *In*: <<http://www.leparisien.fr/elections/presidentielle/candidats-et-programmes/valls-affiche-son-soutien-a-la-greve-des-vtc-et-appelle-uber-a-les-ecouter-16-12-2016-6464754.php>>, 16/12/2016.
- PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXIème siècle*. Paris: Seuil, 2013.

- TECMUNDO (Marcelo Rodrigues) “Motoristas do Uber entram em greve nos EUA em luta por remuneração melhor” *In*: <<https://www.tecmundo.com.br/uber/112162-motoristas-uber-entram-greve-eua-em-luta-remuneracao-melhor.htm>>, 29/11/2016.
- TF1. “Pourquoi les VTC se mettent-ils en grève ce jeudi 15 décembre?” *In*: <<http://www.tf1.fr/tf1/auto-moto/news/pourquoi-vtc-se-mettent-greve-jeudi-15-decembre-9575605.html>>, 15/12/2016
- THOMPSON, E. P. *Costumbres en Común*. Barcelona: Grijalbo, 1995.
- TRIBUNE, LA. “Ou va l’argent d’Uber?” *In*: <<http://www.latribune.fr/entreprises-finance/services/transport-logistique/ou-va-l-argent-d-uber-516391.html>>, 23/10/2015
- WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Artigo apresentado no *Colóquio Marx e o Marxismo 2016: Capital e poder*. Publicado sob encomenda do Comitê editorial

Crises econômicas, regressão histórica e conflitos sociais: um ensaio

*Economic crisis, historical regression and social conflicts:
an essay*

Raquel Varela*

Valerio Arcary**

Resumo

Este ensaio coloca como hipótese que a regulação social realizada pelos Estados europeus entrou em colapso de forma irreversível depois da precipitação da crise econômica mundial em 2008. Fazemos uma breve introdução sobre a relação entre crises e revoluções a partir da perspectiva de economistas e historiadores, para depois debater a atual crise econômica e sua relação com o fim do pacto social.

Palavras-chave: revolução; crise de 2008; pacto social; estabilidade social

Abstract

This essay assumes that social regulation carried out by European states collapsed irreversibly after the precipitation of the world economic crisis in 2008. We make a brief introduction on the relationship between crises and revolutions from the perspective of economists and historians to then discuss the current economic crisis and its relationship with the end of the social pact.

Keywords: *Revolution; 2008 crisis; social pact; social stability*

* Coordenadora do Global Labour History Study Group, UNL-Portugal; professora-visitante na UFF/Brasil; Honorary fellow no IISH Amsterdam.

** Professor aposentado do IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia); doutor em História pela USP.

Onde há uma vontade, há um caminho.

Sabedoria popular chinesa

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança:

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades.

[...] Do mal ficam as mágoas na lembrança,

E do bem (se algum houve) as saudades.

Camões

Introdução

A hipótese deste ensaio é que a regulação social realizada pelos Estados europeus entrou em colapso de forma irreversível depois da precipitação da crise econômica mundial em 2008. Em patamares diversos, mais acentuadamente no sul da Europa do que no norte, já se abriu uma dinâmica histórica de regressão social. Grécia, Portugal, e Espanha, por exemplo, se latino-americanizam em ritmos assustadores em três anos.

Não obstante, nas sociedades contemporâneas urbanizadas, a destruição das condições médias de existência da maioria da população nunca pôde ser feita “a frio”, isto é, sem resistências colossais. O desafio, portanto, para as classes trabalhadoras europeias é construir uma força social de impacto que seja capaz de impedir os ajustes econômico-sociais que são impulsionados pela *Troika* e implementados pelos governos nacionais. O surgimento em 2016, na França, de uma resistência de centenas de milhares nas ruas e, em 2011, de movimentos como os dos grevistas na Grécia, da geração “à rasca” em Portugal, ou dos indignados no Estado espanhol, os maiores em décadas na Europa, sinaliza uma nova rebeldia entre os mais jovens.

Se, contudo, não surgir uma resposta, em escala europeia, do movimento dos trabalhadores organizado unificado com a juventude, será impossível derrotar o ajuste que as burguesias europeias precisam realizar para preservar suas posições no mercado mundial e evitar a queda da valorização dos títulos. Esse processo ainda está em disputa. Devemos lembrar que, nas condições atuais, a destruição do pacto social que permanece ainda o mais avançado do mundo teria consequências internacionais. Uma derrota tão séria não poderia deixar de estabelecer uma nova relação de forças entre as classes. Essa resposta ainda pode ser construída. Ainda há tempo. O internacionalismo deixou de ser somente uma fórmula programática justa, e passou a ser uma necessidade sindical e política urgente.

A classe trabalhadora europeia do início do século XXI é diferente do proletariado de trinta anos atrás, mas isso não autoriza a conclusão de que é mais fraca. É uma classe trabalhadora menos homogênea, em várias dimensões, que a da geração anterior, porque o peso social da classe operária industrial é menor. É uma classe com mais diferenciações sociais e culturais, com menor grau de participação nas organizações que a representam. É, também, uma classe menos confiante em si mesma, desgastada depois de décadas de pequenas derrotas que foram se acumulando.

Mas é, também, mais numerosa, mais concentrada, e muito mais instruída. É uma classe com o potencial de atrair para o seu campo uma maioria das classes médias pauperizadas. É uma classe mais consciente da amplitude internacional de sua luta e, sobretudo, muito mais crítica das velhas direções sindicais e políticas: a social-democracia e o estalinismo. Terá que aprender em prazos políticos curtos a grandeza real de sua força. Terá que romper com a influência dos velhos aparelhos, e construir novas organizações como instrumentos de luta para poder representar coletivamente seus interesses. Terá que descobrir a via de ruptura com os limites políticos do regime eleitoral de dominação que faz a blindagem do capital.

Economistas e historiadores: crise e revolução

Ensina a sabedoria popular que todos os ofícios têm os seus vícios. Economistas e historiadores têm perspectivas um pouco distintas quando o tema é a relação entre crise econômica e conflitos sociais. Não têm dificuldade em reconhecer que a conflitividade social aumenta, tendencialmente, quando o impacto das crises econômicas deteriora as condições de existência da classe trabalhadora. No entanto, mesmo se inspirados na tradição marxista, os enfoques são diferentes. São muitas as razões para os desencontros, mas arriscamos dizer que há duas principais.

A primeira é que, nos últimos cem anos, existiram muito mais crises econômicas do que colapsos sociais graves. As crises econômicas do capitalismo foram recorrentes, mas só em circunstâncias excepcionais precipitaram situações revolucionárias. As crises de subprodução das sociedades pré-industrializadas foram condicionadas pelas flutuações do mundo agrário – erosão do solo, secas, inundações, terremotos, epidemias – ou pelas pulsações das crises políticas e guerras, ou seja, fatores exógenos à vida econômica, portanto, aleatórias. As crises da era do capital foram provocadas por razões endógenas, e assumiram a forma de ciclos regulares. Estas colisões destrutivas de superacumulação de capital e superprodução de mercadorias têm sido previsíveis há cento e cinquenta anos, e encontra-se disponível um amplo repertório de conhecimento de distintas orientações para compreendê-las. As explicações de por que em algumas sociedades as crises

econômicas foram um gatilho do mal estar social, e em outras não, são muitas e repousam nas histórias prévias de cada nação.

A segunda é que os economistas foram educados para não se impressionarem com o drama “externo” dos acontecimentos. Procuram, por educação profissional, as leis “internas” do sistema capitalista: as regularidades, os ciclos, ou seja, a manifestação de um padrão previsível. Historiadores marxistas têm outra inclinação teórica: entusiasmam-se em descobrir na sequência, aparentemente, desordenada, confusa ou caótica dos fatos, um fio condutor de explicação que remete à luta de classes. Contextualizam as crises econômicas procurando periodizações que devem considerar outras variáveis, além das determinações mais estritamente objetivas.

O certo é que as crises econômicas do mundo contemporâneo foram condição necessária da abertura de situações revolucionárias, mas não foram razão suficiente para que um povo estivesse disposto a fazer uma revolução e derrubar um governo. Na verdade, em condições normais de dominação, pelo menos até à II Guerra Mundial, os sacrifícios impostos ao modo de vida das classes populares naqueles países ainda em processo de transição de economias agrárias para economias urbanas – ou seja, quase toda a América Latina, Ásia e África e, talvez, áreas da Europa do Mediterrâneo – eram absorvidos, sem maior tensão, como temporários, por variadas razões. Ou porque a percepção de uma injustiça muito grave não ficava clara, ou porque pareciam poder ser compensados adiante quando de uma recuperação, ou porque ainda era possível um retorno transitório ao mundo rural, ou porque as direções políticas dos trabalhadores inibiam ou freavam a agudização do protesto social. Nos países plenamente urbanizados foi muito mais difícil conter a desestabilização social provocada pelas crises econômicas, como ficou claro depois da tragédia alemã nos imediatos a 1929 (Hobsbawm, 1985).

Economistas podem ser teoricamente mais otimistas em suas investigações (otimistas no sentido da autoconfiança em relação às suas conclusões), porque assumem como tese presumida que os comportamentos dos indivíduos são racionais e previsíveis. Mesmo quando consentem que a sociedade moderna está dividida em classes, e admitem como premissa que as decisões que os indivíduos tomam estão condicionadas pelas pressões de classe, preferem considerar que as classes são coerentes com seus interesses. Em outras palavras, desprezam as inconsistências que se manifestam entre as situações que uma classe vive, efetivamente, e o grau de consciência que esta classe conseguiu construir sobre seus interesses. O perigo metodológico do economicismo é imaginar que, na vida social, as mesmas causas provocam, essencialmente, as mesmas consequências, e construir um modelo teórico esvaziado de tempo e de espaço, onde as classes de carne e osso e suas lutas desaparecem. Quando o tema são as crises econômicas, o risco de uma análise economicista consiste em ignorar que na história há regularidades, mas não há *replays*, não são possíveis repetições.

Já historiadores aprenderam a conviver com a insegurança teórica, porque aceitam que não há correspondência direta entre os interesses econômicos e o comportamento político das classes. Uma classe dominante ou dominada pode agir contra suas aspirações imediatas em troca de recompensas futuras, ou o contrário, pode sacrificar suas perspectivas em função do imediatismo de suas necessidades, dependendo de muitos fatores, entre eles a qualidade recíproca das direções das classes em luta. Historiadores olham os conflitos privilegiando a análise da relação política de forças em que as classes sociais travaram suas lutas, e reconstruindo os campos de possibilidades que estavam colocados em uma situação determinada. Quando se deixam cegar pela paixão pelo seu tema, historiadores podem ser demasiado condescendentes com o passado e, se devorados pelo ceticismo, perigosamente cínicos.

Não obstante, não foi um tema especialmente polêmico na historiografia reconhecer que as crises econômicas nas sociedades contemporâneas urbanizadas foram, tendencialmente, parteiras de conflitos sociais e, em circunstâncias mais raras, de situações revolucionárias. Recessões são interrupções destrutivas. São, potencialmente, um momento de máxima vulnerabilidade do capitalismo. Os choques na capacidade produtiva geram mudanças imediatas nas relações de forças, porque a saída da crise aumenta a competição entre as empresas e os Estados, e exige um aumento da exploração dos trabalhadores. Quando estes não encontram condições de se defender, o sistema ganha tempo histórico de se recuperar.

O limite histórico do capital foi e permanece sendo o limite de sua valorização. Sua expansão dependeu da possibilidade de extração de mais-valia pela desvalorização salarial ou pelo aumento da intensidade do trabalho; da possibilidade de diminuir os custos da reprodução do trabalho pelo barateamento das mercadorias que respondem pelo consumo popular; da capacidade de aumentar a produtividade pela substituição do trabalho vivo por trabalho morto; da expansão do mercado mundial; e do aumento da financeirização; e da mercantilização dos serviços públicos.

Não há, todavia, inovação técnica que, por si mesma, seja suficiente para preservar o capitalismo. A introdução de novas tecnologias não permite inverter a queda da taxa média de lucro que regula a pulsação do capital. Os limites de expansão do mercado mundial estão se esgotando nas últimas fronteiras na Ásia e na África. Os perigos de uma financeirização desregulada manifestaram-se de forma aguda nesta última crise econômica.

Resumindo, sem aumentar a exploração do trabalho, e sem a proteção dos países no centro do mercado mundial pela elevação da transferência de riqueza da periferia, o capitalismo não tem futuro. A expropriação do trabalho deve ser considerada, todavia, na escala do mercado mundial. A exportação dos custos das crises para os países periféricos foi um dos recursos históricos dos países

imperialistas para preservar a governabilidade no centro do sistema. Mas teve e tem, também, os seus limites. As burguesias nacionais nos países semicoloniais, sobretudo naqueles em que a maioria da população já foi urbanizada, não podem arriscar confrontos sociais com seus trabalhadores sem cálculos políticos cautelosos. Não existe, portanto, uma saída estritamente econômica para as crises. A saída de cada crise depende de um desenlace político-social.

Na época contemporânea, essa possibilidade de aumentar a extração de mais-valia foi condicionada, portanto, pelo grau de radicalização da luta de classes. O capital aprendeu com a experiência das crises econômicas anteriores, e teme os perigos do desgoverno. A classe trabalhadora não pode, também, assistir à destruição de suas conquistas sem feroz resistência. O desenlace desta crise permanece, portanto, ainda em aberto.

Crise e conflitos: o exemplo de Portugal pós-Troika (2008-2016)

“Queremos um Estado forte na economia”, defendem muitos na sociedade portuguesa hoje, sobretudo os economistas de inspiração keynesiana. Insistem que o projeto neoliberal consiste em retirar força ao Estado e que a resposta a este “fanatismo liberal” é o combate pelo reforço do papel desse mesmo Estado.

Não partilhamos desta hipótese. Nunca tivemos tanto Estado como hoje e o centro das reivindicações sociais igualitárias e livres, o coração dos projetos emancipatórios (que terão que respeitar a liberdade individual, que não é uma nota de rodapé na mudança social, mas o seu coração), consiste em retirar força a este Estado, devolvendo-a a organizações da sociedade, de base, com origem nos lugares onde as pessoas trabalham, habitam e outros por inventar, num período onde o trabalho à peça e ao domicílio ganhou uma dimensão gigante (estão em direta precariedade laboral 50% da população empregada).

Através do seu peso econômico, o Estado condiciona a economia privada no sentido de conservar e ampliar a sua margem de lucro, não importando que esse mesmo lucro possa transubstanciar-se em rendas como as parcerias público-privadas. Existe nesse procedimento uma certa democracia das quotas. Assim, as quotas de mercado determinam a preferência do Estado pela salvação de determinado tipo de capitais, resultando numa erosão simultânea dos níveis salariais e da existência dos pequenos produtores independentes, ou seja, aqueles que produzem de acordo com uma estratégia própria para qualquer mercado concorrencial. Os pequenos produtores dependentes, ou seja, aqueles que produzem para um cliente, um grupo maior, não passam, na verdade, de um departamento condicionado pela estratégia do seu único cliente. O Estado hoje condiciona através da dívida pública e de outras rendas fixas, como as parcerias público-privadas, cuja taxa de rentabilidade só é superior, em alguns casos (14%, 18%), no negócio da droga; o Estado regula a flexibilização laboral, criando um emaranhado

de leis, estágios etc. (e não, como se diz erradamente, promovendo a “desregulamentação”, porque a flexibilidade é profundamente *regulada* pelo Estado), que promove e cria a precariedade laboral e o desemprego; o Estado determina os cortes dos salários do setor público, que servem de arrastamento e exemplo para cortes nos salários no setor privado; o Estado nunca obteve tanta arrecadação fiscal na sua história; o Estado substitui-se ao tradicional conflito patrão-trabalhador, assumindo pela via de leis gerais (horas extraordinárias, estágios não remunerados, regulação do banco de horas etc.) os cortes na massa salarial (cortes diretos e indiretos); o Estado estimula a privatização de bens públicos, expropriando diretamente serviços fundamentais (ANA, PT, EDP¹) ou usando dinheiros públicos para sustentar diretamente os negócios privados (saúde privada, banca privada, entre outros).

O Estado que quase todos abraçam com carinho na sociedade europeia do sul da Europa é o Estado social. Em rigor, historicamente, o Estado social é sobretudo o *salário social*: as pessoas pagam impostos e contribuições sociais que querem ver restituídos em serviços públicos que o Estado não dá, devolve. Em segundo lugar, o Estado social não é uma dádiva do Estado – ele nasceu contra o Estado, na situação de fato dos trabalhadores armados em 1945 na Europa do norte, e nas lutas sociais de 1974-1975, na revolução portuguesa e seu contágio a Espanha e Grécia em 1974-1975, quando ocorreu o aumento e o alargamento de pensões e reformas, a unificação dos serviços de saúde em serviços públicos de saúde planificados e educação geral e gratuita para todos.

O Estado hoje cada vez mais aparece como aquilo que sempre foi: um instrumento, cada vez mais complexo (com agentes e estruturas, sobretudo os agentes contraditórios com o próprio Estado muitas vezes), de promoção da concentração de riqueza social nas escassas mãos de alguns, e não uma fonte de confiança e bem-estar público para a maioria dos que vivem sob o seu domínio. Em Portugal, por exemplo, havia, em 2014, 870 milionários que tinham uma fortuna equivalente a 45% do PIB (o PIB é aquilo que é produzido pelo conjunto da população).

A gestão assistencialista do desemprego, a recapitalização de empresas, a titularização do fundo da Segurança Social, a mercantilização das funções sociais do Estado, a própria gestão da força de trabalho em sede de concertação social – o modelo neocorporativo europeu tripartido de gestão da reestruturação laboral –, todas estas mudanças foram feitas e realizadas tendo por epicentro o reforço do Estado e do seu papel, na dupla vertente de regulador e financiador cada vez mais presente, e não pela sua ausência, como erradamente se atribui à chamada “fase neoliberal”. O Estado não tem diminuído. Pelo contrário, tem-se reforçado.

¹ PT – Portugal Telecom; ANA – Aeroportos de Portugal; EDP – Empresa Distribuição Eletricidade.

Nenhum partido, porém, com representação parlamentar no sul da Europa sufraga hoje a defesa de uma sociedade distinta, de um modo de organização social alternativo, e recusa qualquer utopia social. Esta atitude observa-se programaticamente. Até o pleno emprego – embora vivamos hoje com taxas reais de desemprego de 25% no sul da Europa, em Portugal idênticas – saiu das campanhas públicas destes partidos, sem exceção, que insistem em colocar os programas emergenciais – rendimento mínimo, subsídio de desemprego – como panaceia para o problema histórico da miséria provocada pelo desemprego e pelos baixos salários; hoje, mais do que a deslocalização, é o desemprego o regulador salarial. A falta de saídas, que provoca desespero individual, vê-se a olho nu na reprodução dos discursos dominantes. As políticas de recuperação dos ativos falidos em 2007-2008 são, da direita à esquerda, designadas de “austeridade”, e a “saída da crise” é uma retórica usada por todos, ocultando que, desde 2009, uma parte minoritária suspirava de alívio porque teria saído da crise em que tinha entrado em 2007 e 2008 – a banca e os ativos falidos de grandes empresas – e outra parte da população, majoritária, quem vive do trabalho, e as pequenas e médias empresas, entrou nessa crise. O “dinheiro” não se evaporou – saiu de um lado para o outro.

Na agonia, porém, de descer os salários para recuperar-se da mais histórica queda da taxa de lucro, as políticas aplicadas a partir de 2008 ousaram um salto histórico: destruir a base social do regime de democracia-liberal, criado a partir dos pactos sociais de 76-78 em Portugal, Espanha e Grécia. Abriram, porém, uma caixa de pandora. Está por provar que a estabilidade dos regimes subsista à degradação das condições de vida da larga maioria dos trabalhadores. “Paz”, no sul da Europa contemporânea, tem dois nomes: polícia política/ditaduras ou amplos direitos sociais (1975-1986). Todos os outros tempos históricos, na época contemporânea, são marcados pela ingovernabilidade e dialeticamente têm como consequência o entrave à acumulação, eufemisticamente invocada, fora dos meios científicos críticos, como “estabilidade social”.

O projeto de desenvolvimento do pós-1975, a “Europa Conosco” – modelo da pauperização relativa em que lucros e salários cresciam juntos, ou seja, os ricos ficavam mais ricos, mas os pobres ficavam menos pobres, a essência do projeto social-democrata – ruiu. A modernização progressista do sul da Europa foi um fracasso, e vingou a modernização pelo atraso. “Deem-me uma guerra e farei o PIB crescer!” Destruir campos, fechar fábricas, eliminar capacidade produtiva, desinvestir em formação de força de trabalho e ciência, incentivar a emigração forçada... O modelo do retrocesso predomina nas opções políticas de quem tem estado ao leme dos destinos destes países – o do trabalho barato. Incompatível com o desenvolvimento da riqueza e bem-estar da população.

A história é processo, não é uma fatalidade. É um filme, dinâmico, e não uma fotografia, estática. Somos nós que a fazemos, nas suas tragédias e júbilos, um processo feito de sujeitos sociais e não um delírio teleológico divino. Ela

compreende escolhas, de pacto ou conflito, de derrota ou vitória, às vezes de empate, embora, sabemos-lo, não duradouro.

Não se evitou a decadência econômica dos países depois de 2008, mas produziu-se uma massiva proletarização, urbanização e educação da esmagadora maioria da população que, aliadas às conquistas da revolução, sobretudo o Estado social, podem ser a força social capaz de fazer emergir uma ideia de bem-estar para a população. Como disse Friedrich Hebbel, citado por Antonio Gramsci: “*À juventude censura-se amiúde acreditar que o mundo começa apenas com ela. Mas os velhos acreditam ainda mais piamente que o mundo finda com eles. O que é pior?*”

Crise de gestão ou gestão da crise?

Esta crise não tem origem num problema de gestão, mas a ânsia de remunerar capitais falidos com dinheiros públicos trouxe à luz do dia uma sucessão de escândalos morais, de corrupção e de má gestão associada a grandes dirigentes de bancos ou empresas. *Too big to fail, too big to jail...*

Não faliram. Os passivos foram nacionalizados a uma dimensão histórica, mas os ativos protegidos. O fenômeno ajudou a que se explicasse nos grandes *media* a crise como um problema de corrupção e de má gestão. Mas não podemos confundir a *aparência* dos fenômenos com a sua *essência*. Ou seja, como eles (a) parecem e como são de fato. As sombras e a realidade.

Balzac, na sua burlesca sátira às dívidas – *A arte de pagar as suas dívidas e de satisfazer os credores sem gastar um centimo* – explica que “entre os credores que se podem ter, encontram-se sempre alguns sensíveis e bondosos que acabam por se afeiçoar ao devedor”.

Enquanto, em 2008, o diretor de uma grande empresa alemã aconselhava os seus quadros a lerem *O Capital* de Karl Marx, as televisões de todo o mundo procuravam encontrar as causas da doença na febre. Insistindo que a maior crise do capitalismo do pós-guerra era um problema de homens maus ao leme de um sistema bom.

George W. Bush disse, literal e assumidamente, em 2008, olhos nos olhos dos seus concidadãos, que se não autorizasse os trilhões de ajudas à General Motors ou ao Bank of America, as maiores empresas da maior economia do mundo teriam falido e arrastado o capitalismo mundial para uma grande depressão. Estes valores, conhecidos como os “helicópteros de dinheiro” que Ben Bernanke, presidente da FED, sistema de bancos centrais dos EUA, despejava em cima de Wall Street (bolsas de Nova Iorque), serão adiantados pelo Estado e depois pagos com o dinheiro dos contribuintes – isto é, com uma queda real do salário de 25% nos EUA desde 2008. Apesar de algumas manifestações empunharem então um cartaz à porta de Wall Street onde se lia “*Jump you fuckers!*” – aludindo aos suicídios

de acionistas em 1929 –, estes, desta vez, não saltaram. E o capitalismo norte-americano foi salvo não porque era um sistema robusto, mas porque foram usadas as maiores ajudas públicas de toda a história da humanidade.

Primeiro a exploração colonial, depois a exploração neocolonial, depois a transformação da China na fábrica do mundo a produzir por 70 dólares por mês. De crise em crise, de miséria em barbárie, o capitalismo na sua fase descendente de modo de produção histórico, o capitalismo monopolista (2/3 dos trabalhadores do mundo que trabalham em PME trabalham de fato, como já referimos, em subsidiárias de grandes corporações) era agora salvo pelo Estado, ou seja, pelos cortes salariais, pelo aumento do desemprego e pela erosão do salário social. Começava a pauperização massiva dos setores médios na Europa desenvolvida e nos EUA, algo que na periferia do mundo já se conhecia há muito.

Sem os Bushs, Madoffs, Oliveiras e Costas e Salgados deste mundo, a economia mundial estaria a progredir? Não. Mas é evidente que o aumento exponencial da corrupção – uma lama que, todos os dias, abre novos buracos perante a estupefação dos milhões de pessoas honestas que vivem do seu trabalho – não é um lapso. Quanto mais a valorização dos capitais privados está dependente do Estado, maior é a corrupção. E mais se afastam do topo das empresas as pessoas honestas, restando um lamaçal de amoralidade e gestão quando as falências vêm à tona.

Vivemos uma crise de 1929 adiada. Não é uma crise financeira nem dos *subprime*, mas uma crise cíclica que começa na produção industrial norte-americana, na sua indústria militar, automobilística, e tem o seu sintoma mais evidente no âmbito financeiro, com o colapso bolsista e a queda da Lehman Brothers e das bolsas. Não confundamos, porém, a pneumonia com a febre.

A pneumonia é a *queda tendencial da taxa de lucro*, originada pela contradição entre a produção para as necessidades e o lucro. A febre é o colapso bolsista, a forma como *aparece* a crise, mostrando a desvalorização da propriedade, em virtude da deflação dos preços na produção, a *essência*. Devemos dizê-lo sem diplomacia: quem não percebe a lei do valor-trabalho enunciada n' *O Capital* de Marx não consegue explicar a sociedade onde vive. A lei do valor está para a economia como a lei da gravidade para a física. Os economistas, na sua maioria, na forma de comentários políticos ou trabalhos acadêmicos, atuam como se o dinheiro produzisse dinheiro. Exaltam-se sobre subidas e descidas das bolsas como se estas tivessem vida própria, e mesmo os críticos daquilo a que se chama “neoliberalismo” – os neokeynesianos – consideram que vivemos numa economia de “casino”, cujo principal problema, na origem das crises, seria não as contradições da produção, mas a ausência de regulamentação do sistema financeiro.

Porém, se vivemos numa economia dominada pelo setor financeiro, de casino, por que é que as ajudas financeiras não valem nada sem os salários das pessoas?

O que aconteceu em 2008 foi uma ajuda maciça ao setor financeiro e três meses depois olharam para as populações e disseram: “Agora são vocês, com as vossas reformas e salários, a pagar!” Porque o que provou esta crise é que a produção, o salário e o trabalho são determinantes. Os títulos e as ações, sem trabalho, são apenas papel sem valor.

Os ciclos econômicos da produção capitalista, descritos n’*O Capital* de Marx, que ocorriam no século XIX sensivelmente a cada 10 anos e hoje a cada sete anos (estão mapeadas pelo Departamento de Comércio norte-americano), têm um ciclo de vida que podemos descrever assim: período de crise, expansão, pico de acumulação, crise... A origem das crises cíclicas é a desvalorização da propriedade por aumento do capital constante (investimentos, máquinas, tecnologia etc.) face ao capital variável (salários). No modo de produção capitalista, as crises são de superprodução de capital e não de escassez, como na Idade Média. Quando o *custo do trabalho*, a única origem do *valor*, sobe face ao capital constante, há uma crescente desvalorização da propriedade, cai a taxa média de lucro. É a crise.

Normalmente, no final do ciclo, antes de se entrar em crise (ou seja, antes de se dar uma queda na taxa de lucro, deflação de preços na produção etc., que muitas vezes se manifesta com quedas nas bolsas), há uma alta taxa de empregabilidade da mão de obra ou do custo unitário do trabalho. Nesta crise, o desemprego atingiu níveis estruturais e inéditos, o que significa que o grau de desvalorização dos capitais – e a necessidade de acionar medidas contracíclicas mais devastadoras – foi desta vez muito superior. Estamos em cima de um vulcão. Estamos, do ponto de vista da produção capitalista, numa bifurcação histórica.

Nos EUA, ao contrário do que é erradamente referido nos manuais, as taxas de desemprego de 1929 só foram revertidas quando os EUA entraram na II Guerra, em 1941. Foi a economia de guerra, ou seja, transformar *desempregados em soldados*, forças produtivas em fábricas de máquinas de destruição, que reverteu a crise de acumulação.

Desde 2009, pelo menos, a ordem que emana da Comissão Europeia é capitalizar a banca. O advento da crise de 2008 pôs os bancos na posse de um número ainda por clarificar de ativos tóxicos. De lá para cá, cada Estado tratou de usar toda a sua força para trocar esses ativos tóxicos (desvalorizados) por ativos frescos (com valor).

Essas ajudas à banca levaram o poder público a observar, impávido e sereno, uma dívida que em Portugal aumentou de cerca de 69%, em 2008, para os 102%, em 2011. Nos 102% os “mercados agitam-se”, isto é, os acionistas temem ficar com um calote nas mãos. Os títulos passam à categoria de lixo e o governo do PS, demissionário, com o aval do PSD (Partido Social Democrata – liberal) e do CDS (Centro Democrático Social, democrata-cristão), pedem socorro à *troika*. Depois do “socorro”, a dívida salta para os 130%. O Estado está hoje mais falido

do que nunca, a pagar dívida pública, muito mais falido do que estava antes de pedir o empréstimo. O resgate virou um sequestro.

Não foi sob o argumento de “rentabilizar o capital investido” que foi pedido o empréstimo da *troika*, mas sob o argumento de “evitar a falência do Estado”. Ora, o Estado não estava falido. Estava de boa saúde, e só entra em ruptura depois de salvar estes capitais, em Portugal a banca, mas não só. Só a salvação dos ativos do BPN e do BES² juntos corresponde hoje a 10% do PIB. Mas virtualmente toda a banca foi, logo em 2008, ligada por um cateter a dinheiros públicos. O próprio empréstimo da *troika* estipulava que o seu valor, 70 mil milhões de euros, era para reciclar os títulos públicos categorizados como lixo, e não para pagar salários e funcionamento do Estado, e 12 mil milhões para recapitalizar a banca. Trocaram-se títulos sem valor, papel pintado, por títulos com valor (salários, reformas, Estado social).

No âmbito do BCE, tivemos, por um lado, uma queda histórica tanto dos juros, como dos depósitos obrigatórios dos bancos no BCE (os juros estavam em março de 2015 em 0,15%, e o depósito mínimo em -0,1%). O BCE também afrouxou a sua política tanto na facilitação do acesso ao crédito direto através do BCE – o que em situações normais é altamente desaconselhável e oneroso –, como passou a ser muito mais flexível na aceitação das garantias dos bancos (aceitando títulos duvidosos como garantia).

Por outro lado, as dívidas públicas ofereceram um investimento seguro (ainda que com a intervenção da *troika*, no caso de Portugal), permitindo essa troca de ativos. No caso de Portugal, em 2009, foi criada uma linha de garantias oferecidas pelo Estado no valor de 20 mil milhões de euros (governo Sócrates) e uma linha de crédito de 12 mil milhões de euros (ao abrigo do programa da *troika*). Tudo isso implica que o conjunto da banca está falido e só sobrevive se estiver ligado diretamente ao Estado por um cateter de capitais.

Se nos recordarmos do BPN – cuja operação de nacionalização foi então anunciada como “lucrativa no futuro” por José Sócrates –, esta dedução torna-se indiscutível: excetuando-se o presidente, Oliveira e Costa, que tirou umas férias em casa – a que a imprensa chamou de “prisão domiciliária” –, os antigos acionistas de referência conservaram a propriedade da única parte do grupo com ativos não tóxicos. E quem vive do trabalho pagou integralmente a conta por via da constituição do empréstimo da *troika*. Por isso, a conclusão é que o BPN, ainda que não tenha falido de um ponto de vista formal, devia ter falido e o Estado devia ter-se limitado a assegurar os depósitos de um nível médio. Mas o BPN foi “salvo” pelo Estado. E esse salvamento foi exigido para que o Estado não deixasse cair os investidores que viam as suas fortunas abaladas pela crise no banco. Por-

² BES – Banco Espírito Santo; BPN – Banco Português de Negócios.

tanto, dizer que o Estado perdeu cerca de 9 bilhões de euros é só metade da história. A outra metade é que alguns deixaram de perder cerca de 9 bilhões de euros: os seus investidores. No “espírito” do empreendedorismo que apregoam, por serem investidores, deveriam ter suportado os riscos da sua atividade.

Hoje os juros da dívida representam a maior fatia do orçamento do Estado, mais do que toda a dotação orçamental em educação ou saúde: 8 bilhões de euros de juros. Na Idade Média, viver de juros era considerado usura; no século XXI, é-se premiado com doutoramentos *honoris causa* e cruces da ordem de mérito.

As medidas *contracíclicas* (“austeridade”) que se seguiram, para pagar os juros dessa dívida, consistem na *acumulação por expropriação*: 1) aumento de impostos; 2) desemprego, precariedade e redução salarial; 3) privatização de empresas públicas; 4) redução substancial das funções sociais do Estado, que vem acompanhada de um movimento geral de mercantilização dos serviços públicos. Durante este processo, já o referimos, o país alcançou mais 50% de pobres e mais 30% de milionários. Ficarà talvez para a história desta imensa mudança social a frase de que “os Portugueses viveram acima das suas possibilidades”. Os portugueses? Quais portugueses?

A crise não afeta os trabalhadores no seu primeiro momento. Pelo contrário, há queda de preços, como se verificou em Portugal em 2008. O que acontece é que as medidas para “sair da crise”, para repor a taxa média de lucro, assentam na destruição de riqueza, no deitar produtos fora para manter o preço, ou, como em 1929, na queima de café nas locomotivas para não entrar café no mercado e fazer descer os preços. Para manter as taxas de lucro, é necessário sabotar a economia, destruir produção e riqueza e provocar milhões de desempregados e miseráveis. O que vulgarmente se chama na televisão “descer o custo unitário do trabalho” tem como contrapartida, nunca explicitada, “aumentar a rentabilidade do capital investido”. São duas faces da mesma moeda. Pedro Ramos, antigo diretor do departamento de contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), fez os cálculos e apurou que o peso do trabalho por conta de outrem e por conta própria desceu de “53,2% do produto interno bruto em 2007 para 52,2% em 2013 [...]. O fator trabalho perdeu 3,6 mil milhões de euros. O excedente do capital engordou 2,6 mil milhões de euros”.

O comissário dos Assuntos Económicos, Pierre Moscovici, no início de 2015, concluía que “cinco países – França, Itália, Croácia, Bulgária e Portugal – apresentavam desequilíbrios excessivos que exigiam ação política decidida e monitorização específica”. A preocupação era legítima – do seu ponto de vista, ou do dos interesses que defende. Para compreendê-la, temos de entrar no terreno da economia política, ou seja, no peso que a política tem sobre as expectativas económicas da *troika*.

O imbróglio assumido por Moscovici é este: como simultaneamente conciliar a recuperação do preço das suas propriedades, expresso nas rendas/juros

auferidos pelo capital na remuneração da dívida, e a governabilidade da própria União Europeia e dos seus países.

Crise ou oportunidade?

Um dos significados da palavra crise é “conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo”. Por outro lado, crise aparece como “oportunidade”. As definições adequam-se ao uso que toda a sociedade tem feito desta palavra no que diz respeito aos acontecimentos de 2008.

O que há de perigoso, difícil ou decisivo para os que vivem do seu trabalho? Como toda a crise cíclica que ocorre no sistema capitalista desde o início do século XIX (este tipo de crise é um exclusivo do capitalismo, uma vez que as crises pré-capitalistas eram crises de escassez, de penúria, provocadas por maus anos agrícolas, guerras etc.), esta se manifesta, em primeiro lugar, por uma superprodução de capital. Uma expressão disso mesmo seriam as bolhas, mas num nível mais profundo temos, por exemplo, a quantidade física de casas produzidas muito além do necessário, com preços muito acima do razoável. Observa-se, igualmente, um aumento no custo unitário do trabalho, muito em particular nos EUA, que são o motor do sistema, e fazem que a crise seja globalizada. Olhando por outro ângulo, vemos uma deflação (queda do valor) tanto no preço da propriedade, como dos bens. Ora tudo isto é, para um trabalhador, o melhor que poderia acontecer: queda dos preços.

O mesmo não é possível dizer para os bancos e a indústria (seja de bens ou de serviços) que dependem dos preços dessas propriedades para garantir os juros, dividendos ou rendas que remuneram os capitais aí investidos. Por isso, estes reagem à crise com medidas contracíclicas, que visam reverter o ciclo de queda do lucro. Os bancos centrais cortam a taxa de juros para criar liquidez, as empresas demitem ou fecham para estancar a queda do lucro (deitam laranjas fora para evitar vendê-las a um preço abaixo da taxa média de lucro, para usar a imagem de 1929) e os governos despejam os seus helicópteros cheios de dinheiro na banca e na indústria para trocar os ativos desvalorizados por outros valorizados, ou seja, por reformas, salários, empresas públicas. Troca-se riqueza real – salários e bens públicos – por papéis desvalorizados. É precisamente nesse movimento de combate à *crise de valorização do capital* que começa a *crise de (des) valorização dos salários*. É importante compreender que não se trata de uma mesma crise, não estamos todos no mesmo lugar do barco – há gente no porão, a maioria, alguns no convés e outros ao leme.

Os juros da dívida pública antes da intervenção da *troika* em Portugal chegaram a valores insuportáveis. Insuportáveis porque se caminhava para a iminência de um calote puro e simples. Ou seja, a banca e os demais rentistas detentores desses títulos estiveram na iminência de ficar com uma mão cheia de

nada. A intervenção da *troika* garantiu que esses títulos fossem sistematicamente trocados. O Estado operou a troca dos anteriores títulos classificados como lixo por novos títulos bem classificados e com garantias dos Estados membros da UE. Daí a menor taxa de juros. No entanto, o diferencial entre os juros antes e depois do empréstimo fora coberto com um aumento brutal no volume da dívida, que crescera num passe de mágica cerca de 30%. Isto é: paga-se uma curta fatia de juros, mas sobre um bolo muito maior, o que aumenta brutalmente a massa a pagar. O crescimento extra do bolo passou a ser garantido com os salários diretos, indiretos (serviços públicos) e pensões dos trabalhadores – a única boa moeda de troca que restara. A percepção tanto do governo, como da *troika*, era correta – não havia outra alternativa para garantir as rendas do capital, senão engolir, com uma determinação política sem precedente, os salários dos trabalhadores e as pensões dos aposentados, porque alguém tinha de pagar a conta!

Qual era a alternativa real? Deixar cair estes capitais privados. Qual seria o custo dessa saída alternativa? Seria elevado, certamente, mas não tão alto como o custo da saída *a la troika*. Deixar cair estes capitais privados iria custar-nos longo tempo a reerguer o país, porque o rumo que tomou a economia portuguesa nas últimas décadas tem fragilizado o seu tecido produtivo enquanto produtor de bens ou riqueza social. Todo o processo de favorecimento da rentabilidade do capital, desde as privatizações e concessões (PPP), carrega em si mesmo pesados custos para o Estado que, no fim de contas, resultam num incentivo a rendas fixas sem investimentos ou gastos, ou seja, são de fato subsídios para sabotar a produção. Mas o custo destas políticas de viabilização do lucro/renda acabou por, esse sim, mostrar-se irrealista e acima das possibilidades de toda uma nação que é essencialmente dependente do seu próprio trabalho. Nessas circunstâncias, o preço a pagar por uma qualquer saída alternativa que enfrentasse os ditos mercados acionistas seria alto, mas, em todo o caso, nunca tão alto como o custo da dita “única saída possível”, a da *troika* e dos chamados partidos do arco do poder.

Há quem proponha uma segunda via – a oposição de esquerda parlamentar, entre outros, têm defendido em Portugal a renegociação da dívida pública. O argumento que aqui deixamos é este: uma renegociação favorável à maioria da população portuguesa será encarada pelos “mercados” como um *default*, uma suspensão, e acarretará fuga de capitais. Logo implicará, em ambos os casos, controle público sobre a banca e o sistema financeiro, sob pena de o país ficar pior, sem capitais para iniciar investimentos e produção.

A Comissão Europeia tem bem presente o terreno minado em que se move. Por um lado, está a viver um período de deflação de que não se antevê saída milagrosa. Para percebermos isso, é preciso notar que a taxa de juros do Banco Central Europeu (BCE) encontra-se em níveis historicamente baixos, 0,05% (março de 2015). Por que é isto importante? Porque esta é uma das medidas para reverter o ciclo. E está a deixar de existir. É precisamente através dessa taxa que o BCE, em

última instância, define a quantidade de liquidez (dinheiro) no mercado. Tendo em conta que estamos num período ascendente do ciclo econômico, se tudo estivesse normal não haveria razões para essa taxa estar tão baixa. O comportamento rotineiro dos bancos centrais é precisamente subir essa taxa nos períodos ascendentes do ciclo econômico, para poder baixá-la nos descendentes. Funcionando como uma verdadeira arma contracíclica, não importa que o parâmetro justificativo para a usarem seja o da inflação. Pôr e tirar dinheiro não é em nada diferente do comportamento de uma qualquer pessoa que abre ou fecha uma torneira conforme precise de mais ou menos água. Começa a ficar cada vez mais claro para Bruxelas e Frankfurt que a torneira está a ficar sem água, o que seria desastroso quando vier o próximo período descendente do ciclo. O certo é que ele virá. Era a isso que Keynes chamava a *armadilha da liquidez*.

A economia mundial continua na beira do abismo do perigo de uma depressão. A chave de interpretação da situação remete à evolução desta questão decisiva. A perspectiva de uma estagnação econômica internacional por até uma década merece ser caracterizada como uma etapa de decadência histórica do capitalismo. As consequências sociais e políticas são imprevisíveis. O empobrecimento, portanto, o crescimento da desigualdade social deve abrir uma situação de conflitos sociais somente comparável com os anos setenta, talvez mesmo os anos trinta. A Europa permanece como o elo mais frágil do sistema, em especial, pelo grau de exposição ao risco do seu sistema financeiro, repleto de papéis podres, e viciado em dinheiro barato liberado pelos seus Bancos Centrais.

A sensação de relativo alívio que surgiu no primeiro semestre de 2012, em relação à indisfarçável inquietação do segundo semestre de 2011, foi alcançada porque, finalmente, se concluiu a renegociação da dívida grega, e o Banco Central Europeu liberou uma megaempréstimo para o sistema financeiro, na escala hecatômica de quase um trilhão de euros. A outra alternativa em cima da mesa, a política contracionista dos bárbaros pré-keynesianos alemães de Merkel, que exige uma constitucionalização da austeridade de inspiração neoliberal pelos países da eurozona (política defendida, também, por alguns setores do Partido Republicano nos EUA), é ainda mais preocupante.

Mas este intervalo de desafogo não deve diminuir a incerteza. O desemprego na Europa continua aumentando, em particular, entre os jovens: na Espanha superou o nível de incríveis 50%. A evolução do mercado de trabalho na economia norte-americana permanece em ritmo catatônico-vegetativo, mas, por enquanto, o FED não realizou uma nova rodada de *quantitative easing* (QE), ou seja, de emissão de dólares, o tsunami financeiro que Obama promove para encarecer as exportações da Ásia, África e América Latina. As relações entre o centro e a periferia do capitalismo deverão conhecer transformações reacionárias como reprimarização e, em algumas regiões, desnacionalização, desindustrialização e recolonização.

O argumento deste ensaio é que a vertigem do declínio histórico ameaça a Europa. Um futuro mais perigoso, politicamente, desenha-se no horizonte em escala mundial. Três projeções terríveis apresentam-se como, mais do que plausíveis, prováveis: (a) a confirmação da tendência a uma queda acentuada do salário médio em todos os países centrais (EUA, União Europeia e Japão), diminuindo a distância que separam os custos produtivos com os países da periferia (América Latina, Ásia e África); (b) o desemprego supera os 10% da população economicamente ativa em escala europeia, mas supera os 20% entre os jovens. Pela primeira vez, desde 1945, a geração mais jovem, se não lutar com a determinação de vencer, será mais pobre que a mais velha; (c) a revogação das políticas públicas do chamado bem-estar social, sendo a previdência dos mais velhos, o salário desemprego dos ativos, e o acesso à educação gratuita dos mais jovens, três dos alvos prioritários dos ajustes.

Sempre foi variável, em cada sociedade, a capacidade de absorção dessa elevação da iniquidade. O que foi considerado monstruoso, porém, suportável pelas massas populares em algumas nações, como a superinflação acima dos 100% ao ano (Brasil, 1982/92), ou o desemprego acima de um terço da população economicamente ativa (Argentina, 1995/2001), demonstrou-se intolerável em outras (Bolívia, 1985).

Foi argumentado à exaustão pelos estudiosos de inspiração liberal que as crises seriam uma forma de regulação econômica austera, rigorosa, severa, mas necessária, e até benigna, porque, apesar de produzirem, transitariamente, uma destruição das empresas menos eficientes, permitiriam criar, posteriormente, condições mais favoráveis para o crescimento. Acrescentaram que as economias europeias precisavam se adaptar às condições competitivas adversas no mercado mundial. A ruína do modelo europeu de políticas sociais seria compensada, no futuro, pelos ganhos de produtividade. Este tipo de análise é, no entanto, insustentável.

A história sempre foi um campo de batalha das ideias. Não é somente o futuro que está em disputa. A distinção entre aquilo que, no passado, foi progressivo, daquilo que foi regressivo deveria ser o cerne de qualquer investigação, historicamente, contextualizada. Mas é menos simples do que pode parecer.

Compreender na sequência, aparentemente, caótica das transformações quais foram aquelas mudanças que abriram caminho para um mundo menos desigual, e aquelas que preservaram injustiças, deveria ser a primeira obrigação de uma pesquisa séria. A honestidade intelectual mais elementar é posta à prova na hora de separar o que foi progressivo do que foi reacionário.

Uma análise inspirada no marxismo deverá, com mais razão ainda, procurar discernir o significado e o sentido das transformações. O que aconteceu pode e merece ser explicado, porque estava inserido em um campo de possibilidades. As crises econômicas do capitalismo não foram fatalidades naturais como os terre-

mentos. O que é irrefutável é que a crise aberta em 2008 permanece longe do seu fim, e ninguém pode prever o custo destrutivo do que está por vir.

A mais séria de todas as crises do capitalismo foi, por suposto, a crise de 1929, de longe, a mais catastrófica. Os dez anos que se seguiram ao *crack* da Bolsa de Nova Iorque foram a década mais sinistra da história contemporânea, e culminaram com a Segunda Guerra Mundial. A história sugere, todavia, que toda crise econômica séria do capitalismo produziu algum grau de instabilidade social e desestabilização política em cada um dos países atingidos e, mais frequentemente, em continentes inteiros. Entretanto, o impacto das crises econômicas mundiais nos últimos cem anos não afetou por igual as diferentes nações, e os sacrifícios impostos dentro de cada país foram distribuídos, desproporcionalmente, entre as classes, o que se traduziu em aumento da injustiça social.

As ondas de choque da destruição econômica, com suas terríveis sequelas sociais, foram menos catastróficas nas crises econômicas depois de 1929 porque as políticas keynesianas demonstraram maior eficiência na longa duração, amortecendo as consequências apocalípticas de uma depressão em toda a linha. Foi assim que surgiram os Bancos Centrais, que não existiam antes de 1929, e toda uma arquitetura financeira preventiva que demonstrou grande eficácia durante mais de três décadas. Contudo, essa armadura de proteção pela via do estímulo do consumo das famílias e da demanda estatal desembocou em uma incontornável crise de crédito.

Os limites da estratégia da “austeridade”

O keynesianismo fiscal dos últimos anos foi uma resposta preventiva ao temor de uma reação operária e popular ao desemprego em massa, se a recessão degenerasse em depressão. Melhor desvalorização do dólar do que desemprego acima de 20% da população economicamente ativa no desemprego nos EUA. Melhor emissão de títulos e aumento da dívida do que fábricas ocupadas. Melhor pressões inflacionárias do que marchas de centenas de milhares nas ruas. Melhor déficits fiscais do que greves gerais. Melhor políticas sociais compensatórias do que a queda de governos. Mas estas respostas de emergência culminaram, em 2011, com o perigo do *default* na Grécia e em Portugal, entre outros.

O endividamento do Estado não é senão a antecipação para o presente de receitas fiscais futuras, os impostos que serão pagos nos anos por vir e, em prazo mais longo, pelas futuras gerações. Ao contrário de empresas, Estados não podem falir, mas podem cair em situação de inadimplência por incapacidade de rolagem dos juros, com moratória das dívidas.

A hora das crises econômicas foi sempre um dos momentos no qual as possibilidades de transformações se aceleram. Os dirigentes dos Estados chaves dentro da União Europeia não disfarçam, nem escondem sua determinação de que, para preservar seu lugar no sistema mundial, terão que recuperar posições

no mercado mundial. No entanto, esta estratégia não pode ser indolor, portanto, conflitiva. Para que a Europa mantenha posições na repartição do bolo da riqueza no mercado mundial, outros continentes e países terão que perdê-las.

Historicamente, o repertório de políticas disponíveis para este reposicionamento foram cinco: (a) a redução substantiva do salário médio, pela via da redução do salário real, mesmo que o nominal não tenha variações (ou seja, a inflação), ou pela via do aumento da jornada não remunerada, pela pressão do desemprego elevado, ou seja, a elevação da extração de mais-valia absoluta para elevar a competitividade de sua capacidade produtiva; (b) a aceleração do ciclo de renovação do capital fixo pela introdução de novas tecnologias que reduzam custos e diminuam a proporção de capital variável, aumentando a extração de mais-valia relativa; (c) a ampliação da participação no mercado mundial pela via da expansão do comércio externo, que compensaria a redução do consumo interno; (d) a diminuição dos custos produtivos pela deflação das importações de matérias primas, gerando superávits no balanço de pagamentos; (e) a ampliação dos benefícios rentistas pela via da exportação de capitais, ou seja, do crescimento da financeirização.

Estas cinco estratégias têm crescentes limites de execução. Há um limite para o aumento da exploração. Esse limite não é fixo, não é rígido, porém, não é indefinido. Há um limite para o grau de exploração que, em cada nação, a classe dominante consegue impor ao proletariado, sem gravíssimos conflitos sociais. Este limite é político e remete à dimensão do tensionamento do que os “músculos e nervos” podem aguentar. São variáveis políticas e sociais que remetem à estabilidade dos regimes eleitorais. A Grécia viveu mais de 15 greves gerais em menos de dois anos. Essas greves, mesmo com os incêndios e o suicídio de um aposentado em Atenas de 2012, assim como as greves gerais em Portugal e na Espanha entre 2011 e 2012, algumas das maiores de suas histórias nacionais, ainda ocorrem nos marcos de um controle dos aparatos sindicais, portanto, sem ameaça séria aos regimes políticos de dominação do capital. A presença de uma extrema direita eleitoral com 20% dos votos nos países de língua germânica e escandinava deve ser interpretada, também, como um sinal de alerta amarelo.

Em segundo lugar, há limites para a imobilização de capital na forma de novos equipamentos e tecnologias, não só porque a pesquisa científica avança em seus próprios ritmos, mas porque os riscos de aceleração do aumento da capacidade produtiva são elevados em condições de aumento da concorrência, gerando ociosidade: produzir o quê, onde, para vender para quem? Há limites, também, para a expansão da participação no mercado mundial. Nos últimos vinte anos, o crescimento do volume do comércio internacional cresceu na proporção de 5,4% ao ano, segundo a OMC³, enquanto o crescimento do PIB mundial

³ O site da Organização Mundial do Comércio oferece estatísticas para o crescimento do comércio mundial que podem ser pesquisadas em: <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBViewData.aspx?Language=E>>. Consulta em março de 2012.

foi um pouco superior a somente a metade desta taxa⁴, mesmo considerando os elevadíssimos resultados de alguns países asiáticos, como China e Índia. Em quarto lugar, não parece simples que a Europa possa contar com uma deflação dos preços das matérias primas, em particular, da *commodity* mais decisiva, o petróleo, em função dos conflitos geopolíticos internacionais.

Por último, há limites para a flexibilização financeira dos últimos trinta anos, como ficou claro depois da falência do Lehmann Brothers em 2008 e do escândalo mundial dos CDS. A proposta de regulação dos paraísos fiscais ou de controle sobre os mercados de derivativos ficou suspensa no ar. A avalanche de capitais fictícios quase levou à destruição do sistema financeiro norte-americano e, por contágio, o pânico quase mergulhou a economia mundial em depressão⁵. Por isso, e porque há outras disputas de interesses entre os EUA e a Alemanha, há divergências táticas entre a política de Washington e Berlim: enquanto Obama⁶ impulsiona a expansão monetária, e favorece a desvalorização do dólar, Merkel a condena e defende a cotação do euro. A estratégia em vigor, portanto, merece ser qualificada como uma “fuga em frente”, para ganhar tempo, e tem pouca consistência.

Expliquemo-nos: na época contemporânea, nenhuma sociedade, por mais reacionárias que sejam as forças de inércia de sua classe dominante, pode permanecer imune, por muito tempo, à pressão por mudanças econômico-sociais e políticas, mas a mobilidade interna dentro do sistema revelou-se muito pouco elástica. Uma estratégia antioperária e antipopular de “fuga em frente” diminui, dramaticamente, a coesão social interna de uma nação, o que não pode fortalecer, na longa duração, sua estabilidade política, ou seja, que a enfraquece no sistema internacional de Estados. Em outras palavras, a consequência dos remédios pode ser pior do que os efeitos da doença.

⁴ O site das Nações Unidas oferece estatísticas com séries anuais que recuam de 2011 até 1946, e podem ser pesquisadas em: <http://data.un.org/Data.aspx?q=Gross+Domestic+Product&d=SNA&f=group_code%3a401%3bitem_code%3a8>. Consulta em março de 2012.

⁵ Derivativos são ativos financeiros que derivam do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria. Podem ser, também, operações financeiras que tenham como base de negociação o preço de um ativo – títulos de dívidas públicas ou privadas, moedas, *commodities* – negociado nos mercados futuros. De todos os derivativos, os mais perigosos parecem ser os *swaps* (em inglês, *credit default swaps*, CDS). Os *swaps* são uma cobertura de risco, algo parecido com uma apólice de seguro para cobrir (em inglês, *fazer hedge*) uma possível moratória de dívida. Mas há grandes diferenças com os seguros. Estas operações não estão reguladas. As instituições que oferecem este tipo de contratos não estão obrigadas a manter reservas relacionadas com estas operações. Os CDS foram inventados pelos bancos precisamente para evitar as exigências sobre reservas. Se outra instituição absorvia o risco (em troca de um prêmio), o banco podia liberar suas reservas. Os CDS foram usados, também, para contornar as restrições que os fundos de pensão tinham para emprestar recursos a empresas com uma qualificação de risco insuficiente. A crise atual se manifestou como crise financeira quando ocorreu a desvalorização destes papéis, ou seja, quando começaram a derreter os capitais fictícios. Um estudo do banco Morgan Stanley informa que o volume dos contratos de CDS chegará, em 2012 e 2013, a uma altura, respectivamente, de 3,2 e 3,3 trilhões de dólares. Em 2010 e 2011, estes estoques serão de até de 1,3 e 1,6 trilhões. Disponível em: <<http://www.alencontre.org/index.html>>. Acesso em março de 2012.

⁶ N. Ed. O artigo foi redigido e submetido à Revista antes da ascensão de Trump ao poder.

Mudanças são necessárias, com maior ou menor intensidade, porque o capitalismo é um sistema que, na nossa época, se estrutura na forma: (a) de um mercado mundial onde a divisão social do trabalho é muito desfavorável para a maioria das nações, e a desigualdade tende a aumentar; (b) de um sistema internacional de Estados extremadamente hierarquizado, em que as possibilidades dos Estados que estão na semiperiferia ou na periferia de elevar o patamar de sua inserção foram pequenas. Em outras palavras, o capitalismo contemporâneo é uma ordem imperialista: perpetua desigualdades sociais e nacionais, o que significa que as injustiças e a tirania no mundo não estão diminuindo. Ao contrário, no centro e na periferia, simultaneamente, estão se agravando.

Quando a situação econômica se atenua em uma região, deteriora-se em outra. O que merece ser destacado é que, quando uma classe dominante em um país se revela incapaz de realizar essas mudanças de forma negociada, ou seja, através de reformas, precipita-se uma situação de crise social. Quando as transformações são adiadas, a classe dominante ganha tempo, mas a nação entra em decadência. Mais grave, no entanto, é quando a classe dominante de uma nação não só se demonstra incapaz de realizar as reformas, mas tenta liderar a implantação de contrarreformas que são a destruição das conquistas da geração anterior.

A crise econômica aberta em 2008 passou por variadas fases, mas ainda permanece sem solução. É possível que a estagnação que atingiu os países centrais se prolongue, indefinidamente, ou até que os custos produtivos tenham caído a um patamar tão baixo que os investimentos na Europa, EUA e Japão voltem a ser atrativos. Os prazos para que este processo seja concluído podem ser mais rápidos ou mais curtos, condicionados pelas possibilidades políticas e sociais de fazer o ajuste regressivo sem provocar instabilidade social incontrolável.

A mobilidade econômica no mundo, nos últimos trinta anos, foi maior do que a mobilidade política. As transformações na morfologia do mercado mundial, o espaço onde se disputa o papel de cada nação na divisão internacional do trabalho, continuam sendo muito mais aceleradas que as modificações no sistema de Estados. Em condições de relativa estabilidade, ou seja, enquanto o impacto da crise econômica não se desdobra em situações de revolução ou guerra, a política permanece mais lenta que a economia. Em outras palavras, o sistema internacional de Estados foi, historicamente, mais resistente que o mercado mundial.

O lugar de cada país no Sistema Internacional de Estados, quando se precipitaram as crises econômicas mais sérias do século XX, dependeu de quatro variáveis estratégicas: (a) as dimensões de suas economias, ou seja, os estoques de capital, os recursos naturais – como o território, as reservas de terras, os recursos minerais, a autossuficiência energética etc. – e humanos – entre estes, sua força demográfica e o estágio cultural da nação –, assim como a dinâmica, maior ou menor, de desenvolvimento da indústria, ou seja, *sua posição no mercado mundial*; (b) a estabilidade política e social, maior ou menor, dentro de cada país, ou

seja, *a capacidade de cada classe dominante de defender, internamente, o seu regime de dominação preservando a ordem*; (c) as dimensões e a capacidade de cada Estado em manter o controle de suas áreas de influência, ou seja, sua força militar de dissuasão, que depende não só do domínio da técnica militar ou da qualidade das suas forças armadas, mas do maior ou menor grau de coesão social da sociedade, portanto, *da capacidade do Estado de convencer a maioria do povo da necessidade da guerra*; (d) as alianças de longa duração dos Estados uns com os outros, e a relação de forças que resultaram dos blocos formais e informais, ou seja, *sua rede de coalizão*.

Na sequência da crise dos anos setenta do século XX, a situação europeia de estagnação potencializou a queda das ditaduras na Península Ibérica – onde se abriram situações revolucionárias – e na Grécia e, finalmente, a crise das ditaduras no Cone sul da América do Sul. Regimes duradouros, mantidos pelo apoio de Washington durante as décadas da Guerra Fria, como as ditaduras de Somoza na Nicarágua e do Xá Reza Palehvi no Irã, foram derrubados por revoluções democráticas. O Japão fortaleceu-se no mercado mundial, enquanto a Europa debilitava-se.

A primeira crise econômica do século XXI sugere que iremos passar nos próximos anos por grandes transformações no sistema internacional de Estados e até nas posições de cada economia no mercado mundial. A primeira delas foi a derrota do projeto político que Bush, à frente da Casa Branca, empunhou na última década. A eleição de Obama significou, para o imperialismo norte-americano, a necessidade de admitir o fracasso de sua ocupação militar no Iraque. Mas a iraquização no Afeganistão continua um desafio sem solução militar.

Os EUA procuram ganhar posições de força militar contra a crescente resistência do Taleban, mas seus aliados britânicos já reconheceram que realizar negociações com a ala moderada do Taleban seria incontornável. A tendência à talebanização do regime iraniano cresce depois da fraude das últimas eleições. A fascistização do Estado de Israel torna cada vez mais insustentável a política do sionismo, e provoca um aumento da iranização da resistência palestina, ameaçando a preservação da ditadura no Egito, o país árabe mais populoso do Oriente Médio, que se palestinizava.

A necessidade de uma maior coordenação entre o governo dos EUA e os da União Europeia deu um salto com a crise. A injeção de trilhões de dólares permitiu evitar, pelo menos entre 2008/2012, transitoriamente, um salto da recessão em depressão. Mas não só não está ainda garantida uma recuperação da economia, interrompendo o crescimento do desemprego, como existem novos perigos nas emissões de moeda e no crescimento das dívidas públicas. A desvalorização do dólar tem significado uma redução do salário médio dos trabalhadores norte-americanos e um barateamento das exportações dos EUA, mas provoca pressões inflacionárias e desvalorização de capitais para os portadores dos títulos do FED, ameaçando a posição do dólar como moeda de reserva.

Nesse sentido, os EUA se europeízam, economicamente, porque a última fortaleza do capitalismo mundial – pela primeira vez desde os anos trinta – vê-se obrigada a conviver com taxas de desemprego iguais a 10% da população economicamente ativa. A derrota do projeto da ALCA no período histórico anterior foi a expressão, também, de uma nova relação de forças na América do Sul, que viu surgir governos mais independentes de Washington na Venezuela, na Bolívia e no Equador. A latino-americanização da situação social no Leste europeu, com o avanço da desigualdade social, indica que um novo elo frágil surgiu no sistema de Estados. Ninguém pode prever as consequências sociais que teria para a ditadura chinesa uma interrupção do intenso crescimento dos últimos quinze anos.

Notas conclusivas

Quando o homem deixar de sonhar, toda a humanidade será derrotada.

Leonardo Padura

A decadência histórica da nação é uma hipótese forte, possível. Mas não é certa. A crise do modo de acumulação atingiu níveis de contradições inusitados. Onde de um lado nasce um monopólio – hoje, na aparência, espartilhado por centenas de “empresas” –, nasce do outro um exército de trabalhadores assalariados ou desempregados; onde a CUF/Siemens domina o negócio da saúde, nascem do outro lado milhares de médicos que perderam o seu consultório; onde a EDP fixa mais de metade da fatura em taxas, nascem do outro lado milhares de pessoas que passam quatro meses por ano cheias de frio, a ouvir a proteção civil aconselhar o uso de “mantas e chás” em pleno século XXI; onde o grupo Jerónimo Martins e a Sonae dominam a distribuição, nascem do outro lado ex-agricultores e pequenos comerciantes arruinados, que caminham para o lado dos assalariados; onde a banca engole, em cinco anos, 47 bilhões de euros, o equivalente a 28% do PIB, nascem do outro lado escolas sem professores, professores sem emprego, alunos sem aulas, baixa qualidade crescente do ensino cuidado e científico. Quantos cientistas e doutorados foram expulsos do país ou colocados na precariedade e no desemprego nos últimos anos? E dá-se este encontro com a história que é a identificação da maioria da população com um mesmo programa comum.

Um programa que pode ganhar corpo: liberdades políticas, democracia real, direito ao trabalho, Estado social, transparência na gestão da coisa pública, expropriação da banca e do setor financeiros. Este programa pode ter mais força política na Europa, porque tem mais base social, e não só na Europa do Sul, do que um programa de extrema-direita baseado no protecionismo, na xenofobia e no conflito entre povos e nações. Mas há um tempo histórico – de que hoje não

saberíamos calcular a duração – para unificar este programa difuso em projetos políticos consistentes e democráticos. Ou assistir à desagregação social e a uma repetição cataclísmica de 1939-45.

Para organizar a sociedade e dar bem-estar a todos, não é aceitável sabotar a produção, pagar para os agricultores não produzirem, encerrar fábricas e empresas, destruir capacidade produtiva, colocar 47% da população na miséria e deter o desenvolvimento da ciência e da técnica, como tem sido feito. O que deve ser feito é garantir que as empresas estratégicas – banca, redes de água e saneamento, energia, comunicações etc. – ficam sob controle público, democrático. De todos, com o esforço de todos, com a responsabilidade de todos, para todos. Por que a população não tem controle público sobre as suas empresas, as empresas públicas, o Estado? Com essa massa de investimento, garante-se que todos os que são capazes de trabalhar produzem e a jornada de trabalho reduz-se, garantindo a produção de bens e serviços – contra a escassez – e também a sustentabilidade do Estado social.

A recuperação do espírito de *pleno emprego* é uma emergência histórica, uma das certezas inabaláveis do nosso destino comum civilizado. O pleno emprego é a única forma de evitar o rebaixamento salarial aplicado a toda a sociedade e a única garantia de sustentabilidade do Estado social e da Segurança Social. É uma exigência civilizacional mínima, é a proteção de “filhos e pais”, que estava nos programas e nas campanhas públicas dos partidos social-democratas na década de 1970 e hoje, com cinco vezes mais desempregados, foi abandonado. Sindicatos e partidos da esquerda colocam-no num cantinho dos seus programas, com letras pequenas. Ou, mais grave, substituem-no pela exigência de um rendimento básico incondicional, que é um cheque de sobrevivência entregue a todas as pessoas, que não exige como contrapartida um esforço para a produção da sociedade. Portugal atingiu o nível máximo de desemprego de toda a sua história e nenhum partido – nenhum – fez do pleno emprego uma bandeira, desde 2008 até aos nossos dias.

A *democracia real já* que se grita nas ruas de Hong Kong, Londres, Brasília e junto de Wall Street não corresponde a projetos regressivos ou de desesperança, muito pelo contrário. Um avanço globalizador da economia veio acompanhado por tragédias inomináveis na África, no Médio Oriente, uma pilhagem sem fim de países que vivem entre invasões imperiais e a dominação de monarquias despóticas, mas nasceu também nestes anos um internacionalismo civilizacional, que colocou exigências que até aos anos 50 eram tidas por privilégios, como exigências mínimas de civilização: saúde para todos exige-se nas ruas de Londres; transportes públicos de qualidade grita-se em São Paulo; educação laica e gratuita é bandeira nas ruas de Madrid. O Estado social erguido como concessão ao movimento operário para este aceitar ser desarmado em 1945 – quem não se recorda da cena épica do 1900 de Bernardo Bertolucci em que tentam convencer os

partisans a entregar as armas e eles gritavam “mas nós estamos armados contra o patrão” e do outro lado respondia-se: não, “acabou a guerra, mas acabou o patrão também”? Não acabou, mas cedeu na construção do Estado social, que é hoje uma grande bandeira civilizacional no mundo mais desenvolvido, urbano e escolarizado. Este “patrimônio comum” dos que vivem do trabalho, os assalariados, operários manuais ou médicos, unifica pacificamente um eletricista precário no Sul da Europa e um advogado conservador sueco – há um mínimo civilizacional, saúde, educação, segurança social, propiciado pelas altas taxas de produtividade, que obriga a que o Estado, que compulsivamente recolhe impostos, devolva em serviços e bens comuns, tidos como a marca mínima do bem-estar comum. O Estado social é um dos últimos redutos a serem alvo desse processo de acumulação, e a sua erosão pode gerar uma resistência massiva das populações contra um Estado que não atua como fiel depositário das contribuições da população para esse mesmo Estado social. E isso tem mostrado às claras um outro Estado, mais visível e mais incômodo – o da ligação umbilical entre acumulação privada e dinheiros públicos, cujo exemplo mais óbvio é a fuga fiscal dos grandes grupos económicos. Esse Estado organiza-se num regime – democrático-representativo – cuja crise é visível, não só em Portugal, mas em toda a Europa do Sul – com a abstenção que ronda entre os 40 e os 60%. Deste ponto de vista, do regime, estamos numa transição histórica em que regime e direitos laborais estão num confronto violento. Esta encruzilhada traz consigo uma revisitação do passado – a tendência para a bonapartização, ou seja, para uma ditadura do Estado capitalista onde não existam ou sejam severamente restringidos os direitos políticos, não encontra hoje base social tão óbvia como no passado. Ninguém dúvida que nos países ocidentais garantir a acumulação por meio de restrição de liberdades políticas vai gerar uma onda massiva de conflitos sociais.

Se não há motivos para um pessimismo religioso, a questão chave da organização está por responder. Pôr fim ao medo faz-se construindo organizações políticas e sociais alternativas, que deem força e proteção às pessoas para que elas sintam que podem lutar amparadas.

Como fazê-lo? É a pergunta mais difícil. Como organizar uma força de trabalho dispersa, atomizada, precarizada e ciclicamente desempregada? Que fazer com os sindicatos? Saberão eles renovar-se ou cometerão haraquiri, recusando adaptar-se e preferindo morrer junto com as suas burocracias? Como ter estruturas de poder paralelo ao Estado que criem solidariedades sociais e força política? De que partidos precisamos? No fundo, a questão chave é esta: como transformar a desesperança individual depressiva em força coletiva civilizacional. Indivíduos desesperam, sociedades encontram saídas.

Referência bibliográfica

HOBBSAWM, Eric J. *História do Marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional – Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. Trad. Carlos Nélon Coutinho [et alli]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Recebido em 14 de dezembro de 2016

Aprovado em 03 de janeiro de 2017

Controle social e planejamento urbano: Uma reflexão sobre os processos neoliberais e neodesenvolvimentista de cidadania participativa na conjuntura pós-Estatuto das Cidades

*Social control and urban planning: a reflection on the neoliberal
and neodevelopmentalist participatory citizenship processes
after the City Statute*

Richard Lins

Carolina Laurindo Basso*

Resumo

Em 2001, o Estatuto das Cidades foi aprovado, exigindo dos municípios a obrigatoriedade da participação popular na execução dos Planos Diretores. O artigo discute a perversão dos processos de alargamento democráticos conhecidos como controle social sobre produção urbana. Averiguou-se o estado atual da produção do urbano e das condições dos movimentos sociais e sindicais do Brasil. O diagnóstico alerta que os processos sociais de antagonismo de classe e os interesses da burguesia sobre a produção do urbano, bem como as questões relativas aos processos neoliberais e neodesenvolvimentistas, impossibilitam a participação efetiva na luta pela justiça na produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Controle social; planejamento Urbano; neodesenvolvimentismo.

Abstract

In 2001 the City Statute was approved, requiring the mandatory public participation in the implementation of the Master Plans of the municipalities. The paper discusses the perversion of the process of democratic enlargement known as social control about urban production. It examined the current state of production of urban and the conditions of social and trade union movements in Brazil. The diagnosis warns that the social processes of class antagonism and the interests of the bourgeoisie on the production of the urban, as well as questions relative to the neoliberal and neodevelopmental processes, impede their effective participation in the fight for justice in the production of urban space.

Keywords: *Social control; urban Planning; neodevelopmentalism.*

* Respectivamente, arquiteto Urbanista pela PUCPR. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFE, e Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela PUCPR.

1. Introdução

Não é segredo a insatisfação dos brasileiros com os processos de urbanização do Brasil, “descontentamentos que perturbaram a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz” (Rolnik, 2013, p. 10) e que, desde as manifestações de 2013, têm mostrado uma necessidade constante da questão urbana nas políticas públicas. Estas manifestações, que apesar de terem se originado a partir de mobilizações contra os aumentos da tarifa nos transportes públicos, convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), têm suas pautas e agendas construtivas entrelaçadas fortemente com as questões urbanas em geral.

Na história do urbanismo brasileiro não é raro o descaso do Estado com os processos contraditórios de produção do espaço urbano em nossa sociedade capitalista periférica e dependente, inclusive sendo agente ativo de processos gentrificatórios e grande contribuinte para o enriquecimento dos proprietários de terra através do incremento de infraestrutura em áreas centrais, ao mesmo tempo em que relega as áreas periféricas ao abandono.

Porém, as lutas urbanas (e sociais) não são novidade no Brasil. Desde a proposta de reforma urbana nas cidades brasileiras, formulada no Congresso e promovida pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil ainda em 1963, até as reivindicações do Fórum Nacional de Reforma Urbana, alimentadas pelos anseios do direito a ter direitos e que inspiraram a promulgação de várias conquistas legislativas no campo urbano (Maricato, 2000), a luta na agenda urbana engendra a realidade brasileira. É nesse contexto que se encontra a Constituição de 1988, ao inserir um certo esforço em abrir os meios de decisão da democracia representativa, tornando-a, aos poucos, mais aberta e direta, processos conhecidos como “controle social”¹.

Um exemplo nesse aspecto são as leis de diretrizes orçamentárias e, principalmente para análise aqui almejada, a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que institui a obrigatoriedade da realização de audiências públicas na elaboração dos planos diretores e projetos urbanos de grande impacto, buscando uma maior inserção da opinião dos diversos setores da sociedade nas decisões técnicas dos vários processos que o planejamento urbano inclui.

Dentro desse contexto, as elucidações aqui apresentadas buscam trazer discussões iniciais sobre a perversão dos processos democráticos da sociedade

¹ Historicamente, a categoria “controle social” foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sob as massas. É nessa acepção que quase sempre o controle social é usado na Sociologia, ou seja, no seu sentido coercitivo sobre a população. Entretanto, o sentido de controle social inscrito na Constituição é o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais. Esta última concepção de controle social tem como marco o processo de redemocratização da sociedade brasileira com o aprofundamento do debate referente à democracia (Cf. Bravo, 2009).

capitalista brasileira, através da confluência de fatores históricos, políticos e econômicos que desaparecem perante a força dos aparelhos ideológicos utilizados pelo Estado.

Apesar das tentativas de inserir, em nosso contrato social, meios mais amplos de participação (controle social) nos processos de planejamento, analisando aqui principalmente o planejamento urbano, não são levados em consideração, nesses meios, os processos neoliberais e neodesenvolvimentistas que transformaram as organizações sociais e principalmente os pilares fundamentais do Estado burguês, e que, portanto, impossibilitam o funcionamento das políticas participativas. Nesse sentido, buscamos mostrar que as políticas de controle social junto aos procedimentos de planejamento urbano tornam-se grandes instrumentos ideológicos que mascaram os conflitos de classe na produção social do espaço urbano no Brasil.

2. Produção e planejamento do urbano no Brasil

É importante, para qualquer análise sobre o urbano, entender a cidade não como um mero cenário onde ocorrem as lutas de classe, mas como “a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital” (Iasi, 2013, p. 73), ou seja, como um arranjo espacial que reflete as relações de produção capitalistas. Sendo assim, para entender a produção do espaço urbano no Brasil, analisaremos a questão a partir de três aspectos: a estrutura econômica da produção do urbano; a política urbana; e os respectivos processos históricos de tal conformação no Brasil. Esperamos, assim, facilitar a leitura dos aspectos de infraestrutura econômica e seus respectivos processos ideológicos que caracterizam o tema.

Entender a cidade como um arranjo espacial que reflete as relações de produção capitalista alerta-nos não somente para necessidade de compreender as características de renda da propriedade urbana e/ou das lógicas da indústria da construção civil, mas também para as implicações dos diferentes períodos da acumulação capitalista em nível global e os seus impactos sobre a produção do espaço urbano, uma vez que “é deles que partem os principais influxos que alimentam as cadeias produtivas, financeiras, políticas e culturais do mundo” (Gaspar, 2011, p. 240). Porém, é importante salientar que não alçaremos, nesse estudo, grandes descrições sobre os períodos da economia mundial², buscando,

² Àqueles que sentirem necessidade ou se interessarem pela temática, sugerimos a leitura do livro “Condição pós-moderna”, de David Harvey (1994), principalmente os textos contidos na segunda parte, intitulada “A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX” (pp. 115-184). Além de ótimos para introdução ao assunto, os textos foram também orientadores para o estudo em questão.

antes, um enfoque nos aspectos de transformação urbana, principalmente em sua fase contemporânea.

Marx e Engels (2005 [1848], p. 44) observam que “a burguesia submeteu o campo à cidade”, o que nos alerta, em princípio, que o capitalismo concentra suas atividades na área urbana, sendo essa configuração uma necessidade constante do capital da “anulação do espaço pelo tempo” (Marx, 2011, p. 699) para que possa realizar a centralização do capital. Esse processo gera arranjos espaciais diversos que extrapolam a escala urbana:

Ela ocorre na escala do chão da fábrica e na escala dos capitais nacionais em uma economia global, e em cada escala existem mecanismos bastante específicos que engendram o processo. [...] A expansão do capital compreende uma progressiva divisão do trabalho, também em diferentes escalas, e, portanto, um número cada vez maior de atividades separadas devem ser combinadas a fim de prover as mercadorias e serviços necessários. Quanto menor for a distância entre estas diferentes atividades, menores serão [sic] o custo e o tempo da produção e do transporte. Inserida neste contexto da acumulação de capital, esta explicação é essencialmente correta no que concerne à centralização original do capital em “aglomerações” urbanas (Smith, 2011, p. 23).

É exatamente a partir desses processos que podemos compreender a configuração das cidades industriais no século XIX. Porém, atualmente, com a (aparente) autonomização do capital financeiro em relação ao industrial, suscitam-se novas configurações às grandes cidades. Nos processos de mundialização do capital, “as fronteiras que separam o local do regional, e destes para o nacional e o global, são inapelavelmente modificadas”, inserindo as cidades em uma “rede de fluxos globais, compreendendo múltiplos e diversos circuitos” (Gaspar, 2011, pp. 238-239), colocando-as em um mercado mundial de competição para a atração de capitais. Logo, o centro industrial, que caracterizava as cidades no período fordista, tem constantemente, a partir da fuga de capitais industriais em busca de força de trabalho mais barata, principalmente nos países asiáticos, sido substituído por centros financeiros nas paisagens urbanas.

A cidade como centro financeiro acarreta também transformações na morfologia urbana desses centros. Como nos ensina Smith (2011), a velocidade das decisões financeiras no capitalismo de acumulação flexível exige da trama urbana que abrigue (centralize) os centros financeiros – ilustrados pelos conhecidos arranha-céus – e diversos sistemas de apoio profissional e administrativo. Os distritos industriais ainda existentes são relocados (junto com as habitações de trabalhadores) às franjas urbanas, trazendo uma hegemonia paisagística à cidade-

-mercadoria, configurando as cidades como um *dégradé* polarizado de centros de decisões (Cf. Vainer, 2000).

Juntamente a tudo isso, tem-se com as políticas neoliberais de “transformação de serviços em mercadoria” (Harvey, 1994, p. 268) uma transformação dos meios de consumo coletivos urbanos, antes concedidos pelo Estado, cada vez mais como espaços mercantilizados na busca de expansão da acumulação de capital.

Simultaneamente ao que já foi discorrido, é interessante entender a própria produção do espaço como um processo de acumulação do capital, de forma que, ao mesmo tempo em que há uma centralização espacial, ocorre também a descentralização do capital. Engels (2015 [1873]) ajuda-nos a entender, com clareza, os processos atuais de produção da cidade e sua reificação formal das contradições das relações capitalistas:

A expansão das metrópoles modernas confere ao terreno situado em certas áreas, especialmente nas mais centrais, um valor artificial, que com frequência aumenta de forma colossal; os prédios construídos nelas [...] são demolidos e outros são construídos em seu lugar. Isto acontece sobretudo com moradias de trabalhadores localizadas no centro [...]. O resultado é que os trabalhadores são empurrados do centro das cidades para a periferia³ (Engels, 2015 [1873], pp. 39-40).

Esse “valor artificial” a que se refere o autor é a conhecida renda da terra. Não iremos discutir com profundidade a teoria da renda, bastando-nos compreender como esta se articula na estratificação socioespacial do solo urbano. Ao olhar a questão no contexto brasileiro, Villaça (1998) observa que a partir do domínio que a burguesia brasileira obtém sobre os meios de produção da cidade (econômico, político e ideológico), esta consegue decidir onde serão aplicadas as infraestruturas urbanas, ajudando a valorizar áreas específicas em terrenos com interesse de especulação, e, simultaneamente, a relegar áreas sem tal interesse a condições precárias. Segundo essa análise, conforma-se que a “*dominação* por meio do espaço urbano [é] o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço” (Villaça, 1998, p. 328; grifo no original). Nesse caminho, as áreas ocupadas pelas favelas são aquelas que não concretizavam interesse pelo mercado, sendo fácil entender a “vista grossa” realizada pelos gestores em seu processo ilegal de produção (Maricato, 1996).

³ Essa transformação socioespacial em que as classes baixas são relocadas nas áreas periféricas das cidades através de fatores diversos – geralmente, por meio do incremento de infraestrutura no espaço urbano e o conseqüente aumento dos preços da terra e do custo de vida local – designa-se no vocabulário urbanístico como “gentrificação”.

O objetivo aqui foi alertar que a produção do espaço, assim como a economia financeirizada, é relacional nas mais diversas escalas (local, regional e global), e que as políticas urbanas que analisaremos a seguir dificilmente teriam a capacidade de – numa hipótese de se configurarem como suas reais intenções – domesticá-la.

O principal regulador da produção urbana no Brasil é o Estado, com o encargo principal relegado às prefeituras, sendo essas regulamentações exercidas através das políticas urbanas que se configuram de diversas maneiras. Não se busca aqui realizar uma exposição minuciosa da evolução das políticas urbanas no Brasil, e, sim, apresentar os principais instrumentos de que se vale o Estado para produção da cidade: o Plano Diretor⁴ e o Zoneamento.

O Plano Diretor existe no Brasil desde pelo menos 1930, porém outros instrumentos de política urbana, como o zoneamento, existem desde o início do século XX (Villaça, 2005). Frequentemente, a ideia de plano diretor confunde-se com a de Zoneamento, porém as diferenças entre os dois têm grande importância, principalmente quando analisados seus aspectos ideológicos.

O linguajar tecnocrático – grande defensor dos Planos Diretores – define o Plano Diretor como “o complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo” (Ferrari, 2004, p. 280). Esse ideário, como nos ensina Villaça (2005), é fortemente defendido e prestigiado pela elite e pela imprensa brasileiras, que criam um espectro do plano como “guardião do futuro da cidade”, que se “insere no contexto da supremacia do conhecimento técnico e científico como guia da ação política” (p. 21), que se impõe através de legislação federal e “legitima-se” com a obrigatoriedade do processo participativo. Porém, é interessante notar que, apesar de o Plano Diretor ser um instrumento legal, as diversas propostas de intervenção urbanas que esse abriga não passam de sugestões, não tendo o prefeito o dever de cumpri-las durante seu mandato, podendo, assim, relegar os “deveres” ao próximo mandatário. Torna-se, então, compreensível o fato de que “não se tem notícia no Brasil de uma cidade que tenha sua administração pautada, mesmo que por poucos anos, por um Plano Diretor com um nível de abrangência que ultrapasse os do zoneamento” (*ibidem*, p. 17). Temos, desta forma, um contexto em que a lei transmite uma imagem de seriedade, quando, na realidade, o seu cumprimento estabelece-se como facultativo. As implicações desse ideário sobre a leitura urbana constituem as visões distorcidas de

⁴ Política que abrange quase todo o espaço urbano do Brasil, uma vez que é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, integrantes de região metropolitana, áreas de interesse turístico, em influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, e/ou suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. O plano diretor configura-se como uma lei municipal com vigência de 10 anos (Brasil, Lei nº 10.257, 2001).

que os problemas das cidades não são causados pelas relações sociais de produção capitalista, e, sim, por equívocos de leitura técnica, por irresponsabilidade da administração pública ou pelo rápido crescimento das cidades.

Outro instrumento da política urbana é o Zoneamento, parte integrante dos planos diretores e que, assim como tal, reveste-se de ideologias que disfarçam sua função na produção do espaço urbano. A visão tecnocrata define a Lei de Zoneamento como “preceito legal de natureza administrativa, que em benefício do bem comum e de cada cidadão, regulamenta os usos e a ocupação do solo urbano, estabelecendo para a zona as normas e restrições urbanísticas” (Ferrari, 2004, p. 213).

Ainda segundo Villaça (2005), “a verdade que o zoneamento busca ocultar é sua finalidade de proteção dos valores imobiliários (econômico ou de moradia) de interesse da minoria mais rica” (p. 46). Como exemplo, o autor aponta as legislações que regulamentavam a construção de cortiços, casinhas ou edificações acanhadas nas zonas centrais de São Paulo e do Rio Janeiro no início do século XX, mostrando a clara função de proteção dos interesses do capital rentista que lucrava com tais conformações.

Um outro aspecto do Zoneamento é a sua capacidade de dar aos proprietários de terras urbanas uma renda suplementar ao preço pago na aquisição do lote. Esse processo, nomeado como “Renda Diferencial” (Gouvêa, 1995, p. 24), consiste em mudanças realizadas nas regulamentações de zoneamento em uma área específica, de maneira a aumentar seu potencial construtivo – através do acréscimo de andares permitidos à construção, ou área de ocupação do terreno –, dando ao proprietário vantagens construtivas após a implementação da lei. Esse mesmo aspecto é um impulsionador do aumento desenfreado dos perímetros urbanos nas mais diversas cidades do país, onde os proprietários extraem maior renda sobre terras agrícolas quando transformadas em urbanas.

A partir dos aspectos econômicos e políticos discutidos até agora, podemos entender os processos infraestruturais e ideológicos que permeiam a produção e o planejamento do urbano no Brasil. Vamos agora compreender como esses processos materializaram-se nas cidades brasileiras, seguindo principalmente as observações de Villaça (1999), que contribuiu com os estudos em relação ao histórico do planejamento urbano no Brasil, classificando seus processos em quatro períodos, percorridos a seguir. Os estudos do autor, apesar de privilegiarem as experiências cariocas e paulistanas, são-nos de grande utilidade, uma vez que, além de analisarem o centro econômico (São Paulo) e o primeiro centro político e atual centro turístico do Brasil (Rio de Janeiro), superam o simples relato de fatos e encaminham-nos para uma melhor análise da produção urbana brasileira.

A população brasileira, por volta de 1950, era predominantemente rural (33 milhões de pessoas habitavam o campo), contrapondo uma menor parcela (19 milhões de pessoas) que habitava áreas urbanas. A partir dessa década, com o êxodo

rural, esses índices foram se invertendo, estabelecendo um rápido processo de urbanização no país. Segundo o IBGE (2000), 81% da população brasileira, estimada em 170 milhões, habitavam as grandes cidades. O maior exemplo desse crescimento urbano é a cidade de São Paulo, que deixou evidente, ao longo desse período, o processo de inchamento populacional. Entretanto, esse movimento da população brasileira não foi acompanhado de incrementos na infraestrutura urbana disponível, não assegurando as condições de vida ofertadas à população.

Diferentemente do que se costuma supor, no Brasil, o Planejamento Urbano não decorreu do aumento populacional na parte urbana do país, mas, sim, do desenvolvimento de responsabilidades quanto à saúde pública nas cidades. Esse período é conceituado por higienismo e é conhecido por ter promovido uma “limpeza” nos centros urbanos.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorreu a ascensão da classe dominante brasileira, a qual considerava a necessidade de romper com o passado colonial, aderindo ao “moderno” e, portanto, promovendo o embelezamento das cidades (Villaça, 1999). Assim, caracteriza-se o primeiro período, marcado pelos “Planos de melhoramento e embelezamento”, cujo início coincidiu com o nascimento do planejamento urbano no Brasil em 1875 e estendeu-se a 1930. Sob influência europeia (do plano de extensão de Barcelona e do Plano de Haussmann em Paris), as cidades brasileiras adotaram medidas urbanísticas higienistas, vislumbrando cidades progressistas. Tais medidas consistiam em alargamento de vias, construção de grandes monumentos e praças, erradicação de ocupações de baixa renda nas áreas mais centrais consideradas insalubres (cortiços), implementação de infraestrutura (em especial de saneamento) e ajardinamento de parques e praças objetivando promover a limpeza das cidades.

A classe dominante, referenciada anteriormente, era hegemônica e impunha esse conjunto de soluções que lhe parecia adequado, sem se importar com os habitantes desses grandes centros. Tais pessoas, se não tivessem condições financeiras de consumir esse embelezamento que estava sendo executado sobre a cidade, eram marginalizadas pelas medidas adotadas pela burguesia. Leme (1999) aborda que um dos aspectos principais a se apontar sobre essa primeira fase foi a criação de uma legislação urbanística que assegurava essas mudanças em curso nos centros urbanos e evidenciava o respaldo que a classe dominante possuía do poder público.

A segunda fase, que começou em 1930 e desdobrou-se até 1965, é marcada pelos “Planos de Conjunto”, os quais possuíam como característica principal a preocupação com a integração das diretrizes para todo o território do Município, diferentemente do planejamento da fase anterior, o qual previa mudanças locais e específicas. Tal plano visava articular o centro e os demais bairros elaborando um sistema de vias projetadas para o transporte, e não para o embelezamento.

Ou seja, “as grandes obras urbanas saem do consumo conspícuo para privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital” (Villaça, 1999, p. 199). Nesse caminho, tornam-se mais evidentes as intenções de ordenamento das cidades, usando-se principalmente de instrumentos da legislação urbanística de controle do uso e de ocupação do solo, como o zoneamento, para atingir tais finalidades (Leme, 1999).

Destaca-se dos planos dessa época o cientificismo⁵ na elaboração de tais (com o auxílio da ciência e da técnica no emprego de soluções para os problemas das cidades) e, desta maneira, os extensos diagnósticos realizados.

Nomeados como “Planos de Desenvolvimento Integrado”, o terceiro período, que data de 1965 a 1971, incorporou aspectos não só físico-territoriais para os planos, mas também enfoques econômicos e sociais. Villaça (1999) aponta como principais características dos planos dessa fase: a) distanciamento entre as propostas contidas nos planos, por um lado, em contrapartida das possibilidades de que essas propostas sejam efetivamente implementadas; b) conflito entre propostas cada vez mais abrangentes e estruturas administrativas cada vez mais setorializadas e especializadas; c) dificuldades e indefinições quanto à aprovação dos planos, evidenciando um conflito entre o executivo e o legislativo nas questões do planejamento urbano.

Com todos esses conflitos apontados para realização desses planos, percebeu-se o aumento da complexidade e da abrangência, gerando um crescimento da variedade de problemas sociais nos quais se envolviam e, portanto, um afastamento dos interesses reais da classe dominante e de suas possibilidades de aplicação, diferentemente das fases anteriores.

O quarto período é marcado pelos “Planos Sem Mapas”, que começaram em 1971 e foram desenvolvidos até 2001, sendo uma antítese dos planos desenvolvidos na fase anterior. Consistiam na elaboração de planejamentos que não se utilizavam de diagnósticos técnicos extensos e de mapas especificando as propostas. Logo, tais propostas passaram da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para projetos simples, realizados por técnicos municipais. Sendo assim, foram marcados por um conjunto de objetivos e diretrizes genéricas, cuja realização ocultava os conflitos socioespaciais da época, inerentes à diversidade de interesses relativos ao espaço urbano.

No Brasil, o controle social foi implementado, constitucionalmente, nos processos de planejamento urbano através da Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 (Brasil, 2001), instituindo a obrigatoriedade da realização de audiências pú-

⁵ Citamos aqui o cientificismo não como um processo com condições intelectuais e técnicas para realmente solucionar os problemas urbanos, mas, sim, como ideologia empregada para justificar e legitimar os planos urbanos, que realizou grandes obras de infraestrutura e relegou a habitação ao esquecimento (Villaça, 1999).

blicas na elaboração dos planos diretores como meio de garantir o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O controle social e a participação popular encontram-se na concepção do planejamento urbano, entendidos como “um conjunto de pressões que a população exerce sobre o poder público” (Villaça, 2005, p. 51); sendo assim, o controle social aqui se refere justamente à participação popular dos planos diretores. Mas como bem nos explica Villaça (2005), a classe dominante sempre participou desses planos. Dessa maneira, quando se legitima constitucionalmente “a população” como participante desse processo, temos apenas uma mistificação dos conflitos entre duas classes que claramente possuem poderes políticos muito desequilibrados. Nesse sentido, o autor adverte-nos da capacidade coerciva da burguesia sobre o executivo dos municípios através de pressões midiáticas e diretas, de maneira que os debates públicos seriam apenas a ponta de um *iceberg* que deixa submerso todo um processo de desigualdade de poder político.

Quanto à aplicação prática dos processos participativos nos Planos Diretores brasileiros, Santos (2011) elucida-nos que os conselhos possuem três naturezas de decisão: deliberativo – em que a população participante tem permissão para debater e deliberar; consultivo – conselho de caráter opinativo, sem o poder de deliberação; ou ambos – processo misto, que, na maioria dos casos, tende apenas à consulta.

Na maior parte das cidades brasileiras, os planos diretores possuem apenas caráter consultivo, excluindo os casos onde não foram identificadas

[...] contradições quanto à definição do caráter das decisões dos Conselhos, tendo em vista que vários municípios definiram caráter deliberativo ou deliberativo e consultivo para os mesmos, mas a análise das atribuições dos Conselhos demonstrou que vários deles eram meramente consultivos (Santos, 2011, p. 261).

Há ainda um grande esvaziamento na participação de movimentos populares, permanecendo abaixo de 20% dos planos diretores aplicados no país, com baixas definições nestes quanto à representação dos segmentos sociais fragilizados, “impossibilitando avaliar se realmente está sendo rompido o caráter técnico da participação” (*ibidem*, p. 263).

Toda a sequência de processos explanados até agora permite-nos visualizar a produção urbana do Brasil ideologizada através da máscara do planejamento urbano. É justamente essa leitura que nos ajudará a entender a perversidade da política participativa nos planos diretores. Esses entendimentos serão, à frente, complementados com a elucidação dos processos sociais que impedem o funcionamento da “democratização da democracia”, na qual as políticas participativas do planejamento urbano encaixam-se.

3. Estado e controle social nos contextos neoliberais e neodesenvolvimentistas no Brasil

Inicialmente, de maneira a facilitar a compreensão das questões aqui colocadas, é preciso elucidar de que Estado estamos falando quando nos referimos ao Brasil, entender seus diversos aspectos e processos que o levam a se configurar dentro do processo capitalista, e portanto, sua composição como um instrumento de legitimação da exploração de uma classe sobre a outra.

Lasdislas Dowbor (1978) esclarece-nos que desde a sua mais tenra forma, a economia brasileira já se estabelecia como capitalista, uma vez que as relações coloniais davam-se a partir de uma relação de dependência com o capitalismo central em desenvolvimento, e não como uma fase onde o capitalismo iria se edificar, negando-a. A mudança de país ao qual se subordinava a dependência capitalista brasileira – primeiro Portugal, depois a Inglaterra e o último e atual Estados Unidos – faria variar, conseqüentemente, as forças de produção e a própria organização do Estado. Esses processos são nomeados de “capitalismo dependente”.

A fase de dominação portuguesa sobre o Brasil – 1500 –, ainda segundo Dowbor (1978), é um exemplo claro da tendência do capitalismo mundial em reproduzir as relações “feudais” ou “pré-capitalistas” para manter o aumento progressivo do acúmulo de riquezas. Nessa fase, a unidade de produção típica – a plantação – usava-se de técnicas semi-industriais para a produção em massa, com foco no escoamento para o colonizador. Sendo, nesse contexto, a terra o principal meio de produção, era justamente nas relações de propriedade desta e da exploração escravagista – na propriedade do homem pelo homem numa terra onde a mão de obra era escassa – que se asseguravam as necessidades da acumulação capitalista.

A fase inglesa, que se dá entre 1703 e a independência brasileira em 1822, resulta não da luta levada pelas classes dirigentes contra o sistema colonial, mas da queda de Portugal face a emergência crescente da Inglaterra em plena industrialização. Muda-se então a metrópole de escoamento e a própria relação de dependência, que passa de política e militar na fase portuguesa, para econômica e financeira na inglesa. As relações econômicas caracterizam-se pela continuidade, com diferenciais apenas na inovação técnica, no aumento no nível das forças produtivas e no sistema escravagista, que, com o tempo, viu-se ultrapassado; cabe, porém, acrescentar que a “independência jurídica corresponde uma integração mais acentuada dentro do mercado capitalista mundial” (Dowbor, 1978, p. 9), sendo essa mesma integração que delimita os interesses da classe dirigente.

A terceira e última fase, que ocorre a partir da segunda metade do século XIX, quando a dependência subordina-se à nova hegemonia econômica estadunidense, é também conhecida como imperialismo, e, como nos lembra Dowbor (1978), não introduziu modificações significativas na economia brasileira, uma

vez que esta já se submetia a uma dinâmica imperialista muito antes disso, havendo somente uma intensificação e reorientação das relações já existentes na fase anterior. Como consequência, em 1888, a escravidão é abolida e, em 1889, o Brasil torna-se República; transformações que constituem apenas “modificações de superestrutura que atualizam às relações com a metrópole do capitalismo dominante”, ou seja, esses processos não devem ser entendidos como “a afirmação, no Brasil, de uma força que exige a revolução industrial, mas do declínio da [antiga] metrópole” (Dowbor, 1978, pp. 14-15).

Nesse contexto, a economia nacional viu-se subordinada à produção de café e ao fornecimento de matérias primas; a sua industrialização desenvolveu-se através dessa dependência extravertida. Esses processos levaram a

Uma concepção [...] [de] que as economias capitalistas dominantes recusar-se-iam [sic] a industrializar as economias dependentes a fim de não se fazer, indiretamente, concorrência. Esta visão do desenvolvimento dependente teve resultados particularmente graves no plano da análise da luta de classes, já que implicava que a industrialização [...] somente poderia fazer-se partindo da afirmação dentro do país subdesenvolvido de uma burguesia nacional anti-imperialista, com a qual o proletariado teria interesses de se aliar (*ibidem*, p. 16).

Ao processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais sob o apoio do operariado através da “revolução passiva”⁶ dá-se o nome de “desenvolvimentismo”, que focou a estratégia do desenvolvimento industrial sob o modelo de substituição de importações, e que, até certo ponto, permitiu um alargamento democrático, abrindo espaços de participação política para as classes populares na busca de garantir consensos ideológicos no desenvolvimento capitalista nacional (Boito Jr., 2012a). É importante o resgate desses processos para que se compreenda os acontecimentos atuais da política neodesenvolvimentista do Brasil, que de certa maneira busca retomar o fortalecimento da burguesia nacional, porém apoiada sobre os pilares contrarreformistas do neoliberalismo.

Esse modelo não se rompe com a adesão da burguesia nacional à conspiração golpista, preocupada com a “atividade reivindicativa do operariado urbano e, particularmente, com a posição considerada muito condescendente do governo” (*ibidem*, p. 4), mas tem algumas transformações com os processos que culminaram na revolução burguesa (golpe militar) de 1964.

⁶ Usamos aqui o termo no sentido gramsciano, em que pequenas demandas populares são satisfeitas pelo Estado burguês na intenção de evitar “uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo” (Coutinho, 2010, p. 33). Não devemos confundir o conceito com “contrarrevolução” ou “contrarreforma”, uma vez que o aspecto restaurador da revolução passiva não anula o fato de que ocorrem transformações sociais efetivas. Estamos, aqui, diante do reformismo puro.

Conforme nos ensina Boito (*ibidem*), o período ditatorial – após um período de crise e estagnação e um quinquênio de forte desenvolvimento do capitalismo entre 1968 e 1973 – não resistiu à pressão para abertura dos mercados vinda dos países centrais, resultando na perda de posição da burguesia brasileira na economia nacional e, conseqüentemente, abrindo espaço para as políticas neoliberais.

Com o fim da ditadura, temos um marco formal no processo de alargamento da democracia brasileira, a Constituição de 1988, a qual consagra a participação da sociedade civil nos processos de discussão de tomada de decisão. A emancipação dos entes federativos e a descentralização das políticas públicas no processo de redemocratização da sociedade brasileira compreendem uma maior aproximação do cidadão com as instâncias de poder, condicionando um espaço que combina democracia representativa e direta (Santos, 2011).

Porém, junto a esse alargamento democrático, entramos também no contexto neoliberal da economia da servidão financeira, com “conglomerados que unificam indústrias, bancos e serviços sob o comando das finanças” (Boito Jr., 2012b, p. 75). Na América Latina, esse sistema é marcado pela pressão à abertura do mercado para facilitar a importação de produtos industriais das economias centrais e abertura para investimentos estrangeiros nas áreas até então controladas por empresas estatais – através da privatização – ou por empresas privadas nacionais, causando, no Brasil, o desmonte do modelo de substituição de importações.

Junto a esse processo, é importante o entendimento de que a internacionalização da economia não gera, de fato, uma total homogenização nos interesses da burguesia, acabando por gerar, como nos ensina Boito (2012b), uma burguesia nacional que mantém alguns aspectos da velha burguesia interna desenvolvimentista, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e uma burguesia compradora, mera extensão do imperialismo e que detém alto ganho com a internacionalização do capital. Essas duas burguesias, porém, podem revezar as posições no bloco de poder sem promoverem alterações de fundo na política econômica e social e sem provocarem rupturas institucionais no Estado ou no regime político, uma vez que a política de desenvolvimento estará priorizando o grande capital monopolista em detrimento das pequenas e médias empresas e em detrimento também dos interesses dos trabalhadores, não criando grandes conflitos com o capital financeiro internacional. Foi justamente a burguesia compradora – com interesses na intensificação da financeirização e abertura do mercado – quem ganhou quando Collor, e depois dele, FHC, assumiram políticas neoliberais.

São nas políticas neoliberais, com o enfraquecimento do Estado e as transformações dos serviços em mercadoria, que podemos entender, como antítese do desenvolvimentismo, esse novo período de acumulação do capital caracterizado pela “contrarreforma”, uma vez que

[...] não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta [...] de eliminar

tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare State*. As chamadas “reformas” da previdência social das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos [...] – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem” no qual deve vigorar sem freios as leis do mercado (Coutinho, 2010, p. 37).

É nesse contexto econômico que se encontram as políticas de democratização da democracia. Em lei federal, estão previstas duas instâncias de participação nas políticas sociais: os conselhos e as conferências (Bravo, 2009). Os conselhos são espaços de discussão, elaboração e fiscalização das políticas sociais das mais diversas áreas, criados a partir de leis orgânicas nos três níveis (nacional, estadual e municipal); já as conferências são eventos realizados periodicamente com a função de nortear a implantação das políticas e, portanto, influenciar as discussões travadas nos conselhos.

A necessidade da implementação do controle social foi apresentada pelo Movimento da Reforma Sanitária em um conjunto de lutas contra a privatização da prestação da assistência médica. Com o tema “Democracia e Saúde”, o 8º Conselho Nacional de Saúde foi realizado em 1986, sendo pioneiramente aberto à participação dos trabalhadores e da população (Bravo & Correia, 2012).

Diferente da visão sociológica, a definição constituinte apresenta-nos a expressão “controle social” como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado (*ibidem*) por meio da participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública (CGU, 2012).

Uma importante elucidação é a distinção (e conflito) entre as concepções do projeto econômico neoliberal e da nova cidadania em relação ao controle social apresentadas por Bravo (2012) e Dagnino (2004). O projeto neoliberal pressupõe a contrarreforma e o enfraquecimento do poder estatal a partir da atuação do terceiro setor; enquanto a nova cidadania vislumbra a emancipação do cidadão a partir da criação de espaços de deliberação nas decisões políticas. Essas concepções, apesar de contrárias, segundo Dagnino (2004), apresentam uma confluência perversa.

A partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta do século passado, os movimentos sociais organizaram-se no Brasil em torno de pautas voltadas ao acesso de equipamentos urbanos e a questões de gênero e raça. Essa conjuntura cria um cenário em que os cidadãos caracterizam-se como sujeitos

sociais ativos (agentes políticos), lutando por seus direitos a partir do reconhecimento de sua cidadania (negada dentro do contexto ditatorial), caracterizando-se como um não-cidadão lutando por sua emancipação. Ou seja, a nova cidadania

assume uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. Essa concepção não se limita a provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas. Nesse sentido, a própria determinação do significado de “direito” e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmas, objetos de luta política (Dagnino, 2004, p. 104).

Essas lutas têm sua concretude na promulgação da Constituição de 1988, onde os cidadãos-sujeitos passam a uma cultura de direitos que inclui o direito a ser coparticipante em governos locais.

Ao mesmo tempo, a efervescência política que gerou a redemocratização do país gerou uma pseudodicotomia entre Estado e sociedade civil, com a demonização de tudo que provém do primeiro. Há também uma leitura problemática da sociedade civil, investindo-lhe uma pseudo-homogenização, como se ela fosse composta unicamente por setores progressistas ou pelas classes subalternas, isentando suas contradições de classe (Bravo, 2009).

Nessa essa situação, cabem, com perfeição, a estratégia de implementação do ajuste neoliberal e a emergência de projeto de um Estado mínimo, iniciado com a eleição dos governos durante os anos 1990 no Brasil (Dagnino, 2004). Busca-se agora um Estado contrarreformista isento sobre seu papel como garantidor de direitos a partir da transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, com a convocação para parceria de contribuir financeiramente com os custos dos serviços prestados (*ibidem*).

Este projeto é uma constituição global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington e com orientação assinada pelo Banco Mundial, que expressa em seu documento o tipo de participação que almejam:

No Brasil, a cultura política de centralismo paternalista tem gerado, nas comunidades, a esperança de que venham a ser beneficiárias de instalações e serviços “gratuitos” pelo Estado. A atribuição de poder às comunidades também significa que elas devem aprender a distribuir e utilizar racionalmente os recursos. [...] A cobrança aos usuários, tanto direta como através de impostos locais, é um instrumento es-

sencial para fixação de prioridades. [...] O fim de um modelo político paternalista e centralizado abre caminho para respostas criativas em todos os níveis de governo, pelo setor privado, por organizações não governamentais e, individualmente, pelo cidadão (Banco Mundial, 1991, p. 122).

Nesse sentido, a proposta visa a descentralização do poder estatal a partir do deslocamento das responsabilidades para a sociedade civil através da possibilidade de parceria com o setor privado, nomeado agora como terceiro setor⁷, que, com a falência do Estado, passa a ajudar nas questões sociais (Friedhilde & Manolescu, 2001).

Há, então, uma ressignificação da participação social, entendida agora como “participação solidária”, objetivando a transposição de uma visão individualista da pobreza e da desigualdade, através do trabalho voluntário e da “responsabilidade social” – tanto dos indivíduos, como das empresas – e da quebra do papel coletivo e político que a tarefa acarreta, apoiando-se agora no campo da moral individual. Essas estratégias expressam seu extremo na composição do Conselho da Comunidade Solidária⁸, que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, torna-se o centro das políticas sociais de seu mandato (Dagnino, 2004).

Ainda segundo Dagnino, esses processos colocam o terceiro setor como a instância “oficial” de assistência social, conduzindo os diversos movimentos sociais a uma conjuntura de criminalização.

O neoliberalismo no Brasil, por sua vez, sofre alterações com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2003, quando é retomada a proposta de intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo. Esse projeto econômico que expressa a relação entre a burguesia nacional e o governo Lula é nomeado como “neodesenvolvimentismo” (Boito Jr., 2012a), e pode ser entendido como um desenvolvimentismo possível dentro dos limites da época neoliberal, ou seja, com significativas diferenças que justificam o prefixo “neo”.

Este novo desenvolvimentismo, em relação a seu predecessor, conforme elucidado por Boito (*ibidem*), confere um foco menor ao mercado interno; ao mesmo tempo em que busca o desenvolvimento da indústria nacional, ele aceita a divisão internacional do trabalho (ou seja, a especialização da indústria nacional); é dirigido por uma burguesia que, apesar de possuir interesses nacionalistas, não assume com veleidade o anti-imperialismo; e possui uma menor

⁷ Sendo o Primeiro Setor, o Estado; o Segundo, o mercado; e o Terceiro, as instituições sem fins lucrativos, como as ONG's por exemplo.

⁸ A política pública buscava a representação da sociedade civil através de convites a indivíduos com alta “visibilidade” na sociedade, artistas de televisão e pessoas que escrevem com frequência na mídia impressa (Dagnino, 2004).

capacidade distributiva de renda. Porém, esse novo período obtém crescimento econômico maior do que na época neoliberal. Nesse sentido, a grande burguesia interna é a que mais ganha com a política neodesenvolvimentista.

Entretanto, o que mais nos interessa para análise é a construção da frente política que permitiu a eleição do governo petista e suas consequências sociais. Após tentativas fracassadas de chegar ao poder durante a década de 1990, o Partido dos Trabalhadores (PT), que lutava pela implantação de um Estado de bem-estar social, “foi atraído pela grande burguesia interna que vinha fazendo críticas moderadas ao neoliberalismo” (*ibidem*, p. 8). Nesse sentido, os movimentos sociais – principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – e o principal movimento sindical do Brasil – Central Única dos Trabalhadores (CUT) –, reunidos sob a hegemonia política popular do PT, permitiram ao partido realizar uma aliança entre parte da burguesia brasileira e o movimento operário e popular, criando, assim, o instrumento partidário neodesenvolvimentista (Boito Jr., 2012b).

Chegamos aqui ao que Corrêa (2013) considera o aspecto fundamental desse novo governo: “sua capacidade de contenção das lutas sociais e apassivamento dos trabalhadores” (p. 46). Segundo a autora, o MST, cooptado pela frente neodesenvolvimentista através da luta pela reforma agrária, tem continuamente apoiado as candidaturas petistas, mesmo após o abandono da reforma agrária pela agenda política do partido. Além disso, a tentativa de conciliação de classes levada pelo partido tem se configurado em diversos acordos entre empresas do agronegócio e o MST⁹.

As mesmas relações podem ser observadas, com certas particularidades, entre o movimento sindical da CUT e a grande burguesia nacional. Aqui, o sindicalismo deixa de ser combativo e passa a se configurar como um instrumento de acordos entre a burguesia e o proletariado (Boito Jr., 2012b).

Outra importante característica é o conjunto de políticas sociais focadas nos “movimentos de urgência”, em que as massas de desempregados, os movimentos de luta pela moradia, pelo acesso à educação, e, no geral, as famílias que se encontram “abaixo da linha da pobreza”, são atendidas por diversas políticas como “Bolsa Família”, “Minha Casa Minha Vida”, o chamado “Benefício de Prestação Continuada” para idosos e portadores de deficiência etc. Essa massa não faz parte, ao menos de maneira organizada, da frente neodesenvolvimentista, porém

formam uma base eleitoral [...] passiva que é convocada a intervir no processo político apenas por intermédio do voto para sufragar os can-

⁹ Os acordos citados referem-se à comercialização do arroz orgânico produzido nos acampamentos do MST pelo grupo Pão de Açúcar e a aliança entre o MST e a empresa Fibria citados por Corrêa (2013). Segundo Boito (2012b), a grande parte das empresas da burguesia nacional configuram-se nos setores do agronegócio, da construção civil e bancário.

didatos da frente neodesenvolvimentista. A relação dos governos da frente com essa base eleitoral dá continuidade à tradição populista da política brasileira. [...] porém, esses ganhos são muito limitados e justamente porque os seus beneficiários se mantêm política e ideologicamente dependentes das iniciativas do governo (Boito Jr., 2012a, p. 11).

É nesse ponto que se tornam importantes as observações de Coutinho (2010), de que o neodesenvolvimentismo, longe de barrar o progresso da hegemonia neoliberal, fortaleceu-a de modo significativo. Uma vez que esse governo cooptou vários movimentos sociais e sindicais com interesse de promover uma conciliação de classe pautada, em grande parte, nos interesses da nova burguesia nacional, que já não possuía o âmago anti-imperialista, “desarmou-se a resistência ao modelo neoliberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal” (Coutinho, 2010, p. 42). Dessa maneira, não devemos entender essa política como um retorno à “revolução passiva”, mas, sim, como uma constituição velada da contrarreforma.

Simultaneamente, devemos compreender a relação contraditória dessa nova burguesia interna com o neoliberalismo e com o próprio neodesenvolvimentismo. Essa nova burguesia interna apoia os retrocessos nas políticas sociais dependidas pelo neoliberalismo; o que a contraria são os interesses relativos à abertura do mercado nacional. Porém, no neodesenvolvimentismo, são justamente as diversas políticas sociais empregadas pelo novo governo petista que marcam a relação de contradição entre a nova burguesia e a frente política (Boito Jr., 2012b). Do lado contrário, há também setores dos movimentos sociais e sindicais que estão se organizando com novas pautas combativas¹⁰ e ameaçando a hegemonia da frente neodesenvolvimentista. Tudo isso conformou o rompimento das partes – burguesia interna e movimentos sociais e sindicais – com a frente política.

Resumidamente, ao que nos interessa para análise, podemos entender o neodesenvolvimentismo, representado atualmente pelos governos petistas, como: a) provém uma institucionalização dos movimentos sociais (já fragilizados pelos processos de criminalização neoliberal); b) realiza um massivo investimento em políticas sociais com interesses restritos ao desenvolvimento do mercado interno, constituindo um Estado que se aparenta reformista, mas mantém as características da contrarreforma neoliberal; c) consolida sua frente política sob as lutas sociais e se “disfarça” com falsos interesses socialistas, atraindo um grande e leigo apoio das massas populares já discordantes das políticas neoliberais.

¹⁰ Referimo-nos aqui à organização de novos movimentos sindicais como a INTERSINDICAL e a CONLUTAS, conforme exposto por Boito (2012a), assim como às organizações feministas do MST, que continuam mantendo o enfrentamento ao agronegócio e aos grandes latifundiários, bem como à organização de novos movimentos campestres, como exposto por Corrêa (2013).

4. Planejamento urbano e controle social: questões para discussão

As questões apontadas nos tópicos pretéritos, quando lidas em sua totalidade, ajudam-nos a compreender a ineficiência da participação política nos Planos Diretores municipais. O que se percebe é que, além de esconder as tensões de classes e o poder político desproporcional entre essas na produção da cidade, a participação popular nos Planos Diretores disfarça também – no que tange à política urbana – os próprios processos da conjuntura neoliberal e neodesenvolvimentistas, em que os poucos movimentos sociais que resistiram às cooptações do ciclo petista seguem agora criminalizados por não representarem o canal “oficial” de luta social, e para o interesse dessa análise, na luta pela justiça na produção do espaço urbano. A participação do cidadão não organizado¹¹ na produção da cidade passa agora a compor o campo do “bem-feitorismo”, excluindo as instâncias políticas, resultados da herança neoliberal.

Dessa maneira, a participação popular nesses planos, que nasce junto com as políticas de ampliação da democracia, acaba, ao contrário, por concretizar uma máscara antidemocrática que impossibilita a tão idealizada gestão democrática das cidades. E junto a isso, cabe como legitimador desses planos, que figuram não mais que os interesses da burguesia sobre o solo urbano. Usando a famosa inversão sujeito/predicado apetrechado por Marx do método feuerbachiano, podemos desenvolver o seguinte: o que a ideologia participativa nos quer induzir a pensar é que “o controle social garante o poder do Estado e a produção das cidades ao povo”; porém, retirados os véus que escondem os verdadeiros processos e suas consequências, podemos afirmar que “o Estado domina o povo e a produção da cidade com o controle social”.

Para um maior enriquecimento das discussões aqui compartilhadas, faz-se necessária citação de Marx:

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “Estado atual”, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. [...] No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais. Nesse sentido, pode-se falar em “atual ordenamento estatal [*Staatswesen*]” em contraste com o futuro, quando sua raiz atual, a sociedade burguesa, tiver desaparecido (Marx, 2012, p. 42).

¹¹ Aquele que não possui organização de movimentação social, porém possui intenções progressistas.

O que marcaria o fim do Estado burguês para Marx (2012) é o processo revolucionário, ausente tanto nos processos de redemocratização, como nas estratégias atuais de “desenvolvimento” social e econômico da burguesia brasileira.

Sendo assim, a conclusão pode ser estabelecida com uma pergunta básica: nossas esperanças de desenvolvimento das instâncias democráticas, que permitam justiça social na produção do espaço urbano, recaem sobre qual tipo de Estado? A resposta é simples e nos retorna com alerta. O Estado moderno, mesmo sob a bandeira partidária socialdemocrata, sobre o qual recaem nossas esperanças é, mesmo com as mais belas intenções, um Estado burguês, e suas bases de justiça estão ainda presas às concepções da classe dominante. Ora, pois não seriam os atuais processos de produção da cidade considerados justos pela burguesia? Então o que nos faz pensar que a justiça burguesa de um Estado burguês irá regular as relações econômicas de produção do espaço em favor do proletariado e não em favor de um acúmulo progressivo do capital?

O controle social como ferramenta ideológica tem em sua face dissimulada o papel de nos induzir a uma análise especulativa, fazendo-nos acreditar que surge como uma ferramenta capaz de tornar o Estado burguês mais democrático. Mas entendendo o Estado como condicionado da estrutura política por parte da estrutura econômica, e que, no mais, “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx & Engels, 2005 [1848], p. 42), a participação popular não poderia senão ser mais um instrumento ideológico desse Estado burguês; a contribuição que se esperou dar aqui é, justamente, vislumbrar quais processos históricos e sociais dessa ideologia mantêm-se ocultos.

Antes de finalizar a discussão, é necessário expressar uma inquietação com o Estatuto das Cidades e sua busca em “regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo” (Brasil, 2001). Se, conforme nos alertam Marx e Engels (2005 [1848], p. 52), “a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e apropriação baseado nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros” (*ibidem*), a busca de uma “função social da propriedade” (Brasil, 2001) em nossa sociedade capitalista não seria uma contradição? Ou, no caso da lei realmente inferir o sentido que nos aparenta, a sua função social da propriedade seria para a única “classe social” que de fato poderia usufruir da “moderna propriedade privada burguesa”, no caso, a burguesia? Não buscamos aqui responder essas perguntas, mas nos cabe compartilhar possíveis contradições que fogem de nossa alçada responder nesse escrito.

Finalizamos realizando uma autocrítica. As leituras aqui realizadas carecem de maior aprofundamento no que tange a um levantamento minucioso das forças sociais que participam nos Planos Diretores brasileiros, porém levamos ao pé da letra as palavras de Villaça (2005), quando nos recomenda que consideremos

suas análises como “processos de elaboração, conteúdo e debates públicos de planos diretores de todas as cidades grandes e médias do país” (Villaça, 1999, p. 7); e apesar de considerarmos incompletos os dados obtidos por Santos (2011), devemos reconhecer que esse se estabelece como o levantamento mais abrangente e rico do país na temática abordada. Nossas intenções mantêm-se concretizadas no que tange a levantar a discussão de uma questão latente sobre planejamento urbano não questionador e “amigo do Estado”; que se deixa levar pelos processos ideológicos numa crença cega de que a justiça rege os processos de reprodução dos meios de produção da cidade, e não o contrário.

5. Conclusões

Através da reconstrução histórica e ideológica, tanto da produção urbana e de seus instrumentos políticos, bem como da própria trajetória econômica e política do Brasil, podemos resgatar os diversos processos que caracterizam a construção urbana especulativa e o enfraquecimento das forças revolucionárias do Brasil.

Em essência, podemos configurar o abismo que decorre no discurso e na prática da política urbana, que tem na figura do Plano Diretor um instrumento ideológico que se disfarça sob jargões tecnocratas e cientificistas. Em realidade, esses planos configuram-se como um meio de proteger os interesses dos grandes proprietários de terra urbana, como as imobiliárias e construtoras. Buscamos também mostrar que, mesmo que se, de fato, os planos diretores buscassem a efetivação da função social da propriedade (por mais contraditório que essa intenção possa se mostrar), um plano que se configura como uma lei municipal de caráter facultativo dificilmente conseguiria domesticar o movimento internacional do capital na era da financeirização e seus diversos interesses sobre a urbanização, tanto econômica quanto espacialmente.

No que toca ao Estado e ao controle social, podemos deflagrar os processos de enfraquecimento das frentes sindicais e movimentos sociais no Brasil. Seja pela criminalização e sua substituição como instância oficial de reivindicação pelo terceiro setor no contexto neoliberal, seja pela sua cooptação e apassivamento pelo governo neodesenvolvimentista. Simultaneamente, configuramos a abertura do Brasil sob pressão do mercado financeirizado dos países desenvolvidos e a pauperização do Estado assumindo uma postura de “contrarreforma” no neoliberalismo, disfarçando-se no novo desenvolvimentismo, ganhando apoio popular das camadas miseráveis.

Todas essas observações ajudam-nos a enriquecer as leituras sobre os processos ideológicos da participação popular, que deixa de ocultar somente o Plano Diretor e o Zoneamento como um instrumento para garantir os interesses da burguesia, e passa também a esconder os resultados do neoliberalismo e do atual

neodesenvolvimentismo. Temos, antes de tudo, uma política que, apesar de aparentar um avanço, abrindo espaço onde antes não existia, abre-se justamente em uma conjuntura em que a organização dos movimentos sociais e, principalmente, no que tange à questão urbana, do sindicalismo encontra-se cooptada e desarticulada. Sendo assim, esse processo de alargamento das vias democráticas não representa perigo aos interesses da burguesia na aplicação dos Planos Diretores.

Referências bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. “Brasil: novo desafio à saúde do adulto” *In: Banco Mundial*, 1991
- BOITO JR., A. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo.” *In: 9º Fórum de Economia*. São Paulo: FGV-EESP, 2012a.
- _____. “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder.” *In: A. BOITO JR., & A. GALVÃO. Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012b, pp.67-104.
- BRASIL. *Lei no 10.257 de 10 de Julho de 2001*.
- BRAVO, M. I. “O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático.”, *CFESS-ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais* (pp. 393-410). Brasília: Cfess/Abepss, 2009.
- BRAVO, M. I., & CORREIA, M. V. “Desafios do controle social na atualidade.”, *Serviço Social & Sociedade*, 109, 2012, pp. 126-50.
- CGU, C.-G. D. *Olho vivo no dinheiro público: controle social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social*. (C. O. Vivo, Ed.) Brasília: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, 2012.
- CORRÊA, A. E. “Movimentos Sociais e Estado: o governo PT e o apassivamento do MTS.” *In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*. Londrina: UEL, 2013, pp. 42-57.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. *In: RIZEK, C. S.; OLIVEIRA, F. de, & BRAGA, R. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 29-43.
- DAGNINO, E. “Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando.”, *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de Globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central da Venezuela, 2004, pp. 95-100.
- DOWBOR, L. “A formação do capitalismo dependente do Brasil.”, *Estudios Latinoamericanos*, 4, 1978, pp. 53-72.
- ENGELS, F. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015 [1873].
- FERRARI, C. *Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: DISDAL Editora, 2004.

- FRIEDHILDE, V. F., & MANOLESCU, M. K. "O terceiro setor no planejamento urbano." *In: IX Encontro Nacional da ANPUR*, 9, 2001, pp.1042-1049.
- GASPAR, R. C. "A economia política da urbanização contemporânea.", *Cadernos Metrópole*, 13(25), jan/jun de 2011, pp. 235-256.
- GOUVÊA, L. A. *Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação* (1ª ed.). São Paulo: Annablume, 1995.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- IASI, M. L. "A rebelião, a cidade e a consciência." *In: MARICATO, E.; VAINER, C.; HARVEY, D.; IASI, M. L. & DAVIS, M. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 73-84.
- IBGE. *Censo Demográfico*, 2000. Acesso em 25/07/2015, disponível em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <<http://www.ibge.gov.br/>>.
- LEME, M. C. "A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965." *In: LEME, M. C.; FERNANDES, A. & GOMES, M. A. Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- _____. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias." *In: ARANTES, O.; MARICATO, E. & VAINER, C. Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Crítica do programa de Gotha*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005 [1848].
- ROLNIK, R. "Apresentação as vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações." *In: MARICATO, E.; VAINER, C.; HARVEY, D.; IASI, M. L. & DAVIS, M. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 9-20
- SANTOS, M. R. "O sistema de gestão e participação democrática nos Planos Diretores brasileiros." *In: SANTOS JÚNIOR, O. A. & MONTANDON, D. T. Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Cidades / IPPUR-UFRJ, 2011, pp. 255-279.
- SMITH, N. "Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano.", *GEOSP: espaço e tempo* (21), 2011, pp. 15-31.
- VAINER, C. B. "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano." *In: ARANTES, O. B.; VAINER, C. B. & MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 75-103.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

- _____. “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.” *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. & FUPAM (Ed.), *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 169-243.
- _____. *As ilusões do plano diretor*. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/>>. Acesso em 20 /11/2015.

Recebido em 18 de janeiro de 2016

Aprovado em 20 de junho de 2017

Traduttore Traditore? Gramsci in English **– As antinomias de Perry Anderson**

Traduttore Traditore? Gramsci in English – The antinomies of Perry Anderson

Roberto della Santa*

Resumo

O presente ensaio examina os textos e con-textos da *atividade de mediação* estabelecida pelo *conselho de redação* editorial da “segunda geração” da New Left Review (NLR) entre a teoria marxista europeia e a prática socialista britânica em geral e, em especial, entre o pensamento gramsciano e o *milieu* da NLR. Emprega-se um conceito ampliado de *tradutibilidade* e a reflexão sobre o *jornalismo integral* que, dentro da obra de Gramsci, mantém um nexo orgânico com a *história dos intelectuais* e a *concepção de hegemonia*. A reconstituição do panorama de difusão e recepção da obra gramsciana no mundo de fala inglesa considera momentos pré e pós-NLR. Especial ênfase é posta sobre o papel-chave desempenhado pelo editor da NLR, Perry Anderson.

Palavras-chave: Gramsci e Anderson; tradutibilidade; pensamento Marx-mundo; jornalismo.

Abstract

The paper examines the texts and con-texts of the mediation activity established by the editorial board of the New Left Review (NLR) “second generation” between European marxist theory and British socialist practice in general, and in particular between Gramscian thought and the milieux of the NLR. An extended concept of translatability and reflection on integral journalism is used, which, within the work of Gramsci, maintains an organic nexus with the history of the intellectuals and the concept of hegemony. The reconstitution of a broad background of diffusion and reception of Gramsci’s work in the English-speaking world considers pre- and post-NLR moments. Special emphasis is put on the key role played by NLR’s editor P. Anderson.

Keywords: Gramsci and Anderson; translability; world-marxism; journalism.

* Leciona Fundamentos Teórico-Metodológicos na Escola de Serviço Social, é professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e é membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX) na Universidade Federal Fluminense.

O mesmo raio luminoso, passando por diversos prismas, produz refrações diversas de luz. Buscar a real identidade na aparente alteridade, e contradição – e buscar a substancial diversidade sob a aparente unidade –, é a mais delicada, incompreendida e, contudo, essencial competência do crítico das ideias e historiador social do vir-a-ser histórico.

Antonio Gramsci. *Quaderni del carcere* (Q.24§14|15, p. 2.268, *Giornalismo*, tradução/adaptação nossas.)

1.

Gramsci é um dos autores mais citados no globo em padrões vigentes de *quantum/qualis* bibliológicos. Ninguém menos que Hobsbawm já reconheceu-lhe contribuições inovadoras na *quasi*-totalidade das assim-chamadas ciências humano-sociais. Mas como já é de sobra admitido mundo-afora, nos estudos gramscianos, é preciso perspectivar, antes que tudo, a “contradição em termos” entre o modo de exposição fragmentado/esparso e seu programa de pesquisa coerente/unitário ou – com Gerratana (1975) – *o que há de realmente unitário no aparentemente diverso*. Particularmente no Brasil, há uma *luta de hegemonias* em curso para instituir um novo “senso comum” – teórico-político – sobre os problemas advindos do que Bianchi (2008) consideraria “o segundo cárcere do sardo”, *i.e.*, seu aprisionamento ao complexo categorial tipicamente liberal a partir da redução de um apurado modo de pensar a slogans (“democratizar-democracia”) e díades *politicistas* (“reformismo-revolucionário”). Neste espaço/tempo, dedicar-nos-emos tomar-lhe emprestado um conceito em movimento, o cânone interpretativo do *jornalismo integral* (Q.24), para analisar a situação de vir-a-ser de sua difusão por um centro unitário – de modos de agir e sentir – *peculiarmente ingleses*. A “materialidade” (Francioni, 1984) da obra gramsciana e o “ritmo de seu pensamento” tornam-se apreensíveis, sobretudo, a partir do trabalho coletivo do *Istituto Gramsci*, sob a direção de Valentino Gerratana, sobre os *Quaderni del carcere* (QC), nos quais, a partir da cooperação complexa de uma série de colaboradores, foi realizado um minucioso labor de reconstituição historicista/filológica, através de uma sofisticada metodologia genético-diacrônica, em ato. Não vamos aqui insistir, exaustivamente, sobre o que é a historiografia-padrão da velha publicação temática, gerada esta sob direção do PCI de Palmiro Togliatti, dos QC e seu *détour* entorno a supressões, prefaciações e/ou reagrupamentos de material em “títulos-fantasia”¹. Queremos crer, com Dias *et. al.* (1996), Del Roio

¹ Nem tampouco os sérios problemas – sejam eles políticos ou editoriais, teórico/práticos – daí originados.

(2005) e, por fim, Bianchi (2008), que já esteja ao menos indicada na história da difusão/recepção de Gramsci a realidade efetiva da prevalência não só da argúcia de um marxismo *crítico* – antidogmático e antideterminista – mas também, a um só e mesmo tempo, da combatividade, enfim, de um marxismo *revolucionário*, cuja gênese e cujo devir têm lugar a partir duma complexa síntese de múltiplas determinações, que se imbrica numa notável riqueza de relações diversas entre história, política e filosofia.

Pretendemos aqui recensar brevemente – numa espécie de *diagrama rudimentar* –, tão-somente algo tal qual um subcapítulo, bastante específico, desta intrincada história político-editorial. No interior de uma sua seção anglossaxã da fortuna crítica de trabalho teórico-político – que envolve uma concepção ampliada de labor editorial, sobre a difusão política, desde o pensamento gramsciano a partir da Grã-Bretanha –, que pretende “não somente [...] satisfazer a todas as necessidades (de certa categoria) de seu público, mas [...] também formar e desenvolver a estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, formar a seu público e ampliar, progressivamente, a sua área” (Gramsci, 2001, p. 161), é possível divisar um momento fundamental. A partir das primeiras iniciativas político-editoriais, as quais tiveram sede no Grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, de verter/contextualizar a obra do sardo, um segundo momento se lhe sucedeu. O projeto editorial amplo, cujo núcleo ativador tem seu centro na revista *New Left Review*² – envolvendo atos jornalísticos e *extra-jornalísticos*, em iniciativas como a Verso ou New Left Books, panfletos e opúsculos –, ganha, progressivamente, cor e textura a partir dum pôr-teleológico que visa, de modo autoconsciente e auto-organizado, “pôr ao alcance dos leitores de língua inglesa as principais obras da tradição marxista europeia, em contexto desenhado para aumentar o seu impacto e sua atração intelectual” (Elliot, 1998, p. 102)

Em meio a um balanço típico – desde o conselho de redação, da NLR, na conjuntura ideológica dos anos 1970 –, Anderson chegaria ao seguinte veredito sobre as coordenadas históricas da cultura e da política do mundo do trabalho daquela hora e daquele lugar: “a mais conservadora entre as grandes sociedades europeias tem por ora uma cultura à sua imagem e semelhança: medíocre e inerte [...] contexto [...] capaz de superar o capital só poderia surgir duma cultura capaz de enfrentar a sua ascendência intelectual [...] alternativa.” (Anderson, 1968, p. 03). Passado um quarto de século e, hoje, sua análise não poderia ser mais antitética: “do Tribunal [da História] adveio a mais viva República das Letras do Socialismo Europeu.” (Anderson, 1992, p. 197). O que teria dividido águas tão

² Maiores detalhes sobre a fissura do Partido Comunista nos anos 50 ou a formação da NLR nos anos 60 podem ser conferidos em nosso projeto sobre *Perry Anderson, New Left Review e Pensamento Marx-Mundo*.

dísparos? Não podemos deixar de considerar a atividade de *mediação* desenvolvida por este conselho de redação típico, entre a “provinciana” cultura teórica da Inglaterra insular e uma vigorosa cepa “cosmopolita”, a partir do marxismo crítico desenvolvido desde a Europa continental.

Sem sombra de dúvidas, a tradição paroquial e quietista³ da semântica, da sintaxe e da própria linguagem marxistas inglesas – segundo Anderson, tão heterônomas quanto a “sua” burguesia – muito deveu às introduções/críticas/re-censeamentos/traduições/aclimatações que este corpo editorial deu à luz, em pensamentos e vocabulários tão desconhecidos para a “peculiaridade dos ingleses” quanto os de um Lukács ou Sartre, Korsh e Adorno, Brecht ou Benjamin. Uma cultura e uma política *radicais* que, sob o efeito da vaga insurrecional de estudantes e operários que varreu, como rastilho de pólvora, de Paris a Berlim e de Turim a Praga – vertendo águas, inclusive, às docas da Velha Ilha⁴ –, deu-se a introduzir algo como uma *cidadania inglesa* à teoria social e política do revolucionário sardo por aquelas bandas. Enquanto as velhas direções enfrentavam-se em um beco-sem-saída histórico – fosse dum mórbido *diamat* stalinista, um bizarro ecletismo fabianista ou invulgar reformismo trabalhista –, a nova corrente de pensamento demonstrava vasta e ampla vantagem sobre os contendores .

Gramsci costumava criticar a intelectualidade cujo modo de ser e agir posicionava-a como casta destacada – tanto no sentido de sua *proeminência*, teórico-metódica, quanto em sua *distinção*, social e política – nas respectivas formações sociais sob a rubrica, pejorativa, do “cosmopolitismo”, que a alienava duma vontade coletiva nacional-popular; Trotsky, certa feita, julgou a *intelligentzia* da revista *Partisan Review* como “um pequeno monastério cultural”, por preservar-se “do mundo exterior; via ceticismo, agnosticismo e respeitabilidade”. Contraditoriamente, *carapuça posta*, a NLR seria sua maior divulgadora .

2.

Através de uma concepção ampliada de linguagem enquanto concepção de mundo, de homem e de conhecimento – e do cânone de interpretação da tradutibilidade, de distintas linguagens filosóficas, históricas e políticas –, Gramsci desenvolve uma série de reflexões sofisticadas e instigantes sobre o trabalho de tradução *lato sensu*, pensando sempre na discordância dos tempos-espacos entre Norte e Sul, Oeste (Ocidente) e Leste (Oriente), cidade e campo, dominantes/dirigentes e dominados/subalternos, enfim, centro e periferia. Seria, então, a

³ Vide seminal polémica travada entre Edward Thompson e Perry Anderson sobre as *Teses Nairn-Anderson*.

⁴ Vide *Do Outro Lado do Canal da Mancha*, 1968 na Inglaterra, “Especial Outros Maios Virão”, Blog Convergência, do próprio autor.

história materialista francesa “tradutível” à filosofia idealista alemã? Seria “conversível” a profundidade do Renascimento meridional, similar em extensão, para com a Reforma setentrional? Como “verter” a experiência política russa aos idiomas europeus? No sardo, desde uma série de escritos – carcerários e pré-carcerários –, podemos relacionar uma concepção da “tradução” que amplia seu escopo e alcance, para além do texto até o con-texto algo estendido. A “tradução” é, daí, concebida como uma forma de *mediação dialética* entre diferentes civilizações estatais integrais, sendo, aí, a própria língua – ou a linguagem – concebida tal qual *concepção integral de mundo*. Em carta a sua companheira de vida, Julia Schucht, Gramsci expõe esta *outra* concepção, sobre tradução, de modo claro:

não apenas traduzir *literalmente*, mas *traduzir os termos – inclusive conceituais – de uma determinada cultura específica para outra*, ou seja, *esse tipo de tradutor deve ter um conhecimento crítico das duas civilizações e ser capaz de fazer com que uma conheça a outra*, usando-se da linguagem historicamente determinada daquela para a qual se intenta ofertar matéria informativa (Gramsci, 1975, grifo nosso.).

O presente ensaio tem, por objetivo geral, dar conta, *in minimum*, da difusão do pensamento gramsciano através de algumas *trilhas/considerações* pré/pós-NLR como intelectual coletivo, assumindo-lhe o pressuposto de *revista-tipo* – isto é, simultaneamente configurada como conselho de redação editorial e círculo de cultura político – voltada ao constante evolver (e renovação) do marxismo britânico, de fala inglesa e, já por fim, o “Pensamento Marx-Mundo”. Especial ênfase – como objetivo específico – será posta sobre a segunda geração da NLR, seus modos de pensar e agir sobre a cultura marxista britânica, o ideário socialista de fala inglesa e, em especial, a tradutibilidade de Gramsci na Inglaterra n’*As Origens...* e n’*As Antinomias...*, partindo do reconhecimento do papel-chave (ou “*intellectual gatekeeper*”?) desempenhado, em fim, pelo editor-responsável, Perry Anderson, a partir da centralidade do intento de *traduzir* a cultura europeia – e continental – marxista na Inglaterra .

Não vamos, aqui, transmitir um panorama amplo da primeira publicística britânica de divulgação – de resto, com razoável informação na bibliografia especializada, e, sobretudo, longe de constituir nossa preocupação por ora mais premente – do pensamento do comunista italiano⁵. De forma tão-só ilustrativa, vamos destacar alguns de seus recursos fundamentais. Quiçá a primeira consideração a se registrar seja, justamente, a profunda influência de Gramsci sobre a vida intelectual anglo-saxã de ambos os lados do Atlântico. Uma grande influên-

⁵ Para conferir algumas das primeiras referências gramscianas no âmbito editorial inglês de então, vide Boothman (2003).

cia se nota, a partir dos anos 1970, nos Estados Unidos da América, animando um programa de pesquisas, sobretudo, do marxismo acadêmico e extra-acadêmico estadunidense, cuja zona de orbitação – desde a nova esquerda, de cá – tentava descolar-se tanto do espectro stalinista quanto do reformismo clássico, conformando quadra semelhante seus pares d'além-mar, de lá. Teoria Política, Relações Internacionais, Sociologia Pública e até mesmo Crítica da Cultura adquiriam vocabulário gramsciano no Norte das Américas após alentar vários movimentos sociais que chacoalharam os *campi*.

No momento da queda do Muro de Berlim, a *NLR* anunciava ter sido na Inglaterra, “após a Itália – e mais que qualquer parte do mundo –, [o lugar onde] a obra de Gramsci desempenhou influência profunda, prolongada e diversificada”⁶. Boothman (2005, p. 2) diz considerar a melhor avaliação crítica já redigida a respeito até o momento, e registra que: “são quase 3 mil publicações sobre Gramsci em idioma inglês, 19% do total de outras 14 mil e quinhentas obras, de diversos tipos, distribuídas em trinta e quatro línguas com busca em *database* acessível, detalhes bibliográficos de todas publicações, instrumentos atuais [...]”. O autor realiza uma interessante reflexão – sobre a relação entre difusão e recepção, dos primeiros recenseadores de edições togliattianas, já na Inglaterra –, afirmando que nenhuma tradução “nasce no vazio”. Destaca o paciente – e meticoloso – labor dos agrupamentos político-culturais para organizar círculos de cultura e centros homogêneos de produção e circulação de ideias e, antes disso, as primeiras pré-noções, e pré-juízos, sobre obra e autor.

Antes da primeira publicação de Gramsci em inglês, comentários e excertos foram editados por Christopher Hill – notório historiador britânico – após circulação algo elogiosa no *Times Literary Supplement* e, posteriormente, pelo exilado político em plena era macarthista, Henry Mins, na Cidade do México – sob pseudônimo Giulio Muratore –, com comparações estilísticas com as meditações pascalinas e avaliação bastante favorável. Trechos da edição temática eram introduzidos com prefácios, em especial aqueles sobre literatura e política, e tentava-se dar conta de alguns informes, mínimos, sobre o contexto italiano e o léxico histórico-filosófico do autor, amigos e inimigos. Preparava-se terreno para lavrar nova cultura.

3.

A primeira edição de Gramsci na Inglaterra ficou a cargo do Grupo de Historiadores do PC e coincide com a crise do Informe-Krushev, a destruição stalinista da revolução dos *soviets* húngaros e, enfim, a invasão anglo-franco-israelense ao Canal de Suez. A mal-dita “Ortodoxia Marxista” reinante – expressão de sua

⁶ Ver Forgacs (1989), Cozens (1977) e Elley (1984).

negação à morte, ou Komintern, no plano das ideias – ainda exigira algo em torno de vinte anos desde a primeira possibilidade objetiva de publicação pela imprensa do partido britânico. Trata-se d’*O Moderno Príncipe e Outros Escritos*, editado por Louis Mark, o qual ainda enceta uma apresentação à vida e à obra do autor – no outono do mesmo ano – na revista teórica de responsabilidade do grupo, *Marxist Quarterly*, onde faz uma breve exposição sobre o conceito ampliado de intelectual. Uma série de equívocos – factuais, teóricos, políticos e de tradução – acumula-se antes e depois de sua primeira publicação em livro. Em parte, podemos debitar tais desvios na conta da anterioridade à Edição Crítica, ainda que houvesse já em cena o Instituto Gramsci.

Filosofia della Praxis, p. e., negando os traços hegelo-marxianos de suas raízes, vira *Philosophy of Action*, de cariz pragmático – parte, mesmo, da cultura teórica inglesa –, empirista ou fenomenológico. Esse é um dos muitos exemplos possíveis, como também problemas com excertos da Questão Meridional, escritos de *L’Ordine Nuovo* e as notas Anti-Bukhárin. Aqui a literatura especializada nos traz uma hipótese diretriz bastante forte. Retomando a relação entre os estudos filológicos de Gramsci sobre linguagem e a relação da supremacia linguística com sua concepção de hegemonia, pressupõe-se um *momentum* de preponderância do idioma italiano – do ponto de vista teórico e político, de sua herança histórico-nacional, desde as formas que compreendem o movimento da classe (e classe em movimento) – sobre a língua inglesa. As condições “periférica” e “subalterna” do inglês – do ponto de vista da formação (movimento) de consciência/organização/experiência da classe continental – dificultariam, e muito, a tarefa de tradução. Daí que o problema da tradução seja, nos termos que aqui adotamos, sobretudo *extralinguístico* ou, para utilizar o léxico gramsciano, *nexo uno-distinto entre direção/política + especialidadetécnica* ou, enfim, um problema eminentemente *intelectual* em sentido ampliado, i. e., de *organização coletiva*. (Certamente, uma hipótese que teria adeptos entre a segunda geração da redação da *NLR*...)

A revista *New Reasoner*, surgida para polemizar com a direção do PC após o XX Congresso, acolhe, ali, cartas e comentários gramscianos. Após seu décimo número, dá-se a fusão com a *Universities and Left Review* – dando origem à *NLR*, em 1960 –, tornando-se, então, o novo órgão e expressão organizacional dos Clubes da Nova Esquerda que abrigavam a Campanha pelo Desarmamento Nuclear e, sobretudo, sua manifestação teórico-política. Importante órgão dos *milieux* da esquerda socialista, a *NLR* atravessaria uma crise dupla: interna, dos seus problemas de direção moral e intelectual da redação; e externa, do movimento que lhe deu origem, então em refluxo. Não obstante, foi esta revista a continuar a propor Gramsci como autor de primeira importância (junto ao *marxistencialismo* sartreano) e, pela primeira vez, o seu trabalho consistia não tanto na edição das suas notas – pouco traduzidas, desde Marks –, mas na tentativa mesma de ler

o real em movimento a partir do movimento do conceito para além das fronteiras italianas. Gramsci exercerá uma influência decisiva sobre a *NLR*, nos anos 60 e 70. Um dos conselheiros da redação, Quintin Hoare, junto a Geoffrey Nowell Smith, especialista em cultura e política italiana (e autor de um livro sobre Luchino Visconti), preparavam as *Seleções dos Cadernos do Cárcere*, quiçá o quadro referencial de Gramsci mais lido mundo-afora. Hoare fez publicar no vol. 32 (jul-ago. de 1965, pp. 55-62) a própria tradução de algumas notas, contidas no Caderno 12, o especial monográfico sobre a “História dos Intelectuais”, sob o enunciado de *Em Busca do Princípio Educativo*, Q.12§2. (Interessante é, aqui, a vasta introdução de Hoare, na qual demonstra a pertinência dos argumentos de Gramsci para a situação educacional britânica.)

A seguir, apresentaremos algumas notas breves, todas elas tentativas e exploratórias, no sentido de apresentar algumas questões cuja colocação provoque o debate sobre dois dos materiais em que Perry Anderson apresenta a apropriação crítica de Gramsci da *NLR* – num primeiro momento, “Origins of the Present Crisis”, primeiro material das famigeradas “Teses Nairn-Anderson” e, por fim, o famoso opúsculo “The Antinomies of Antonio Gramsci”. Se na primeira há a tentativa de construir um cânone de interpretação histórica sobre a via inglesa ao capitalismo a partir de um *enfoque monográfico*, baseado, este, nas diferenças específicas do caso britânico, já o segundo é um *tour de force* sobre a teoria gramsciana da hegemonia. Acreditamos que mais do que re-velar antinomias do pensamento de Antonio Gramsci, vamos-nos aqui deparar com uma apropriação ainda incipiente – e algo *naïf* – do próprio Perry Anderson. Deixaremos, por fim, para outra oportunidade, as polêmicas das *Teses* com Edward Thompson – e Nicos Poulantzas – e as aproximações e distanciamentos propostos, entre a teoria de dois *marxistas clássicos*, *i. e.*, Antonio Gramsci e Leon Trotsky .

A intenção primeira de Anderson – com “Origins...” – era apresentar uma historiografia diferencial e totalizante da sociedade civil e do Estado britânicos para relacionar passado e presente em vistas da possibilidade aberta de vislumbrar um futuro emancipado. Sua crítica aos historiadores autóctones – considerados, no mundo ocidental, “os melhores” – era algo explícito. Quiçá aí, para além da “*diferentia specifica*” dos ingleses, Anderson não estaria buscando, ainda, a diferenciação *geracional* entre membros diversos dos quadros da *NLR*?

4.

A ênfase sobre os “equívocos metodológicos” prévios traria à tona uma discussão de *estratégia socialista*. Três características distinguem o *seu* léxico gramsciano: i) enfoque sobre a *singularidade nacional*; ii) perspectiva de totalidade nas *durações as mais longas*; e iii) *antieconomicismo*, expressando a suas divergências sobre o senso comum formado na recepção inglesa do Prefácio de 1857-59 – es-

quematização base/superestrutura –, quando, por exemplo, discute o amálgama inglês de não-acerto de contas entre aristocracia fundiária e burguesia capitalista, implicando-as aí numa aliança de classes onde “quem dirige não domina e quem domina não dirige”, ou na sua aposta na preponderância da cultura sobre o fundamento da economia. Afirmava, com isso, o caráter “prematureo e impuro” duma revolução burguesa no país, com a justaposição de agrarismo e mercantilismo e a concertação social – “por cima” – entre a velha e a nova classe *contra uma novíssima classe*.

A permanência, algo tardia, duma superestrutura arcaica com estrutura moderna, a mobilização contrarrevolucionária – contra a França – e a supremacia do império britânico selariam o destino de uma burguesia “sem caráter [*supine*] que produziu um proletariado subordinado”. Questionando a ideologia dominante, o caráter corporativo-econômico do proletariado inglês e a configuração mesma do poder de Estado na Inglaterra, alcançava a conclusão de uma situação anódina: burguesia conservadora (“empirista, tradicional e utilitarista”) + proletariado desprovido de qualquer consciência própria, fatalmente *inserido* em uma vil ordem britânica. Muito longe de se constituir em classe universal, Anderson via-a imanentemente reformista, crítica implícita aos trabalhismos, stalinismos e fabianismos.

Anderson elencava insignificantes burocracia/militares, excepcionalismo econômico e um superdimensionamento mórbido da cultura, *i. e.*, “supremacia sociedade civil-Estado” junto à crítica radical ao “braço político”, como coetânea duma crítica ao “braço sindical” (*tradeunionista*), e sobretudo à separação entre econômico e político na luta “de baixo”. Por mais que se possa reprovar a carência de mediações – e co-determinações –, o cosmopolitismo abstrato ou, como o fez Deustcher, o “nihilismo nacional” das *Teses*, não se pode negar que sua *impostação programática* apostava numa séria e desafiadora “negação da negação” de todo quadro referencial até então aceito pelo bem-pensar/bem-dizer hegemônicos dentro da esquerda socialista britânica da Guerra Fria. Um tom abertamente polêmico – poder-se-ia lembrar o “*vergar a vara*” lenineano – acirrou os os argumentos sob o risco da exageração, o que renderia uma apaixonada querela, sobretudo com Edward Thompson (sobre a qual nós pretendemos nos debruçar, já em detalhe, nas próximas oportunidades). Mas a um só e mesmo tempo incendiou a imaginação social e política – de toda um *milieu* – em vir-a-ser.

Por mais unilaterais (e esquemáticos) que possamos considerar os esforços de Anderson à época – tachados de “olimpianismo” por seus críticos mais vorazes –, não nos é possível desmembrar texto e con-texto. Tratava-se nitidamente de uma tentativa de superar uma crise da primeira geração da *New Left*, qualitativamente superior às saídas de seus maiores quadros. Após a dupla derrota de, por um lado, não transitar da “discussão difusa à organização política” e, por outro, ver-se submersa ao “apoio crítico” à ala esquerda do Partido Trabalhista, a

gota d'água derradeira adveio com a Conferência de Scarborough, quando os votos da burocracia sindical enterraram as ilusões a respeito do desarmamento nuclear. Os intentos de Anderson de alçar a estratégia socialista britânica a níveis mais elaborados, atingidos pelo marxismo europeu do ponto de vista teórico-político, demandava mobilizar “mentes e corações” para a produção e circulação de um programa de pesquisas de um real *intelectual coletivo*. O jovem Anderson acabava de avocar-se à direção do espólio da *NLR*.

Nos balanços coletivos (e documentação interna) da *NLR* – forma organizativa que aproximava a revista do “jornalismo integral” (Q. 24) –, Anderson sugeria a análise histórico-comparativa das formações capitalistas particulares, o que o levou a redigir “Origins...” a partir de uma tríplice orientação: i) determinar as coordenadas históricas da crise do tempo presente desde uma perspectiva de totalidade *vis-à-vis* às mais longas durações de circuito temporal; ii) desenhar o arranjo de forças sociais em presença de precário equilíbrio da atual crise; e iii) desenvolver a impostação político-programática baseada fundamentalmente em i) e ii). Ao criticar a ausência de um marxismo inglês coerente e unitário (o que considerava parte do problema de *decadência ideológica* insular), seu olhar vira-se para o continente europeu. Suas principais referências são, aí, as cenas marxistas francesa, alemã e italiana. Sobretudo Sartre d’*Os Comunistas e a Paz*, Lukács d’*O Assalto à Razão* e, enfim, o Gramsci dos *QC*.

Muito embora os seus horizontes em relação aos ciclos históricos de curta duração fossem limitados (tática), sua perspectiva histórica de longa duração (estratégia) animava uma análise (caracterização) refinada da natureza social e limites históricos das relações de poder e estruturas de classes inglesas. A atração pelo pensamento do sardo, a sua principal influência, fora gerada a partir de dois eixos axiais: i) a decupagem dos traços histórico-nacionais de sua formação social desde a *singularidade* de sua própria revolução burguesa e ii) a *distinção* estabelecida entre a estratégia socialista de Ocidente e Oriente. Se a “tática” envolvida remetia-nos a uma espécie de eurocomunismo “*avant la lettre*”, sua “estratégia” identificava trincheiras, casamatas e fortalezas contrarrevolucionárias da mais longa duração, pondo o “premature” proletariado inglês face-a-face com casos avançados – desde França, Alemanha e Itália –, onde a influência marxista já se fazia notar há muito.

5.

Tal movimento de *internacionalização* – considerando a história do país à luz da história mundial – e, sobretudo, a aproximação cada vez mais candente com o “marxismo ocidental”, deviria objetivação duradoura na *NLR*, em geral, e em Anderson, em particular. Ao enfatizar a limitação autoevidente da crítica da *NLR*, ao não lograr se reconverter em algo próximo a uma força efetiva em movi-

mento, costuma-se perder de vista sua *conquista*. Com uma inédita (na história inglesa) consciência mediata dos fins, formava-se um grupo que, por mais que liliputiano e com pendores ultra-teoricistas, colocava-se a tarefa imediata e o interesse histórico em criar uma intelectualidade de novo tipo na ilha, inicialmente, e para além dela, em ato contínuo. Na tríplice caracterização de Anderson sobre a crise britânica, pode-se ler a imposição duma política cultural sobre uma cultura política determinada. Se pouco tinha a oferecer o marxismo andersoniano sobre a questão militar-burocrática, (i) uma singularidade inglesa advinda de sua geopolítica imperial internalizada e o chamado excepcionalismo econômico de um sistema topográfico de centralidade extraparlamentar, que tornava inócuos os intentos políticos trabalhistas e a força sindical-*tradeunionista*; (ii) sua atenção vai recair sobre o papel preponderante da cultura; (iii) na relação de dominação própria *desta* ordem, em particular, e das formações sociais da Europa Ocidental, em geral.

Finalmente, a importância extrema de instituições culturais na configuração distintiva de poder na Inglaterra já foi sugerida. O controle dos sistemas de educação (escola pública + universidades) e comunicação (oligopólio de imprensa) é decisivo para a perpetuação da hegemonia da “classe alta”. Ambos, por sua vez, derivam de – e conformam – características históricas mais amplas do padrão de poder. O Sistema Público-Escolar + Oxford-Cambridge fenomenicamente formam, precisamente, um sistema educacional *não-estatal* (que exibe um contraste extraordinário para com o burocratizado sistema educativo público, digamos, da França). Já a incomparável centralização – e oligopolização – do controle da imprensa reflete fielmente o grau de concentração e integração nacionais que o capitalismo industrial mais velho do mundo alcançou lograr (Anderson, 1964, p. 23; grifo do autor, tradução/adaptação nossa.).

Privado da possibilidade objetiva de problematizar uma imposição programática para as esferas fundamentais da economia e da política, Anderson – em meio a um estado da arte, a partir dos estudos gramscianos, que o levariam a uma interpretação autolimitada da própria fratura estabelecida entre estrutura/superestrutura e, enfim, entre sociedade civil e Estado – chegaria a superdimensionar, desde o movimento do conceito, a esfera da cultura. Numa confortável reafirmação da fórmula política hegel-marxiana da “supremacia sociedade civil-Estado” – que em Marx cumpre o fito de analisar a anatomia *social* do Estado *político* –, Anderson descurava da sofisticada teoria gramsciana expressa no enunciado conceitual, de sobra conhecido, de “hegemonia encouraçada de coerção”. Se com uma mão Anderson tratava de afastar economicismo e politicismo, com a outra alentava certo “culturalismo”.

Certamente inspirado pela apropriação de Hoare do *princípio educativo* gramsciano, e atento à instigante reflexão do internacionalista italiano *sobre os jornais e revistas* de sua época – respectivamente, Q. 12 e Q. 24 –, Anderson intenta uma *primeira aproximação* da questão do aparelho de hegemonia inglês face-a-face com a constelação triádica de poder. A ideia-força de um trabalho coletivo, de inter/pret/ação da obra de Antonio Gramsci, e a mobilização de sua teoria para a trans/form/ação da realidade insular inglesa, é venturosa. Desde este grupo, permite-se antever sua *virtú*. Os riscos, teóricos (e práticos), abundam... A estrutura hierárquica do *scholar system* britânico, bem como suas tradições ultraconservadoras, perfazem contratendências insoslaiáveis contra qualquer intelectual coletivo. O espectro da mera reprodução de receituários, ou o *centralismo burocrático*, assombra. As notas em que Gramsci dedica-se ao sistema universitário, e a crítica que faz à alienação entre docentes e estudantes – e à ausência mesma de um contato organizado –, podem ser coextensivas / contemporâneas à realidade vivida pelos jovens intelectuais recém-formados.

São menos conhecidos, contudo, os parágrafos sobre o modo de produção intelectual dos conselhos de redação das revistas-típicas – que funcionam como círculos de cultura –, no qual este, preservando as especialidades técnicas de cada um, exerce a crítica qual órgão colegiado, *sintetizando um trabalho intelectual que, para além de pertencer a um domínio exclusivo da produção cultural, encontra-se – por meio e a partir das suas tarefas teóricas e políticas as mais amplas – continuamente à prova do diálogo crítico entre teoria e prática lato sensu e, enfim, constantemente reexaminada/revisada/revista*⁷. É este o novo tipo de trabalho intelectual – típico de um centro homogêneo – que emerge das intenções do autor. (No Brasil, para além de autoras como Rosemary Dore, encontramos escassa produção de fôlego sobre este caderno especial. A centralidade que Gramsci atribui ao jornal como um *organizador coletivo* encontra páreo em concepções bolchevique-leninianas de *Que fazer?* e *Por onde começar?* e *Imprensa do Partido* e *História do Partido Bolchevique*, de Zenoviev.)

Anderson tentava esboçar, afirmação corroborada por documentos internos da *NLR*, uma *vigorosa antítese* ao sistema universitário e ao oligopólio midiático ingleses através da formação de uma nova camada de novos intelectuais. A intelectualidade socialista, com o pressuposto de formar uma nova cultura política a partir duma nova política cultural, é a agência mediadora que o autor concebia como elo de ligação entre o mundo do trabalho e o mundo da cultura. Apostando demasiado na “teoria” (e na “intelectualidade”), Anderson furtava-se da advertência gramsciana sobre o “*erro iluminista*” da intelectualidade profissional.

⁷ Como explicamos em nosso projeto, a palavra inglesa *Review* traz implicações histórico-filológicas de vulto.

6.

Entre “Origins...” e “The Antinomies...”, uma conjuntura de “crise e revolução” já se interpunha. A vaga revolucionária – de 1967-1975 –, que teve seu epicentro às margens do Rio Sena, estendia-se ao movimento de aliança operário-estudantil cujo sintoma mais gráfico entrevia-se nas ocupações/bloqueios e barricadas que se sucederam em quase todo o continente europeu. A trilogia das Teses (“Origins...”, “The Left in the Fifties” e “Socialism and Pseudo-Empiricism”) encontrou sucedâneo em uma *radicalização teórico-política*, que atinge seu ápice com a *nova trilogia não-premeditada*: de *Considerations on Western Marxism*, *Arguments Within English Marxism* e *In The Tracks of Historical Materialism* (O primeiro dos títulos foi aqui publicado como “Considerações sobre o Marxismo Ocidental”, enquanto o último deles foi já vertido como “Crise da Crise do Marxismo” e, já mais literal, “Nas Trilhas do Materialismo Histórico”. O segundo material, que aprofunda a polêmica Anderson-Thompson já iniciada nas Teses, curiosamente nunca teve tradução brasileira, estando disponível em castelhano.) Não será esse o lugar no que desenvolveremos devida *valorização* deste *trabalho coletivo*.

No interior mesmo desta nova trilogia há ligação direta, orgânica, com um trabalho que acabou por se *autonomizar* intelectualmente do conjunto. Para explicar tal ligação, contudo, é preciso rememorar as coordenadas históricas – e o mapeamento complexo – que realiza Anderson em “Considerações...”. O projeto político-teórico da segunda *NLR* já é possível de divisar, em nítidos contornos, na trilogia nova, a qual, a rigor, deveria ter sido assinada coletivamente pelo conselho de redação (no prefácio e no posfácio do texto, Anderson deixa claro tratar-se de um trabalho eminentemente coletivo, autoevidenciando, marxisticamente, as marcas de produção, gravadas à força de cinzel na relação de trabalho). Consideramos esta a expressão decisiva da fase *suprema* do desenvolvimento teórico-político da *NLR*. A escolha da palavra não é casual, e nem acrítica. Enquanto unidade léxico-semântica – e, portanto, *atribuidora de significado* –, pretende captar, de forma contraditória e simultânea (ou, *dialeticamente*, poder-se-ia dizer) a *ascensão*, o *ápice* e o *declínio* (1968/1974/1983) do estágio ulterior da trajetória político-epistemológica assumida em direção à estratégia socialista e o ulterior recuo, desde o “marxismo clássico”.

A expressão “marxismo ocidental” é tomada de empréstimo dum célebre ensaio de Merleau-Ponty (1955), o qual contrapunha o dito *marxismo ocidental* a outro, *soviético*, difundido este, de modo *essencialmente indistinto*, em *tempos* diversos, *perspectivas* várias, múltiplos *eixos* e nos seus diferentes *espaços*, fossem as sociedades do Leste, a URSS, ou os satélites que orbitavam sob sua zona de influência, os PCs ocidentais. A expressão de Ponty, na verdade, era moeda corrente entre os *milieux* políticos de Anderson. Mais que isso, Anderson – em seu trabalho publicístico – muito contribuiu para difundir-la. Assim, somente se

pode compreender a nova utilização da noção em “Considerações...” como um duplo “*acerto de contas*” – fundamentalmente mediado –, tanto para com a velha expressão pontyana, à qual, *a priori*, aderira acriticamente, quanto com as premissas e conclusões que balizavam seus vários expoentes. Este movimento é, enfim, tanto teórico como político. A nova apropriação, teórico-crítica, trata, sobretudo e a sua vez, de superar dialeticamente os pressupostos *estáticos* – e os seus resultados pseudo-*historicistas* e/ou *sociologizantes* – alcançados pela perspectiva, unilateral, de Ponty. O procedimento – em relação a esta noção, tal qual originalmente formulada – expressa, mais do que a sua mera negação, uma complexa operação que, simultaneamente, subtrai o signo de seu con-texto ideológico referencial transliterando-o, em sequência, no interior de uma problemática teórica de um novo *corpus*. Nesse caso, trata-se de elevar uma noção de valor *instrumental* (e caráter, fortemente, *ideológico*) para – e sob intensa *mediação da história* – reconvertê-la em plena *categoria analítica*, que lhe sirva – para além de um *cânone empírico de interpretação* – de revelação daquilo que até ali permanecia oculto *sob o nevoeiro ideológico de sua primeira exposição*. Nessa complexa re-formulação, o conceito é utilizado para traçar uma sofisticada cartografia, da constelação teórica sucedânea de Lênin, Rosa, Trotsky, e outros.

As coordenadas gerais do *marxismo ocidental* – conquanto *heterogênea vertente intelectual do marxismo* – são consideradas, portanto, em Anderson, na amplitude de seu espectro teórico-temático. Não obstante, a síntese realizada por Anderson trata-se de uma penetrante análise das causalidades históricas e estruturais mais profundas que operaram sobre gerações marxistas inteiras da Europa Ocidental, surgidas estas após os contemporâneos de Rosa e Karl, Lênin e Trotsky. As condições objetivas, através das quais operaram o “deslocamento” (“*displacement*”) teórico, podem ser sintetizadas em determinadas “coordenadas históricas” (“*historical coordinates*”) dum “mapeamento” (“*mapping*”) complexo – as expressões são do autor mesmo –, situadas após uma conquista inicial – e, *a posteriori*, dum isolamento –, a da *Revolução dos Soviets*, de Outubro de 1917: i) a derrota da insurgência social proletária no Velho Continente, de suas organizações revolucionárias, e dos órgãos de poder dual – Alemanha, Hungria e Itália –, já no pós-guerra; ii) a constituição de “frentes populares” abrindo passo à ascensão do nazi-fascismo e configurando uma nova derrota operária – nos anos 1930 – na Espanha, na Alemanha e na Itália; iii) o encouraçamento da *burocratização da URSS* e da *stalinização do Komintern* – com gradual *passivização dos intelectuais* –, e uma posterior dispersão partigiana sul-europeia; iv) a subordinação real geral do trabalho ao capital – e a subsunção real do trabalho intelectual ao capitalismo monopolista, em particular –, mediante o *boom* econômico do segundo pós-guerra, sob as democracias liberais-parlamentares na Europa Ocidental constitui por fim, a quintessência contrarrevolucionária do período pós-1945, com a adesão ativa – dos partidos social-democratas e stalinistas – aos “anos áureos” *desta* Ordem.

Ainda que relutantemente, Anderson adscrive Gramsci, em suas *Considerações*, a seu conceito de *marxismo ocidental*. Ainda antes das Edições Críticas, podemos considerar que Anderson, apesar do conhecimento do idioma italiano e do estreito vínculo com uma discussão a respeito do contexto italiano, entusiasta que era do PCI à época, não teria ainda avançado muito para além do senso comum ilustrado que se formara sobre Gramsci como um “teórico das superestruturas”. Contudo, em um momento preponderante de intensa radicalização teórico-política, Anderson não se satisfaz com o relato que empreende do pensamento gramsciano em seu mais célebre ensaio e dedica todo um tópico especial, posteriormente editado como livro, intitulado *The Antinomies of Antonio Gramsci*. Nas *trilhas e considerações* sobre o marxismo de Anderson, cotejando interpretações de sua obra e, em especial, documentação interna da *NLR*, chega-se à conclusão de que n’*As Antinomias...* há um nexo de unidade-distinção com a trilogia nova. Anderson ter-se-ia dedicado a aprofundar sua apreciação sobre Gramsci em material que permaneceria inédito e, *a posteriori*, destinar-se-ia servir de infraestrutura a seu *Estado e Revolução no Ocidente*⁸.

A grande difusão de Gramsci na cultura anglo-saxã fornece um incentivo adicional, “mais local”, para um novo exame de seu legado na primeira revista a utilizá-lo de forma sistemática fora da Itália. Os artigos de 1964-1966 da *NLR* foram amplamente refutados, mas, a partir de meados de 1970, seu pensamento era, então, irresistivelmente, assimilado. O fenômeno do eurocomunismo na Europa latina havia entusiasmado certa intelectualidade. Anderson propunha-se, à época, a uma revisão mais acurada e direta sobre a letra do sardo. Ao anunciar o empreendimento ambicioso de seu programa de pesquisas, o autor não nos poupou promessas de análises detidas e rigor filológico, reconstituição de ambiências intelectuais, redes de correspondências, localização de fontes primárias e largo etecétera como “condição indispensável [...] a qualquer avaliação profunda [...] da hegemonia em Gramsci” (Anderson, 2002, p. 18). Não será aqui, neste exercício de primeira aproximação, que nos deteremos de forma mais elaborada sobre a apropriação andersoniana de Gramsci. Desde já, cabe indicar que a contestação mais acurada sobre este trabalho encontra-se em Francioni (1984). A importância de adiantar tal diagnóstico tem a ver com *o lugar da NLR*.

O marxismo anglo-saxão foi gradualmente se convertendo na mais importante das vertentes de um “*Pensamento Marx-Mundo*” e, neste contexto, não é menor o lugar da *NLR*. As razões históricas que elevaram a condição deste marxismo não podem aqui ser examinadas em detalhe. Mas cabe uma asseveração, de início, bem simples. A supremacia linguística do idioma inglês, hoje em dia, não se encontra ancorada propriamente num tipo de hegemonia do mundo do

⁸ Como veremos nos próximos passos da pesquisa em curso, um tal volume nunca seria curado pela *NLR/NLB*.

trabalho em suas fronteiras. O cânone científico-social logrado em/por seus expoentes marxistas, contudo, evidencia um deslocamento do centro de gravidade do mundo latino àquele de fala inglesa. E “a diversidade dos sotaques” coloca o idioma e as Ciências Sociais numa relação em que “a globalização é conjugada em inglês” (ORTIZ, 2008). Por essa mesma razão, o papel interlocutório que cabe a Anderson não é menor – na divulgação/recepção de Gramsci – na esquerda socialista.

Trata-se aqui, centralmente, de um estudo da questão da hegemonia em Gramsci e, simultaneamente, uma teorização sobre o Estado e a revolução nos países de capitalismo avançado da Europa ocidental no século XX. Segundo observação crítica suscitada pela atenta leitura de Edmundo Dias, n’*As Antinomias...* revelar-se-ia um grande desconhecimento do texto gramsciano por parte de seu autor, que motivara – por sua vez – a maior parte dos mal-entendidos entre a esquerda socialista no que se refere à interpretação da obra de Gramsci. A exposição gramsciana dos *Quaderni* – já difícil, sinuosa e inacabada – haveria sido mutilada na edição insular manejada por Anderson, que acabou se constituindo num notório interlocutor do pensamento gramsciano entre a esquerda mundial, a qual, no mais das vezes, abster-se-ia de ler a Edição Crítica organizada por Valentino Gerratana. Tratar-se-ia de sucessivos erros: *intercambia-se a ordem de exposição original com a da publicação inglesa; ignora-se a diferença fundamental entre a hegemonia restrita da burguesia e a hegemonia ativa do proletariado; deixa-se de lado a alusão à relação de forças político-militar na questão da insurreição; e dilui-se o horizonte revolucionário da dualidade de poderes*. Porém, e com todos problemas, atesta uma *nova leitura*, operosa/operante, na NLR.

Muito curiosamente, o já-não-mesmo Anderson – em Julho de 2016 – produziu algo como um espólio do que considera *Os Herdeiros de Gramsci* (*New Left Review* 100, Jul-Aug. 2016), em que o apagamento dos outros rincões do mundo, *onde sua filosofia se fez história através da política*, é um motivo, e o elogio editorial autolaudatório, uma intenção. A distância que cobra o percurso do jovem-Anderson ao Anderson-maduro bem poderia ser objeto de nova reflexão crítica. É no mínimo uma ironia que um defensor tão vivaz da internacionalização do marxismo anglo-saxão e poliglota tão fluente, versátil, faça reduzir – tão gritantemente – os contextos argentino, mexicano ou mesmo o brasileiro em seu *case*.

Post-Scriptum: Após esmerada e criteriosa revisão deste texto pelos editores da revista NIEP-Marx, à qual agradeço profundamente, a editora fundada pela New Left (sob a batuta do mesmo Anderson), a antológica Verso, lançou uma promoção editorial (“40% Sale Off”) de simplesmente toda a obra de Anderson editada

em inglês. De quebra, anunciou dois novos lançamentos: i) a republicação de *The Antinomies of Antonio Gramsci* e ii) a edição de seu novíssimo *The H-Word: The Peripeteia of Hegemony*. Muito embora veiculada com entusiasmo à primeira, como já é de conhecimento público desde 1984, sofreu crítica arrasa-quarteirão de Francioni. Não sobrou um só tijolo de pé do argumento original de Anderson. O autor ignorava o conceito de Estado integral em sua inteira dialeticidade de texto e contexto, utilizava a falhada edição anglo-saxã na sua superada – e equívoca – ordem de exposição e uma cronologia em tudo alheia àquela do complexo ritmo do pensamento gramsciano. Republicar o texto com o informe Athos Lisa, há 60 anos datado, uma prefaciação autocondescendente e zero autocrítica é uma decisão de tipo compósita e bizarra para um pensador capaz de produzir história global de ideias teóricas tão acurada quanto aparece em sua historicização absoluta da concepção pós-moderna, da política neoliberal ou dos *foreign affairs* estadunidenses atuais. No mínimo incompreensível após tão sólidos avanços logrados pelos estudos gramscianos mundo afora. Ainda não pusemos as mãos nesta que se pretende ser uma nova história política de uma velha ideia teórica. Depois do tiro de misericórdia de Peter Thomas, com seu *The Gramscian Moment* (2009), sobre o alvo andersoniano, fica difícil alimentar esperanças sobre qualquer correção de rumos sobre uma teoria da hegemonia que antecede, compreende e ultrapassa o próprio Gramsci. Mas uma coisa é certa. Sempre podemos aprender uma coisa ou duas sobre a ideia de mundo e o mundo das ideias com este historiador profissional formado em letras. É de se esperar que não há de ser diferente com o livro encomendado para coincidir com o sesquicentenário da fortuna crítica d'*O Capital* e com o centenário da crítica fortuna da Revolução dos Soviats. Também os nossos são tempos interessantes e é em direção ao espectro deste panorama político internacional que a nova empreitada do autor anglo-irlandês intende içar suas velas: à palavra-H, “*E la nave va...*”.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. “Origins of the Present Crisis.”, *New Left Review*, I/23, 1964.
- _____. “Components of National Culture”, *New Left Review*, 50, 1968.
- _____. “The Antinomies of Antonio Gramsci.”, *New Left Review*, I/100, 1976.
- _____. “As antinomias de Antonio Gramsci” In: *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BLACKLEDGE, Paul. *Perry Anderson, Marxism and New Left*. London: Merlin Press, 2004.
- BUTTIGIEG, Joseph. “The Prison Notebooks: Antonio Gramsci’s work in progress”, *Rethinking Marxism*, Vol. 18:1|37, 2006.

- BOOTHMAN, Derek. “Le Traduzioni di Gramsci in Inglese e la Loro Ricezione nel Mondo Anglofono.” *In: InTRAlinea* (Online Translation Journal), Vol. 7, 2005. Disponível na rede <<http://www.intralea.it/volumes/boothman2005.pdf>> (consulta ao dia 15 de junho de 2011).
- _____. “The British Press on Gramsci’s Trial” *In: Counter-Hegemony*: University of Reading, Reading, N.º 8, v.1, 2003, pp. 52-66.
- COZENS, Phil. *Twenty Years of Antonio Gramsci*. London: Lawrence and Wishart, 1977.
- DEL ROIO, Marcos. *Os Prismas de Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2005.
- DIAS, Edmundo *et al.* *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- ELEY, Geoff. *Reading Gramsci in English – Some Observations on the Reception of Antonio Gramsci in the English-Speaking World 1957-82*, CRSO N.º 314, Ann Arbor: Center for Research Social Organization, 1984.
- ELLIOT, Gregory. *Perry Anderson: el laboratorio implacable de la historia*. Girona: UdG, 2000.
- FORGACS, David. “Gramsci and Marxism in Britain” *New Left Review*, I/176, jul./ago. 1989, pp. 70-88.
- FRANCIONI, Gianni. *L’Officina Gramsciana*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizioni Critica a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975/2002.
- LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NEW LEFT REVIEW, *The Heirs of Gramsci*, v.100, Jul-Aug. 2016.
- ORTIZ, Renato. *A Diversidade dos Sotaques: o inglês e as ciências sociais*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: philosophy, hegemony and marxism*. Leiden and Boston: Brill, 2009.

Recebido em 22 de novembro de 2016

Aprovado em 22 de maio de 2017

Cereais e Estado

Cereals and state

João Bernardo*

Resumo

Nem sempre o desenvolvimento da agricultura teve como suporte o cultivo de cereais. A emergência do Crescente Fértil (Mesopotâmia, Palestina e Egito), com as cidades-estados e os primeiros impérios, constituiu apenas um dos resultados da domesticação de plantas. O processo de domesticação, abrangendo uma área muitíssimo vasta e cobrindo um período muitíssimo longo, incluiu também outros tipos de vegetais. Assim, houve áreas onde não se desenvolveu o cultivo de cereais, mas de outros tipos de plantas, o que levanta duas questões. Em primeiro lugar, por que esta diferença? Em segundo lugar, por que razão acabaram por se tornar preponderantes os cereais? Nossa hipótese relaciona, historicamente, o cultivo de cereais e a formação de Estados, quando a classe que progressivamente se afirmava como dominante orientou a seleção das plantas a domesticar, favorecendo as que mais duravelmente se pudessem conservar, criando as bases para a sua reprodução e para a reprodução alargada da diferenciação social.

Palavras-chave: Pré-capitalismo; Estado; cereais

Abstract

The development of agriculture has not always had as support the cereal farming. The Fertile Crescent emergence (Mesopotamia, Palestine and Egypt), with the city-states and the first empires, constituted just one result of the domestication of cultivated plants. The domestication process, encompassing a really huge area and covering a very long period of time, include also other kinds of vegetables. Thus, there were areas where other types of plants had developed instead of the cultivation of cereals, which raises two questions. First, why this difference? Second, for what reason cereals had become preponderant? Our hypothesis connects, historically, cereal farming and the state formation, when the class that progressively has been established as dominant guides plant selection under domestication, fostering the ones that could be conserved for long periods of time, creating the basis for its reproduction and the extended reproduction of social differentiation.

Keywords: Pre-capitalism; state; cereals

* Professor em universidades públicas brasileiras de 1984 a 2009; autor, entre outras obras, de *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial*, Séculos V-XV. 3 vols, Porto, Afrontamento, 1995, 1997, 2002.

1.

Nem sempre o desenvolvimento da agricultura teve como suporte o cultivo de cereais. A emergência do Crescente Fértil, ou seja, a Mesopotâmia, a Palestina e o Egito, com as cidades-estados e os primeiros impérios, constituiu apenas um dos resultados da domesticação de plantas. O processo de domesticação, abrangendo uma área muitíssimo vasta e cobrindo um período muitíssimo longo, incluiu também outros tipos de vegetais.

A domesticação e a seleção de plantas destinadas ao cultivo resultaram de uma evolução que, nas suas fases iniciais, incidiu nas espécies que eram objeto da colheita ambulante, e parece-me especialmente elucidativa a distinção que se operou em África entre a zona da estepe e da savana e a zona húmida de floresta. Na savana africana, entre o quarto e o segundo milênios anteriores à nossa era, foram domesticadas muitas variedades vegetais indígenas, a maior parte no quadro da agricultura por sementes, com predomínio dos cereais. Na zona de floresta, pelo contrário, os poucos casos de domesticação ocorreram no quadro da plantação de cortes, rebentos ou tubérculos (Mabogunje, 1981, p. 338; Portères *et al.*, 1981, pp. 695-697). A espécie mais importante domesticada nesta zona foi um tubérculo, o *yam*, o que talvez tenha sucedido há cinco mil anos, embora não existam provas suficientes para estabelecer uma cronologia (Shawm 1981, p. 627; Sutton, 1988, p. 46).

Também nas Américas deve-se distinguir uma área que se tornou dependente do cultivo de um cereal, o *maís*, e outra área, na floresta tropical das bacias do Orinoco e do Amazonas, onde se domesticaram tubérculos, especialmente a mandioca ou cassava (Coe *et al.*, 1988, p. 15). É mesmo possível que o cultivo da mandioca no alto Amazonas tivesse se iniciado entre o sétimo e o quinto milênios antes da nossa era (*ibidem*, p. 171).

Nas terras altas ocidentais da Nova Guiné, onde a agricultura se iniciou há mais – possivelmente bastante mais – de seis milênios, a principal planta cultivada era um rizoma trazido do sudeste asiático, o *taro*, da família das aráceas; e nas terras altas orientais, onde parece que a agricultura se desenvolveu mais lentamente, foi também um rizoma a ter o lugar de destaque, neste caso a *pueraria lobata* (Nile *et al.*, 1995, p. 53). Partiram igualmente do sudeste asiático as populações migrantes de línguas austronésias que introduziram o *taro* e o *yam* nas ilhas do Pacífico ocidental (*ibidem*, p. 54). E cerca de cinco séculos antes da nossa era, as sociedades arcaicas da Polinésia haviam já recebido também o *taro* e o *yam* (*ibidem*, p. 60). Mais tarde, entre o século IX e o século XI da nossa era, os colonizadores polinésios que se estabeleceram na Nova Zelândia levaram consigo aquelas duas plantas, além de usarem como alimento certas variedades locais de raízes, mas a principal cultura foi a da batata doce, que as ilhas da Polinésia oriental haviam recebido através de contatos muitos antigos estabelecidos com a América do Sul (*ibidem*, pp. 61, 62-63).

Estes casos de expansão civilizacional obedeceram, invariavelmente, a um padrão de cultivo em que o primeiro lugar coube a rizomas e tubérculos. De todas as populações do Pacífico, o cereal, neste caso o arroz, só era sistematicamente cultivado entre os Chamorro das Ilhas Marianas, na imediata periferia da civilização asiática (*ibidem*, p. 68).

Assim, houve áreas onde não se desenvolveu o cultivo de cereais, mas de outros tipos de plantas, o que levanta duas questões. Em primeiro lugar, por que esta diferença? Em segundo lugar, por que razão acabaram por se tornar preponderantes os cereais?

2.

Não se pode admitir que os cereais viessem a dominar por serem os mais produtivos, os melhores num sentido técnico absoluto. Para que uma sociedade atingisse o nível da subsistência, o sistema de agricultura cerealífera extensiva exigia mais trabalho do que a caça e a colheita ambulantes, e a produção obtida não era mais abundante (Roaf, 1991, p. 27). Mas os cereais diferenciavam-se das outras plantas, nomeadamente dos tubérculos, porque, quando armazenados, conservavam-se melhor e durante muito mais tempo (*ibidem*, p. 29). É necessário distinguir duas questões intimamente ligadas: o cultivo e a armazenagem.

Sabe-se hoje que a domesticação e o cultivo de plantas resultaram de uma longa evolução, cuja gênese estava já pressuposta nos ciclos em que as populações dedicadas à caça e à colheita itinerante exploravam regiões sucessivas, segundo uma ordem regular, até regressarem ao ponto de partida. Ao permitirem que a fauna e a flora se reconstituíssem nas áreas abandonadas, depois de terem sido aproveitadas intensivamente, esses ciclos implicavam uma modalidade, ainda que muitíssimo rudimentar, de controle sobre os animais e as plantas. A agricultura e a criação de gado começaram quando se passou da mera constituição de reservas para uma intervenção deliberada com o objetivo de estimular a multiplicação dos animais ou o crescimento das plantas. Mas a preocupação em assegurar esta multiplicação e este crescimento estava implícita na constituição de reservas periódicas garantidas pelos ciclos de itinerância. Os aranda da Austrália, por exemplo, demarcavam reservas de carácter sagrado, nas quais era vedado caçar e que serviam para reconstituir o *stock* de animais (Nile *et al.*, 1995, p. 40), o que indica que se tratava de uma intervenção não só consciente, mas imposta pela referência a um núcleo de convicções fundamental. Por outro lado, parece-me que as reservas ocasionadas pelos ciclos de itinerância se devem considerar igualmente como modalidades embrionárias de armazenagem e, se adotarmos este ponto de vista, concluiremos que os problemas levantados pela armazenagem eram inseparáveis do processo que deu origem à agricultura. Entre o estabelecimento de percursos regulares de caça e colheita e o sistema de

armazenagem de longo prazo nas sociedades com agricultura sedentarizada mediaram muitas formas de transição, mas parece-me que se tratou das duas fases extremas de um processo único.

Ora, nas sociedades em que tendiam a acentuar-se a clivagem e a hierarquização social, a incipiente classe dominante procurava acumular, pois o controle da acumulação constituía o fundamento da divisão social e dos mecanismos de exploração. Nestes termos, é possível adiantar a hipótese de que a classe que progressivamente se afirmava como dominante orientasse a seleção das plantas a domesticar, favorecendo as que mais duravelmente se pudessem conservar e, portanto, favorecendo os cereais¹. E assim esta classe dominante foi criando as bases para a sua reprodução e para a reprodução alargada da diferenciação social, acumulando e controlando um excedente cada vez maior.

Se esta hipótese estiver correta, será possível detectar, graças à arqueologia, que o aumento da produção cerealífera foi acompanhado por um processo de concentração dos celeiros em armazéns únicos ou numa rede centralizada de armazéns. Em Susa, por exemplo, descobriu-se a plataforma de um grande templo, datando da época primitiva da cidade, que incluía armazéns de cereais (*ibidem*, p. 65). E num dos níveis arqueológicos de Tepe Gawra, no Norte do atual Iraque, encontrou-se uma construção para a qual não existiam precedentes, que se calcula ter sido a residência fortificada de um chefe, e que incluía armazéns de cereal (*ibidem*, p. 66). Mais controverso é o caso da civilização de Harappa, que atingiu uma vasta extensão em torno do rio Indus, e onde os maiores edifícios em algumas das principais cidades foram considerados como celeiros por certos estudiosos². Todavia, esta civilização parece ter-se edificado graças a relações mercantis e não a conquistas militares, e não se encontraram templos nem palácios ou túmulos reais (Keay, 2003, I, p. 15; Renfrew, 2013, pp. 24, 165, 184; Stone, 1989, p. 64). Para avançarmos nesta análise, seria necessário ter um conhecimento sistemático da eventual correlação entre os edifícios político-religiosos e os celeiros em todas as primitivas cidades-estados da Mesopotâmia e do Egito, bem como na civilização de Harappa.

Só na perspectiva da hipótese que aqui apresento, pôde aparecer como uma vantagem o crescimento demográfico resultante da cultura cerealífera. A

¹ Depois de recordar que os cereais armazenavam-se mais facilmente do que a maior parte das outras plantas, M. Roaf (1991, p. 29) escreve que “the storage and, later, cultivation of grain [...] allowed the possibility of wealth accumulation, promoting the development of a society in which status was based on wealth”. Mais exatamente, parece-me que a armazenagem de cereais facilitou o controlo da riqueza coletiva por uma incipiente classe dominante, agravando assim a diferenciação social.

² J. Keay (2003, I, p. 15) refere a função de celeiros como uma mera hipótese, acrescentando que o problema aguarda uma explicação mais satisfatória, mas N. Stone (org. 1989, p. 64) menciona sem restrições a presença de vastos celeiros. C. Renfrew (2013, p. 24) admite a possibilidade de se tratar de celeiros, mas, nas páginas 165 e 183, parece considerar o fato como certo.

população tornava-se mais numerosa, mas, para a esmagadora maioria, uma alimentação estritamente dependente de um só cereal implicava uma longevidade menor e uma vida menos saudável do que a que caracterizava os povos dedicados à caça e à colheita ambulante (The Economist, 08/05/1993, pp. 85-86). Para as classes superiores, porém, a proliferação de agricultores era uma forma de aumentar os lucros da exploração. E a mobilização de exércitos relativamente numerosos garantia a expansão das áreas de poder, com os benefícios provenientes da pilhagem e o acréscimo da exploração resultante do domínio exercido sobre novas populações. Impostos pela força do Estado, os cereais permitiram às classes dominantes reforçarem-se internamente e, por sua vez, imporem a força do Estado a sociedades que até então lhe haviam permanecido imunes.

Se esta hipótese estiver certa, então o aspecto hidráulico dos primeiros Estados, ou seja, a edificação de diques ou de canais e outras obras de irrigação, em que alguns historiadores tanto têm insistido, só poderá ser entendido em conjugação com o outro aspecto, a centralização dos armazéns dispersos e a construção de armazéns centrais. Parece-me necessária a reunião de ambos os fatores para explicar a unificação de uma multiplicidade de unidades familiares sob a égide de um verdadeiro poder de Estado e a inclusão das múltiplas chefias locais em verdadeiros impérios. Ao mesmo tempo em que progredia este despotismo político, ia-se desenvolvendo uma classe de administradores, cuja função não seria apenas a de organizar a irrigação, mas igualmente a de velar pela constituição centralizada de *stocks* alimentares de longo prazo. Nas ilhas do Pacífico, por exemplo, onde a agricultura incidia nos tubérculos e rizomas e onde os cereais foram praticamente desconhecidos, o cultivo do *taro* exigia a edificação de diques e canais, por vezes atingindo grandes proporções e com um elevado grau de complexidade (Nile *et al.*, 1995, pp. 53, 68). Mas este sistema hidráulico não foi complementado por nenhum sistema de armazenagem, visto que o *taro* era insuscetível de conservação em longo prazo, e por isso não requereu a intervenção de uma classe burocrática, nem de um Estado forte. Também nas florestas do Alto Xingu, atualmente no estado brasileiro do Mato Grosso, descobriram-se vestígios de núcleos urbanos onde a população dedicava-se à agricultura e construía diques, canais e pontes, mas não encontro referência a sistemas de armazenagem (The Economist, 20/09/2003, p. 82).

A relação entre o cultivo de cereais, o desenvolvimento de formas estatais e a armazenagem centralizada pode ser ilustrada pela grave crise que atingiu a monarquia asteca na primeira metade da década de 1450, durante a fase de formação do império. Esta crise mostra que a prosperidade do Estado exigia não só um sistema de irrigação e de diques, sem o qual não se podia proceder ao cultivo dos cereais em grande escala, mas ainda um sistema central de armazenagem, necessário tanto para manter a população numa estrita dependência do poder político, como para lhe assegurar a sobrevivência nos anos de calamidade

(Davies, 2000a, pp. 98-101). Os tributos armazenados no palácio destinavam-se fundamentalmente a suprir as necessidades do monarca e da sua corte de funcionários e serviam ainda para o abastecimento das campanhas militares; além disso, por ocasião das celebrações rituais periódicas, o imperador repartia objetos preciosos entre os nobres e os guerreiros que se haviam destacado pela coragem, e distribuía alimentos ao povo (Carrasco, 1981, pp. 217, 221, 230). Mas, apesar de o fato de o Estado asteca haver descurado a acumulação de cereais quase lhe ter sido fatal, Nigel Davies pretende que os monarcas continuaram sem dar solução ao problema (Davies, 2000a, p. 200), embora Pedro Carrasco afirme que fazia parte dos deveres do imperador abrir os seus armazéns à população em geral nas épocas de calamidade agrícola (Carrasco, 1981, p. 230). Se a versão de Davies estiver certa, podemos antever algumas das fragilidades estruturais que contribuem para explicar a rapidez com que os aventureiros espanhóis destroçaram o império. Nos derradeiros dias do cerco da capital, a plebe, refugiando-se num lugar à parte, passou a comandar a sua própria defesa e, segundo as crônicas, teria dito aos seus antigos senhores: “Poco nos queda, no hacemos más que guardar nuestras casas [...] lo que para vosotros guardaba vuestro rey [...] es vuestra propiedad” (Toscano, 1981, p. 313). Não se podia ter dito mais claramente que, se os armazéns do palácio destinavam-se só a servir à classe dominante, a sua defesa nada importava à plebe. E ficamos assim sem saber se as medidas centralizadoras e autocráticas esboçadas pelo último Moctezuma teriam alguma vez podido surtir efeito.

Não se deve subestimar a importância que o controle do armazenamento teve na evolução social e ideológica, levando à formação de uma classe de burocratas, encarregados de superintender a cobrança das exações e a sua conservação, e de escribas, cuja função era registar as quantidades recebidas, acumuladas e expendidas. Os primeiros documentos escritos foram encontrados na cidade suméria de Uruk, datando provavelmente do trigésimo terceiro século antes da nossa era, e a maior parte deles era constituída por registos de carácter económico que indicavam quer o número de animais em rebanhos, quer a quantidade de gêneros distribuídos a certas pessoas (Roaf, 1991, pp. 69-70). Parece que esta inscrição de símbolos em placas de barro serviu inicialmente como substituto de séries de objetos simbólicos de barro, usados para memorizar contratos ou bens armazenados (Ostler, 2010, p. 51). Com efeito, alguns especialistas calculam que os primeiros registos escritos, tal como se encontraram em Uruk, derivassem de uma prática contemporânea segundo a qual se usavam diferentes modelos de pequenos objetos simbólicos, cada um representando ou uma dada quantidade ou um dado tipo de gêneros alimentares, como cereais ou ovelhas. Estes objetos simbólicos eram colocados dentro de esferas ocas, cada uma delas servindo portanto para registar uma dada quantidade de um certo artigo. Ora, como os sinais usados para a contagem, nas primeiras formas conhecidas de

escrita em Uruk, reproduziam o formato daqueles objetos simbólicos, pode deduzir-se que de um sistema tivesse-se passado ao outro (Roaf, 1991, pp. 69-71). Talvez a expansão espanhola na América do Sul tivesse encontrado os incas numa idêntica fase de transição, porque embora eles não tivessem desenvolvido uma escrita, haviam criado com o *quipu* uma forma original de registro de dados numéricos, perfeitamente adaptada a um império em que a armazenagem e o recolhimento de tributos assumiam uma importância crucial³. Neste caso, haveria que descobrir, então, quais os obstáculos de ordem social que impediram o *quipu* de dar origem a uma forma mais geral de escrita, enquanto, em Uruk, os registos estritamente numéricos haviam permitido a evolução para uma forma de registro capaz de fixar todo o tipo de informações, incluindo processos de raciocínio. Por contraste, é interessante considerar aqui o exemplo dos celtas, cujos druidas, embora não ignorassem o uso da escrita, favoreceram exclusivamente a transmissão oral, de maneira a manterem sob o seu inteiro controle os mitos religiosos e as práticas religiosas (Chadwick, 2001, p. 142). Neste caso, o desenvolvimento de uma classe sacerdotal pôde não ser acompanhado pelo aparecimento de uma escrita porque os celtas não formaram nenhum Estado central baseado na agricultura.

O desenvolvimento de uma classe de burocratas e escribas, eventualmente dotada também de funções religiosas ou assimilada à classe sacerdotal⁴, relacionava-se ainda com o conhecimento do calendário e com os cálculos astronômicos, ambos fixados graças à escrita. Mas a detenção do conhecimento exclusivo da divisão do tempo, enquanto um dos fundamentos da escrita, não decorreu apenas da necessidade de fixar o momento das sementeiras, prevenindo a enchente dos rios, nas civilizações chamadas hidráulicas, ou, como sucedia entre os maias, da necessidade de determinar o momento em que devia ser feita a roça, antes de chegar a chuva. Também a armazenagem sistemática e centralizada de alimentos não perecíveis tornou obrigatórios os cálculos temporais de longa duração e contribuiu para orientar a evolução dos registos e da escrita,

³ “[...] the account-keeping quipu was in a sense a written document”, observam M. Coe *et al.* (1988, p. 157). Note-se que, na China, uma tradição atestava que a primeira tentativa de escrita consistira em cordas com nós. Ver E. R. Hughes (org. 1954, n. 1, p. 164). Com efeito, lê-se no *Hsi Tz'u* que “in the earliest times men made knotted cords and so were able to govern. Then at a later period a sage substituted written characters and written deeds” (*ibidem*, p. 273).

⁴ É interessante considerar que, no Egito, como salientam J. Baines *et al.* (1984, p. 198), todos os membros da classe dominante, sem exceção, quer exercessem funções de chefia na administração, no exército ou entre os sacerdotes, e até o próprio faraó, haviam recebido uma formação de escribas. E se as principais autoridades administrativas já não se ocupavam elas mesmas em registar nos papiros, isto significa apenas que tinham ascendido na hierarquia interna de uma carreira que iniciaram como escribas. Numa perspectiva oposta, e depois de afirmar que “le scribe et le comptable, techniciens qui apparaissent pratiquement dans toutes les grandes civilisations de type ‘oriental’ [...], ne sont pas obligatoirement la force dirigeante de la société”, P. Vidal-Naquet (1964, p. 11) considera que “le scribe égyptien, au sens étroit du terme, la ‘bureaucratie’, disons l’administration, n’est qu’un rouage de la classe dirigeante ‘fonctionnelle’”.

que mantiveram assim com a agricultura uma dupla relação: em curto prazo, nos ciclos anuais, e em longo prazo, na acumulação de *stocks* centrais. Não foi decerto ocasional que Shulgi, um dos monarcas da terceira dinastia de Ur, que dotou de uma administração unificada as regiões centrais do seu império, a Suméria e Akkad, tivesse aumentado os efetivos da classe dos escribas e presidido ao aperfeiçoamento dos sistemas de registo e de escrita, ao mesmo tempo em que reorganizava o sistema de pesos e medidas e introduzia um novo calendário (Roaf, 1992, p. 102). Contar os bens, avaliá-los e medir o decurso do tempo eram aspectos inseparáveis da atividade administrativa.

3.

Entretanto, as sociedades com fraca diferenciação continuaram a patrocinar o cultivo de espécies destinadas antes de mais ao consumo imediato. Para plantas deste tipo, a armazenagem destinava-se a precaver de uns anos para outros a eventualidade de más colheitas, sem que houvesse pressões sociais para a constituição de *stocks* permanentes. Se for exato o conjunto de hipóteses que aqui apresento, as pesquisas arqueológicas encontrarão, quando muito nestas sociedades, armazéns dispersos, cada um deles relacionado com uma unidade familiar ou com um conjunto familiar amplo, jamais encontrando armazéns centrais.

Já cerca de cinco séculos antes da nossa era, as sociedades arcaicas da Polinésia sabiam fermentar uma pasta produzida com o fruto da árvore do pão e guardavam-na em buracos escavados no chão, de maneira a poderem-na usar durante os períodos de escassez (Nile *et al.*, 1995, pp. 60, 70). Muito mais tarde, quando introduziram a batata doce na Nova Zelândia, os polinésios sabiam como conservá-la durante o inverno em armazéns adequados (*ibidem*, p. 70). Seria importante averiguar em que medida as populações que levaram mais longe esta técnica de conservação caracterizaram-se também por possuir formas políticas mais estratificadas. Parece que, em termos muito gerais e simplificados, as sociedades da Polinésia eram mais hierarquizadas e os seus chefes detinham maiores poderes, enquanto, na Melanésia, a estratificação social era menos importante e era maior a mobilidade no acesso às situações de chefia (*ibidem*, p. 83). Mas seria necessário relacionar tanto esta regra geral como as exceções com a capacidade de armazenagem e com o controle obtido pelo poder central sobre os alimentos acumulados. Talvez o que se passou com o *yam* contribua para esclarecer a questão. Muito usado nas ilhas do Pacífico, este tubérculo podia ser conservado durante vários meses, mas não durante vários anos (*ibidem*, p. 55). Apesar disso, os habitantes das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné, faziam da acumulação de *yam* um símbolo de *status*, e enquanto a colheita do ano não fosse consumida nem apodrecesse, o seu proprietário podia empregá-la para obter

serviços ou outros bens (*ibidem*, pp. 68, 70). O reduzido prazo de conservação impunha, todavia, um limite a este processo, obrigando-o a recomeçar anualmente. Talvez por isso os *stocks* de *yam* eram usados também numa forma específica de exibição de *status*, o *potlatch*⁵, que, consistindo num esbanjamento ou mesmo numa destruição ritual, resolvia o problema do aproveitamento social de uma acumulação que não podia perpetuar-se no tempo. Com efeito, os beneficiários de um *potlatch* ficavam numa situação de dívida para com aquele que o havia organizado, e deste modo os efeitos da acumulação de bens continuavam a exercer-se depois de essa acumulação ter sido destruída ou dispersa. Ora, convém notar que, apesar da regra genérica que enunciei a propósito das diferenças políticas entre a Melanésia e a Polinésia, nas Ilhas Trobriand, situadas na Melanésia, certos lugares de chefia eram ocupados hereditariamente (*ibidem*, p. 88). Na Micronésia, onde a concorrência no sistema de presentes enquanto forma de aquisição de *status*, comum na Melanésia, encontrava-se geralmente combinada com a acentuada estratificação social característica da Polinésia, conhece-se o exemplo do chefe supremo do grupo ocidental das ilhas Marshall que, junto com a sua corte, cobrava regularmente tributo às ilhas subordinadas, acumulando assim volumosos excedentes alimentares (*ibidem*, p. 95). Mas, para confirmar a minha hipótese, importaria saber em que medida as técnicas de armazenagem ter-se-iam desenvolvido naquelas ilhas.

Em qualquer caso, porém, fossem mais ou menos estratificadas aquelas sociedades, o certo é que, numa situação em que a armazenagem de reservas alimentares não se podia prolongar por muito tempo, era impossível desenvolver-se uma classe burocrática e surgirem formas despóticas de Estado, sempre associadas ao cultivo de cereais. O predomínio dos tubérculos e rizomas não impedia a divisão da sociedade em classes, nem a imposição de exações pela classe dominante, mas limitava seriamente a possibilidade de conservar os excedentes ao longo do tempo. Nestas circunstâncias, a cobrança de tributos podia apenas estimular, no interior do quadro geral do sistema de presentes, as modalidades distributivas e a destruição ritual. Qualquer tendência ao agravamento da estratificação social e ao reforço dos mecanismos de exploração pressionaria, obrigatoriamente, as classes dominantes a fomentarem o cultivo de gêneros alimentares capazes de ser conservados em longo prazo. Em conclusão, deve distinguir-se a zona dos cereais, onde a colheita destinava-se, em grande parte, a ser acumulada, da zona dos tubérculos e dos rizomas, onde o cultivo era, em boa medida, orientado para um consumo rápido. E a demarcação entre estas duas zonas obedeceu às fronteiras que separaram a zona dos grandes Estados e

⁵ R. Nile *et al.* (*op. cit.*, 1995, p. 68) escrevem que uma grande parte da colheita de *yam* destinava-se a “presentation or ceremonial exchange”. Interpreto isto como constituindo modalidades de *potlatch*.

idades-estados da zona de sociedades onde as hierarquias políticas eram mais rudimentares ou onde prevalecia mesmo um elevado grau de igualitarismo entre as famílias componentes.

4.

A hipótese geral que aqui apresento parece confirmada pelo que sucedeu nas Américas. Apesar de isolados desde o final da última época glacial relativamente ao conjunto civilizacional constituído pela Ásia, a África e a Europa, os povos americanos não criaram formas de organização fundamentalmente diferentes das que ocorreram no resto do mundo. O continente americano demonstra na sua história, alheia até aos últimos cinco séculos a quaisquer influências externas significativas, que a humanidade dispôs de um leque muito limitado de possibilidades de desenvolvimento social.

Na área do continente americano que se tornou dependente do *maís*, desenvolveram-se os sistemas mais hierarquizados, desde sociedades rurais com elevado grau de estratificação até cidades-estados e mesmo impérios de consideráveis dimensões, enquanto na floresta tropical das bacias do Orinoco e do Amazonas, onde se domesticou a mandioca, a hierarquização social foi sempre tênue (Coe *et al.*, 1988, p. 15). No Alto Xingu, no estado brasileiro do Mato Grosso, encontraram-se vestígios da fundação, entre os meados do século XIII da nossa era e os finais do século seguinte, de cerca de duas dezenas de centros urbanos, que sustentavam uma concentração populacional bastante elevada e se reuniam em dois sistemas através de redes de vias de comunicação amplas e retilíneas. As áreas em redor destes centros urbanos eram empregadas para o cultivo, com o auxílio de diques e canais, aliás providos de pontes, mas a forma como a agricultura se combinava com a preservação da floresta indica que se tratava de culturas intensivas e não da plantação extensiva de cereais (The Economist, 20/09/2003, p. 82). Seria importante analisar os traços de diversificação social para avaliar até que ponto existiriam nestes centros hierarquias estáveis.

De início, a distinção entre cereais e tubérculos não sustentou nas Américas a formação de zonas diferenciadas socialmente, e parece que a passagem da colheita ambulante para uma economia sedentária, com a conseqüente transformação das ideias religiosas, teria talvez tido origem na área da floresta tropical, difundindo-se a partir daí (Coe *et al.*, 1988, p. 15). Entre os primitivos maias, numa época muito anterior à formação da civilização maia clássica, foram encontrados vestígios do consumo de *yam* e talvez de mandioca ao lado de variedades de *maís* (*ibidem*, p. 93). E durante o primeiro milênio antes da nossa era, a população de Chorrera, no atual Equador, cultivava simultaneamente o *maís* e a mandioca (*ibidem*, p. 172), encontrando-se mais tarde a mesma dualidade na

civilização manteño, também na região equatoriana (*ibidem*, p. 173). Mas a diferenciação nos processos de desenvolvimento introduziu uma demarcação clara entre a área dos cereais e a dos tubérculos, tanto sob o ponto de vista agrícola como social.

O avanço gradual desta diferenciação observa-se possivelmente na civilização que chegou ao apogeu em Chavín, uma das mais importantes na região dos Andes durante os tempos anteriores à hegemonia dos incas. Numerosos vestígios arqueológicos deixados por esta civilização revelam a existência de uma estratificação social acentuada (Davies, 2000b, p. 12), e encontraram-se as ruínas de um templo provido de espaços de armazenagem (*ibidem*, p. 10) – mas destinar-se-iam à armazenagem de cereais? – decerto enaltecidos pelo contexto arquitetônico em que se situavam. Ao mesmo tempo, porém, algumas imagens de caráter religioso representam plantas que não podiam ser cultivadas naquelas altitudes elevadas, nomeadamente a mandioca, o que levou certos historiadores a formularem a hipótese de que os promotores iniciais da civilização chavín tivessem emigrado das bacias do Amazonas ou do Orinoco (Coe *et al.*, 1988, p. 181; Davies, 2000b, p. 12). Se assim sucedesse, teríamos aqui os traços da passagem de uma sociedade baseada nos tubérculos e desprovida de Estado para uma sociedade com Estado e assente no cultivo de cereais. De igual modo, os arawakes das Caraíbas, originariamente provenientes do vale do Orinoco, de onde haviam trazido a mandioca, embora mais tarde cultivassem o *maís*, continuaram a atribuir o lugar predominante à plantação de tubérculos, especialmente a mandioca, a tal ponto que, nas ilhas que viriam depois a denominar-se Hispaniola e Puerto Rico, eles parecem ter dedicado uma especial veneração à divindade que dera a mandioca aos humanos. Ora, a importância que os tubérculos detinham na agricultura arawak relaciona-se decerto com o fato de, ainda numa data tardia, este povo reger-se por formas de Estado pouco elaboradas (Coe *et al.*, 1988, pp. 160-162). A conjugação do cultivo do *maís* com a plantação de tubérculos encontrava-se igualmente nas regiões meridionais da América Central e nas regiões do noroeste da América do Sul, onde a diversificação social não ultrapassava também formas incipientes de Estado (*ibidem*, pp. 162-163).

A América fornece muitos outros exemplos de relação entre o desenvolvimento de formas estatais e a armazenagem de cereais. Na metade setentrional do continente, a civilização adena começou a desenvolver-se a partir do vale do rio Ohio desde uma data entre os séculos XII e VIII antes da nossa era. Embora apresentasse uma certa diversificação social, visível nos túmulos, esta civilização inseria-se provavelmente num sistema em que prevaleciam ainda os elos familiares, e o alargamento da sua área de difusão não se deveu a ações guerreiras, mas ao estabelecimento de contatos mercantis regulares (*ibidem*, p. 50). Do mesmo modo, a civilização hopewell, que continuou e desenvolveu a civilização

adena, abrangeu uma vastíssima área cuja homogeneidade ideológica também parece ter-se baseado não numa expansão de tipo imperial, mas apenas numa rede de tráfico mercantil de longo alcance (*ibidem*, p. 52). Ora, ambas estas civilizações tiveram como base originária o cultivo de diversas variedades de plantas alimentares que se caracterizavam por não serem capazes de sustentar *stocks* de longa duração (*ibidem*, p. 48), e muito possivelmente – embora deva ser confirmada a sugestão – conservaram este regime agrícola mesmo depois de terem adotado igualmente certos tipos de *maís*.

A civilização hopewell entrou em declínio na passagem do século IV para o século V da nossa era, e seguiu-se-lhe quatrocentos anos depois outra civilização, tendo por centro a bacia do médio Mississipi, que parece ter já recorrido extensivamente à conquista e à ocupação para impor os seus elementos ideológicos (*ibidem*, pp. 57, 59). Ora, entre uma e outra destas civilizações, haviam sido introduzidas, a partir do atual México, novas variedades de *maís* (*ibidem*, pp. 52, 57), e a civilização do Mississipi intensificou a cultura cerealífera, com o consequente aumento demográfico (*ibidem*, pp. 57, 59). Estas transformações denotam uma estratificação social crescente. Em contraste com o que havia sucedido na civilização adena e mesmo na hopewell, a civilização do Mississipi deu origem a verdadeiras cidades, diferenciadas por uma hierarquia política, ao mesmo tempo em que aumentou a estratificação no interior de cada um dos centros urbanos (*idem ibidem*), supondo decerto uma função militar mais especializada. Aliás, foi pela mesma altura que se difundiram o arco e as flechas (*ibidem*, p. 57). Empregando meios violentos e uma opressão sistemática, os promotores da civilização do Mississipi destruíram as formas agrárias que haviam servido de fundamento às civilizações adena e hopewell e substituíram-lhes uma agricultura centrada no *maís*.

Situados na periferia da civilização do Mississipi, os iroqueses adotaram o *maís* e, embora o cultivassem em modalidades menos intensivas, também entre eles a difusão do cereal foi acompanhada por uma concentração do povoamento e pelo recurso sistemático à guerra (*ibidem*, pp. 60-62).

5.

A acumulação sistemática de alimentos, centralizada e em longo prazo, permitiu a constituição de exércitos enquadrados profissionalmente e possibilitou, portanto, o alargamento de fronteiras. E os cereais, que eram o objeto dessa acumulação, tiveram assim ampliada a sua área de cultivo, até predominarem mundialmente. A superior capacidade bélica dos Estados reduziu a área de vigência das sociedades igualitárias, e já antes de existirem exércitos organizados, a centralização proporcionada pelas formas estatais incipientes fora suficiente para lhes garantir a expansão.

Na África, por exemplo, o uso sistemático do fogo, na zona da savana, para preparar a terra para o cultivo, teve como consequência alargar-lhe muito os limites iniciais, convertendo em savana o que fora floresta (Portères *et al.*, 1981, p. 697; Stone, 1988, p. 14). Mas, sem uma força política – mesmo incipiente – que o atesse, o fogo não teria decerto conseguido consumir espaços antes ocupados por outro tipo de sociedade.

É muito ambíguo o sucedido com os povos das grandes planícies da América do Norte, que se regiam por formas alheias ao poder de Estado e recorriam, além da caça, à colheita ambulante, incluindo o aproveitamento de tubérculos (Coe *et al.*, 1988, p. 63). Sabemos, pelo exemplo de muitos outros povos, que a colheita sistemática de tubérculos proporcionava, gradualmente, o controle exercido sobre a sua reprodução e depois, na sequência do mesmo processo, dava lugar ao seu cultivo. Mas a influência das sociedades cultivadoras do *maís*, centradas a sudeste, nos vales dos grandes rios, interrompeu esta evolução e introduziu o cereal na região das grandes planícies, difundindo-o entre os nativos, em muitos casos graças a deslocamentos populacionais. Uma primeira vaga de colonização, realizada desde o terceiro século antes da nossa era até ao século X da nossa era, integrava-se no complexo da civilização hopewell (*ibidem*, p. 64). A vaga de colonização seguinte, iniciada no século X e interrompida apenas nos meados do século XIX, deveu-se à civilização do Mississipi e deu origem à formação de habitats mais substanciais, por vezes fortificados, e geralmente acompanhados pela construção de vários celeiros subterrâneos (*ibidem*, p. 65). A capacidade de formar *stocks* em longo prazo permitiu que os cultivadores de cereais ampliassem as suas fronteiras políticas e culturais e, assim, alterassem a linha de divisão entre as duas grandes zonas de cultivo. Mas, por outro lado, os prolongamentos da civilização do Mississipi na região das grandes planícies não suscitou a formação de organismos estatais, nem sequer incipientes (*idem ibidem*). Neste caso, uma zona socioagrícola ampliou a sua influência sobre populações limítrofes exclusivamente no plano agrícola, sem implicações decisivas no plano sociopolítico. Por isso as populações das grandes planícies dedicadas ao cultivo do *maís*, em vez de construírem um pequeno número de grandes celeiros, optaram por multiplicar os pequenos celeiros, ligados a residências plurifamiliares (*idem ibidem*).

6.

A relação entre o cultivo de alimentos armazenáveis e o desenvolvimento do poder de Estado é igualmente confirmada – mas ao invés – pelo sucedido com a civilização da Califórnia, que começou dois mil anos antes da nossa era e atingiu a sua forma característica num período que durou entre o século VI da nossa era e o século XIX. Esta civilização dedicou-se à caça, à pesca e à colheita ambulante,

mas cada núcleo populacional conseguiu um tal grau de especialização no aproveitamento dos recursos locais que em conjunto eles alcançaram um elevado nível de produtividade na obtenção de alimentos, permitindo uma densidade populacional relativamente elevada (*ibidem*, pp. 79, 80, 81). Porém, apesar da sua riqueza, a civilização da Califórnia não se caracterizou por qualquer estratificação social durável. No interior de cada comunidade, a influência de certas figuras parece ter-se devido tanto à fortuna e ao *status*, como às características pessoais, e o chefe de uma comunidade não expandia a autoridade sobre outros centros populacionais (*ibidem*, p. 80). Suponho que esta organização política relacionava-se com o fato de não terem sido cultivados cereais, que sustentassem um sistema de celeiros monopolizado pelas classes dirigentes. Na civilização californiana, a armazenagem de alimentos limitava-se ao curto prazo, e para além de se destinarem a compensar eventuais crises de escassez, os bens acumulados eram empregados no comércio com os outros núcleos populacionais, que se especializavam noutros tipos de caça, pesca ou colheita (*ibidem*, p. 79). Desenvolveram-se, assim, nesta civilização, formas de comércio muito sofisticadas, usando até conchas como dinheiro fiduciário (*ibidem*, pp. 79-80).

Na costa americana do noroeste, as populações também não se interessaram pela agricultura, dedicando-se apenas à pesca, à caça e à criação de animais, e a elevada produtividade que conseguiram no aproveitamento dos recursos locais permitiu-lhes atingir um número de habitantes relativamente elevado (*ibidem*, p. 81). No entanto, a estratificação social chegou aqui a uma grande amplitude. A razão desta diferença pode dever-se ao fato de, na civilização californiana, cada população ter se especializado num único artigo, ou em poucos artigos, usando os excedentes acumulados para obter, através do comércio, artigos produzidos por outros povos; enquanto as populações da costa noroeste, entre as quais não ocorreu nenhuma especialização e que atribuíam às trocas mercantis um lugar muito secundário, puderam empregar a sua elevada produtividade exclusivamente para a acumulação de grandes volumes de bens, sem os gastar, em curto prazo, na atividade comercial. O *status* era definido pelo entesouramento de bens não perecíveis, nomeadamente madeira trabalhada, cestos, tecidos e óleo de peixe (*ibidem*, pp. 81-82). Uma vez mais se confirma a relação entre a armazenagem, por um lado, e, por outro, o agravamento da desigualdade social e o aparecimento de formas políticas mais opressivas.

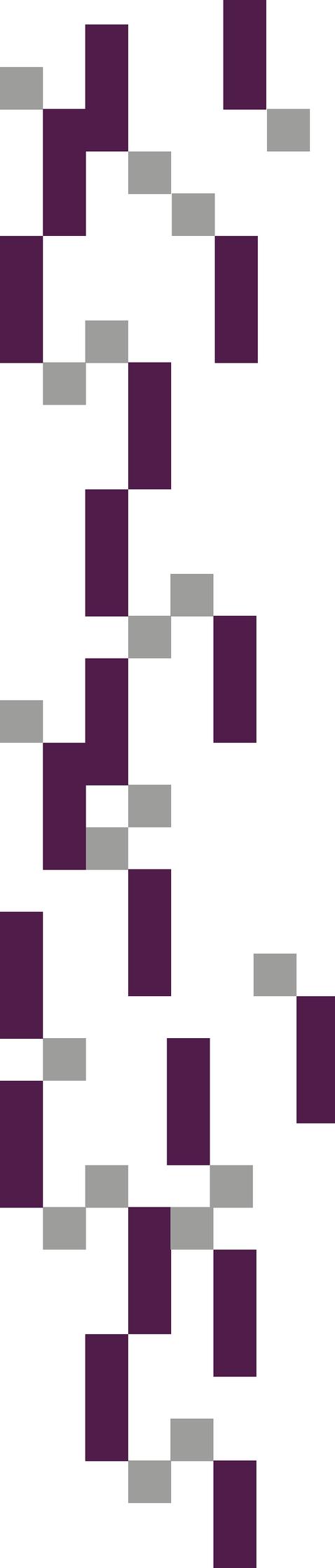
Referências bibliográficas

- BAINES, John & MÁLEK, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*. Oxford: Phaidon, 1984.
- CARRASCO, Pedro. “La Sociedad Mexicana antes de la Conquista” In: *Historia General de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- COE, Michael; SNOW, Dean & BENSON, Elizabeth. (1988) *Atlas of Ancient America*. Oxford: Equinox, 1988.

- DAVIES, Nigel. *The Aztecs*. Londres: The Folio Society, 2000a.
- . *The Incas*. Londres: The Folio Society, 2000b.
- HUGHES, E. R. (org.). *Chinese Philosophy in Classical Times*. Londres: J. M. Dent; Nova Iorque: E. P. Dutton, 1954.
- KEAY, John. *India. A History*, 2 vols. Londres: The Folio Society, 2003.
- MABOGUNJE, A. L. “Historical Geography: Economic Aspects” In: UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.). *General History of Africa*, vol. I: J. Ki-Zerbo (org.). *Methodology and African Prehistory*. Londres: Heinemann; Berkeley: University of California Press; Paris: UNESCO, 1981.
- MORENO TOSCANO, Alejandra. “El Siglo de la Conquista” In: *Historia General de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- NILE, Richard & CLERK, Christian. *Cultural Atlas of Australia, New Zealand and the South Pacific*. Oxford: Andromeda, 1995.
- OSTLER, Nicholas. (2010) *Empires of the Word. A Language History of the World*. Londres: The Folio Society, 2010.
- PORTÈRES, R. & BARRAU, J. (1981) “Origins, Development and Expansion of Agricultural Techniques” In: UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.). *General History of Africa*, vol. I: J. Ki-Zerbo (org.). *Methodology and African Prehistory*. Londres: Heinemann; Berkeley: University of California Press; Paris: UNESCO.
- RENFREW, Colin. *Prehistory. The Making of the Human Mind*. Londres: The Folio Society, 2013.
- ROAF, Michael. *Cultural Atlas of Mesopotamia and the Ancient Near East*. Oxford: Equinox, 1991.
- SHAW, C. T. “The Prehistory of West Africa” In: UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.). *General History of Africa*, vol. I: J. Ki-Zerbo (org.) *Methodology and African Prehistory*. Londres: Heinemann; Berkeley: University of California Press; Paris: UNESCO, 1981.
- STONE, J. C. “The Geography of Africa” In: MURRAY, Jocelyn (org.). *Cultural Atlas of Africa*, Oxford: Equinox, 1988.
- STONE, Norman (org.). *The Times Atlas of World History*. Londres: Guild Publishing, 1989.
- SUTTON, J. E. G. “Early Man in Africa” In: MURRAY, Jocelyn (org.). *Cultural Atlas of Africa*, Oxford: Equinox, 1988.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. “Avant-Propos” In: WITTFOGEL, Karl A. *Le Despotisme Oriental. Étude Comparative du Pouvoir Total*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

Recebido em 08 de dezembro de 2016

Aprovado em 12 de janeiro de 2017



NOTAS CRÍTICAS

Resenha

Money and Totality – A macro-monetary interpretation of Marx's logic in Capital and the end of the 'transformation problem'

Fred Moseley

Chicago: Haymarket Books, 2016, p. 415.

Eleutério F. S. Prado*

Michael Roberts, bem-sucedido blogueiro marxista, autor de relevante estudo sobre a crise do capitalismo contemporâneo, o qual foi publicado em 2016 com o título *The Long Depression*, não usou meias palavras para se referir a esse momentoso livro de Fred Moseley. “*Money and Totality*” – escreveu Roberts em uma resenha publicada no blog *The next recession* – “é provavelmente o melhor livro deste ano, e mesmo do presente século até agora, na teoria econômica marxista”. Ora, um problema dessa avaliação superlativa é que esse escrito é ainda muito jovem e, por isso, não foi ainda suficientemente discutido.

Aqui, por isso, pretende-se não apenas apresentá-lo para os eventuais interessados – e ele é, sim, importante como obra teórica da tradição marxista –, mas também ajuizá-lo criticamente.

A provável razão para esse entusiasmado julgamento é que o livro vem à luz para pôr um ponto final na longa controvérsia sobre o chamado “problema da transformação” que, como se sabe, aborreceu o marxismo por mais de um século. A origem do problema, como também se sabe, vem de uma crítica famosa de Eugen Böhm-Bawerk à obra magna de Karl Marx, feita ainda no final do século XIX, segundo a qual ela conteria uma contradição brutal. A crítica reza assim:

Nos livros primeiro e segundo de *O Capital*, Marx supõe que os preços de equilíbrio são determinados pelos valores-trabalho contidos nas mercadorias. Mas, no livro terceiro, ele abandona essa suposição porque precisa considerar o nivelamento das taxas de lucro. Para tomar ciência dessa contradição, considere-se um esquema de reprodução com diversos setores. Os setores com diferentes composições orgânicas têm de acolher lucros proporcionais aos capitais totais (às somas dos capitais constantes e variáveis); porém, como os montantes de mais-valor surgem apenas dos capitais variáveis, resultam taxas de lucro diferentes entre si. Para resolver o problema, Marx é forçado a admitir que os preços são determinados não pelos valores, mas pelos preços de produção. Ao procurar obter os preços de produção a partir dos valores, ele cai, segundo Böhm-Bawerk,

* Professor da FEA/USP.

num erro crasso, já que avalia os capitais constantes e os capitais variáveis em valores, somando a eles montantes de lucro determinados pela taxa média de lucro. Ora, mediante esse procedimento, o esquema de reprodução fica inconsistente, pois as entradas são medidas em valores, enquanto que as saídas são medidas em preços de produção.

Diversas soluções foram propostas para resolver esse problema no curso de um debate secular entre marxistas, simpatizantes e mesmo críticos ferozes do marxismo. As alternativas que se delinearam ao longo do tempo – Fred Moseley propõe que elas recaem numa “interpretação padrão” – apelaram, de algum modo, para o uso de um certo tipo de modelo de equilíbrio geral. Para construí-lo, parte-se sempre de uma estrutura de produção determinada tecnicamente, isto é, de uma coleção fixa de atividades produtivas, cada uma das quais relaciona quantitativamente, em proporções adequadas, insumos e produtos. Os insumos (meios de produção e meios de subsistência dos trabalhadores) e os produtos que eles geram são assim medidos, em cada setor, em suas quantidades próprias. Supõe-se, então, que essa estrutura é a base de um esquema de reprodução. A coerência econômica do modelo assim construído pode então ser obtida avaliando os insumos e os produtos em valores-trabalho ou em preços de produção monetários. Para encontrá-la, descobrindo assim os valores e preços de equilíbrio, tem-se apenas de resolver os dois sistemas de equações lineares.

O problema que fica, então, é como relacionar os valores-trabalho aos preços de produção, já que se supõe que os primeiros determinam funcionalmente os segundos no modo de operar real do sistema econômico. Ora, todas as alternativas pesquisadas levaram a algum tipo de impasse que, em última análise, invalidava aquilo que se supunha ser a teoria marxiana dos preços. A mais óbvia delas é que o sistema expresso em valores-trabalho passa a afigurar como redundante, isto é, como uma construção que deve ser posta sem qualquer contemplação no lixo da história do pensamento econômico.

Ora, a pesquisa de vinte anos de Fred Moseley sobre o tema – e que ele expõe no livro aqui resenhado – fez com que chegasse a uma conclusão ainda mais radical: não apenas um desses dois sistemas matemáticos, mas ambos merecem igualmente esse destino inglório.

Este livro argumenta que a interpretação padrão e a crítica padrão vêm a ser uma *má interpretação fundamental* da teoria de Marx e do *método lógico* empregado por ele na construção de sua teoria. Ela se equivoca especialmente no tratamento da relação entre a economia como um todo e os setores particulares, assim como sobre de que maneira são determinados os insumos de capital constante e de capital variável. A má compreensão do método de Marx, a que ele próprio se refere em 1872, continua sendo verdadeira atualmente (Moseley, 2016, p. xii).

Dito de outro modo, para ele, os esquemas de *O Capital* não podem ser pensados com base em modelos lineares de equilíbrio geral porque esse procedimento contraria completamente o método empregado por Marx para compreender a lógica de reprodução do modo capitalista de produção. Segundo ele, ao invés de um método simultaneista, Marx, precisamente com esse propósito, empregara um método sequencialista. É assim que o próprio Moseley resume a sua “interpretação”:

Este livro apresenta uma interpretação do método lógico de Marx que difere fundamentalmente da interpretação padrão nos seguintes importantes aspectos: (1) a teoria de Marx é construída em *dois níveis principais de abstração*: primeiro, no nível da *produção* de mais-valor e da determinação do total de mais-valor na economia como um todo; depois, no nível da distribuição do mais-valor e da divisão do total pré-determinado de mais-valor em suas partes individuais; (2) o visado pela teoria não consiste de “dois sistemas”, mas se trata sempre, ao invés, de um sistema único – a economia capitalista atual; esta é analisada, primeiro, no nível macro da economia como um todo e, depois, subsequentemente, no nível micro dos setores individuais; (3) o arcabouço lógico da teoria não advém de uma matriz de insumo-produto expressa em quantidades físicas, mas, ao invés, do *circuito do capital monetário*, expresso simbolicamente como $D - M \dots P \dots M' - D'$; ora, isto implica que o capital monetário inicial D é o ponto de partida da teoria de Marx e que ele é *tomado como um dado*, tanto na teoria macro da produção do mais-valor quanto na teoria micro da distribuição do mais-valor; (4) todas as variáveis principais da teoria são determinadas segundo a lógica de determinação sequencial, tal como descrita – e não por meio de determinação simultânea, tal como aparece na interpretação de Sraffa (*ibidem*, pp. xii-xiii).

Aquilo que aqui se descreve resumidamente está desenvolvido no livro de forma bem detalhada. E ele contém três partes, na primeira das quais Moseley expõe a sua “interpretação macro-monetária do método lógico de Marx”. Esta parte compõe-se de cinco capítulos. No primeiro deles, apresenta, em termos discursivos, a sua compreensão da estrutura lógica dos três livros de *O Capital* e, no segundo, ele a rerepresenta por meio de um sumário algébrico, visando mostrar, sobretudo, que a passagem dos valores aos preços de produção é um falso problema. No terceiro e no quarto, ele busca evidências textuais na obra do próprio Marx como um todo, as quais supostamente dão suporte à sua nova interpretação. Finalmente, no capítulo cinco, o leitor encontra o modo específico por meio do qual enfrenta – e destrói enquanto tal – a questão intrusa que distorceu

por um século a compreensão marxiana do capitalismo. Na segunda parte, ele discute, em sete capítulos, as “outras interpretações do problema da transformação”. Na última parte, ele simplesmente apresenta as suas conclusões.

Uma das qualidades desse escrito é que ele provém de um estudo atento e sério do conjunto dos textos que compõem a crítica da economia política, por fim realizada (inacabadamente) em *O Capital*. Ao pretender fazer a defesa de Marx de uma crítica pretensamente fatal, Moseley não abandona o propósito de manter certo rigor conceitual e lógico. O principal ponto a ser ressaltado antes de fazer um comentário crítico é que a abordagem sequencialista apresentada no livro mostra-se, sim, superior à abordagem simultaneista do método empregado por Marx para pensar a reprodução do capital, primeiro, em geral e, depois, sob o regime de concorrência.

Note-se, porém, que já no início da controvérsia, desde o começo do século XX, deveria ter ficado evidente para os marxistas em geral que a abordagem de equilíbrio geral é totalmente incompatível com o método marxiano. Eis que ela – mesmo se tem diversas versões – está fundada numa ideia primeira que rememora a metafísica racionalista, a qual fora superada por Hegel, pois funda a formação dos preços de mercados num conjunto de preços estaticamente determinados, por meio de uma operação lógico-formal que suprime, na teoria, a sua anarquia constitutiva realmente existente. Ademais, obriga a dinâmica dos preços de mercado, concebida apenas no plano virtual, a realizar forçosamente tais preços de equilíbrio, os quais foram racionalmente postulados. Para Marx, ao contrário, a formação real dos preços é sempre complexa, irregular e turbulenta e ela, assim apreendida, deve ser tomada como condição empírica da compreensão teórica. A anarquia dos preços, para ele, não pode ser suprimida, mas deve ser mantida como um pressuposto.

Note-se que não é assim que Moseley rejeita as teorizações que se esmeram na tarefa de resolver um suposto problema da transformação de valores em preços de produção que existiria na teoria de Marx. Ele as critica por tomarem as quantidades físicas de insumos e produtos como dados deste problema. Ora, isso indica que ele não se libertou totalmente do modo de pensar dos economistas que trabalham com modelos de equilíbrio. Pois, como bem se sabe, os valores monetários em geral que exprimem somas de mercadorias sempre podem ser apreendidos como quantidades de valores de uso multiplicadas pelos seus preços unitários. Como já foi visto, para encarar a questão de outro ponto de vista, ele acha que deve ser tomado como dado, não tais quantidades, mas o montante investido de capital que figura no primeiro momento do circuito do capital monetário. A questão que fica é saber se faz sentido tomar qualquer grandeza como dada na perspectiva da dialética marxiana.

Crê-se aqui que a interpretação proposta por Fred Moseley – e assim denominada por ele – é de fato uma reconstrução que não escapa dos cânones da

análise raciocinativa, isto é, do entendimento – mesmo se tem, sim, interesse teórico. Vê-se isto imediatamente porque ele acha que Marx formula (define) um conceito de capital, o qual considera central em sua explicação do capitalismo, quando ele, na verdade, em *O capital*, faz uma apresentação dialética (*Darstellung*) do capital como conceito. O título da obra, adverte Moseley logo no início de seu livro, “indica claramente a centralidade do conceito de capital em sua teoria do capitalismo”. Não, não, o seu título indica, isto sim, que a obra trata centralmente da relação social de capital, de suas contradições, de suas formas reificadas, de seu devir, porque essa relação social constitui o modo de produção capitalista.

Por isso mesmo, *O capital* não deveria ser pensado como resultado de uma mera construção sequencial, ou seja, como se apenas contivesse uma sequência de “dois níveis principais de abstração”. E não se deveria pensá-lo desse modo mesmo se tem, sim, uma ordem de apresentação. Diferentemente, essa obra começa de um abstrato real para chegar, após uma longa exposição conceitual, ao concreto pensado. Inicia, como se sabe, pela mercadoria, uma forma social elementar, para obter a partir daí, por meio de consecutivas derivações hegelianas, todo um conjunto de formas sociais e de leis tendenciais, as quais permitem alcançar, após um laborioso trajeto, uma compreensão do capitalismo como um todo, como uma totalidade.

Não é possível analisar aqui a construção teórica de Moseley, isto é, a sua “interpretação macro-monetária da lógica de Marx em *O Capital*”, em todos os seus aspectos. Um de seus pontos centrais, entretanto, não pode deixar de ser aqui ressaltado e examinado. Para desenvolvê-la, tendo em mente o circuito do capital monetário, ele toma as quantidades de capital monetário avançadas para comprar meios de produção e meios de subsistência, ou seja, o capital constante e o capital variável inicialmente investidos, não só como dadas, mas também como momentos fixados de um processo que se encontra supostamente em equilíbrio de longo prazo.

Ora, aqui também se vê que esse autor não se libertou inteiramente do modo de pensar dos economistas, pois o equilíbrio em Marx não é tomado como um fundamento primeiro, mas como um resultado possível de uma dinâmica turbulenta, o qual, na verdade, como bem se sabe, tem probabilidade nula de ocorrência. Não pode ser tomado, portanto, mesmo no plano teórico, como condição que prevalece no “longo prazo”. Eis que ele se mostra, porém, empiricamente, como um fenômeno emergente. As séries temporais de preços mostram, efetivamente, que eles oscilam em torno de um “centro de gravidade” e que o realizam, “em média”, num período de tempo suficientemente grande. Contudo, Marx assume o equilíbrio no desenvolvimento da teoria não para construir um modelo, mas como condição necessária para analisar o processo de reprodução do capital em sua “forma pura”. E, se o faz, é porque o considera também um

pressuposto real do evolver anárquico do sistema da relação de capital. Eis o que ele próprio diz no capítulo X do livro terceiro:

Essa taxa geral do mais-valor – tendencial, como todas as leis econômicas – é a premissa de que partimos para fins de simplificação teórica; na realidade, é uma premissa efetiva do modo de produção capitalista, ainda que mais ou menos travada por divergências práticas [...]. Teoricamente, no entanto, parte-se do pressuposto de que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvam em sua pureza, mas na realidade as coisas se dão sempre de modo aproximado (Marx, 2017, p. 209).

A obra de Fred Moseley é uma realização teórica que merece respeito. E ela pode – julga-se aqui provisoriamente – ser repensada numa perspectiva que acata mais fortemente a dialética marxiana. Pois, grosso modo, apesar de alguns desacertos, tem afinidade como o modo marxiano de pensar a reprodução do capital. Entretanto, talvez não seja ainda o ponto final da controvérsia que vem se desenvolvendo há mais de um século em torno do famigerado “problema da transformação”. Mas, mesmo se não liquidou ainda, completamente, o “desaforo de Böhm-Bawerk”, nenhuma outra que venha ainda retomá-lo poderá ignorá-la.

Outras referências

MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política*. Livro Terceiro. São Paulo: Boitempo, 2017.

Recebido em 10 de maio de 2017
Aprovado em 13 de junho de 2017

Resenha

Independência e unidade latino-americana: escritos políticos

Simon Bolívar

Tradução: Coletivo Brigadas Populares e Marcha Patriótica

Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Glauber Lopes Xavier*

O novo milênio recuperou, nos países latino-americanos, um fecundo debate em torno da integração econômica, política e cultural e a superação da condição de subdesenvolvimento e dependência econômica. A ascensão de governos alinhados à esquerda encheu de esperança os movimentos sociais, os grupos subalternos, os trabalhadores do campo e da cidade. Há muito o nome do revolucionário venezuelano Simon Bolívar não era evocado com tamanho vigor. Após pouco mais de uma década e meia de mudanças promovidas por tais governos, sobretudo na Venezuela, com a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999, e na Bolívia, com a eleição de Evo Morales em 2006, mas também no Brasil, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 e sua reeleição em 2006 e as eleições de Dilma Vana Rousseff em 2010 e em 2014, bem como no Uruguai, no Equador e no Chile, as forças de esquerda padecem frágeis diante dos problemas econômicos enfrentados e da ofensiva neoliberal que volta a assombrar os Estados Nacionais latino-americanos. Na esteira dessas mudanças, os ideais de Bolívar apresentam-se atuais, a despeito das estratégias para se alcançá-los, cujo contexto histórico tornaria impraticáveis.

Com o fito de apresentar estes ideais é que a Editora Consequência, em parceria com as Brigadas Populares¹ e com a Marcha Patriótica², trouxe a lume a obra *Simon Bolívar: independência e unidade latino-americana*. Com base nela, trazemos breves notas sobre a América Latina e o imperialismo. Para a elaboração da referida publicação, as Brigadas Populares e a Marcha Patriótica ocuparam-se de um breve prólogo que, ao entremear informações biográficas de Simon Bolívar aos principais eventos históricos de que o revolucionário fizera parte, expõe o seu conteúdo.

* Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, atuando no curso de Ciências Econômicas e no Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER.

¹ Organização política brasileira, fundada em 18 de setembro de 2011. Reúne vários movimentos e entidades de esquerda do país.

² Movimento social e político colombiano, fundado em 21 de abril de 2012.

Trata-se de uma obra de pequenas dimensões, totalizando 100 páginas, nas quais, além do prólogo, consta, como introdução, homenagem a Simon Bolívar escrita por José Martí (1853-1895), líder revolucionário cubano, criador do Partido Revolucionário Cubano (PRC) e reconhecido por sua atuação no processo de independência daquele país. Nesta homenagem, datada de 1893 e tendo sido pronunciada em reunião da Sociedade Literária Hispanoamericana, Martí tece elogios epopeicos aos feitos de Bolívar, deixando claro porque o líder revolucionário merecia ser chamado de “o Libertador”. Conclui sua homenagem com as seguintes palavras:

Estouram os morteiros a anunciar o herói – e sobre as cabeças descobertas de respeito e espanto, rodou por longo tempo o estampido com que de cume em cume respondiam, cumprimentando-o, os montes. Assim, de filho em filho, enquanto a América viva, o eco de seu nome ressoará no mais viril e honrado de nossas entranhas (Martí, 2015, p. 26).

Os escritos políticos de Bolívar, constantes na publicação, são os seguintes, acompanhando a ordem de exposição no livro: Carta da Jamaica; Discurso pronunciado por ocasião da instalação do Congresso de Angostura; Carta de Cartagena e, por fim, Convocatória do Congresso do Panamá. São vários os temas abordados por Bolívar em seus escritos, dentre os quais é possível sublinhar: o imperialismo, a experiência colonial dos países latino-americanos, os aspectos étnicos, a experiência da escravidão, as insurreições deflagradas pelas camadas populares. É recorrente a crítica de Bolívar às decisões políticas inspiradas nas experiências europeias ou norte-americanas, ao que chama a atenção para a peculiar formação histórica da sociedade latino-americana.

Em sua Carta da Jamaica, escrita em 1815 e endereçada a um cavalheiro jamaicano, Bolívar expõe os limites históricos de superação da condição de dependência, de penúria, de exploração e dominação de países que foram vitimados pela pilhagem, pelo assalto às riquezas naturais por parte dos colonizadores espanhóis. Barbaridades que, segundo ele, não seriam credíveis na ausência de documentos comprobatórios, dado o nível da atrocidade com que foram perpetradas.

Bolívar, conforme fica claro em sua carta, mantinha-se sempre alerta diante dos sucessos alcançados nos processos de independência das nações latino-americanas do domínio espanhol, sabedor que era da constante ameaça externa³. Ao reportar-se às experiências de deflagração política com vistas à emancipação das regiões que compunham a vasta extensão territorial que vai de Ushuaia, extremo

³ “Numa guerra de vida ou morte, tal e como o exército patriota assumia a luta libertadora, uma a uma foram libertadas as províncias da região andina latino-americana que hoje se conhecem como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.” (Brigadas Populares; Marcha Patriótica, 2015, p. 11).

sul da Argentina, a Vicente Guerrero, no extremo norte do México, Bolívar era atento às particularidades de cada uma delas. Os êxitos obtidos nas províncias do Rio de Prata, as lutas intestinas no reino do Chile, a submissão política do vice-reinado do Peru, a resistência dos povos da Nova Granada, os levantes na Venezuela, mas também o expediente exitoso de libertação do México e a situação de completa submissão de Porto Rico e de Cuba ao poder espanhol foram considerados por Bolívar.

Ao ocupar-se da compreensão desses contextos, o líder venezuelano, que sonhava com a constituição de uma grande nação erigida do processo de independência do domínio espanhol, toca no substrato do poder exercido pela Espanha sobre os povos latino-americanos: a questão do imperialismo. Bolívar, numa demonstração de sagacidade política e refinamento intelectual, foi capaz de percebê-lo tanto no plano da economia, com a proibição da produção de determinadas mercadorias e a interdição do afloramento de mercados internos por parte da Espanha, quanto no plano da gestão dos territórios e dos negócios públicos, ao tratar da ausência de participação dos nativos na alta burocracia estatal.

Jamais éramos vice-reis, nem governadores, a não ser muito excepcionalmente; arcebispos e bispos, poucas vezes; diplomatas, nunca; militares, apenas na qualidade de subalternos; nobres, sem privilégios reais; não éramos, finalmente, nem magistrados, nem financistas e quase que nem ainda comerciantes; tudo em contravenção direta de nossas instituições (Bolívar, 2015, p. 38).

A união dos domínios territoriais latino-americanos seria a via segura para a conquista da liberdade. Ao perscrutar os fundamentos dessa união, Bolívar abstrai das condições materiais de cada reino da América e aponta seus limites históricos, do que não recai em ingenuidade política. “Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas do que por sua liberdade e glória.” (*ibidem*, p. 43).

Com efeito, a república, na concepção de Bolívar, seria, naquele contexto, o modelo mais aperfeiçoado de regime político, evitando que o imperialismo pudesse se instaurar nas nações latino-americanas. O surgimento de monarquias poderia significar a derrocada do projeto revolucionário e emancipatório na América. Questão de tamanha relevância é tratada no segundo capítulo da obra em análise, o qual tem como peça o *Discurso pronunciado por ocasião da instalação do Congresso de Angostura*. Nele, ao debate acerca da república como forma de governo, Bolívar acrescenta a problemática da natureza peculiar dos povos latino-americanos. A confluência entre europeus, indígenas e africanos ensejou um novo *ethos* humano, uma *mélange* étnica e racial que deveria ser o princípio da igualdade e, portanto, da autodeterminação política dos povos.

Bolívar era um homem de seu tempo e, no afã de prover teoricamente os fundamentos políticos e as estratégias de luta para essa autodeterminação, esboçou alguns aspectos relacionados ao governo, sua estrutura e funcionamento. Teceu considerações sobre a política grega e a romana e inspirou-se na experiência inglesa, fazendo admoestações com base na Constituição britânica, para afirmar a necessidade de construção dos princípios republicanos e da estrutura do Estado, especificamente como deveriam funcionar os poderes executivo, legislativo e judiciário. É certo, nesse particular, que se pode estabelecer um diálogo entre os escritos políticos de Bolívar e as reflexões realizadas por Marx, mormente a de que o Estado moderno consiste num aparato de sustentação dos interesses da burguesia. Desde os interesses relacionados à dinâmica de produção da riqueza e acumulação de capital aos que concernem à reprodução cultural e ideológica de domínio de classe. Não há libertação dos trabalhadores, dos subalternos, sem a eliminação do Estado, superestrutura do modo de produção capitalista.

Em sua *Carta de Cartagena*, datada de 15 de dezembro de 1812, Bolívar, que a um só tempo participava de processos de insurgência popular e sobre eles teorizava buscando fornecer-lhes diretrizes para a luta, levanta uma preocupação central: como engendrar a resistência e fortalecer os instrumentos de poder dos Estados-nacionais em gestação na América Latina. Ao tratar da situação da Venezuela, demonstrou que a ausência de um conhecimento prático ligado ao governo paulatinamente colocaria o projeto libertador em risco, ao que proferiu a seguinte missiva: “Tenho a impressão de que, enquanto não centralizarmos nossos governos americanos, os inimigos vão obter as maiores vantagens [...]” (*ibidem*, p. 90). Bolívar estava preocupado, fundamentalmente, com as dificuldades de libertação do povo oprimido diante do poder emanado dos espanhóis. Estes não mediriam esforços no sentido de aniquilarem as sublevações e tomarem para si o controle da nação venezuelana.

Concretizado o projeto libertador, no intento de fortalecer os Estados-nacionais emergidos da libertação do domínio espanhol, Bolívar encaminhou, em 7 de dezembro de 1824, aos governos das Repúblicas da Colômbia, México, Rio da Prata, Chile e Guatemala, a *Convocatória do Congresso do Panamá*. Em alguns parágrafos, Bolívar conclama os líderes das repúblicas supracitadas para um Congresso com o propósito de consolidação de seus poderes. Cômico da importância de se integrar a vasta extensão territorial representada pelos Estados-nacionais libertos do domínio espanhol, Bolívar vislumbrava a unificação de propósitos, a ampliação da autonomia e da independência dos governos e de seus povos. “Depois de quinze anos de sacrifícios consagrados à liberdade da América para obter um sistema de garantias que, na paz e na guerra, seja o escudo de nosso novo destino, é tempo já que os interesses e as relações que unem entre si as repúblicas americanas, antes colônias espanholas, tenham uma base fundamental que eternize, se é possível, a duração desses governos.” (*ibidem*, p. 97).

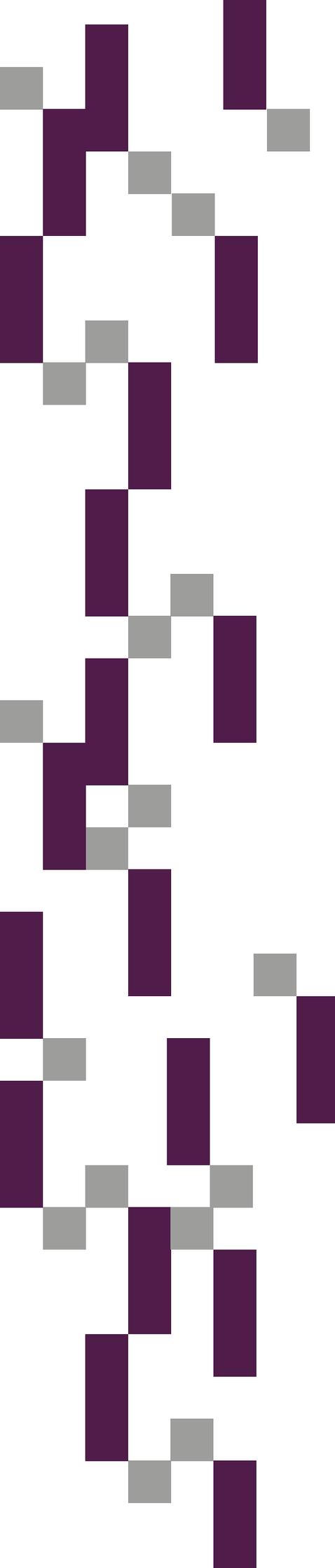
Resta a reflexão sobre os escritos políticos de Bolívar e a análise da situação atual dos países latino-americanos. Em que medida o projeto de integração entre os Estados-nacionais latino-americanos logrou sucesso? Quais são os entraves para a emancipação dos grupos subalternos (operários, mulheres, negros, povos indígenas e tradicionais, dentre outros) e para a ruptura com a dependência econômica em relação às economias centrais? A ofensiva neoliberal em marcha na América Latina desde princípios da década de 1990, após breves experiências de governos alinhados à esquerda, embora não revolucionários, ao menos em alguns casos, como o brasileiro, apresenta-se com toda força.

Tais experiências não foram capazes de promover uma integração nos moldes da integração sonhada por Bolívar, ou seja, que fosse capaz de dotar os países latino-americanos de independência econômica e, ao mesmo tempo, permitir a autodeterminação dos povos subalternos. As economias latino-americanas seguem fornecendo matérias-primas para as economias centrais do globo e, a despeito dos avanços, não reduziram a concentração de riquezas em seus territórios. Ao trilharem o caminho do reformismo, não atacaram os pilares de sustentação dos interesses de suas burguesias internas e tampouco os interesses das corporações transnacionais e do capital financeiro.

O imperialismo contemporâneo, perpetrado sob outras bases, tem como elemento central a acumulação via capital financeiro associada ao intercâmbio desigual de mercadorias. Este modelo de suposta integração de mercados é altamente deletério às economias latino-americanas. É com base nele que os recursos naturais têm sido explorados e vendidos a baixos preços para as economias centrais, espoliando povos autóctones de seu patrimônio natural, a exemplo da exploração de recursos minerais, plantio de monoculturas em grande escala e utilização de consideráveis parcelas do solo para a agropecuária. Estes e outros apontamentos seguramente encontram nos escritos de Bolívar elementos fecundos para o debate e para a propositura de novas elaborações teóricas e de estratégias políticas. Ao verter estes escritos para a língua portuguesa e torná-los públicos, o Coletivo Brigadas Populares e a Marcha Patriótica, em parceria com a Consequência Editora, fornecem inestimável contribuição.

Recebido em 25 de setembro de 2016

Aprovado em 13 de junho de 2017



LUTA e MEMÓRIA

Introdução a *Os perigos profissionais do poder*

Marcio Lauria Monteiro*

A intensa luta que foi travada em prol da regeneração democrática da União Soviética é frequentemente deturpada e reduzida a um embate personalista entre Iosif Stalin e Leon Trotski. Nada mais distante da realidade. Tal luta foi travada por milhares de homens e mulheres contra uma poderosa máquina burocrática estatal e partidária que, à altura da morte de Lenin (janeiro de 1924), já havia angariado considerável autonomia relativa perante as massas trabalhadoras que fizeram a revolução. Não à toa, o próprio Lenin dedicou seus momentos finais a uma “última luta” contra o que nomeava “burocratização soviética” (Lewin, 2005). E, ao longo dos anos 1920, essa luta continuou a ser travada por diferentes agrupamentos no interior do Partido Comunista da Rússia (bolchevique) [PCR(b)], dentre os quais o que mais angariou visibilidade histórica foi a Oposição de Esquerda. Ainda que liderado por Trotski e tendo lançado algumas das bases fundamentais da posterior Quarta Internacional “trotskista” (ou “bolchevique-leninista”, nos termos de seus próprios membros), esse agrupamento não é redutível a tal figura histórica.

Dos milhares anônimos que morreram nos *gulags* siberianos a quadros

dirigentes como Ievgeni Preobajenski, Karl Radek e Christian Rakovski, a Oposição de Esquerda era um organismo vivo, no interior do qual abundavam elaborações sofisticadas sobre a então situação e os desafios políticos da revolução soviética, da qual dão conta os materiais publicados pelo seu órgão clandestino, o *Biulleten Opozitsi* (“Boletim da Oposição”). Infelizmente, essa existência para lá da figura individual de Trotski foi, em grande parte, apagada da História pela morte anônima no frio siberiano de seus militantes de base ou pela capitulação de parte de seus quadros dirigentes a Stalin, no contexto do seu suposto “giro à esquerda” – a coletivização (forçada) do campo e o começo dos Planos Quinquenais.

Ante o centenário da Revolução Soviética, apresentamos um documento no qual um desses quadros, Christian Rakovski, desenvolve uma análise acerca da chamada “burocratização soviética”, focando particularmente na questão da apatia política das massas proletárias após a tomada do poder e a concomitante formação de um setor administrativo e gestor dotado de interesses sociais próprios e distintos dos daquelas. Esse quadro representava um empecilho para o

* Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

então objetivo central da Oposição, *re-formar* o partido e o Estado para restaurar a democracia soviética. Espera-se, com isso, cooperar para o resgate da história e da memória da Oposição de Esquerda e de aspectos da história soviética soterrados por anos de falsificações stalinistas e pró-capitalistas. A maior parte das linhas que se seguem, a não ser quando indicado o contrário, é baseada em uma curta nota autobiográfica publicada no almanaque *Granat*, em 1926 (Rakovsky, [1926] 1980), em uma sintética biografia escrita pelo trotskista inglês Gus Fangan (1980) e na biografia mais detalhada escrita pelo historiador francês Pierre Broué (1996).

Quem foi Chistian Rakovski

Nascido na Bulgária em 13 de agosto de 1873, filho de um bem-sucedido mercador e proprietário de terras, Krastyo Georgiev Stanchev posteriormente mudou seu nome para Krastyo Rakovski – ou “Christian”, conforme é comumente grafado (a transliteração Rakovsky também é comum para seu sobrenome). Seguindo a tradição de sua família materna, envolvida na luta pela libertação contra o domínio turco, desde cedo ele também se envolveu na militância política. Ainda no colegial, em 1887, participou de uma rebelião na cidade de Dobruja, tendo sido preso e banido das escolas búlgaras. Apesar de ter sido readmitido algum tempo depois, deu início à publicação de um jornal clandestino, o que lhe valeu um banimento defini-

tivo quando foi descoberto. Impossibilitado de prosseguir os estudos em seu país, partiu para Genebra, para estudar medicina.

Em Genebra, aproximou-se do grupo de Georgi Plekhanov, considerado pai do marxismo russo, colaborando com seu jornal. Ao longo desse exílio, também teve contato com quadros como Pavel Axelrod e Vera Zasulich e com círculos de exilados de diferentes partidos social-democratas europeus, publicando artigos e ensaios em seus respectivos jornais. Participou ainda de círculos de educação com estudantes russos, nos quais conheceu Rosa Luxemburg. Sua militância, bastante focada na luta contra o czarismo, levou-o a participar da organização do II Congresso Internacional da Juventude Socialista. Paralelamente, organizou também um jornal social-democrata dos emigrados búlgaros, o que o levou a ser uma figura importante na nascente imprensa social-democrata em seu país de origem.

Na década de 1890, Rakovski viveu entre a França, onde começou a estudar direito, e vários outros países europeus, sempre colaborando com a imprensa socialista por onde passava e representando o partido búlgaro nas conferências e congressos internacionais. Em consequência de sua militância revolucionária, foi expulso pelas autoridades locais diversas vezes, acumulando um total de quatorze deportações ao longo da vida – mais aquela à que foi condenado pelo governo stalinista posteriormente. Em 1904, mudou-se para a Romênia e, no contexto

de uma forte onda grevista que tomou o país no ano seguinte, ajudou a fundar uma nova organização socialista local, que adquiriu forte base operária e auxiliou na fundação de vários sindicatos. Essa projeção levou-o a se tornar uma importante figura pública em tal país, tendo permanecido, por anos, como Presidente do Partido Social Democrata local, além de membro do partido búlgaro. Lá teve contato com os marinheiros rebelados do couraçado Potemkin e, em 1907, auxiliou a forte revolta camponesa que varreu a Romênia – o que lhe valeu três deportações, sempre acompanhadas de massivos protestos de rua em sua defesa.

Com a crise que atingiu a social-democracia ante a adesão da maior parte de seus partidos à Primeira Guerra Mundial, Rakovski juntou-se ao grupo dos chamados “internacionalistas” – um setor minoritário e heterogêneo, que se aglutinou na Conferência de Zimmerwald (setembro 1915), a qual ele ajudou a organizar. Na Conferência, Rakovski opôs-se à diminuta ala esquerda liderada por Vladimir Lenin, Karl Radek e Grigori Zinoviev, que demandava uma clara condenação do “social-chauvinismo” e do oportunismo nas fileiras social-democratas, além da adoção de diretrizes claras de como se combater a guerra imperialista. Não obstante, antes mesmo de Zimmerwald, ele já havia organizado a Federação Operária Social Democrata dos Bálcãs, um comitê de ligação entre aqueles partidos que não capitularam diante da guerra imperialista.

Um ano depois da Conferência

de Zimmerwald, em setembro de 1916, o governo romeno o prendeu, sob acusação de ser um espião a serviço da Alemanha. Ele foi libertado em abril do ano seguinte por soldados russos, após a revolução de fevereiro de 1917, tendo então se dirigido para a Rússia, onde atuou realizando propaganda contra a guerra junto à ala internacionalista do partido menchevique. Todavia, após a tentativa de golpe de Kornilov, Rakovski aproximou-se dos bolcheviques, que o esconderam durante os dias mais críticos da intentona, tendo a eles aderido na virada de 1917 para 1918. Na nova condição de militante e dirigente bolchevique, atuou na frente revolucionária de Odessa, como parte do *Rumcherod* (Comitê Executivo Central dos *Soviets* do Front Romeno, da Esquadra do Mar Negro e do Distrito de Odessa), órgão de poder soviético que tentou realizar uma revolução no interior da Romênia, mas fracassou.

Em janeiro de 1919, Rakovski foi eleito Secretário do Governo Revolucionário Provisório dos Trabalhadores e Camponeses da Ucrânia, em substituição a Georgi Piatakov, que entrara em conflito com a liderança bolchevique russa por considerar que esta interferiria demais no governo local. No mesmo ano, esteve presente na fundação da Internacional Comunista (IC). Reflexo do seu cosmopolitismo e internacionalismo revolucionário, ele acumulou ainda vários outros cargos importantes durante os anos da guerra civil, como na direção da IC, do PCR(b) e dos PCs ucraniano e búlgaro.

Em 1920, sofreu dura oposição no congresso do Partido Comunista da Ucrânia, no qual um amplo setor criticou duramente a então liderança de negligenciar a autonomia do partido e do país em relação à Rússia. Apesar da liderança não ter sido reeleita, um expurgo foi realizado após o congresso e ela foi reconduzida ao poder. Não obstante, no começo dos anos 1920, Rakovski tornou-se adepto das posições pró-autonomia e entrou em conflito com o projeto de formação da União Soviética, encabeçado por Stalin, uma vez que esse não garantia o direito à autodeterminação das repúblicas partícipes.

Assim, em 1923, no contexto conturbado de disputa do partido e governo georgiano (pró-autonomia) com a liderança do PC russo em torno dessa questão, Rakovski tomou o lado dos primeiros, assim como fizera Lenin (então em minoria contra Stalin no interior do partido russo). Por conta disso, antes mesmo da formação da Oposição de Esquerda, ele já havia se destacado como crítico das crescentes tendências de centralização burocrática do novo Estado soviético, tema que predominou em sua atuação no XII Congresso do PCR(b) (1923) – ao passo que Trotski, que Lenin havia conclamado a tomar o lado dos georgianos em tal Congresso, optou por fazer um acordo com Stalin (Deutscher, 2005; Lewin, 2005).

No mesmo ano, teve início a luta da Oposição de Esquerda contra a *troika* Stalin/Lev Kamenev/Giorgi Zinoviev, que assumiu a direção do PCR(b)

na ausência de Lenin (que então já se encontrava muito debilitado, tendo falecido em janeiro do ano seguinte), com o apoio das alas lideradas por Nikolai Bukharin e Alexei Rikov. A Oposição surgiu da iniciativa da “Declaração dos 46”, um documento dirigido ao Comitê Central (CC) do PCR(b) em outubro de 1923, no qual 46 “velhos bolcheviques” demandavam o retorno da democracia interna do partido, que fora tolhida por uma série de medidas adotadas durante os anos de guerra civil pós-revolução.

Durante os primeiros meses, a disputa foi travada de forma fechada no interior do CC, com Trotski sendo seu principal porta-voz, uma vez que havia expressado posições similares às da “Declaração” pouco antes desta ter sido escrita. Mas, já em dezembro, ela foi levada às bases do partido, formando-se de fato a Oposição de Esquerda (OE), que recebeu a adesão de diversos quadros antigos, além de ter angariado o apoio de membros das antigas Tendência Centralismo Democrático e Tendência Operária (no passado, as principais representantes da ala esquerda do partido). Além das demandas de retorno da democracia ao seio do partido (restituição do direito à formação de tendência e frações) e aos *soviets* (restituição do princípio de eleições diretas de delegados amovíveis, no lugar da prática então predominante de nomeações verticais), a OE também defendia que era necessário dar início à coletivização dos campos e ao planejamento econômico visando a industrialização do país, em substituição à

Nova Política Econômica (NEP), que então demonstrava graves sinais de esgotamento (a chamada “crise das tesouras”).

Lançada em dezembro de 1923, a OE foi derrotada já no ano seguinte, na Conferência do PCR(b) de janeiro de 1924 e no XIII Congresso, de junho – no qual Stalin, fazendo o exato oposto do que Lenin advogara em seu “testamento político”, recrutou uma leva massiva de milhares de operários inexperientes para o partido, aos quais foram garantidos plenos direitos de voto. Leva essa nomeada (sarcasticamente?) de “Leva Lenin”, e que foi a base da *troika* contra a OE. Mesmo com a OE derrotada e proscrita, Trotski e seus colaboradores mais próximos seguiram ativos e, no começo de 1925, Kamenev e Zinoviev, descontentes com a adesão de Stalin à política de Bukharin, de “enriquecer os *kulaks*” e de construir o socialismo “a passos de tartaruga” e “em um só país”, formaram um bloco oposicionista, o qual se juntou à OE no ano seguinte, formando a Oposição Unificada.

A união entre a OE e o bloco liderado por Kamenev e Zinoviev não só se opunha à falta de democracia, mas também a uma série de posições que vinham submetendo a política de PCs fora da URSS aos interesses de “coexistência” da burocracia soviética com o imperialismo – como a conciliação de classes ante a greve geral inglesa de 1926 e a aliança com o Kuomintang na Revolução Chinesa de 1925-27 (encerrada com o massacre dos comunistas chineses) – ainda que a Teoria da Re-

volução Permanente de Trotski não fosse reivindicada pela Oposição Unificada (e nem mesmo pelo conjunto da OE). Tal bloco foi derrotado no XIV Congresso do partido, em dezembro de 1926, mas se manteve ativo até o XV Congresso, em 1928 (Alexander, 1991; Broué, 1973).

Durante esses anos mais intensos de batalha interna, entre 1923-27, Rakovski foi enviado para o exterior para desempenhar funções diplomáticas. Por mais que ele fosse apto para tal, uma vez que já havia atuado como diplomata nos primeiros anos da revolução, certamente seu envolvimento com a OE contou na designação dessas funções – uma prática que foi usada recorrentemente contra oposicionistas nessa época. Nesses anos, atuou primeiro como plenipotenciário na Inglaterra e depois como embaixador na França, obtendo alguns acordos favoráveis à URSS. Todavia, seu envolvimento com a OE gerou resistência por parte tanto do círculo dirigente stalinista, como do governo francês, tendo sido removido do cargo em 1927, após assinar uma declaração da Oposição na qual se afirmava que, caso países capitalistas entrassem em guerra com a URSS, dever-se-ia conclamar os soldados e trabalhadores estrangeiros à insubordinação e à insurreição.

De volta à URSS, participou ativamente dos planos da oposição para o 10º aniversário da revolução e o XV Congresso do partido, à altura renomeado para Partido Comunista da União (bolchevique) [PCU(b)]. Durante 1927, Rakovski viajou por toda a

Ucrânia – um dos principais bastiões da OE –, proferindo palestras não só para círculos partidários, mas também em fábricas nas quais opositores panfletavam clandestinamente. Isso fez parte de uma mudança na orientação da Oposição, para um trabalho entre as massas não partidárias – a qual foi respondida pelo aparato stalinista com dura perseguição, tendo culminado na supressão violenta das colunas da oposição que desfraldaram faixas próprias nos desfiles de comemoração da revolução, em outubro.

No mês seguinte, em novembro de 1927, Trotski e Kamenev foram expulsos do partido e Rakovski e outros opositores foram expulsos do CC do PCU(b). Os três também foram expulsos do CC da Internacional Comunista. Na ausência de Trotski, Rakovski foi o orador principal da oposição no XV Congresso, realizado em dezembro, no qual criticou duramente a linha do Congresso anterior, de priorizar a “coexistência pacífica” com o imperialismo em detrimento do internacionalismo revolucionário. Seu discurso foi interrompido várias vezes por vaias e gritaria, ao ponto de não ter sido possível concluí-lo. Ao fim do Congresso, ele foi expulso do partido, junto a dezenas de outros opositores. Também nesse Congresso, o bloco de Kamenev e Zinoviev capitulou diante de Stalin, deixando a OE novamente isolada – e mais de mil de seus membros foram expulsos do partido nos meses seguintes.

Nesse contexto de perseguição à OE, Rakovski foi exilado em Astracã,

no extremo oeste da Rússia, tal qual Trotski em Alma Ata (atual Almaty, Cazaquistão). Lá assumiu o comando das forças opositoras da região e tornou-se o elo de Trotski com o mundo ocidental, enviando-lhe regularmente cartas, jornais e livros. Em 1928, foi movido de Astracã para Saratov, por razões de saúde – não sem resistência do aparato stalinista. Com a deportação de Trotski para fora da URSS, tornou-se a principal liderança da OE dentro do território soviético, ainda que sua imagem pública se projetasse muito além de sua efetiva atividade, limitada pelo exílio e pela vigilância. Quando da ruptura de Stalin com Bukharin (1928) e seu suposto “giro à esquerda”, Rakovski criticou duramente aqueles quadros e membros da OE que capitularam diante do primeiro, como Radek e Preobrazhenski.

Devido a uma declaração endereçada ao CC do PCU(b) e assinada por cerca de 500 quadros opositores, apontando disposição da OE em retornar ao partido, mas estabelecendo condições e demandas para tal, ele foi enviado para Barnaul (Sibéria). Esse exílio para uma região mais distante e erma foi parte de uma nova onda de repressão aos opositores, que confirmou que o suposto “giro à esquerda” de Stalin era apenas superficial. Um segundo manifesto seu foi publicado em abril de 1930, após o qual não mais circularam escritos seus por quase quatro anos. O silêncio foi rompido através de um curto telegrama, publicado na edição de 23 de fevereiro de 1934 do *Izvestia* (diário

oficial da União), no qual Rakovski declarava se submeter “completamente e sem hesitação à linha geral do partido”, como fruto da “escalada reacionária internacional, dirigida em última análise à revolução de outubro” (isto é, o avanço nazifascista) (*apud* Fangan, 1980, [s.p.]).

Por algum tempo, sob uma atmosfera liberalizante, a Rakovski foi permitido assumir postos de importância em Moscou (como no interior do Comissariado de Saúde), tal qual ocorreu com outros opositores que se “reconciliaram” com Stalin. Mas tal atmosfera durou apenas até 1º de dezembro de 1934, quando o assassinato de Kirov, o principal membro da ala pró-reconciliação do aparato stalinista, serviu de pretexto para uma brutal onda de repressão, que culminou nos infames “Processos de Moscou”. Rakovski foi implicado na segunda rodada dos processos, em 1937 (o “Julgamento dos 21”), tendo sido preso sob a acusação de ser parte do centro dirigente “trotskista”.

Ele permaneceu preso por oito meses, até ter “confessado” ser um espião. Em março de 1938, foi sentenciado a 20 anos de prisão (quase uma pena de morte, considerando sua idade já avançada). Ele foi fuzilado em 1941, quando da entrada alemã em território russo – estipula-se, a mando de Stalin, uma vez que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o aparato stalinista realizou um grande esforço de eliminar seus opositores de esquerda, fossem eles ativos ou não (o que incluiu o assassinato do próprio

Trotski, em 1940). Cabe destacar que, em sua declaração na corte, quando de seu “julgamento”, mesmo forçado a “confessar” crimes inexistentes, Rakovski não deixou de se declarar um “soldado da causa da emancipação do trabalho” (*apud* Fangan, 1980, [s.p.]). Seu nome só voltou a ser “oficialmente” ouvido na União Soviética a partir de 1988, como parte das “reabilitações” de figuras históricas promovidas pela gestão de Mikhail Gorbatchev e sua distensão política, a *glasnost*.

Os perigos profissionais do poder: a burocratização soviética segundo Rakovski

Foi em seu breve exílio em Astracã que Rakovski escreveu o documento aqui apresentado, o qual era originalmente uma carta ao também opositor exilado, Nikolai Valentinov, dialogando com as inquietações (e a surpresa) desse acerca da falta de “espírito de atividade” das massas soviéticas ante escândalos de corrupção e abuso de poder que vieram à tona em 1928. A carta foi enviada em 6 de agosto daquele ano, no contexto da derrota da Oposição Unificada e da capitulação diante de Stalin por parte de seus quadros.

A presente versão desse texto foi traduzida a partir daquela publicada nos *Cahiers Leon Trotski* n. 18, de junho de 1984 (pp. 81-95). A não ser quando indicado, as notas que o acompanham são do editor de tal publicação, o historiador Pierre Broué. Os *Cahiers* foram uma importante iniciativa de resgate

histórico e estudo do movimento trotskista, publicados pelo Institut Léon Trotsky entre 1977 e 2003. Seus números 17 e 18 foram dedicados a publicar documentos de Rakovski, junto com uma curta biografia em duas partes escrita por Broué. Hoje seus 80 números encontram-se digitalmente reproduzidos em <<https://www.marxists.org/francais/clt/>>.

Conforme mencionado na nota de introdução feita por Broué ao documento (p. 81, nota 1), Rakovski enviou uma cópia da carta a Trotsky, que fez com que ela viesse a público em órgãos ligados à OE. E assim ela apareceu primeiro em francês, em *Contre le Courant* (França) n. 27/28, de 12 de abril de 1929, sob o título “Transformações operadas pelo poder no proletariado russo e no partido”, e depois em russo, no *Biulleten Oppozitsi* n. 6, de outubro de 1929. Ela ainda foi republicada por órgãos de grupos “trotskistas”, em inglês em *The New International* (EUA) n. 4, de novembro de 1934, sob o título “Poder e os trabalhadores russos”, e em francês em *IV^e Internationale* (França) v. 6, de outubro/novembro de 1948, sob o título “Os perigos profissionais do poder”, pelo qual se tornou mais conhecido.

Apesar da visibilidade que angariou através dessas publicações, o texto de Rakovski certamente manteve-se conhecido ao longo das décadas seguintes (especialmente para além dos círculos oposicionistas e “trotskistas”) por conta da referência a ele feita por Trotsky em sua obra de 1936, *A Revolução Traída – O que é e para onde vai a*

URSS?. Nela, Trotsky refere-se às “linhas indignadas” de Rakovski como mais do que uma carta pessoal, considerando-as “um curto estudo sobre a burocracia” e “o que de melhor se escreveu sobre o assunto” – e isso mesmo quase uma década depois de escritas (Trotsky, 2005, p. 115). Mais ainda, Trotsky afirmou, considerando a posterior “reconciliação” do autor com Stalin:

É verdade que Rakovsky, esmagado pela repressão burocrática, negou mais tarde as suas críticas. Mas também o septuagenário Galileu foi obrigado, sob as tenazes da Santa Inquisição, a abjurar o sistema de Copérnico, o que de modo algum impediu que a Terra continuasse o seu movimento. Não acreditamos na abjuração do sexagenário Rakovsky, pois ele próprio fez mais de uma vez a análise implacável de abjuração deste gênero. Mas a sua crítica política encontrou nos fatos objetivos uma base bastante mais segura que na firmeza subjetiva do seu autor (Trotsky, 2005, p. 116).

Aqui cabe lembrar que a análise trotskiana sobre o processo de burocratização soviética, consagrada através dessa obra de 1936, só foi efetivamente formulada em meados de 1933, no contexto da vitória do nazismo na Alemanha e da incapacidade da Internacional Comunista de elaborar uma

linha política capaz de detê-la. Foi só nesse contexto que Trotski concluiu que a “reação termidoriana” na URSS – a qual, segundo ele antes julgava, iria ter como agentes os elementos pró-propriedade privada – já havia ocorrido muitos anos atrás, e teria tido o “stalinismo” como seu agente (McNeal, 1999).

Stalinismo deixou, então, de ser compreendido como a “ala centrista” do partido, e passou a ser descrito como “um regime de crise”: a forma proletária do bonapartismo em uma formação social de transição entre capitalismo e socialismo, que havia sido devastada pela guerra civil e isolada pela derrota da onda revolucionária internacional de 1917-24. E stalinismo esse cujas posições políticas seriam, em última instância, “a expressão dos interesses sociais da burocracia”, a qual teria encontrado na rude figura de Stalin o seu Bonaparte. Trotski passou então a encarar ser necessário derrubar tal burocracia através de uma violenta “revolução política”, que restaurasse a democracia nos *soviets* e no interior do partido, não sendo mais possível manter a estratégia de reforma do aparato estatal e partidário que até então a OE preconizava (Trotsky, 2005).

Rakovski, por outro lado, já em 1928, no documento aqui apresentado, afirmava ser “utópica” qualquer tentativa de reforma na qual a burocracia partidária e estatal tivesse algum papel a cumprir ou mesmo fosse permitida a continuar existindo. E apontava a constituição de dita buro-

cracia em grupo social com interesses próprios e distintos daqueles do proletariado como sendo um processo de “diferenciação sociológica”, no qual setores de uma nova classe dirigente, especializados no exercício do poder, passaram gradualmente da diferença formal de função para a diferença social de função. Uma análise que Trotski acabou por absorver, em grande parte, em suas novas análises dos anos 1930.

Ademais, para Rakovski, esse processo de autonomização da burocracia soviética teria sido fruto, primordialmente, daquilo que ele nomeou de “perigos profissionais do poder”, inerentes à ascensão de uma classe à condição de dirigente e à necessidade do conjunto dela aprender a exercer seu poder político. E, assim como Trotski fez posteriormente, Rakovski também buscou na Revolução Francesa paralelos para o processo de burocratização soviética. Mas destacou que a passividade das massas revolucionárias após a conquista do poder e a autonomização da nova burocracia, fatores determinantes para o “termidor” francês, tinham primordialmente a ver com a ausência de incentivo (“educação”) para que a classe revolucionária exercesse o poder diretamente – combinada, é claro, com fatores de ordem econômica (escassez) (Rakovsky, [1928] 1984).

Essa conclusão removia o caráter de “peculiaridade russa”, que predominava então na explicação de Trotski e da OE, como se a burocratização tivesse mais a ver com a conjuntura

internacional desfavorável e as bases (econômicas, culturais e políticas) “atrasadas” da sociedade. Por isso sua conclusão, já em 1928, da impossibilidade de reforma do regime e, especialmente, de que a tarefa central da oposição seria a de educar as massas proletárias para o exercício democrático do poder, e não apenas remover os dirigentes stalinistas e alterar os estatutos. Rakovski preconizava, portanto, um projeto de longo prazo. Conforme destacou o mencionado Gus Fangan, em sua curta biografia de Rakovski:

Para Trotski, a degeneração burocrática do partido e do Estado tinha a ver primordialmente com o atraso russo, com a fraqueza numérica da classe trabalhadora, com o isolamento e com o cerco capitalista. Para Rakovski, o perigo da burocratização era inerente à própria classe trabalhadora, em sua situação enquanto nova classe dirigente. O perigo da burocratização e da indiferença política “continuará a existir [...] mesmo se supuséssemos que o país fosse habitado apenas por massas proletárias e que o exterior fosse composto apenas de Estados operários”. [...]

Ao colocar o problema em um contexto mais abrangente do que aquele das peculiaridades russas, ele foi capaz de desenvolver um profundo olhar sobre esse fenômeno histórico, e as profundas implicações de suas análises ainda precisam ser desenvolvidas pelo próprio movimento marxista (Fangan, 1980, [s.p.]).

Sem mais delongas, cabe apenas ressaltar que, além do documento aqui apresentado – muito mais rico que a breve síntese dos parágrafos anteriores –, uma seleção de outros escritos “oposicionistas” de Rakovski foi compilada por Fagan e publicada em 1980, sob o título *Christian Rakovsky – Selected Writings on Opposition in the USSR 1923–30* (Fangan, 1980), hoje disponível *online* gratuitamente no *Marxists Internet Archive* (marxists.org). Às vésperas do centenário da Revolução Soviética, em que ainda persistem leituras que buscam naturalizar o stalinismo e a burocratização soviética, como se fossem “consequências diretas” do projeto comunista (Monteiro, 2015), resgatar reflexões críticas como a de Rakovski é imprescindível para a reabilitação do socialismo revolucionário.

Referência bibliográfica

- ALEXANDER, Robert J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.
- BROUÉ, Pierre. *El Partido Bolchevique*. Madrid: Ayuso, 1973.
- _____. *Rakovsky ou la Révolution dans tous les pays*. Paris: Fayard, 1996.

- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta desarmado, 1921-1929*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FANGAN, Gus. “Biographical Introduction to Christian Rakovsky”. In: RAKOVSKY, Christian. *Selected Writings on Opposition in the USSR 1923–30*. Edited by Gus Fagan. London & New York: Allison & Busby, 1980, [s.p.]. Versão digital disponível em <<https://www.marxists.org/archive/rakovsky/biog/index.htm>>. Acessado em julho de 2016.
- LEWIN, Moshe. *Lenin’s Last Struggle*. 4ª ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.
- MCNEAL, Robert H. Trotskyist Interpretations of Stalinism [1975]. In: TUCKER, Robert C. (ed.). *Stalinism*. Essays in Historical Interpretation. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 1999, pp. 30-51.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. “Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da ‘tese da continuidade’”, *Revista História e Luta de Classes* ano 10, n. 19, de março de 2015, pp. 23-29.
- RAKOVSKY, Christian. “Les dangers professionnels du pouvoir” [1928], *Cahiers Leon Trotsky* n. 18, junho de 1984, p. 81-95.
- _____. “Christian Rakovsky” [1926]. In: _____. *Selected Writings on Opposition in the USSR 1923–30*, op. cit, [s.p.].
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída* [1936]. São Paulo: Sundermann, 2005.

Recebido em 03 de março de 2017

Aprovado em 22 de maio de 2017

Os perigos profissionais do poder

Caro Camarada Valentinov¹,

Em suas *Meditações sobre as Massas*, de 8 de julho [de 1928], ao examinar os problemas da “atividade” da classe trabalhadora, você fala de uma questão fundamental, aquela da conservação pelo proletariado de seu papel dirigente em nosso Estado. Apesar de todas as reivindicações da Oposição focarem nesse objetivo, eu estou de acordo com você que nem tudo já foi dito sobre essa questão. De fato, até o momento, nós sempre a examinamos ligada à questão da tomada e conservação do poder político, enquanto, para torná-la mais clara, ela deveria ter sido tomada em separado, enquanto uma questão particular que tem o seu próprio valor. No fundo, entretanto, os próprios eventos já a puseram em evidência.

A Oposição irá sempre reter enquanto um de seus méritos, em contraposição ao partido, um mérito que nada pode remover: o fato de que ela acionou, em bom momento, o alarme sobre o terrível declínio do espírito de atividade da classe trabalhadora e sobre a sua crescente indiferença acerca do destino da ditadura do proletariado e do Estado soviético.

Aquilo que caracteriza a enxurrada de escândalos que vieram a público, aquilo que constitui o maior dos perigos, é precisamente essa passividade das massas (uma passividade maior ainda entre as massas comunistas do que entre as massas não-partidárias) ante as manifestações sem precedentes de arbitrariedades que emergiram: os trabalhadores as testemunharam, mas as deixaram passar sem protesto, ou se contentaram com alguns resmungos, seja por medo daqueles que estão no poder ou por indiferença política. Do escândalo de Tchoubarovski² (para não ir mais além no passado) aos abusos de Smolensk, de Artemovsk³ etc. o mesmo refrão é sempre ouvido: “Nós já sabíamos há muito tempo...”.

Roubos, prevaricações, violências, extorsões, abusos inacreditáveis de poder, arbitrariedades ilimitadas, embriaguez, deboche: de tudo isso se fala como fatos conhecidos, não há um mês, mas há anos, e também como coisas que todo mundo, não se sabe o porquê, tolera.

¹ Nikolai Valentinov juntou-se ao partido bolchevique em 1915. Ele foi redator chefe de *Trud*, órgão dos sindicatos. Signatário da “Declaração dos 83”, ele foi deportado para Oust-Koulom ao fim de 1928.

² Tratou-se de um estupro coletivo cometido por uma dúzia de jovens operários da fábrica San Gali, de Leningrado, dos quais muitos eram membros da Juventude Comunista.

³ Esses escândalos, descobertos em 1928, deixaram a nu a corrupção e a decomposição moral das camadas dirigentes do partido, seus abusos de poder, violências sexuais, roubos etc.

Eu não preciso explicar que, quando a burguesia internacional vocifera sobre os vícios da União Soviética, nós podemos ignorar com um silencioso desdém. Nós conhecemos muito bem a pureza moral dos costumes dos governos e parlamentos burgueses de todo o mundo. Mas não é neles em que nos espelhamos: conosco, trata-se de um *Estado operário*. Atualmente ninguém pode ignorar as terríveis consequências da indiferença política da classe trabalhadora.

É por isso que a questão das causas dessa indiferença e dos meios que permitem remediá-la é uma questão essencial. Mas isso nos obriga a considerá-la até a raiz, cientificamente, analisando-a até o fundo, integralmente. Tal fenômeno merece nossa mais completa atenção.

As explicações que você dá para isso, sem dúvida alguma, são corretas: cada um de nós já a pôs a nu em nossos discursos e ela já foi parcialmente refletida em nossa Plataforma [da Oposição Unificada, de 1927]. Não obstante, essas interpretações, assim como os remédios propostos para sairmos dessa dolorosa situação, tiveram e ainda têm tido um caráter empírico: elas lidam com cada caso particular e não chegam à raiz da questão.

Tenho para mim que isso se dá porque a própria questão é nova. Até o momento, nós conhecemos bem os exemplos de queda e de declínio de atividade da classe trabalhadora, não apenas a uma verdadeira covardia, mas até mesmo a um espírito de reação política. Mas esses exemplos tornaram-se aparentes para nós, tanto aqui quando no exterior, durante os períodos em que o proletariado ainda estava lutando pela conquista do poder político.

Não podíamos ter um exemplo prévio desse espírito de declínio do proletário em um período em que ele já tinha o poder em suas mãos pelo simples fato de que nosso caso é o primeiro na história em que a classe operária conseguiu manter o poder por tanto tempo. Até o momento, nós conhecíamos aquilo que poderia acontecer ao proletariado, isto é, as oscilações que poderiam ocorrer em seu estado de espírito enquanto ele é uma classe oprimida e explorada. Mas é apenas agora que podemos avaliar, baseando-nos em fatos, as modificações que se efetuaram no estado de espírito da classe operária quando ela se tornou *dirigente*.

Essa posição política (de classe dirigente) não é isenta de perigos: eles são, ao contrário, imensos. Eu não me refiro aqui às dificuldades objetivas decorrentes do conjunto das condições históricas, o cerco capitalista no exterior e a pressão da pequena burguesia no interior. Não, trata-se aqui das dificuldades inerentes a qualquer nova classe dirigente, que são a consequência da própria tomada e exercício do poder, de sua aptidão ou inaptidão para exercê-lo. Você compreende bem que essas dificuldades continuariam a existir em certa medida, mesmo que suponhamos por um instante que não houvesse mais, em todo o país, senão massas proletárias, e, no exterior, Estados proletários. Pode-se nomear essas dificuldades de os “perigos profissionais do poder”.

De fato, a posição de uma classe em luta pela conquista do poder e aquela de uma classe que detém o poder em suas mãos é diferente. Eu repito mais uma vez que não tenho em mente as relações que existem entre as outras classes, mas aquelas que são criadas no seio da classe triunfante.

O que representa uma classe que toma a ofensiva? Um máximo de unidade e coesão. Todos os interesses corporativos e de grupo, para não falar dos interesses individuais, passam ao segundo plano. Toda a iniciativa está nas mãos da própria classe militante e de sua vanguarda revolucionária, ligada organicamente a essa massa da forma mais íntima.

Quando uma classe se apossa do poder, é uma parte dela que se torna o agente desse poder. É assim que surge a burocracia. Em um Estado socialista, onde a acumulação capitalista é impedida aos membros do partido dirigente, a diferenciação começa como funcional e depois se torna social. Eu penso aqui na situação social de um comunista que dispõe de um automóvel, de um bom apartamento, de licenças regulares, que chega ao salário máximo permitido pelo partido – uma situação muito diferente daquela do comunista que trabalha nas minas de carvão e ganha de 50 a 60 rublos por mês. E você sabe que os operários e seus empregadores são divididos em 18 categorias diferentes...

Uma outra consequência consiste em que uma parte das funções antes desempenhadas por todo o partido ou por toda a classe passa agora às atribuições do poder, isto é, a somente uma certa fração das pessoas desse partido, dessa classe. A unidade e a coesão que antes foram a consequência natural da luta de classes revolucionária não podem mais se manter, a não ser por todo um sistema de medidas que visam a manutenção do equilíbrio entre os diversos grupos da mesma classe e do mesmo partido, a fim de submetê-los ao objetivo fundamental.

Mas é um processo longo e difícil: ele consiste em educar politicamente a classe dominante, fazê-la aprender esse ofício que ela precisa adquirir, a ter em suas mãos o aparelho do Estado, do partido e dos sindicatos, a dirigi-los e controlá-los. Repito: é uma questão de educação. Nenhuma classe vem ao mundo sabendo a arte da administração. Isso se adquire com a experiência, através dos erros que se comete, isto é, tirando-se as lições daqueles que se comete. Nenhuma Constituição soviética, por melhor que seja, é capaz de assegurar à classe trabalhadora a aplicação sem obstáculos da sua ditadura e do seu controle governamental se o proletariado não sabe utilizar os direitos que ela lhe garante. A defasagem entre as capacidades políticas de uma determinada classe, sua experiência em matéria de administração, e as formas constitucionais e jurídicas que ela elabora na tomada do poder, é um fato histórico. Isto pode ser visto na evolução de todas as classes e também, em parte, na história da burguesia.

A burguesia inglesa, por exemplo, travou muitas batalhas para melhor modelar as formas da sua Constituição de acordo com os seus interesses, mas tam-

bém para desfrutar dos seus direitos e em particular o seu direito de voto, integralmente e sem obstáculos. O romance de Charles Dickens, *As Aventuras do Sr. Pickwick*, inclui muitas dessas cenas da época do constitucionalismo inglês, o grupo de líderes, auxiliados pela máquina administrativa, fazia cair na fossa as diligências que transportavam os eleitores da oposição, para impedi-los de chegar a tempo às urnas eleitorais.

Esse processo de diferenciação é perfeitamente natural entre a burguesia que triunfou ou que está em vias de triunfar. Efetivamente, ele constitui – dada uma compreensão mais abrangente do termo – uma série de grupos econômicos e mesmo de classes. Nós sabemos que existe a grande, a média e a pequena burguesia. Nós sabemos que existem as burguesias financeira, comercial, industrial e agrária. Após certos eventos, como as guerras e as revoluções, ocorrem reagrupamentos no seio da própria burguesia; novas camadas aparecem e começam a desempenhar um papel próprio, como, por exemplo, os proprietários compradores de bens nacionais – ou “novos ricos”, como são chamados –, que surgem após toda guerra mais ou menos longa. Durante a Revolução Francesa, à época do Diretório, esses novos ricos constituíam um dos fatores da reação.

De maneira geral, a história do Terceiro Estado que triunfou na França em 1789 é extremamente instrutiva. Em primeiro lugar, esse Terceiro Estado era extremamente diversificado. Ele incluía tudo aquilo que não era parte da nobreza e do clero: ele incluía, assim, não apenas todas as variedades da burguesia, mas também os miseráveis trabalhadores e camponeses. Foi pouco a pouco, após uma longa luta, diversas e repetidas intervenções armadas, que foi alcançada, em 1792, a possibilidade legal do conjunto do Terceiro Estado participar da administração do país. A reação política, que começou desde antes do Termidor, consiste em *o poder começar a passar, formalmente e de fato, para as mãos de um número cada vez mais restrito de cidadãos*. As massas populares, primeiro por uma situação de fato, depois também legalmente, foram pouco a pouco excluídas do governo do país.

É verdade que aqui a pressão da reação fez-se sentir ao longo das costuras e soldas que juntaram os elementos de classe que constituíam o Terceiro Estado. Também é verdade que, se olharmos um agrupamento em particular no interior da burguesia, ele não apresenta contornos de classe tão precisos quanto aqueles que separam, por exemplo, a burguesia e o proletariado, isto é, duas classes que desempenham papéis muito diferentes na produção.

Mas também no decurso da Revolução Francesa, durante o período do seu declínio, o poder não foi exercido apenas através da separação, a partir das linhas de costura e soldagem, dos grupos sociais que antes caminhavam juntos, unidos pelo mesmo objetivo revolucionário comum: ele também desagregou as massas sociais mais ou menos homogêneas. A especialização pela função – a classe em questão produzindo e fazendo surgir de seu seio as camadas superiores de fun-

cionários: eis o resultado das fissuras que, sob a pressão da contrarrevolução, tornaram-se profundas fendas; e na sequência desse processo, no seio da própria classe dominante, surgem diversas contradições no curso da luta.

Os contemporâneos da Revolução Francesa, seus protagonistas e mais ainda os historiadores da época posterior, interessaram-se pelas causas que favoreceram a degeneração do partido jacobino. Robespierre, por mais de uma vez, alertou seus partidários contra as consequências que poderiam decorrer da *embriaguez pelo poder*: ele os preveniu que, possuindo o poder, eles *não deveriam se envaidecer demais*, “orgulhecerem-se”, disse ele, ou, como diríamos hoje em dia, se deixarem contaminar pela “ vaidade jacobina”. Mas, assim como se viu, mas tarde demais, o próprio Robespierre contribuiu bastante para fazer escapar o poder às mãos da pequena burguesia apoiada sobre os operários parisienses.

Não citaremos aqui as indicações dadas pelos contemporâneos sobre as diferentes causas da degeneração jacobina, como, por exemplo, a tendência a enriquecerem, a participação nos leilões, no abastecimento etc. Mas ressaltamos um fato curioso bem conhecido: a opinião de Babeuf⁴, que encarou que a queda dos jacobinos foi enormemente facilitada pelas damas nobres das quais eles eram entusiastas. Ele questionou os jacobinos nesses termos: “Que fazem vós, plebeus pusilânimes? Hoje elas os beijam, amanhã elas os enforçarão!” (se os automóveis existissem à época da Revolução Francesa, haveria também o fator “auto-harém”, que o camarada Sosnovski apontou ter desempenhado um papel bastante importante na formação da ideologia da nossa burocracia dos *soviets* e do partido).

Mas aquilo que desempenhou o papel mais importante na queda de Robespierre e do Clube dos Jacobinos, que descartaram abruptamente as massas (trabalhadoras e pequeno-burguesas), foi que, perto da total liquidação dos elementos de esquerda, a começar pelos Enrangés, pelos Hébertistas e pelos Chaumerristas⁵ (de forma geral, toda a Comuna de Paris), liquidou-se gradualmente o princípio eletivo, que foi substituído pelo princípio das *nomeações*.

O envio de comissários [interventores] às tropas ou às cidades onde a contrarrevolução mostra a cabeça é uma medida não apenas legítima, mas indispensável. Mas quando Robespierre começou, de pouco em pouco, a substituir os juizes e comissários das várias seções de Paris que tinham acabado de serem

⁴ François Noël, conhecido como Camille, ou Gracchus Babeuf (1760-1797), foi um opositor de esquerda à Robespierre, antes de morrer na “Conspiração dos Iguais”.

⁵ A fração dos “enraivecidos”, animada por Jacques Roux e Varlet, tornou-se a porta-voz das reivindicações da massa plebeia de Paris e das aspirações igualitárias: eles foram eliminados em 1793. Seu papel foi parcialmente repetido por um grupo de dirigentes da comuna parisiense [unidade administrativa regional, n.d.t.], aparentemente mais demagógicos do que militantes. Pierre Chaumette (1763-1794), popular orador do Clube dos Cordeliers (ou Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem e do Cidadão), foi Procurador Chefe da comuna, e Jacques Hébert (1757-1794) foi seu suplente. Os dois foram mortos pelo Comitê de salvação pública de Robespierre.

eleitos; quando ele começou a nomear os presidentes dos comitês revolucionários e chegou a substituir todos os funcionários da direção da Comuna, ele acabou por fortalecer a burocracia e tolher a iniciativa popular.

Assim, o regime de Robespierre, ao invés de reanimar o espírito de atividade das massas, já abalado pela crise econômica e, especialmente, a crise de subsistência, agravou ainda mais esse mal e promoveu o trabalho das forças antidemocráticas. Dumas⁶, o presidente do Tribunal revolucionário, queixou-se a Robespierre de que não conseguia encontrar quem quisesse servir como júri nesse tribunal, ninguém queria desempenhar tal função. Mas Robespierre sentiu na pele esta indiferença das massas parisienses quando, em 10 de Termidor, andou ferido e sangrando pelas ruas de Paris sem que as massas populares intervissem em favor do ditador da vez.

Seria obviamente ridículo atribuir à derrubada de Robespierre, bem como à derrota da democracia revolucionária, o *princípio das nomeações*. Mas isso, sem dúvidas, acelerou a ação dos outros fatores. Entre estes, o papel decisivo foi desempenhado pelas dificuldades de abastecimento, em parte causadas pelos dois anos de má colheita (bem como pelas dificuldades decorrentes da passagem da grande propriedade agrária dos nobres à divisão das terras para uso dos camponeses), pelo aumento incessante dos preços do pão e da carne, pelo fato dos jacobinos não terem, logo de início, recorrido a medidas administrativas para conter a ganância dos camponeses ricos e dos especuladores. Mas se, ao fim, os jacobinos optaram pela pressão violenta das massas para implementarem a lei do máximo⁷, isso inevitavelmente não poderia ser mais do que um paliativo sob o regime de livre mercado e da produção capitalista.

Passemos agora à realidade sob a qual nós vivemos. Acho que, primeiro, é necessário indicar o fato de que, quando usamos os termos “partido” e “massas”, não podemos esquecer o conteúdo que a história dos dez últimos anos pôs nestes termos. A classe trabalhadora e o partido – tanto *física* quanto *moralmente* – não são o que eram há dez anos. Creio não estar exagerando quando digo que o militante de 1917 dificilmente se reconheceria na imagem daquele de 1928. Uma mudança profunda ocorreu na anatomia e fisiologia da classe trabalhadora. No que depende de mim, creio que devemos concentrar nossa atenção no estudo dessas mudanças em seus tecidos e em suas funções. A análise das alterações ocorridas deverá nos indicar o caminho para sair da situação assim criada.

Não pretendo apresentar aqui essa análise e irei me limitar apenas a algumas observações. Ao se falar da classe trabalhadora, é necessário responder a uma série de questões, tais como: Qual é a porcentagem de trabalhadores atual-

⁶ René Dumas (1753-1794), vice-presidente, depois presidente do Tribunal revolucionário.

⁷ A lei do “máximo” instituiu um preço limite para os grãos, assegurando um preço do pão acessível para todos.

mente ocupados na nossa indústria, que nela entraram após a revolução, e que nela já trabalhavam antes? Qual a proporção daqueles que, no passado, participaram do movimento revolucionário, participaram nas greves, foram deportados ou presos, participaram da guerra civil ou do Exército Vermelho? Qual a porcentagem de trabalhadores que trabalham na indústria de forma contínua? Quantos trabalham ocasionalmente? Qual é, na indústria, a proporção de elementos semiproletários, semicamponeses etc.?

Se mergulhamos de cabeça nas camadas mais profundas das massas proletárias, semiproletárias etc., dos trabalhadores em geral, encontramos estratos populacionais inteiros que, dificilmente, podemos dizer que estão conosco. Não me refiro aqui apenas aos desempregados, que constituem perigo cada vez maior, ainda que já apontado pela Oposição. Refiro-me às massas de mendigos, às massas meio pauperizadas que, graças a pequenas doações de alívio por parte do Estado, encontram-se no limite da pauperização, do roubo e da prostituição.

Chegamos ao ponto de não sermos capazes de imaginar como vivem aqueles que às vezes se encontram a alguns passos de nós. Acontece de às vezes descobrirmos, por acaso, fenômenos que não poderíamos nem mesmo supor que existiriam em um Estado soviético, e que são o efeito de um desabamento recém-descoberto. Não se trata de defender o poder soviético, invocando o fato de que ele não foi capaz de se livrar de uma penosa herança deixada pelo regime czarista e capitalista: não, nós constatamos em nossa época, sob nosso regime, a existência, entre as próprias fileiras da classe trabalhadora, de fendas nas quais a burguesia poderia se fincar.

Anteriormente, sob o poder burguês, a parte consciente da classe trabalhadora trazia consigo essa grande massa, que incluía os semimiseráveis. A derubada do regime capitalista trouxe a libertação do proletariado *como um todo*. Os elementos semimiseráveis encaravam a burguesia e o Estado capitalista responsáveis por sua situação: eles esperavam que a revolução trouxesse mudanças. Hoje, estes círculos não estão felizes: a sua posição não melhorou, ou quase não melhorou. Eles começaram a considerar com hostilidade o poder dos *soviets* e a parte da classe trabalhadora que trabalha na indústria. Eles tornaram-se particularmente hostis aos funcionários dos *soviets*, do partido e dos sindicatos. É possível, às vezes, vê-los tratando os estratos mais elevados da classe trabalhadora como a “nova nobreza”.

Eu não me refiro aqui à diferenciação que foi introduzida pelo poder no seio do proletariado e já qualifiquei acima como “funcional”. A função modificou o próprio órgão, isto é, a psicologia daqueles que são encarregados das diversas tarefas de direção na administração da economia do Estado mudou ao ponto de que, não apenas objetivamente, mas subjetivamente, não apenas materialmente, mas moralmente, eles deixaram de fazer parte dessa mesma classe trabalhadora. É assim, por exemplo, que um administrador de uma fábrica que age como

um “sátrapa” [déspota], por mais que seja comunista, por mais que seja de origem proletária, por mais que tenha sido estabelecido há alguns anos atrás, não encarnará, aos olhos dos trabalhadores, as melhores qualidades do proletariado. Molotov pode muito bem, tanto quanto ele quiser, colocar um sinal de igual entre a ditadura do proletariado e o nosso Estado, com suas degenerações burocráticas e, junto delas, os brutos como Smolensk, os vigaristas como Tashkent e os aventureiros como Artemovsk. Dessa forma ele não faz mais do que comprometer essa ditadura, sem, todavia, desarmar o legítimo descontentamento dos trabalhadores.

Se passarmos ao partido, além de todas as nuances que encontramos na classe trabalhadora, somam-se ainda os desertores das outras classes sociais. A estrutura social do partido é muito mais heterogênea que a do proletariado. Sempre foi assim, ainda que, obviamente, com a diferença de que quando o partido possuía uma intensa vida do ponto de suas ideias, ele transformou em uma única mistura essa amálgama social, através da luta ativa das classes revolucionárias.

Mas o poder é a causa, tanto no interior do partido, como da classe trabalhadora, da mesma defecção que fez aparecerem as costuras que existiam entre os diferentes elementos sociais. A burocracia dos *soviets* e do partido é um fato novo. Não se trata aqui de casos isolados, de desvios de camaradas individuais, mas sim de uma categoria social nova, à qual se deve dedicar um tratado inteiro.

Escrevi sobre isso a Leon Davidovich, tratando do projeto de programa da Internacional Comunista:

A propósito do capítulo IV (período de transição). A maneira de formular o papel dos partidos comunistas na época da ditadura do proletariado é bastante fraca. Certamente não é à toa essa forma vaga de falar do papel do partido em relação à classe trabalhadora e ao Estado. A antítese entre a democracia burguesa e a democracia proletária é ressaltada, mas não se diz uma palavra para explicar o que o partido deve fazer para concretizar a democracia proletária. “Levar as massas a participarem na construção”, “reeducar sua própria natureza” (Bukharin gosta de falar sobre esta última questão, especialmente em conexão com a questão da revolução cultural): estas são afirmações corretas desde o ponto de vista da História e já são há muito conhecidas; mas elas tornam-se lugares comum se não se introduz a experiência acumulada durante os dez anos da ditadura do proletariado. É aqui que se coloca internamente a questão dos métodos de direção, se é um papel tão importante.

Mas os nossos dirigentes não gostam de falar sobre ela, para que não chegue o grande dia em que eles próprios terão que “reeducar sua própria natureza”.

Se me fosse incumbida a escrita de um projeto de programa para a Internacional Comunista, eu dedicaria uma boa porção de espaço nesse capítulo (período de transição) à teoria do Lenin sobre o Estado durante a ditadura do proletariado e sobre o papel do partido e da sua direção na criação de uma democracia proletária tal qual ela deveria ser, e não de uma burocracia dos *soviets* e do partido, tal como a que existe atualmente.

O camarada Preobrajenski prometeu dedicar um capítulo especial em seu livro *As conquistas da ditadura do proletariado no ano XI da Revolução* à “burocracia dos *soviets*”. Espero que ele não esqueça também a do partido, que desempenha um papel ainda maior no Estado soviético do que a sua irmã dos *soviets*. Expressei a ele minha esperança de que ele estudará todos os aspectos deste fenômeno sociológico particular. Não existe sequer uma brochura comunista que, ao descrever a traição do partido social-democrata alemão no 4 de agosto de 1914, não aponte também o papel fatal desempenhado pelas esferas burocráticas, tanto do partido quanto do sindicato, na derrapagem desse partido. Em contrapartida, diz-se muito pouco, e em termos muito gerais, sobre o papel desempenhado pela nossa burocracia dos *soviets* e do partido na desintegração deste último e do Estado soviético. Trata-se de um fenômeno sociológico de extrema importância, que não se pode entender em toda a sua extensão sem se examinar as consequências dos desvios que arrastaram a ideologia do partido e da classe trabalhadora.

Você pergunta o que aconteceu com o espírito de atividade do partido e do nosso proletariado. Onde foi parar sua iniciativa revolucionária. Onde foram parar seus interesses pelas ideias, a sua coragem revolucionária, o seu orgulho proletário. Você se surpreende que haja tanta covardia, pusilanimidade, arrivismo e tantas outras coisas que eu poderia adicionar. Como que homens que possuem um passado revolucionário válido, cuja honestidade pessoal não deixava dúvidas, que por várias vezes deram exemplos de sua devoção à revolução, transformaram-se em patéticos burocratas. De onde veio essa horrível “*smerdiakovtchina*” de que fala Trotski em sua carta sobre as declarações de Kretinski e Antonov-Ovseenko⁸.

Se se pode esperar que os desertores da burguesia e da pequena-burguesia, os intelectuais, os indivíduos “isolados” em geral, desviem-se do ponto de vista das ideias e da ética, como explicar o mesmo fenômeno quando se trata da classe trabalhadora? Numerosas camaradas constataram a passividade relativa e não conseguiram esconder sua decepção.

⁸ Smerdiakov, nos *Irmãos Karamazov*, o famoso romance de Dostoievski, é o quarto filho, ilegítimo, assassino de seu pai, repugnante especialmente por seu servilismo. É esse servilismo que Trotski apontou ao falar da capitulação de seus antigos camaradas.

É verdade que outros camaradas viram em uma certa campanha ligada à estocagem de grãos os sintomas de boa saúde revolucionária, uma prova de que os reflexos de classe ainda estão vivos entre o partido. Ainda mais recentemente, Ichtchenko escreveu-me (ou mais exatamente, escreveu nas teses que ele certamente enviará também aos outros camaradas) que a estocagem de grãos e a autocrítica são resultado da resistência da parte proletária do partido e da direção⁹. Infelizmente, cabe lhe dizer, isso não é verdade. Esses dois fatos resultaram de uma combinação arranjada no interior das esferas superiores e que não é decorrente da pressão da crítica dos trabalhadores: decorre de considerações de caráter político, talvez de grupo, eu diria de “fração”, que uma parte do alto escalão do partido tenha optado por seguir esse tipo de linha.

Não se pode falar de uma pressão proletária a não ser uma, aquela que tinha à sua cabeça a Oposição. Mas cabe dizer claramente: essa pressão não foi suficiente para manter a Oposição dentro do partido e, ao fim e ao cabo, ela não foi capaz de modificar este último. Estou de acordo com Leon Davidovitch, que demonstrou, através de uma série de exemplos indiscutíveis, o papel revolucionário, real e positivo, que desempenharam certos movimentos revolucionários derrotados como a Comuna de Paris ou a insurreição de dezembro de 1905 em Moscou. A primeira assegurou a manutenção da forma republicana de governo na França, a segunda abriu caminho para as reformas constitucionais na Rússia. Contudo, o efeito dessas derrotas triunfantes é de curta duração, caso elas não sejam substituídas por uma nova vaga revolucionária.

O que é mais triste é que nenhum reflexo ocorreu da parte do partido e das massas. Por dois anos, desenrolou-se um luta encarniçada entre a Oposição e as esferas dirigentes do partido. Durante os últimos dois meses, tiveram lugar eventos que são capazes de abrirem os olhos do pior dos cegos. No entanto, nós não sentimos que a massa do partido interveio. Assim, o pessimismo demonstrado por alguns companheiros, e que também sinto em alguns dos seus questionamentos, é compreensível.

Babeuf¹⁰, ao sair da prisão de Abbaye, após olhar ao seu redor, começou a se questionar o que houve com o povo de Paris, os trabalhadores dos subúrbios de Saint-Antoine e de Saint-Marceau, aqueles que tomaram a Bastilha em 14 de julho de 1789, o Palácio de Tulherias em 10 de agosto de 1792, que cercaram a Convenção em 30 de maio de 1793 – para não falar das numerosas outras intervenções armadas: ele resumiu suas observações em uma única frase, na qual transparece a amargura do revolucionário: “É mais difícil reeducar o povo no amor à liberdade do que conquistá-la”.

⁹ A. G. Ichtchenko, depois se engajou na via da capitulação.

¹⁰ Babeuf foi preso sob Robespierre e solto após a sua queda.

Vimos por que o povo de Paris havia perdido seu fascínio pela liberdade: a fome, o desemprego, a eliminação de quadros revolucionários (muitos líderes foram guilhotinados), o afastamento das massas da gestão do país. Tudo isso provocou um desgaste tão forte entre as massas, tanto física quanto moralmente, que o povo de Paris e do resto da França necessitou de trinta e sete anos de repouso antes de iniciar uma nova revolução.

Babeuf formulou seu programa em dois pontos (falo aqui de seu programa de 1794): “Liberdade e eleições para as comunas”.

Aqui devo fazer uma confissão: eu nunca me deixei levar pela esperança de que bastaria aos líderes aparecerem nas assembleias do partido e nas reuniões dos trabalhadores para conquistar as massas para o lado da Oposição. Eu sempre considerei tais esperanças, advindas dos líderes em Leningrado¹¹, como um resquício da época em que eles tomavam as ovações e aplausos oficiais pela expressão do verdadeiro sentimento das massas, atribuindo-os à sua popularidade imaginária.

E digo mais: é isto que explica, em minha opinião, a mudança repentina que eles operaram em sua postura¹². Eles aderiram à Oposição esperando tomarem o poder rapidamente. Foi com esse objetivo que eles juntaram-se à Oposição de 1923. Quando um membro do “grupo sem líderes” reprovou Zinoviev e Kamenev por terem abandonado seu aliado Trotski, Kamenev respondeu: “Precisávamos de Trotski para governar; para reentrar no partido ele é um peso morto”.

É necessário, todavia, tomar como ponto de partida, como premissa, que a tarefa de educar o partido e a classe trabalhadora é uma tarefa difícil e de longa duração, ainda mais porque os miolos precisam ser limpos de toda impureza que geraram nossas práticas nos *soviets* e no partido e na burocracia de tais instituições.

Não podemos nos esquecer de que a maioria dos membros do partido (sem mencionar das juventudes comunistas) possuem concepções mais do que falsas sobre as tarefas, funções e estruturas do partido; são as concepções que aprenderam através dos exemplos da burocracia, da sua conduta prática e das suas fórmulas de bolo. Todos os trabalhadores que entraram no partido após a guerra civil o fizeram, em sua maior parte, depois de 1923 (a “leva Lenin”)¹³ e não possuem a menor ideia do que já foi o regime do partido. A maioria deles é desprovida da educação revolucionária de classe, que se adquire ao longo da luta, ao

¹¹ Os que Rakovski apelida aqui de “os chefes de Leningrado” são Zinoviev e Kamenev (os líderes da Oposição de Leningrado de 1925).

¹² Rakovski refere-se à capitulação de Zinoviev e de Kamenev diante de Stalin, durante o XV Congresso, e depois sua denúncia da Oposição de esquerda ao fim de 1928.

¹³ No XIII Congresso do partido, decidiu-se, na sequência da morte de Lenin e da derrota da oposição, recrutar massivamente 200 mil trabalhadores industriais, que deveriam constituir a “leva Lenin” e que foram admitidos como membros plenos. Essa massa politicamente atrasada afogou o velho partido.

longo da via, ao longo da prática consciente. No passado, essa consciência foi obtida na luta contra o capitalismo; agora ela deve ser formada através da participação na construção do socialismo. Mas a nossa burocracia fez dessa participação uma frase vazia, em lugar algum os trabalhadores adquirem essa educação. Obviamente, eu excluo – por se tratar de uma forma anormal de educação de classe – o fato de que a nossa burocracia, ao diminuir os salários reais, ao agravar as condições de trabalho, ao favorecer o crescimento do desemprego, provoca os trabalhadores à luta e eleva sua consciência de classe, mas aqui se trata de uma consciência contra o Estado socialista.

Na concepção de Lenin e de todos nós, a tarefa da direção do partido é precisamente a de preservar o partido e a classe trabalhadora da ação corruptora dos privilégios, dos favores e tolerâncias inerentes ao poder, em razão do contato com os escombros da velha nobreza e da pequena-burguesia. Era necessário prevenir a influência perversa da NEP, a tentação da ideologia e dos meios de vida burgueses.

Ao mesmo tempo, nós tínhamos esperança que a liderança do partido criaria um novo aparelho realmente operário e camponês, novos sindicatos realmente proletários e novos hábitos de vida cotidiana. É necessário dizer franca, clara e abertamente: o aparato do partido não cumpriu essa tarefa; há provas da mais completa incapacidade no que tange a essa dupla tarefa de preservação e educação. O aparato foi à bancarrota. Ele faliu.

Nós nos convencemos depois de muito tempo, e os últimos meses o demonstraram a todos, que a direção do partido marcha por uma via extremamente perigosa. Ainda hoje ela continua a marchar por essa via.

As reprimendas que nós direcionamos a ela não tratavam, se se pode dizê-lo, da dimensão *quantitativa* de sua obra, mas de sua dimensão *qualitativa*. Deve-se sublinhar esse ponto, caso não queiramos ser novamente enterrados pelas estatísticas acerca dos infinitos e integrais sucessos obtidos pelo aparato dos *soviets* e do partido.

É necessário dar um fim a esse charlatanismo estatístico. Abra o relatório do XV Congresso do partido. Leia o informe de Kossir¹⁴ sobre a atividade da organização. O que você encontra aí? Eu cito textualmente: “Enorme crescimento da democracia no seio do partido... A atividade da organização do partido expandiu-se enormemente” etc.

E depois, é claro, o suporte para essas afirmações: estatísticas, estatísticas e mais estatísticas. E isso em um momento no qual havia, nos arquivos do Comitê Central, uma série de dossiês que testemunhavam a desintegração do aparelho

¹⁴ Trata-se, com certeza, de S. V. Kossir (1889-1939), então suplente do Birô Político e vice-presidente do Conselho dos Comissários do Povo, e não de seu filho V. V. Kossir, membro da Oposição de Esquerda e deportado.

do partido e dos *soviets*, o sufocamento de todo controle das massas, uma assustadora opressão, perseguições, o terror brincando com a vida e a existência dos militantes e dos trabalhadores.

Eis como o *Pravda* de 11 de abril [de 1928] caracteriza nossa burocracia: “Aqueles elementos entre os funcionários que são hostis, preguiçosos, incompetentes e arrogantes serão capazes de afastarem da URSS os melhores inventores soviéticos, caso não os golpeemos com toda a nossa energia, nossa resolução implacável etc.” Todavia, conhecendo nossa burocracia, eu não me surpreenderia ao ler ou ouvir novamente alguém falando do “enorme” e “colossal” crescimento do espírito de atividade das massas do partido, do trabalho de organização do Comitê Central na implementação da democracia...

Estimo que a burocracia do partido e dos *soviets* atualmente existente continuará a cultivar, com sucesso, ao seu redor, os abscessos purulentos, a despeito dos barulhentos processos que tiveram lugar no último mês. Essa burocracia não irá mudar, apesar de ter passado por uma limpeza. Obviamente eu não nego a utilidade e a absoluta necessidade dessa limpeza. Apenas enfatizo que não se trata da necessidade de trocar pessoas, mas, sobretudo, de trocar de métodos.

Em minha opinião, a primeira condição para que nossa direção partidária possa exercer um papel educador é reduzir as dimensões e funções dessa direção. Três quartos do aparelho deveriam ser afastados. As tarefas do um quarto restante deveriam receber limitações severamente determinadas; isso deve se aplicar também às tarefas, funções e direitos dos órgãos centrais.

É difícil imaginar o que se passa entre os quadros inferiores do partido. É sobretudo na luta contra a Oposição que se manifestam a mediocridade das ideias desses quadros e a influência corruptora que eles exercem sobre a massa trabalhadora do partido. Se, entre o topo, houve um posicionamento relacionado a uma linha ideológica, uma linha errônea e sofista, certamente misturada com uma boa dose de má fé, entre os escalões inferiores, ao contrário, argumentos demagógicos foram utilizados contra a Oposição de forma irrestrita. Os agentes do partido não hesitaram em se utilizarem de antissemitismo, xenofobia, ódio contra os intelectuais etc.

Considero que toda reforma do partido que repouse sobre sua burocracia é utópica.

Em resumo: ao constatar, como você, a falta de espírito de ação da massa do partido, não vejo nesse fenômeno nada de surpreendente. Ele é resultado de todas as mudanças que ocorreram no partido e no próprio proletariado. É necessário reeducar a massa trabalhadora e a massa partidária na estrutura do partido e dos sindicatos. Esse processo é difícil e de longa duração, mas é inevitável, ele já começou. A luta da Oposição, a exclusão de centenas e centenas de camaradas, as prisões, as deportações, isso tudo, ainda que não tenha feito muito pela redução comunista de nosso partido, fez mais, de qualquer forma, que o conjunto do

aparato. No fundo, nem há como comparar esses dois fatores: o aparato gastou o capital do partido deixado por Lenin, e não só de forma inútil, mas de forma prejudicial. Ele demolia, enquanto a Oposição construía.

Até o momento, raciocinei abstraído os fatos da nossa vida econômica e política que foram analisados na Plataforma da Oposição. Fiz isso deliberadamente, pois tinha como objetivo apontar as modificações que ocorreram na composição e na psicologia do partido em relação à questão da conquista do poder. Isso pode ter dado um caráter unilateral à minha exposição; mas, sem essa análise preliminar, seria difícil compreender a origem dos erros políticos e econômicos cometidos por nossa direção a respeito dos camponeses e das questões da industrialização, do regime interno do partido e, enfim, da administração do Estado.

Christian Rakovski

Astracã, 6 de agosto de 1928